



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANNA KARINE DE QUEIROZ COSTA BELLINI

**ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS E O USUFRUTO DA PAISAGEM:
1860 A 1916 – VITÓRIA (ES)**

**VITÓRIA
2014**

ANNA KARINE DE QUEIROZ COSTA BELLINI

**ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS E O USUFRUTO DA PAISAGEM:
1860 A 1916 – VITÓRIA (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça.

**VITÓRIA
2014**

ANNA KARINE DE QUEIROZ COSTA BELLINI

**ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS E O USUFRUTO DA PAISAGEM:
1860 A 1916 – VITÓRIA (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Aprovada em 31 de março de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Vladimir Bartalini
Universidade de São Paulo

A Deus, por ser o autor de meu destino, meu guia e socorro sempre presente

A Augusto, meu amor e companheiro, pela compreensão e apoio incondicionais em todos os momentos de nossa caminhada.

Aos meus pais, Carlos e Lieide, e às minhas irmãs, pela presença, pelo amor e pelo incentivo ao longo da vida.

A Luiz Filipe, meu pequeno, pelas horas intermináveis em que me abstive do seu convívio.

RESUMO

O usufruto do espaço público e a apreensão do “olhar do cidadão” sobre a cidade de Vitória, especialmente quanto às suas impressões sobre a paisagem local entre os anos de 1860 e 1916 constituem os objetos primordiais deste trabalho. O estudo adota uma metodologia norteada, em especial, pelo exame de fontes primárias, como os Relatórios e Mensagens de Governo bem como os periódicos locais publicados no intervalo estudado. Toma como referencial os espaços que mais se destacaram como promotores da vivência cotidiana da população, o que possibilita a identificação e a classificação dos locais onde eram realizadas práticas contemplativas na cidade, com vistas a delinear a estrutura do trabalho. O tema que aborda permite a identificação da capacidade do morador/observador local de, a partir de sua experiência cotidiana, concentrar a visão em elementos da cidade e de seu entorno, demonstrando uma noção de território e de reconhecimento do lugar. Em que pese ao fato de a temática escolhida constituir-se de um processo subjetivo que o indivíduo constrói com o território, o valor simbólico da paisagem é assumido e registrado, podendo ser percebido nas fontes utilizadas.

Palavras-chave: Paisagem. Morador. Vitória. Século XIX. Século XX.

ABSTRACT

The usage of public areas and the apprehension of 'the townsman's gaze' over Vitória city, especially concerning his impressions over the local landscape from 1860 through 1916, are the prime object of this work. The methodology was particularly guided by examining the primary sources such as government reports and messages as well as local newspapers published within the studied range of years. It was taken as reference the spaces which stood out as promoters of the population's everyday life, thus it was possible to identify areas in the city where contemplative practices were held in order to classify them and to delineate the structure of this work. The theme approach allowed the identification of the resident's or local observer's capacity, from his daily experience, to concentrate the view in city's elements and its surroundings, which demonstrated a sense of territory and recognition of the place. In spite of the fact that the chosen theme is a subjective process that a person builds with the territory, the landscape symbolic value was admitted, registered and can be noticed in the used sources.

Key-words: Landscape. Resident. Vitória. 19th century. 20th century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Cidade da Victoria, capital da Provincia do Espirito Santo.....	15
Figura 2	Typus orbis terrarum, Antuérpia (1570).....	41
Figura 3	Delimitação de datas-chave como marcos balizadores na subdivisão dos intervalos de tempo detalhados no trabalho.....	53
Figura 4	Espaços destacados no Capítulo 1.....	55
Figura 5	O Cais das Colunas por ocasião da visita da Família Imperial a Vitória.....	58
Figura 6	Cidade Alta (1905).....	76
Figura 7	Praça Costa Pereira (1905).....	77
Figura 8	Praça Oito de Setembro no terceiro dia de carnaval (1912).....	93
Figura 9	Recorte em jornal divulgando a chegada de Companhia Circense a Vitória.....	94
Figura 10	Mapa do Estado do Espírito Santo Barra e Porto de Victoria (1928).....	104
Figura 11	Inhoá, recanto de Vila Velha (1908).....	112
Figura 12	Vista da Praia de Camburi (1950).....	114
Figura 13	Recorte de jornal com anúncio de aluguel de residência na Praia do Suá.....	116
Figura 14	Recorte de jornal referindo-se a banhos de mar na Praia do Suá.....	116
Figura 15	Postal da Praia do Suá – ponto final.....	116
Figura 16	Praia do Suá – barraca para banhistas.....	116
Figura 17	Trecho da Praia do Suá, arrabalde de Vitória.....	117
Figura 18	Vista da Ilha do Boi tomada da Praia do Canto (1920).....	119
Figura 19	Porto de Vitória (1909): vista panorâmica da cidade de Vitória com o Maciço Central ao fundo.....	124
Figura 20	Vila Rubim – Rua Marcos de Azevedo (1908).....	124
Figura 21	“Pão de Açúcar”, imagem do Penedo.....	126
Figura 22	Morro da Penha encimado pelo Convento de Nossa Senhora da	

	Penha.....	127
Figura 23	Pedras dos Ovos.....	127
Figura 24	Fortaleza de Piritininga.....	128
Figura 25	Trecho do mapa do Estado do Espírito Santo Barra e Porto de Victoria (1928).....	129
Figura 26	Vista do Monte Jutuquara e dos morros de “gnais” próximos de Vitória.....	131
Figura 27	Morro Mestre Álvaro.....	131
Figura 28	O Convento de Nossa Senhora da Penha sobre o Morro da Penha (1906).....	135
Figura 29	O Forte São João (à direita) e o Penedo (à esquerda).....	139
Figura 30	Vitória fotografada do Hospital da Misericórdia (1860).....	150
Figura 31	Reprodução parcial do mapa da cidade de Vitória em 1895 (1947)	151
Figura 32	Trecho do mapa de Vitória (1910).....	155
Figura 33	Rua e <i>Boulevard</i> do Comércio (1909).....	155
Figura 34	Trecho do <i>Boulevard</i> do Comércio (1909).....	155
Figura 35	Rua do Comércio e <i>Boulevard</i> homônimo (1909).....	156
Figura 36	Porto de Vitória (1925).....	156
Figura 37	Trecho do mapa de Vitória (1928).....	158
Figura 38	Nota de jornal – Rua do Comércio.....	159
Figura 39	Porto de Vitória. Perspectiva da Vila de Vitória, Capitania do Espírito Santo (1805).....	162
Figura 40	Porto de Vitória, antigo Cais Schimidt na Rua do Comércio (1910)	163
Figura 41	Planta da Vila da Victoria (1767).....	166
Figura 42	Cidade Alta, antigo Largo Afonso Brás (1906).....	167
Figura 43	Trecho do mapa de Vitória (1910).....	169
Figura 44	A Praça João Clímaco antes da reforma.....	171
Figura 45	Praça João Clímaco ajardinada (1910).....	171
Figura 46	Praça João Clímaco ajardinada (1910).....	172
Figura 47	Trecho da Praça João Clímaco.....	172
Figura 48	Muro da Praça João Clímaco (1910).....	178
Figura 49	Muro da Praça João Clímaco (1912).....	178
Figura 50	Fachada lateral do Palácio do Governo com escadaria de acesso	

	ao Cais do Imperador (1908).....	179
Figura 51	Palácio do Governo remodelado, com o acesso principal orientado para a escadaria frontal reconstruída (1912).....	179
Figura 52	Praça João Clímaco em dia de festividade cívica (1910).....	181
Figura 53	O Congresso Estadual, construído no local da antiga Igreja da Misericórdia (1912).....	181
Figura 54	Trecho do mapa de Vitória: Rua da Alfândega e Praça Santos Dumont (1910).....	186
Figura 55	“Alfandega da Victoria – E. E. Santo”, a partir da Baía.....	187
Figura 56	Rua da Alfândega (1905).....	188
Figura 57	Aspecto da Praça Santos Dumont (1910).....	189
Figura 58	Aspecto da Praça Santos Dumont com sua balaustrada e escadaria de acesso ao Cais (1910).....	190
Figura 59	Rua da Alfândega com os trilhos de bonde ao centro (1908).....	192
Figura 60	Vista da Rua da Alfândega (1908).....	192
Figura 61	Casa Verde, estabelecimento comercial na Rua da Alfândega.....	194
Figura 62	Anúncio do Café Globo à Praça Santos Dumont.....	194
Figura 63	Café Rio Branco na Rua da Alfândega.....	195
Figura 64	Pharmácia Aguirre na Rua da Alfândega.....	196
Figura 65	Alfaiataria Resemini & Leone na Rua da Alfândega.....	196
Figura 66	Aspecto da Praça Santos Dumont – Praça Oito de Setembro (1908).....	197
Figura 67	Registro da cidade de Vitória em 1895, realizada por André Carloni (1947) – Jardim Municipal.....	205
Figura 68	Detalhe do registro da cidade de Vitória em 1895 (1947).....	206
Figura 69	Antigo Jardim Municipal (1912).....	209
Figura 70	Grupo de mascarados no Jardim Municipal no carnaval de 1912.....	211
Figura 71	Detalhe da planta geral da cidade de Vitória (1910).....	211
Figura 72	Cais do Éden Parque, antigo Cais do Jardim Municipal.....	213
Figura 73	Detalhe da planta geral que registra a cidade de Vitória em 1895	

	(1947).....	215
Figura 74	Detalhe da planta geral da cidade de Vitória (1928).....	216
Figura 75	Imagem de anúncio do Éden Parque.....	219
Figura 76	Baile de carnaval realizado no interior do Éden Parque (1912).....	219
Figura 77	Aquarela do Passeio Público do Rio de Janeiro anterior a 1862....	226
Figura 78	Planta do Passeio Público no século XIX.....	226
Figura 79	O Passeio Público em litografia aquarelada de Alfredo Martinet (1847).....	228
Figura 80	Terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro voltado para o mar - Século XIX.....	229
Figura 81	Passeio Público do Rio de Janeiro (1817-1818).....	229
Figura 82	Litogravura do Passeio Público	230
Figura 83	Fonte dos Jacarés – Passeio Público.....	230
Figura 84	Região da Vila Moscoso (1906).....	237
Figura 85	Projeto do novo arruamento de Vitória – Vila Moscoso (1910).....	238
Figura 86	O descampado da Vila do Moscoso (1907).....	239
Figura 87	Vista parcial do descampado da Vila do Moscoso (1908).....	239
Figura 88	Vista aérea do descampado da Vila do Moscoso (1909).....	242
Figura 89	Descampado da Vila do Moscoso (1909).....	243
Figura 90	Descampado da Vila do Moscoso encimado pelo Maciço Central (1909).....	244
Figura 91	Descampado da Vila do Moscoso (1909).....	244
Figura 92	Descampado da Vila Moscoso (1909).....	245
Figura 93	Residência dos funcionários públicos nas proximidades do Parque Moscoso (1912).....	245
Figura 94	Projeto original do Parque Moscoso (1910).....	248
Figura 95	Parque Moscoso em obras durante a implementação do projeto paisagista de Paulo Motta (1912).....	249
Figura 96	Aspecto do Parque Moscoso: vista de uma das alamedas principais (1912).....	249
Figura 97	Parque Moscoso: vista de uma das alamedas principais (1912)....	250
Figura 98	Parque Moscoso (data desconhecida).....	250
Figura 99	Parque Moscoso (1912).....	252

Figura 100	Parque Moscoso: vista do interior do lago (1912).....	252
Figura 101	Parque Moscoso (data desconhecida).....	253
Figura 102	Fonte no interior do parque Moscoso (1912).....	254
Figura 103	Parque Moscoso: Fonte Jeronymo Monteiro (1936).....	255
Figura 104	Parque Moscoso: o coreto (1912).....	256
Figura 105	Orquidário no interior do Parque Moscoso (data desconhecida)....	256
Figura 106	Parque Moscoso (1936).....	260
Figura 107	Parque Moscoso: vista do lago (1936).....	264
Figura 108	Parque Moscoso: vista do lago e da ruína grega (1936).....	265
Figura 109	Parque Moscoso: vista do lago e de uma das pontes de acesso às ilhotas localizadas no seu interior (1936).....	266
Figura 110	Passeio do Campo retratado em pintura de Franz Josef Fruhbeck (1818).....	268
Figura 111	Aclamação de Don Pedro como I Imperador do Brasil no Campo De Santana, Rio de Janeiro.....	269
Figura 112	Projeto para o Campo de Santana atribuído a Auguste François Marie Glaziou (entre 1870-1880),.....	270
Figura 113	Detalhe do Campo d'Acclamação (Campo de Santana) no mapa “Nova planta da cidade do Rio de Janeiro” (1867).....	272
Figura 114	Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando melhoramentos em execução (1905).....	272
Figura 115	Campo d’Aclamação, Rio de Janeiro.....	273
Figura 116	Cascata no interior do Campo de Santana.....	275
Figura 117	Sede do Parque da Aclamação (Campo de Santana).....	276

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	
1 A CIDADE DE VITÓRIA E A CAPACIDADE DE MOTIVAR O SEU PRÓPRIO USUFRUTO ENTRE 1860 E 1916.....	35
1.1 A TOMADA DA CONSCIÊNCIA ESTÉTICA DA NATUREZA E O ENTENDIMENTO DE PAISAGEM EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.....	36
1.2 O MOVIMENTO HIGIENISTA NO BRASIL E O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	46
1.3 VITÓRIA – DE DOM PEDRO II AOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA: METAMORFOSES.....	51
1.3.1 Décadas de 1860 e 1870.....	56
1.3.2 Décadas de 1880 e 1890.....	64
1.3.3 Décadas de 1900 e 1910.....	77
1.4 O USO DO ESPAÇO PÚBLICO ABERTO POR MEIO DO LAZER: UMA LEITURA GERAL SOBRE A OCORRÊNCIA DE PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS	86
1.4.1 Práticas Recreativas e seus Espaços de Ocorrência.....	90
1.4.1.1 Festividades Religiosas e Cívicas.....	90
1.4.1.2 Festividades Carnavalescas.....	92
1.4.1.3 Companhias Circenses.....	94
1.4.1.4 Folguedos Infantis.....	95
1.4.1.5 Flânerie.....	96
1.4.1.6 Quiosques.....	97
1.4.1.7 Banhos de Mar / Passeios Marítimos / Esportes Náuticos.....	98
1.4.2 Sistematização dos Dados e Estruturação do Trabalho.....	98
CAPÍTULO 2	
2 O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO COM PONTOS DE VISADA PRIVILEGIADOS E AS PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS EM VITÓRIA.....	103
2.1 O USO DA BAÍA DE VITÓRIA – UM INCENTIVO À CONTEMPLAÇÃO	105

2.1.1	Do Medo à Admiração: A Nova Harmonia do Corpo com o Mar.....	105
2.1.2	O Contato com o Mar em Vitória e a Fruição da Paisagem.....	108
2.2	O MORRO DO CONVENTO DA PENHA – DE MARCO A MIRANTE....	133
2.3	VITÓRIA SOB DIFERENTES OLHARES E VISADAS: OUTROS REGISTROS DA PAISAGEM NATURAL E URBANA.....	138
2.3.1	O Forte São João como Mirante Natural.....	138
2.3.2	Vitória como Espetáculo – Paisagens da Memória.....	140
 CAPÍTULO 3		
3	O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO REMODELADO E A ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DE VITÓRIA.....	147
3.1	A RUA E O <i>BOULEVARD</i> DO COMÉRCIO: UM CAMINHO À BEIRA MAR.....	149
3.1.1	A Formação do Espaço e sua Aparência.....	149
3.1.2	Práticas na Rua à Beira Mar e População Usuária.....	158
3.1.3	O Potencial Paisagístico e os Indícios de uma Intenção Governamental para o Local.....	161
3.2	DE LARGO DA MISERICÓRDIA A PRAÇA JOÃO CLIMACO – POR UMA PAISAGEM REMODELADA.....	165
3.2.1	Lapidando uma Pequena Joia – O Processo de Aformoseamento do Espaço.....	165
3.2.2	Práticas no Espaço e População Usuária.....	173
3.2.3	O Cenário do Poder Republicano e os Novos Olhares sobre a Paisagem Remodelada.....	175
3.3	A RUA DA ALFÂNDEGA E A PRAÇA SANTOS DUMONT COMO VITRINES DA CIDADE.....	185
3.3.1	A Formação do Espaço.....	185
3.3.2	Práticas no Espaço e População Usuária.....	190
3.3.3	A Paisagem Local como Espelho da Civilidade.....	195
 CAPÍTULO 4		
4	A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS COM INTENÇÃO DE USUFRUTO DA PAISAGEM EM VITÓRIA DE 1860 A 1916.....	201
4.1	O JARDIM PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA.....	205
4.1.1	Imagens do Jardim: Reminiscências.....	205
4.1.2	Práticas no Jardim e População Usuária.....	216

4.1.3	O Jardim Municipal e a Fruição da Paisagem Local.....	222
4.1.4	O Jardim Público Municipal e o Passeio Público do Rio de Janeiro: Espaços para Olhar o Mar – Aproximações e Diferenças..	225
4.2	PARQUE MOSCOSO: OS DELEITES DE UMA PAISAGEM CONSTRUÍDA.....	233
4.2.1	Do Pântano ao Éden – A Formação do Terreno e as Intenções Governamentais.....	233
4.2.2	O Parque Moscoso – Novos Ares para a Cidade.....	241
4.2.3	A Criação de uma Paisagem Domesticada.....	246
4.2.4	Práticas no Parque e População Usuária.....	258
4.2.5	O Parque e a Contemplação da Paisagem Criada.....	263
4.2.6	O Campo de Santana: Um Jardim Paisagista a Servir de Espelho..	267
5	CONCLUSÃO.....	281
6	REFERÊNCIAS.....	288

INTRODUÇÃO

As paisagens da cidade de Vitória foram notadamente destacadas e admiradas no intervalo entre os séculos XVI e XIX, em especial neste último, em relatos e iconografias produzidos por viajantes¹ que estiveram na Capital durante esse período. A relevância de tais relatos e iconografias para a historiografia capixaba, no que tange ao reconhecimento da cidade de Vitória no período mencionado, despertou o ensejo em investigar o interesse da população residente do final do século XIX e início do XX pelas paisagens da cidade e a forma como essa população as apreendiam.

A tela de autoria de Joseph Alfred Martinet² (Figura 1), possivelmente datada da segunda metade do século XIX, intitulada “Cidade da Victoria, capital da Província do Espírito Santo”, em muito também contribuiu para aguçá a curiosidade acerca do tema.

A presença de pessoas, num primeiro plano da tela, que supostamente retratam moradores locais com o olhar voltado para a cidade, instigou o desenvolvimento deste trabalho, suscitando as seguintes questões: A população local sentia-se atraída por apreciar a paisagem? O que favorecia ou desestimulava essa contemplação? Havia locais ou atividades que contribuía para essa fruição?

Buscando respostas às questões levantadas, o presente trabalho objetivou analisar o “olhar do morador” sobre a cidade de Vitória, no que tange a seu interesse em relação à paisagem local, bem como a contribuição dos espaços públicos abertos no incentivo ao seu usufruto. Para a realização de tal abordagem, estabeleceu-se o intervalo entre os anos de 1860 e 1916.

¹ Conforme Rocha (1971), dentre os viajantes que passaram por solo capixaba no intervalo entre os séculos XVI e XIX, destacam-se, por seus relatos sobre aspectos paisagísticos da cidade de Vitória, Vasco Fernandes Coutinho, dono da Capitania do Espírito Santo (1535), o jesuíta Jácome Monteiro (1610), o holandês João de Laet (1633), Francisco Manoel da Cunha (1811), o príncipe Maximiliano Alexandre Phillip de Neuwied (1815), Auguste Saint-Hilaire (1818), Eduardo Wilberforce (1851), o imperador D. Pedro II e a imperatriz Dona Tereza Cristina (1860), Charles Frederick Hartt (1865) e a princesa Teresa Carlota da Baviera (1888).

² Joseph Alfred Martinet (1821, França – 1875), paisagista, retratista e litógrafo francês, cuja chegada ao Brasil, vindo do Havre pelo navio La Béranger, foi registrada por Gilberto Ferrez no ano de 1841.

Figura 1 – ‘Cidade da Victoria, capital da Província do Espírito Santo’.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>
Nota: Autoria de Joseph Alfred Martinet

O trabalho teve como ponto de partida a hipótese de que o desenvolvimento de práticas recreativas em determinados espaços públicos faria desses espaços, locais mais apropriados à realização de práticas contemplativas, que poderiam favorecer contextos mais lúdicos que outras atividades cotidianas, sendo dessa forma considerados potencialmente capazes de incentivar uma condição propícia ao exercício da contemplação.

Partindo-se dessa premissa, iniciou-se o trabalho tomando-se como base um dos principais ícones notadamente associados ao lazer pertencentes ao período que se tinha interesse em trabalhar – fins do século XIX e início do XX: o Parque Moscoso, criado no ano de 1912. Durante os primeiros contatos com a pesquisa, foi possível identificar outro espaço que desenvolvia funções semelhantes na urbe em período anterior ao da criação do Parque Moscoso, o Jardim Público Municipal, inaugurado em 1882.

O recorte do tema, entre os anos de 1860 e 1916, considera, portanto, como marcos os anos de 1882 e 1912. Buscou-se abranger um período anterior ao da criação do primeiro espaço, com intervalo de tempo suficiente para observar a incidência de

relatos sobre a paisagem, entender como e onde ocorriam as práticas recreativas e como se dava a relação da população com a cidade antes dessa intervenção. Assim, diante da necessidade de voltar alguns anos da primeira data marco (1882), optou-se por estabelecer, como ponto de partida do trabalho, o ano de 1860, data em que ocorreu a visita da Família Imperial a Vitória (24 de janeiro de 1860), fato considerado em seu potencial transformador, por se tratar de um relevante acontecimento histórico para a capital capixaba.

Por outro lado, quanto ao limite final do trabalho, buscou-se estabelecer um distanciamento mínimo do ano de 1912, capaz de possibilitar o entendimento dos efeitos do Parque Moscoso sobre a apreensão da paisagem, ao mesmo tempo evitando tornar o intervalo de tempo estudado desnecessariamente extenso, o que poderia inviabilizar a pesquisa. Foi então definido o ano de 1916 como limite final, visto que correspondia ao primeiro ano coberto integralmente por periódico local disponível para pesquisa após a inauguração do Parque Moscoso e possibilitava a abrangência de um mandato administrativo completo após sua criação, exercido entre 1912 e 1916.

O tema escolhido constitui uma contribuição ao entendimento do significado da transformação social do espaço urbano e do modo como a população passou a perceber a paisagem e com ela se relacionar nesse intervalo estudado.

Considerando-se a temática pretendida, necessário se fez o conhecimento sobre os modos de vida da população residente no período em questão, a existência de espaços abertos voltados à recreação, os recursos recreativos utilizados à época e a sua relação com o meio urbano, problemas estruturantes de ordem física da cidade e sua relação com o indivíduo e, finalmente, a ocorrência de manifestações resultantes da fruição da paisagem. Optou-se pela adoção de fontes primárias de pesquisa, capazes de dar subsídios necessários ao desenvolvimento do tema. Para tal, lançou-se mão de informações largamente extraídas de duas fontes principais: os Relatórios e Mensagens de Governo e os periódicos locais, ambos referentes ao período estudado, utilizados subsidiariamente, ou seja, de forma a se complementarem.

Os Relatórios e Mensagens de Governo referem-se ao período de 1860 a 1916. Foram pesquisados em meio digital, através do sítio eletrônico oficial do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, em sua íntegra. Nessa consulta, buscavam-se “pistas” ou indícios de obras e/ou acontecimentos considerados relevantes à época. A partir desses indícios, recorria-se aos periódicos publicados simultaneamente à divulgação do Relatório ou Mensagem de Governo, buscando investigar se e como esses eventos foram absorvidos e relatados pela mídia local.

Ao longo da pesquisa, os próprios periódicos apontaram outras pistas que levaram à busca de novas datas a serem investigadas, a fim de realimentar e complementar as informações então encontradas.

Os periódicos locais referiam-se ao período entre 1859³ a 1916 e estavam disponibilizados para estudo no Arquivo Público Estadual – ES, na Biblioteca Pública Estadual – ES e no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, detentores dos exemplares microfilmados.

As informações extraídas dessas fontes foram analisadas como uma espécie de “simulação da imediaticidade”, considerando-se que o jornalismo tem a possibilidade de veicular não apenas a ideologia dominante na sociedade como também as contradições do sistema.

A imprensa teve um papel fundamental na divulgação do olhar paisagístico local, especialmente através da publicação de textos que tinham como temática a fruição da paisagem. Os textos publicados nos periódicos pesquisados podem ser entendidos como traduções das paisagens então existentes a partir do ponto de vista de uma comunidade letrada, socialmente privilegiada, haja vista o teor dos escritos.

Em que pese ao mencionado, entende-se que não existe discurso fora de um contexto social e, em vista da importância da mídia como representante das diferentes esferas da vida societária, os periódicos pertencentes ao intervalo estudado foram tomados como uma valiosa contribuição à pesquisa. Assim, de

³ Cabe destacar que a inexistência de periódicos datados do ano de 1860 fez com que fosse necessária a pesquisa dos últimos meses do ano que o antecede, considerando que nele se inicia o intervalo estudado.

modo geral, constituem-se importantes documentos históricos, capazes de proporcionar pistas que conduzam a alguns apontamentos relevantes. Dessa forma, os registros encontrados foram significativos para o entendimento da cidade de Vitória em fins do século XIX e início do XX.

No entanto, há que se considerar que, por ser uma narrativa baseada em acontecimentos diários, a escrita da imprensa periódica pode apresentar discursos enigmáticos, que devem acima de tudo ser observados e contextualizados, sob pena de se empreender uma avaliação ingênua e equivocada. Da mesma forma, por se constituírem registro textual de um período administrativo, os Relatórios e Mensagens de Governo, devido ao seu caráter político, podem apresentar-se tendenciosos a direcionar uma determinada situação, razão pela qual se considerou importante trabalhar os dados obtidos em ambas as fontes de maneira subsidiária, visando possibilitar a realização de uma leitura mais completa dos fatos narrados.

Foram cinco os periódicos principais pesquisados ao longo da pesquisa: *Correio da Victoria*, *O Espírito-Santense*, *A Província do Espírito Santo*, *O Estado do Espírito Santo* e *Diário da Manhã*. Para a escolha dos periódicos consideraram-se os seguintes critérios:

- a cobertura do período pesquisado (1860 a 1916);
- a cobertura de períodos maiores de tempo, ou seja, jornais que permaneceram em circulação por mais anos;
- a cobertura da Capital, tendo em vista a existência de periódicos de outras localidades dentro do Espírito Santo;
- a abordagem de fatos do cotidiano da população local;
- maior participação dos leitores.

De acordo com essas premissas, uma opção foi o **Correio da Victoria** que abrangia o período de 1859-1863 e 1869-1872, primeiro jornal publicado no Espírito Santo e, portanto, o único que cobria a década de 1860, na qual a pesquisa se iniciou. Já a folha **O Espírito-Santense** compreendia as décadas de 1870 e 1880 em sua totalidade, e era o único que abrangia a primeira década.

O periódico **A Província do Espírito Santo** estendeu-se de 1882 a 1889. Com o advento da República, passou a denominar-se **O Estado do Espírito Santo**. Dessa forma, a utilização de **O Estado do Espírito Santo**⁴ garantiu a desejada continuidade de enfoque e linguagem usada por esses veículos, bem como a cobertura de um longo período de tempo, que se estendeu de 1890-1904 e 1907-1911.

Para abordar a totalidade do intervalo estudado, utilizou-se o periódico **Diário da Manhã**⁵, visando ao registro das informações dos anos de 1912 e 1916. Cumpre mencionar que este se constituía o único periódico que abrangia o período após 1911, não havendo exemplares no intervalo mencionado.

Foram também utilizados os periódicos **O Meteoro** (1886), **O Olho** (1912), **O Horizonte: Ordem e Progresso** (1880-1885) e **A Folha da Victoria** (1883-1888), de maneira complementar aos anteriores, nos casos em que se considerou necessário maior aprofundamento do período, notadamente no que tange à década de 1880 e ao ano de 1912. Já a utilização dos periódicos **Jornal da Victoria** (1864-1869) e **O Sport** (1915) tornou-se necessária para cobrir lacunas de tempo observadas nos periódicos **Correio da Victoria** e **Diário da Manhã**, respectivamente.

A pesquisa baseada nos periódicos constou de duas etapas:

- **1.ª Etapa** – Considerando-se a extensão do período selecionado para estudo, correspondente a 56 anos, e a inviabilidade de realização da pesquisa nos periódicos em sua totalidade, optou-se, nesta etapa, pela utilização dos Relatórios e Mensagens de Governo como norteadores do processo investigativo, conforme mencionado anteriormente, visando delimitar períodos específicos a serem investigados.

O Quadro 1 aponta os periódicos pesquisados, o período por eles abordado, os anos em que coexistiram com outros periódicos (anos sublinhados), os anos efetivamente pesquisados (marcados em amarelo), bem como a fonte do material

⁴ Insta mencionar que o periódico **O Estado do Espírito Santo** passou a ser publicado com o nome **Estado do Espírito Santo** a partir de 15 de março de 1893, permanecendo com esta denominação até o último exemplar microfilmado, datado de 1911.

⁵ O periódico **Diário da Manhã** teve seu nome alterado para **O Diário** no período entre 4 de março de 1912 e 31 de dezembro do mesmo ano, voltando a adotar o nome original posteriormente. Não foi possível identificar o ano exato em que ocorreu a referida mudança. Sabe-se, no entanto, que a partir de 1916 a alteração para a primeira denominação já havia sido realizada. Não há registros microfilmados desse periódico nos anos de 1913 a 1915.

analisado. Os anos pesquisados foram escolhidos com base em informações extraídas dos Relatórios e Mensagens de Governo, quando da menção a alguma intervenção realizada na cidade ou a algum fato relevante.

Observou-se que alguns fatos foram simultaneamente mencionados em determinados períodos. A opção por uma determinada fonte em detrimento de outra se deu, em especial, pela preferência por uma narrativa que mencionasse algo mais significativo para o estudo. Assim, deu-se preferência às fontes que continham maior participação dos leitores, participação que se dava por meio de cartas endereçadas à redação e incorporadas ao texto do periódico, nas quais foram observados relatos acerca das condições da cidade, solicitações de melhorias direcionadas às autoridades locais, bem como impressões, poemas e crônicas sobre a cidade, além de narrativas e experiências acerca da paisagem local.

Foram também preferencialmente utilizados os periódicos que trouxessem colunas dedicadas a relatar fatos do cotidiano da população local, a exemplo da coluna intitulada “Factos e boatos”, do jornal A Província do Espírito Santo, e a denominada “Novas”, de O Estado do Espírito Santo.

Diante dessas premissas, optou-se por escolher A Província do Espírito Santo em substituição ao Espírito-Santense, periódico que se mostrou mais adequado ao que se pretendia quando comparado ao Correio da Vitória. Foi também utilizado O Estado do Espírito Santo e preterido o Diário da Manhã, que não trazia nenhuma das características descritas, tendo sido escolhido exclusivamente por ser o único que abordava o intervalo após 1911.

Os cinco periódicos principais nortearam as pesquisas nas duas fases, e os que serviram como fonte complementar foram utilizados somente na segunda etapa investigativa.

Quadro 1 – Periódicos pesquisados ao longo da 1.ª etapa da pesquisa.

1.ª ETAPA DA PESQUISA			
PERIÓDICOS PESQUISADOS			
Periódico	Local da pesquisa	Ano pesquisado	Período pesquisado
O Correio da Victoria			
<u>1859</u> , <u>1860</u> , 1861, <u>1862</u> , <u>1863</u> , <u>1869</u> , 1870, <u>1871</u> , <u>1872</u>	APES	1859	Meses 8 a 12
	Site BN	1860	Todo
	Site BN	1662	Todo
	Site BN	1863	Todo
	Site BN	1869	Todo
O Espírito-Santense			
<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , <u>1873</u> , 1874, 1875, <u>1876</u> , 1877, 1878, <u>1879</u> , 1880, 1881, <u>1882</u> , <u>1883</u> , <u>1884</u> , <u>1885</u> , <u>1886</u> , <u>1887</u> , <u>1888</u> , <u>1889</u>	APES	1870	Todo
	APES	1871	Todo
	APES	1872	Todo
	APES	1873	Todo
	APES	1876	Todo
	APES	1879	Todo
A Província do Espírito Santo			
<u>1882</u> , <u>1883</u> , 1884, <u>1885</u> , <u>1886</u> , <u>1887</u> , <u>1888</u> , <u>1889</u>	BPES	1882	Todo
	BPES	1883	Todo
	BPES	1885	Mês 5
	BPES	1886	Todo
	BPES	1887	Meses 1 e 2
	BPES	1889	Todo
O Estado do Espírito Santo			
<u>1890</u> , 1891, 1892, <u>1893</u> , 1894, 1895, <u>1896</u> , 1897, 1898, 1899, <u>1900</u> , 1901, 1902, <u>1903</u> , 1904, 1907, 1908, <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>	BPES	1890	Meses 1 a 18/4/1890
	APES	1893	Meses 1 a 2
	BPES	1896	Todo
	BPES	1902	Mês 1
	APES	1903	Todo
	Site BN	1009	Meses 1 a 4 – 9 a 12
	Site BN	1911	Meses 4 a 7
Diário da Manhã			
<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , <u>1912</u> , <u>1916</u>	Site BN	1912	Todo
	Site BN	1916	Todo

Legenda:

Em amarelo: Anos em que os periódicos foram efetivamente pesquisados na 1.ª etapa da pesquisa.

Sublinhados: Anos em que os periódicos coexistiram com outros e por essa razão não foram pesquisados durante a 1.ª etapa da investigação.

Os anos não demarcados em amarelo ou sublinhados não foram pesquisados.

- **2.ª Etapa** – Devido à impossibilidade de cobertura do período pesquisado em sua totalidade, optou-se por realizar uma “varredura” de palavras consideradas chaves, de forma a complementar as informações obtidas ao longo da primeira etapa da pesquisa, diminuindo, em consequência disso, as lacunas ocasionadas pelos anos não abordados no estudo.

Esta etapa se deu por meio de consulta ao sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional através do projeto “Periódicos extintos”.

As palavras-chave pesquisadas na segunda etapa foram escolhidas segundo os critérios que seguem, de acordo com os dados coletados durante a primeira etapa de investigação (Quadro 2):

- a) frequência de citações;
- b) comparecimento em relatos que mencionavam ocorrência de práticas recreativas;
- c) comparecimento em narrativas acerca da paisagem como ponto de visada para a realização da prática contemplativa;
- d) destaque em citações que descreviam as paisagens locais, constituindo-se parte integrante destas;
- e) destaque como intervenção física realizada na cidade, também mencionada nos Relatórios e Mensagens de Governo;
- f) novas denominações de espaços frequentemente mencionados ao longo do intervalo de tempo estudado;
- g) nomes de pessoas com envolvimento em intervenções realizadas na cidade mencionadas nos Relatórios e Mensagens de Governo;
- h) abordagem direta com a temática.

Dessa forma, conforme demonstra o Quadro 2, optou-se por inserções isoladas dos termos: Penedo, Baía, paisagem, Moscoso, Jardim Municipal, Éden Parque,

panorama, Praça do Palácio, João Clímaco, banhos de mar, *Boulevard*, Paulo Motta, Porto dos Padres, Rua do Comércio, Alfândega, Santos Dumont, Praça Oito de Setembro, Reguinho, Rua Sete de Setembro, Largo da Conceição, Praça Costa Pereira, Pelame, Praça Paula Castro e Convento.

Quadro 2 – Palavras-chave e critérios de escolha utilizados na 2.^a etapa da investigação.

2. ^a ETAPA DA PESQUISA	
PALAVRAS-CHAVE	CRITÉRIOS
Penedo	(a), (d)
Baía	(a), (b), (c), (d)
Paisagem	(h)
Campinho	(a), (b), (e)
Moscoso	(a), (b), (c), (d), (e), (f)
Jardim Municipal	(a), (b), (c), (e)
Éden Parque	(a), (b), (c), (f)
Panorama	(h)
Praça do Palácio	(a), (b), (e)
João Clímaco	(a), (b), (c), (e), (f)
Banhos de mar	(b)
<i>Boulevard</i>	(a), (b), (f)
Paulo Motta	(g)
Porto dos Padres	(a), (b), (e)
Rua do Comércio	(a), (b), (e), (f)
Alfândega	(a), (b), (c), (d), (e)
Santos Dumont	(a), (b), (c), (d), (f)
Praça Oito de Setembro	(a), (b), (c), (d), (f)
Reguinho	(a), (e)
Rua Sete de Setembro	(a), (e)
Largo da Conceição	(a), (b), (e), (f)
Praça Costa Pereira	(a), (b), (e)
Pelame	(a), (f)
Praça Paula Castro	(f)
Convento	(b), (c), (d)

A escolha das palavras **Penedo, Baía e Convento** se deu pelo fato de aparecerem com relativa frequência nos periódicos estudados na primeira etapa, estando presentes em várias narrativas paisagísticas como elementos considerados de destaque. As duas últimas são citadas ainda como espaços onde ocorriam práticas recreativas e contemplativas.

Visando realizar uma varredura mais direcionada ao foco da pesquisa, optou-se por utilizar a própria palavra **paisagem** e seu sinônimo **panorama**.

A utilização das palavras **Campinho, Reguinho, Largo da Conceição e Pelame** deveu-se à grande ocorrência de menções feitas a elas ao longo da primeira etapa da investigação, especialmente em notas contendo reclamações de moradores locais acerca do estado de insalubridade na cidade. Por essa razão, esses espaços compareceram nos Relatórios e Mensagens de Governo como objetos de alguma intervenção por parte do Estado, ainda que em escalas diferenciadas.

Ao longo do intervalo estudado, esses nomes foram mudados para Parque **Moscoso, Rua Sete de Setembro, Praça Costa Pereira e Praça Paula Castro**, respectivamente, o que justificou a continuidade da pesquisa a partir dos novos nomes que receberam. Cabe lembrar ainda que o Parque Moscoso constitui-se um dos marcos do presente trabalho, corroborando a importância em pesquisá-lo de forma mais apurada. Diante dessa premissa, considerou-se também como palavra-chave o nome **Paulo Motta**, autor do projeto do Parque, o que possibilitou a ampliação da busca.

Os termos **Praça do Palácio, Porto dos Padres e Alfândega** correspondiam a espaços mencionados com frequência considerável ao longo da primeira fase, em especial o primeiro, que também se destaca como palco de vivências sociais. A palavra “Alfândega” foi utilizada de maneira mais ampla, visando abranger possíveis menções ao Cais e à Rua, a qual foi observada em citações relativas à fruição da paisagem. Todos eles são mencionados como objetos de intervenção urbana, com ênfase na alteração da paisagem local, seja em Relatórios e Mensagens de Governo seja em notas de periódicos.

No trecho em estudo esses espaços tiveram sua designação alterada, passando a **Praça João Clímaco, Rua do Comércio / Boulevard do Comércio e Praça**

Santos Dumont / Praça Oito de Setembro, respectivamente, fazendo com que fosse necessária uma busca, considerando-se as novas denominações, a partir do momento em que se identificou a mudança. Em alguns casos, observou-se a permanência da denominação antiga, levando ao emprego das duas até o final do intervalo estudado, o que aconteceu com o segundo e o último espaços.

A palavra-chave **Jardim Municipal**, assim como Parque Moscoso, constitui um dos marcos do trabalho, destacando-se na ocorrência de relatos que o associam à oportunidade de práticas recreativas e contemplativas como ponto de visada, além de comparecer nos Relatórios de Governo. A busca pelo termo **Éden Parque** justifica-se por ter sido usado em substituição a Jardim Municipal durante a década de 1890, possibilitando a pesquisa desse espaço após essa data.

Por último, optou-se por fazer uso do termo **banhos de mar**, atividade recreativa que se mostrou, já na primeira etapa da pesquisa, inspiradora e propícia à fruição da paisagem local.

O Quadro 3 aponta os periódicos investigados por palavra-chave, o período estudado bem como a fonte utilizada. A metodologia adotada possibilitou uma amplitude considerável do período estudado e maior aproximação com os relatos referentes à paisagem.

Quadro 3: 2.ª ETAPA DA PESQUISA		
PERIÓDICOS PESQUISADOS POR <u>PALAVRA-CHAVE</u> (Continua)		
PALAVRA-CHAVE: PENEDO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, 1870, <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , <u>1912</u> , 1916
PALAVRA-CHAVE: JARDIM MUNICIPAL		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
O Meteoro	Site Hemeroteca Digital	<u>1886</u>
O Olho	Site Hemeroteca Digital	<u>1912</u>
O Horizonte	Site Hemeroteca Digital	<u>1880-1885</u>
A Folha da Victoria	Site Hemeroteca Digital	<u>1883-1888</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , <u>1912</u> , 1916
PALAVRA-CHAVE: PAISAGEM		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victória	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1859, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
O Meteoro	Site Hemeroteca Digital	<u>1886</u>
O Olho	Site Hemeroteca Digital	<u>1912</u>
O Horizonte	Site Hemeroteca Digital	<u>1880-1885</u>
A Folha da Victoria	Site Hemeroteca Digital	<u>1883-1888</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , <u>1912</u> , 1916

Quadro 3: 2.ª ETAPA DA PESQUISA		
PERIÓDICOS PESQUISADOS POR PALAVRA-CHAVE (Continuação)		
PALAVRA-CHAVE: PRAÇA DO PALÁCIO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados na 2.ª Etapa
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, 1870, 1871, 1872
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
PALAVRA-CHAVE: JOÃO CLÍMACO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1916
O Olho	Site Hemeroteca Digital	1912
PALAVRA-CHAVE: BANHOS DE MAR		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, 1870, 1871, 1872
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: BOULEVARD		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1916
O Olho	Site Hemeroteca Digital	1912

Quadro 3: 2.ª ETAPA DA PESQUISA		
PERIÓDICOS PESQUISADOS POR PALAVRA-CHAVE (Continuação)		
PALAVRA-CHAVE: PAULO MOTTA		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
O Olho	Site Hemeroteca Digital	<u>1912</u>
PALAVRA-CHAVE: PORTO DOS PADRES		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: RUA DO COMÉRCIO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916

Quadro 3: 2.ª ETAPA DA PESQUISA		
PERIÓDICOS PESQUISADOS POR PALAVRA-CHAVE (Continuação)		
PALAVRA-CHAVE: ALFÂNDEGA		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864 - 1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, 1870, <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , 1910, 1911
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: SANTOS DUMONT		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: PRAÇA OITO DE SETEMBRO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	<u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: REGUINHO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, 1870, <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , 1910, 1911
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916

Quadro 3: 2.ª ETAPA DA PESQUISA		
PERIÓDICOS PESQUISADOS POR PALAVRA-CHAVE (Continuação)		
PALAVRA-CHAVE: SETE DE SETEMBRO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: LARGO DACONCEIÇÃO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1959, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
PALAVRA-CHAVE: PRAÇA COSTA PEREIRA		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: PELAME		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espirito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897

Quadro 3: 2.ª ETAPA DA PESQUISA		
PERIÓDICOS PESQUISADOS POR PALAVRA-CHAVE (Conclusão)		
PALAVRA-CHAVE: PRAÇA PAULA CASTRO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916
PALAVRA-CHAVE: CONVENTO		
Periódico	Local da pesquisa	Anos pesquisados
Jornal da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1864-1869
O Correio da Victoria	Site Hemeroteca Digital	1859, 1864, 1869, <u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u>
O Espírito-Santense	Site Hemeroteca Digital	<u>1870</u> , <u>1871</u> , <u>1872</u> , 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889
O Estado do Espírito Santo	Site Hemeroteca Digital	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1907, <u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u>
Diário da Manhã	Site Hemeroteca Digital	<u>1908</u> , <u>1909</u> , <u>1910</u> , <u>1911</u> , 1912, 1916

Legenda:

Sublinhados: Anos que os periódicos coexistiram com outros, tendo sido duplamente pesquisados durante a 2ª etapa da pesquisa.

A pesquisa dos termos **Penedo, baía, e banhos de mar** foi realizada nos periódicos O Correio da Victoria, O Espírito-Santense, O Estado do Espírito Santo e Diário da Manhã, abrangendo o intervalo de 1859 a 1916.

O termo **Jardim Municipal** foi pesquisado nos periódicos anteriormente mencionados, com exceção de O Correio da Victória, que abrange um período no qual o referido espaço ainda não havia sido criado. Dessa forma, o período estudado compreendeu os anos de 1882 a 1916. Utilizaram-se de maneira complementar os periódicos O Meteoro, O Olho, O Horizonte e A Folha da Victoria visando à realização de uma varredura mais completa sobre o espaço em face de sua importância no trabalho. Já a busca pela palavra-chave **Éden Parque** deu-se nas

publicações relativas aos anos de 1897 a 1916 nos periódicos O Estado do Espírito Santo e Diário na Manhã, devido a um indício de que este seria o novo nome adotado para o Jardim Municipal, a partir desta data.

As palavras-chave **paisagem e panorama** foram pesquisadas nas publicações de 1959 a 1916 dos periódicos acima mencionados e em O Correio da Victória.

As palavras **Moscoso e Paulo Motta** ficaram restritas aos jornais O Estado do Espírito Santo de 1908 a 1911, Diário da Manhã de 1908 a 1916 e O Olho que cobria o ano de 1912, sendo suficiente para o estudo do objeto pesquisado, considerando que o Parque Moscoso foi inaugurado neste último ano. A consulta aos jornais dos quatro anos anteriores a essa inauguração visou abranger o período de possível preparação do Governo Jeronymo Monteiro para a construção do espaço em foco.

A pesquisa pelo termo **Praça do Palácio** foi realizada nos periódicos que abrangiam as três primeiras décadas do intervalo estudado, ou seja, o Jornal da Victória, O Correio da Vitória e O Espírito-Santense, quando o espaço passou a ser denominado Praça **João Clímaco**, em 1883, ano a partir do qual se optou por essa denominação ao buscar dados acerca desse logradouro nos demais periódicos que cobriam o Período Republicano no intervalo em estudo.

Os topônimos **Porto dos Padres e Rua do Comércio** foram pesquisados no intervalo de 1859 a 1916, nos periódicos elencados no Quadro 3, observando-se que ambas as denominações coexistiram até o final. No estudo, constatou-se que a palavra **Boulevard** foi usada a partir do ano de 1896, quando foram encontrados registros acerca da criação do *Boulevard* do Comércio. Assim esta pesquisa restringiu-se aos jornais O Estado do Espírito Santo e Diário da Manhã, do período que se estendia de 1896 a 1916.

O termo **Alfandega** foi encontrado desde 1859 e permaneceu até o final do intervalo pesquisado. De maneira concomitante, realizou-se a busca pela palavra-chave **Santos Dumont** a partir de 1908, período em que o espaço relativo foi criado. No ano seguinte, foi acrescentada ao nome da Praça a designação Oito de Setembro, razão pela qual se passou também a realizar a busca por este termo.

Os dados acerca dos termos **Reguinho e Sete de Setembro** foram obtidos durante todo o período em estudo. Já a busca por **Largo da Conceição** iniciou-se em 1859, estendendo-se até a década de 1880, quando o espaço recebeu a designação de **Praça Costa Pereira**, passando a ser pesquisado com esta denominação até o ano de 1916, conforme o Quadro 3.

Fato semelhante ocorreu com o termo **Pelame**, pesquisado de 1859 ao final da década de 1890, quando se iniciou a busca pela designação **Praça Paula Castro** que se estendeu até o último ano da pesquisa.

Cada uma das etapas descritas da pesquisa foi sucedida por uma fase de sistematização dos dados obtidos, que consistiu na transcrição de todas as informações selecionadas e sua posterior tabulação. A tabulação das informações resumiu-se no registro, por transcrição realizada, de dados, como o nome, o ano, a data do periódico pesquisado, acompanhados do assunto tratado na referida fonte. A partir da utilização desse sistema, conseguiu-se reunir, identificar e melhor visualizar aproximadamente trezentos registros extraídos dos periódicos antigos, o que evitou a perda de informações ao longo do extenso processo da pesquisa deixando-as disponíveis quando do desenvolvimento analítico do trabalho em tela.

Portanto, a partir de um complexo sistema de informações acerca da prática cotidiana no intervalo investigado, buscou-se provocar uma aproximação dessa prática com a base conceitual pesquisada, visando desenvolver e aprofundar conhecimentos a respeito da fruição da paisagem nesse período.

Ao longo do trabalho, o tema foi dividido em quatro grandes eixos metodológicos, constituindo quatro capítulos.

O Capítulo 1 constitui-se uma peça fundamental, visto ser o responsável por estruturar o desenvolvimento dos capítulos que o seguem. Pela constituição de um panorama acerca dos conceitos considerados fundamentais para o andamento deste estudo, nele são abordados a relação natureza/paisagem e seu entendimento durante o fim do século XIX e início do XX, bem como são realizados apontamentos sobre a temática do lazer e do Movimento Higienista, visando à compreensão e à influência dessas abordagens no estudo sobre Vitória relativo ao intervalo entre 1860 e 1916.

Após cercar-se desse arcabouço teórico, o Capítulo em questão busca compreender a capacidade da cidade de Vitória em estimular o seu próprio usufruto e, por consequência, motivar práticas contemplativas por parte de seus moradores. Para tanto, procura entender a participação dos espaços urbanos na vida cotidiana da sociedade capixaba.

O Capítulo 2 aborda as práticas contemplativas realizadas entre os anos de 1860 e 1916, tomando como ponto de visada a Baía de Vitória e suas margens, além do Morro do Convento e do Forte São João entendidos como mirantes.

O Capítulo 3 analisa espaços da urbe objetos de remodelação e aformoseamento nos primeiros anos da República, bem como a contribuição do processo de alteração da paisagem local no modo como a população da Capital passou a se relacionar com esse novo cenário. Esse processo diz respeito à Rua e *Boulevard* do Comércio, à Praça João Clímaco e à Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont.

O Capítulo 4 traz a contribuição dos jardins e parques públicos criados em Vitória entre os anos de 1860 e 1916, notadamente o Jardim Público Municipal e o Parque Moscoso, analisando a influência destes no processo de consolidação de uma intenção consciente de usufruir a paisagem na capital capixaba.

Por fim, são acrescentados alguns apontamentos acerca da análise dos dados obtidos.

CAPÍTULO 1

1 A CIDADE DE VITÓRIA E A CAPACIDADE DE MOTIVAR O SEU PRÓPRIO USUFRUTO ENTRE 1860 E 1916

Neste Capítulo, pretende-se compreender a capacidade da cidade de Vitória em estimular o seu próprio usufruto e, em consequência, motivar a fruição da paisagem local na população nela residente no intervalo entre os anos de 1860 e 1916. Para tanto, o Capítulo foi subdividido em quatro partes, que se complementam conforme as etapas abaixo descritas.

Pela constituição de um panorama acerca da fruição da paisagem, julga-se relevante um entendimento sobre a relação natureza/paisagem à época estabelecida, visando compreender ou contextualizar a noção de paisagem, bem como sua aproximação e distanciamento da natureza durante o intervalo estudado. Esta etapa foi desenvolvida na primeira parte deste Capítulo.

Da mesma forma, acredita-se que a compreensão da experiência contemplativa dos moradores de Vitória requer *a priori* o entendimento do significado dos espaços urbanos na vida cotidiana dessa sociedade, uma vez que esta impressão é entendida como condição para promover ou incentivar a apreensão de seus elementos constituintes.

Definida essa abordagem e sua participação no encadeamento da pesquisa, buscaram-se ferramentas que a embasassem visando a um melhor entendimento dos dados obtidos bem como da inserção deles no contexto em que ocorreram.

A penetração da ideologia do Movimento Higienista na vida cotidiana brasileira, codificada pelos ideais de higiene, moral, saúde e civilidade propagados durante o século XIX e início do XX, teve grande repercussão no comportamento e nas relações de sociabilidade à época estabelecidos. Nesse contexto, uma vez que o meio ambiente era considerado o responsável principal pela saúde do corpo social e que a maneira como as pessoas passam a se relacionar entre si e com a urbe

estava diretamente associada a esses preceitos, a compreensão da influência desse meio no usufruto da cidade se fez fundamental no desenvolvimento do presente Capítulo. Diante do exposto, a segunda etapa do Capítulo foi desenvolvida buscando-se esse entendimento.

Visando lograr os resultados ensejados e considerando a influência dos mecanismos de controle do cotidiano e das práticas sociais do Movimento Higienista no Brasil, buscou-se entender, num terceiro momento, até que ponto o aspecto e a infraestrutura urbana da cidade de Vitória nesse período teriam influenciado o uso dos espaços públicos. Dessa forma, deu-se ênfase aos aspectos relacionados à infraestrutura urbana existente e às transformações por ela sofridas ao longo desse intervalo, bem como ao contexto em que essas transformações se processaram.

Por fim, tomando-se como base o uso do espaço urbano por meio da análise das práticas recreativas dos cidadãos, foi possível identificar os locais de ocorrência das práticas contemplativas, bem como classificá-las em categorias que estruturam os capítulos subsequentes.

1.1 A TOMADA DA CONSCIÊNCIA ESTÉTICA DA NATUREZA E O ENTENDIMENTO DE PAISAGEM EM FINS DO XIX E INÍCIO DO XX

Sabe-se que a noção de paisagem é bastante disseminada e reconhecida pelo senso comum. Considerando-se a vasta literatura acerca dessa temática e as inúmeras variáveis envolvidas nesta discussão, pretende-se tratar o referido tema realizando um recorte específico, visando não impelir em direções desnecessárias a abordagem realizada. Tendo isto em mente, fez-se uma breve contextualização, a começar com Petrarca até fins do século XIX e início do XX.

De acordo como Cauquelin (2007, p. 45), “não há dúvida de que a Natureza não era figurada na forma de paisagem”, o que hoje se tem o hábito de confundir em uma mesma figura. Para Maria (2010, p. 30) “a noção de paisagem que se desenvolveu na Europa provém de um distanciamento e de certa ruptura com a natureza, base da

modernidade ocidental e fundamental para existência de seu desenvolvimento científico”.

O Cosmos totalmente dessacralizado como o conhecemos é uma descoberta recente na história humana. Segundo Eliade (1992), para o homem religioso, das sociedades arcaicas, a natureza não era unicamente “natural”, pois carregava consigo um grande valor religioso. Ao considerar o Cosmos como uma obra divina, que “vive” e “fala”, o Mundo conseqüentemente impregnava-se de sacralidade sendo sua própria existência uma prova irrefutável disso. O Mundo se apresentava carregado de mensagens, uma série de hierofanias⁶ cósmicas que revelavam uma estrutura particular da sacralidade da Natureza.

O homem moderno, através de modificações e da deterioração, ao longo dos tempos, dos valores religiosos da Natureza, dessacralizou seu mundo, assumiu uma existência profana, lançando sobre ele um novo olhar, um olhar direto sobre aquele até então sagrado.

Entre os modernos, os italianos foram os primeiros a perceber e contemplar a paisagem como algo belo. De acordo com Besse (2006, p. 2), Francesco Petrarca, intelectual, poeta e humanista italiano, “[...] ilustraria de maneira exemplar a transgressão constitutiva da modernidade em relação à Idade Média”. Ele deu uma nova perspectiva às relações práticas entre o homem e o mundo visível.

Destacada por seu valor inaugural pelos historiadores da paisagem, a contemplação desinteressada realizada por Petrarca em sua ascensão ao Monte Ventoux, sul da França, em 1336, é considerada por Besse (2006) como a descoberta da fórmula da experiência paisagística que marca o Ocidente.

Para Burckhardt (2009, p. 275), Petrarca foi “[...] um dos primeiros homens inteiramente modernos – quem atesta completa e decididamente o significado da paisagem para a alma sensível”, não sendo um mero repetidor daquilo que os antigos haviam dito, mas alguém a quem a visão da natureza atingiu diretamente.

Em contrapartida às religiões das épocas mais primitivas, que revelavam um sentimento muito profundo e unitário em relação à “natureza”, essa nova maneira de

⁶ Aparição ou revelação do sagrado.

ver o mundo, inaugurada pelo humanismo petrarquiano, relativizava o olhar do próprio homem em relação a esta.

Assim, nos termos de Simmel, a sensibilidade pela configuração particular “paisagem” exigiu um afastamento desse sentimento unitário da natureza no seu conjunto.

A individualização das formas interiores e exteriores da existência, a dissolução dos liames e dos vínculos originais em entidades autônomas diferenciadas – esta grande fórmula do mundo pós-medieval é que nos permitiu também ver a paisagem como ressaído da natureza (SIMMEL, 2009, p. 7).

Costuma-se, conforme afirma Bartalini (2008, p. 1), “[...] fazer coincidir com o início da era moderna o nascimento da idéia de paisagem, quando o termo passa a comparecer em várias línguas européias”.

Cauquelin (2007) discorre que autores confiáveis situam o nascimento da paisagem por volta de 1415, que se teria instalado definitivamente com a longa elaboração das leis da perspectiva.

De acordo com Donadieu e Périgord (2007), a concepção ocidental de paisagem na qual nos detemos tem como primeiro registro da palavra, propriamente dita, o termo *landschap*⁷, em holandês (1481). Besse (2006, p. 21) afirma ter ela uma significação territorial e geográfica por se definir ao mesmo tempo por uma posição e por uma vizinhança características. Ela tomava um sentido, sobretudo jurídico-político e topográfico, sendo, de início, a província, a pátria, ou a região, “[...] se definindo também por um conjunto de propriedades, naturais e humanas, cujo inventário constitui sua qualidade ou sua natureza próprias”.

Ao se considerar a progressiva mudança nas relações homem x natureza, bem como a incorporação da noção de paisagem, é interessante compreender os

⁷ O mesmo autor afirma ainda que, *a posteriori*, surgiram as palavras *landschaft* (1508) e *landship* (depois *landscape* – 1603), em alemão e inglês respectivamente. O termo francês *paysage* (1549) apareceu antes do italiano *paesaggio* (1552), a partir dos quais se originaram *paisaje*, em espanhol, e *paysagem*, em português.

Interessante destacar que o termo paisagem nas línguas românicas deriva do latim *pagus*, que no “*Dictionarium latinolusitanicum*” datado de 1570 aparece com o significado: “ho bairro, ou aldea” (CARDOSO, 1570, p. 160), ou seja, tem um sentido de lugar, setor territorial.

Nesse sentido, a paisagem é entendida como espaço objetivo da existência. Somente a partir do século XVII se definiria como extensão de um território que se descortina num só olhar.

elementos que a constituem, sendo fundamental o entendimento da concepção físico-teológica da natureza, que ganhou nova perspectiva no Renascimento.

A teologia natural cessa de analisar o homem e o universo em termos de analogias; constitui o mundo exterior em espetáculo. [...] propõem-se um sentido ao espetáculo da natureza e ao mesmo tempo censuram a indiferença diante dele [...]. A beleza da natureza atesta o poder e a bondade do Criador (CORBIN, 1989, p. 34).

Para os italianos do século XV, havia muito a natureza já tinha sido “[...] absolvida de seus pecados e libertada de toda influência demoníaca” (BURCKHARDT, 2009, p. 275). Mas foi a partir dos séculos XVI e XVII que a concepção físico-teológica da natureza teve seu maior desenvolvimento, coexistindo com o período da Revolução Científica.

Segundo Glacken (1996), os principais nomes da Revolução Científica não negavam a idéia do Divino em todos os fenômenos, a exemplo de Nicolau Copérnico (1473-1543) e de Johannes Kepler (1571-1630)⁸. Apesar de serem consideradas um golpe na estrutura escolástica medieval e, portanto, romperem com a imagem do universo perfeito, as teorias de Copérnico e de Kepler não negavam a idéia de criação, entendendo o sistema cósmico como vontade divina, da mesma forma que todos os fenômenos apresentavam a magnitude de Deus.

Nascimento e Bauab (2009) destacam, no entanto, a existência de críticas a essa abordagem, como as expressas por Francis Bacon⁹ (1561-1626) e Descartes¹⁰ (1596-1650), que, apesar de considerarem Deus como causa eficiente de todas as coisas, não reconheciam a afirmação das causas finais como instrumento de investigação científica.

⁸ Copérnico sugeriu que o movimento dos planetas era circular e uniforme, além de apontar o Sol como o centro do Sistema Solar, contrariando a então vigente teoria geocêntrica. Kepler, em sua teoria, desenvolveu a idéia de que as órbitas não eram circulares, e sim que os planetas desenvolviam trajetórias em elipses.

⁹ Bacon desenvolveu a tese de que se deveria desassociar a natureza da idéia de sujeito contemplativo e divino visando subjugá-la a serviço do desenvolvimento do comércio e ao efetivo progresso.

¹⁰ Descartes concebia a racionalidade como a essência da verdade; rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse haver a menor dúvida, a fim de que restasse apenas o que fosse inteiramente verdadeiro.

Porém, a nova visão da natureza se consagrou com o físico inglês Isaac Newton (1642-1727). A lei do movimento relacionada à gravidade tornou-se o novo paradigma que envolvia a sociedade e sua relação com o meio natural e demonstrava que na natureza não havia nada que pudesse ocorrer sem que o homem pudesse conhecer e explicar cientificamente e que, portanto, nela não havia nenhuma criatividade.

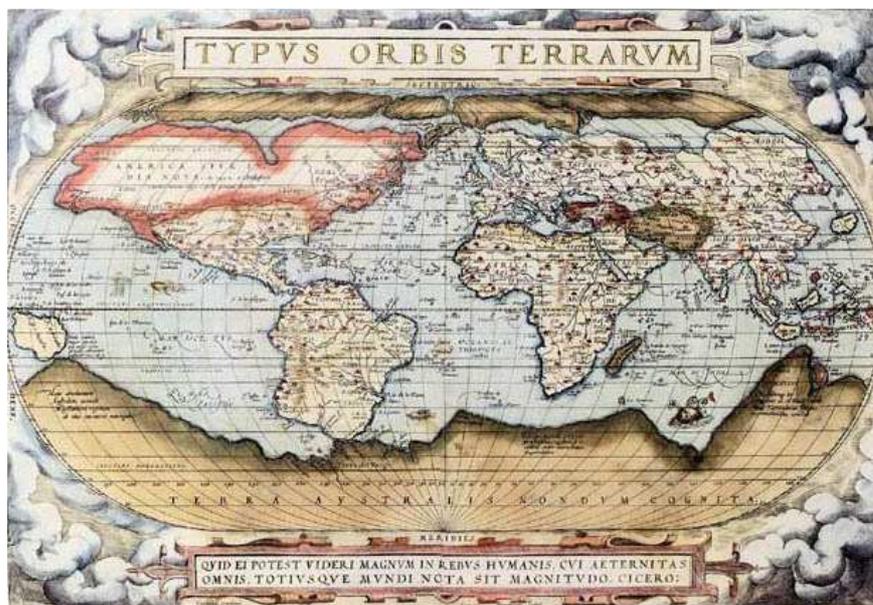
A questão central que nos concerne é que se observa que o racional e o irracional, até o século XVII, se imiscuíam. No entanto, apesar de baseado em idéias conflitantes, o pensamento físico-teológico moderno acabou por “enterrar” definitivamente as teorias escolásticas nas quais Deus seria a causa e razão inicial de todos os movimentos no universo, pondo um ponto final na cosmologia medieval.

Um dos eventos mais marcantes da história, que efetivamente contribuiu para caracterizar a forma como o homem passou a relacionar-se com a natureza e que estreitou os laços entre a cartografia e a pintura da paisagem, no final do século XVI, foi a “aparição e o desenvolvimento concomitante da noção de uma ‘paisagem do mundo’ e de uma nova representação cartográfica do ecumênico [ou, como dizem os latinos, da *orbis terrarum*]” (BESSE, 2006, p. 23).

Possibilitada pelo conhecimento gerado pelas grandes navegações e descobertas dos novos mundos, a totalidade dos caracteres do mundo terrestre passou a ser representada dentro de limites visíveis. A Terra “[...] torna-se um objeto para um sujeito que é seu espectador”. Nesse sentido, o mapa-múndi, o atlas e o quadro de paisagem tornaram-se os suportes concretos do registro de uma visão global.

A superfície da Terra é apresentada na cartografia, na pintura de paisagem e na vilegiatura como uma totalidade harmoniosamente ordenada, na diversidade de suas regiões e de suas qualidades. Mas, sobretudo ela se oferece a distância, vista do alto, por um observador que de certo modo lhe faz face, como se lhe tivesse sido necessário separar-se dela para melhor compreender o que também o une a ela. A Terra é apresentada como um todo do qual o ser humano participa e, de maneira concomitante, como um espetáculo diante do qual está colocado (BESSE, 2006, p. 29).

Figura 2: Typus orbis terrarum, Antuérpia (1570).



Fonte: <http://maps.bpl.org/id/m8747>

Nota: Considerado, na cartografia, como o primeiro atlas moderno. Autor: **A. Ortelius**.

Para além do novo sentimento de espaço, através do engrandecimento das escalas evidenciado pela cartografia, a “paisagem do mundo” reflete um “[...] novo conceito, o da Terra como ecúmeno ampliado, como espaço universalmente habitável e aberto em todas as direções” (BESSE, 2006, p. 40). Nesse contexto de renovação da consciência do mundo terrestre, a paisagem, segundo Besse (2006, p. 41), passa a “[...] ilustração visual da nova experiência geográfica do mundo”.

“Na mesma época a paisagem é retomada como tema na literatura, desperta o interesse dos pintores e firma compromissos com os jardins” (BARTALINI, 2008). Em meados do século XVI, segundo Segawa (1996), a paisagem passou a assumir o primeiro plano, tornando-se tema comum em pinturas e gravuras. A reprodução visual de situações ao ar livre passou a gênero artístico: “[...] buscava-se concebê-la como atividade criadora e expressão interpretativa das relações entre o homem e a Natureza” (GRAYSON, 1989, apud SEGAWA, 1996, p. 26), e a demanda por imagens paisagísticas tornava-se crescente, interessando às classes média e alta inglesas, popularizando assim esse ideário. Para Segawa (1996, p. 24), “[...] a pintura vai servir como um dos instrumentos fundamentais para a habilitação dos sentidos”.

A concepção da Terra desenvolvida pelos cartógrafos pode ser observada, por exemplo, na obra de Peter Brueghel, antes de 1560. Em suas paisagens, Brueghel exprime o mundo humano com detalhes corográficos¹¹ e topográficos, atentando inclusive para a diversidade dos modos de utilização do espaço terrestre. A paisagem se faz imagem do mundo pela união de todos esses elementos sob o olhar.

Para Maria (2010), o autor Augustin Berque aproxima-se do cerne dessa questão quando aponta os temas do trabalho no campo e do ócio como elementos primordiais para o desenvolvimento de um pensamento sobre a paisagem, ou seja, para ele foi necessário que existisse uma “classe de lazer”, cujo ócio fosse sustentado por uma classe trabalhadora responsável pela “construção” das paisagens rurais, por meio do seu trabalho. Assim, esta pequena porção da sociedade, letrada, que recolhia os frutos do trabalho escravo e para quem o campo era o lugar do ócio, pôde olhar para o ambiente ao seu redor com outros olhos.

De acordo com o pensamento desse autor, esse olhar desinteressado sobre o ambiente originou representações da natureza como objeto de conhecimento, no caso da ciência, ou de contemplação, de onde vem a idéia de paisagem.

No final do século XVII, o gosto por paisagens ou vistas seguia difundindo-se, chegando a uma fórmula potente no século XVIII. Segundo Roger (2000), somente por volta desse século o olhar ocidental se voltou também, a princípio sob o signo da arte, para o mar e para as montanhas que passaram a ser paisagens consideradas admiráveis.

A prática da vilegiatura¹² impôs uma relação positiva com a natureza e uma capacidade de percepção da paisagem, para a qual uma educação do olhar passou a estabelecer valores estéticos.

A natureza é encarada como espaço do devaneio íntimo, ou seja, é feita para fruição dos prazeres de um espetáculo no qual o homem teria papel fundamental. Nesse contexto, uma nova atitude se consolidava no século XVIII: a busca e a apreciação

¹¹ “Arte da atenção aos detalhes e uma arte do inventário” (BESSE, 2006 p. 22).

¹² Temporada que se passa fora das grandes cidades, no campo ou na praia; veraneio.

de lugares em função de determinantes pictóricos. Ou seja, esperava-se que um observador fosse capaz de encontrar na paisagem um quadro possível. Dessa forma, a natureza tornava-se visível na paisagem como uma imagem que só seria entendida a partir de parâmetros sentimentais, conforme afirma Besse (2006).

Segundo o autor,

[...] a paisagem nasce aqui, nesta postura: um olhar intencional é lançado sobre um lugar e destaca do conjunto vivo dos elementos significativos que devem compor a cena, a imagem ou o quadro. A paisagem é representação, no intercâmbio incessante entre a pintura e a natureza, ou antes, na transposição pictórica da percepção da natureza (BESSE, 2006, p. 46).

O Dicionário da Língua Portuguesa de António de Morais Silva (1813, p. 383), considerado a mais importante referência na história da dicionarística monolíngue moderna portuguesa, incorpora, além do sinônimo de “paiz” denotando o conceito de terra ou região, a seguinte contribuição ao termo “paisagem: pintura, vista ou representação de terras, campos”.

No Dicionário da Língua Brasileira, datado de 1832, o termo, agora com a grafia “paisagem”, aparece com o significado de “[...] vista, ou representação de terras, campos, arvoredos” (PINTO, 1832, p. 777).

Besse (2006), no entanto, contesta a afirmação de que nesse período a definição de paisagem seria única e exclusivamente da ordem da representação paisagística, revestida, portanto, de uma noção essencialmente estética. O autor adverte para a necessidade de se considerarem “[...] outros olhares culturais lançados sobre a natureza, a outros universos de significação, a outras práticas que, tanto quanto a estética, são investidas no território” (BESSE, 2006, p. 62). Nesse sentido, a leitura do território é afetada de acordo com o olhar que lhe é lançado, seja ele estético, científico, técnico, político ou mesmo religioso. Segundo o autor, esse entendimento já havia sido manifestado por Piero Camporesi, em seu livro acerca do nascimento da paisagem italiana¹³, no qual comenta que a “beleza” das paisagens de sua terra natal através de olhares de diferentes viajantes que por lá estiveram entre os séculos XVI e XVII foi além de uma apreciação estética.

¹³ O livro a que se refere Besse, de autoria de Piero Camporesi, denomina-se *Les Belles Contrées. Naissance du paysage italien*, e é datado de 1995.

Nos termos de Besse (2006, p. 63), ao analisar a obra de Albert de Lapparent¹⁴, um dos pioneiros da geologia científica moderna acerca da paisagem, “[...] não se trata de recusar a abordagem estética, mas de analisar-lhe o conteúdo, as razões. Trata-se de acompanhar, ou de aprofundar, a estética pela ciência, como se o conhecimento se colocasse a serviço da fruição”. Para o mesmo autor, Lapparent, em suas assertivas, denota “[...] que a paisagem conta, sob a fruição estética, uma outra história, ela desenvolve um outro sentido” (BESSE, 2006, p. 63). Evoca-se aqui a idéia de que a paisagem é um conjunto de signos a serem decifrados. O visível revela algo, ele não é unicamente uma representação. Há, portanto, de se “ler a paisagem”.

Nesse contexto é que as ciências do século XIX se situam, em especial a geografia, ao apontar uma abordagem territorial como o caminho para uma compreensão mais ampla da paisagem, fazendo desta o cerne de suas preocupações, pelo menos no início do XX. A geografia, portanto, revela-se como uma ferramenta eficiente de leitura da paisagem, em seus aspectos visíveis e não visíveis.

Segundo Besse (2006), se se considerar a idéia de que a paisagem não se reduz unicamente a uma representação, conforme a posição adotada por muitos autores, entre eles geógrafos, sociólogos, historiadores, especialistas em ciências naturais ou sociais, arquitetos ou paisagistas, cuja relação com a paisagem é motivada por um desejo de conhecimento e de intervenção sobre o território, pode-se vislumbrar que “o conceito de paisagem não é unicamente uma *vista*, é antes um *território* ou um *sítio*. Mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu *ser* não se reduz à sua *visibilidade*” (BESSE, 2006, p. 64).

Ao descrever as semelhanças entre a pintura de paisagem e a cartografia, ambas representações geográficas, Besse (2006) aponta uma aproximação entre a paisagem e a geografia, tornando possível antever a relação intrínseca entre arte e representação de um lado e entre sítio e território de outro.

¹⁴ O livro a que se refere Besse, de autoria de Albert de Lapparent, denomina-se *La Géographie*, e é datado de 1903.

Besse (2006) menciona que o conceito fundador da geografia do século XX encontrada na obra de Paul Vidal de La Blache¹⁵ concebe a paisagem não como uma representação, mas como uma fisionomia.

Trata-se de levar em conta toda vez, retomando ainda uma expressão de Vidal de La Blache, a *característica* do território considerado, isto é, aquilo que o especifica e o distingue entre todos os outros, e que é preciso compreender. *Fisionomia* e *característica* não são representações subjetivas, não são seres fictícios forjados para as necessidades da análise pelo intelecto do geógrafo (BESSE, 2006, p. 66).

Nessa perspectiva, aos olhos do geógrafo a paisagem é tida como uma impressão e aos do historiador, como um testemunho humano. Assim,

[...] a experiência “desinteressada” da natureza e a relação estética com a natureza são atitudes histórica e socialmente situadas. De modo mais geral: a paisagem é um artefato. Assim, o aspecto de um território revela ao geógrafo os elementos de um “gênero de vida”, ou seja, todos os elementos expressivos de uma interação homens-meio: paisagens, fatos etnográficos, como vestimentas, lazeres, costumes, etc. [...] (BESSE, 2006, p. 68).

Os traços, as impressões da atividade humana, a vida, para Besse (2006), a contribuição da geografia nos termos de estudiosos como La Blache e Jean Brunhes, seu discípulo, imprimiria à paisagem contornos mais “culturais” em fins do século XIX e início do XX, constituindo dessa forma “[...] um conjunto de sinais que marcam a influência de uma sociedade sobre o solo. Da mesma maneira, a natureza é humanizada, socializada, as formas naturais medializadas e transformadas pela intervenção humana” (BESSE, 2006, p. 67).

Diante desses aspectos, tendo em mente a noção de paisagem como artefato humano, busca-se compreender, durante o intervalo estudado, na etapa que segue, a capacidade da cidade de Vitória em motivar seu usufruto, incentivando a fruição da paisagem local.

¹⁵ Segundo Besse (2006, p. 66), La Blache (1845-1913) é o “iniciador do que se convencionou chamar de escola francesa de geografia”.

1.2 O MOVIMENTO HIGIENISTA NO BRASIL E O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, operaram-se mudanças significativas no que se refere aos padrões de vida, aos hábitos, aos valores e às formas de organização da cultura da sociedade, que se articularam, entre outros, a um conjunto de idéias acerca da moral, da disciplina, da higiene, da educação, da saúde, da civilidade e da modernidade disseminadas por médicos, engenheiros, educadores, intelectuais, higienistas e governantes, que, conforme Marcassa (2002), contribuíram para a constituição de um novo universo simbólico.

A criação desse imaginário, na medida em que penetrava o cotidiano da família brasileira, atuava no plano da sua formação cultural, alterando, assim, suas relações de sociabilidade, seu comportamento, seus desejos e aspirações, suas necessidades e costumes, bem como a configuração do seu tempo e espaço de descanso e diversão (MARCASSA, 2002, p. 60).

Para compreender esse universo, faz-se necessário destacar o movimento de caráter político, científico e educativo desenvolvido ao longo do século XIX e início do XX, protagonizado por médicos e higienistas, durante o qual a instituição médica, balizada pelo discurso científico, modificou os modos de vida da família patriarcal. O Movimento Higienista, como é conhecido, viria a influenciar de forma direta e incisiva a maneira como as pessoas passaram a se relacionar entre si e com a urbe, por meio da introdução de normas de comportamento e da aquisição de hábitos saudáveis, visando alçar, pretensamente, as cidades brasileiras à tão desejada condição de modernidade.

Após a chegada do Príncipe Regente e de sua Corte ao Brasil, em 1808, a necessidade de

[...] semelhança física e de costumes com os europeus, já higienizados e domesticados em seus países de origem, era indispensável ao reconhecimento social e ao sucesso econômico da família. Os estigmas do brasileiro colonial e senhorial passaram a funcionar como um sinal negativo (COSTA, 2004, p. 120).

A Corte era mais exigente: já não bastava ser detentor de pele alva, terras, escravos ou dinheiro para ser introduzido ao meio e ter garantia de seus favores. A condição para tanto seria aristocratizar-se.

A adoção de novos hábitos culturais era um pressuposto para o enobrecimento do estatuto social. Dessa maneira, a família de elite iniciava seu processo de abertura para uma nova sociabilidade, rompendo os suportes da antiga trama de relações sociais. As novas regras de sociabilidade que começaram a ser observadas no Rio de Janeiro passaram a ser difundidas nas cidades mais afastadas, quando da visita a negócios ou a passeio dos habitantes à capital, onde assimilavam o modo de vida e os costumes europeus.

Esse período de desestruturação do arquétipo social existente e até então em voga favoreceu a aceitação da medicina como um regulador dos comportamentos.

As estratégias sanitárias que se constituíram no Brasil, em especial durante o período de formação do seu mercado livre de trabalho, desenvolveram-se de modo constante e sistematizado e tinham como um dos principais intentos a desodorização do espaço urbano, incidindo também sobre a moradia dos pobres.

Segundo Rago (1997), o pensamento médico desde o século XVIII era balizado pela teoria dos fluidos, na qual o ar e a água eram considerados meios mórbidos, portadores de emanções fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, capazes de conduzir uma infinidade de doenças, cuja inalação poderia provocar uma ruptura do organismo. Não obstante o desenvolvimento da “teoria dos micróbios”, de autoria de Pasteur em 1870¹⁶, as estratégias de desodorização da urbe e do pobre seguiram ao final do século XIX, tentando “[...] garantir o controle da circulação dos fluidos, do ar e da água, responsáveis pela saúde do organismo” (RAGO, 1997, p. 168).

¹⁶ Conforme Rago (1997), a teoria dos micróbios fundamentava-se na idéia de que a transmissão das doenças contagiosas se dava por meio de germes infecciosos propagados pelo contato direto entre as pessoas, e não pela inalação do ar contaminado, conforme as teorias anteriores afirmavam. “Para ele, os microrganismos não surgiam espontaneamente nas substâncias fermentícias [...], mas eram gerados por outros similares que impregnavam o ar. Tratava-se, então, de descobrir a bactéria específica e a vacina que poderia destruí-la” (RAGO, 1997, p. 168). Rago (1997) menciona que a revolução pasteuriana não provocou transformações marcantes nas estratégias de medicalização das cidades e desodorização dos pobres.

Nesse sentido, tomando-se como base as teorias médicas francesas, o saber médico-higienista no Brasil passou a desenvolver estratégias visando à eliminação dos focos considerados responsáveis pelos surtos epidêmicos. Seguiu, no rol das orientações essenciais relacionadas ao meio urbano físico, o saneamento do ambiente, através da instalação de redes de esgoto, da privatização dos banheiros, da instituição de um sistema de abastecimento de água, bem como de um sistema eficaz de limpeza pública e eliminação dos pântanos e dos terrenos baldios e da retirada dos cemitérios do interior do perímetro urbano. Aconselhava-se também, conforme Rago (1997), valorizar a introdução de áreas verdes, com a criação de jardins em espaços públicos e privados, e vigiar os recantos tidos como obscuros, como os botequins, os bordéis e as habitações operárias.

A intolerância aos fortes e incômodos odores da cidade acentuava-se progressivamente, reforçando o ideário de temor referente aos perigos advindos dos riscos de infecção alardeados pelos médicos que creditavam à circulação dos fluidos, com a renovação do ar, o escoamento das águas e a livre passagem dos ventos, a solução para a eliminação dos miasmas.

Os preceitos higienistas ministravam a seu público ensinamentos que alçavam o médico à condição de um mentor de etiqueta social. De acordo com Costa (2004), as mensagens da propaganda higienista insuflavam a família, entre outras coisas, a abrir mão de antigos hábitos, como a utilização do trabalho do negro no cotidiano dos núcleos familiares, atribuindo a essa parcela da população a culpa pela degradação de seus costumes e condenando-a habilmente à perpetuação dos hábitos incultos, das maneiras rudes, da promiscuidade e das doenças.

Conforme Novais e Sevcenko (1998, p. 52), na visão daqueles que reconstruíram o País após a desmontagem do regime escravista, os ex-cativos traziam de suas experiências anteriores “[...] noções de subsistência e padrões de organização social distintos dos que eram imaginados pelas classes dominantes”, sendo-lhes atribuída “a pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente”. Novais e Sevcenko (1998) afirmam ainda que um dos traços característicos do último quartel do século XIX foi o aumento do contingente populacional urbano brasileiro devido ao afluxo de levas de migrantes nacionais, em geral negros, e estrangeiros atraídos para as cidades. Esse adensamento populacional em grandes cidades, como São

Paulo, Rio de Janeiro e Recife, no entanto, ocorreu sem que houvesse uma correspondência na melhoria da infraestrutura e na oferta de empregos e moradia, acentuando as desigualdades sociais que se fizeram presentes e a impressão de desordem citadina, reforçando o mal-estar entre as classes dominantes e as autoridades.

O temor social

[...] espalhava-se agora na direção de figuras multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, localizados indistintamente nas moradias coletivas e nos cortiços, nas áreas insalubres da cidade, invadindo o cotidiano das ruas, os mercados e as praças públicas (NOVAIS; SEVCENKO, 1998, v.3, p. 92).

Novais e Sevcenko (1998) alegam que viver nas cidades, até mesmo para as camadas mais abastadas, em especial na época do verão, consistia em um empreendimento arriscado.

O desconforto das classes dominantes na comunhão dos espaços de uso comum reafirma “[...] a partilha que se opera entre o burguês desodorizado e o povo infecto e selvagem” (RAGO, 1998, p. 170). A medicina social deu-se conta de que a porosidade ainda existente deveria ser bem dosada. O “intimismo” familiar que se observava em fins do século XIX teve suas origens em grande parte associadas ao medo do Estado e das famílias de se apresentarem aos perigos a que a rua e as antigas práticas sociais os expunham.

Assim, famílias de elite ou mesmo remediadas, sob a alegação da necessidade de higiene propagada pela medicina social, para manter certa distância da frouxidão dos costumes da parcela menos favorecida da população e para manifestar distinção, esforçavam-se em seguir o protocolo.

Perenemente em estado de alerta, os indivíduos passam a sentir e a agir como fiscais da higiene. [...] Pouco a pouco, a família modulava-se segundo o código médico. Contração e disciplina progrediam juntas. [...] Com o hábito disciplinar integrado ao cotidiano, os indivíduos já podiam chegar a acordos momentâneos que lhes permitiam usufruir das respectivas presenças com maior tranquilidade. A intimidade tornou-se o momento de repouso na luta contra o mundo mórbido e a promiscuidade doentia. Fiscais e aliados fundiam-se (COSTA, 2004, p. 140).

De acordo com Costa (2004), as antigas formas de sociabilidade foram perdendo sua força. Os festejos religiosos foram lentamente enfraquecendo-se, as comemorações leigas de caráter popular, como o carnaval, por exemplo, foram sendo reprimidas e rotuladas como bárbaras e vulgares em nome da ordem pública e em prol de reuniões privadas, exclusivas e segregadoras, como os bailes, teatros e jantares.

A “higiene” procurou construir

[...] mapas de saúde por onde a família podia trafegar sem comprometer sua sanidade. Esta geografia médica tentava codificar e sinalizar higienicamente o espaço de sociabilidade que surgia no horizonte familiar, em substituição aos antigos locais de encontro e celebração (COSTA, 2004, p. 133).

A tentativa de controle das autoridades por meio da imposição de medidas higiênicas que se estenderam desde o espaço doméstico aos lugares públicos expôs as fragilidades infraestruturais e a incapacidade das cidades brasileiras em propiciar um ambiente confortável e suficientemente salubre para o usufruto do cidadão civilizado.

A aparência das cidades do final do século XIX, incluindo-se Vitória, demasiadamente imundas e fétidas, isentas de toda sorte de infraestrutura básica e, portanto, em completo desacordo como o preconizado pelo Movimento Higienista, acabava por desestimular o uso da rua como palco para a sociabilidade.

Os projetos saneadores e de remodelação urbana associados às demolições de trechos da cidade que não apresentavam as condições sanitárias consideradas desejadas dariam lugar a uma nova paisagem e ditariam um novo modo de relacionamento com o meio e entre os próprios membros da sociedade. Os códigos sanitários elaborados no início da República asseguravam ao Poder Público o direito de intervenção no cotidiano de seus moradores.

Conferindo aos agentes sanitários, médicos, fiscais e caça-mosquitos um poder desmesurado em nome da saúde pública, as campanhas contra as epidemias se defrontavam com entraves provenientes de características inerentes à organização das classes populares: o controle das doenças deveria levar em conta a infixidez dos moradores das favelas e cortiços e enfrentar a indisposição deles contra as ingerências do poder público no seu cotidiano, especialmente na ocasião da higienização dos domicílios ou

quando eram coagidos às campanhas de vacinação obrigatória¹⁷ (NOVAIS; SEVCENKO, 1998, p. 105).

Marcassa (2002, p. 62) afirma que “a gestão do corpo individual passou a operar sobre o corpo social, no sentido de modificar a feição de ordem colonial, retrógrada e arcaica, que ainda restava”.

Iniciado o processo de medicalização e aburguesamento da família patriarcal e incorporada a perspectiva de modernização associada à política de saneamento e remodelação do espaço urbano, a sociedade brasileira passou por um processo de recondicionamento do seu tempo e espaço de convívio social. Nesse contexto ficava cada vez mais evidente a diferenciação dos “lugares” que cada grupo social ocuparia na hierarquia do espaço urbano em que pese à definição do pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana.

1.3 VITÓRIA, DE DOM PEDRO II AOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA: METAMORFOSES

[...]
Quando passo pelas ruas
Sinto tão grande fedor,
Logo fujo espavorido
Cheio de receio e temor,
Vou p'ra casa mui tímido
Cheio de medo e pavor,
E penso logo na Camara
Que é causa de tanto horror...
Tapo as ventas,
Tiro a botina,
Oh! Meu Deus! **Que forte pena**
Que tamanha fedentina!
(SABBATINA, 1876, p. 1, grifo nosso).

¹⁷ Sem dúvidas, um dos episódios mais controvertidos da História do Brasil foi a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, motivada pela campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, realizada pelo Estado e comandada pelo médico sanitário Dr. Oswaldo Cruz. De acordo com Novais e Sevcenko (1998), a revolta popular foi um exemplar das manifestações policlassistas da época em questão, exprimindo o descontentamento quanto às invasões truculentas às moradas mais pobres, não admitindo a violação do corpo de suas mulheres e crianças, além de suspeitas das profilaxias impostas.

O trecho do poema acima transcrito, datado da década de 1870, retrata a repulsa do autor, cidadão de Vitória, em fins do século XIX, às condições da rua. Narrativas de natureza semelhante foram encontradas ao longo de quase todo o intervalo de tempo em estudo, reduzindo-se ao final da última década do século XX.

O cultivo à domesticidade e à privacidade observado na cidade de Vitória, em meados do século XIX, em consonância com as prerrogativas do higienismo, traduzia certa inaptidão da cidade em motivar o seu próprio usufruto como palco do novo modelo de sociabilidade à época almejado.

Vitória, em pleno apagar das luzes do século XIX, ainda mantinha um aspecto bastante tacanho, não muito diferente do observado na maioria das cidades brasileiras desse período.

Sem oferecer os elementos mais básicos à comodidade e à vida de seus habitantes, não raro era ver, por suas pacatas ruas e vielas, cenários não condizentes com os novos anseios da elite capixaba e dos governantes locais, anseios aflorados pelos novos paradigmas de higiene e de convivência social.

Ao longo do período estudado, entre 1860 e 1916, foram identificados espaços constituintes da cidade que tiveram uma participação ativa na vida pública da sociedade capixaba, embora apresentando distintas funcionalidades na urbe. Uns mais do que outros destacaram-se no que tange aos aspectos relativos à fruição da paisagem. Alguns pareciam não se prestar a essa função, conforme o que atestam os inúmeros relatos que mencionam diretamente esse tema ou que o tangenciam.

Visando não dispersar os objetivos do trabalho, os espaços que se destacaram quanto à fruição da paisagem receberão maior atenção em etapas subsequentes. Por motivos antagônicos, os demais espaços identificados terão menor ênfase, não deixando, no entanto, de ser explicitados, o que se fará ao longo deste Capítulo de maneira mais abreviada. São espaços herdados da estrutura colonial da cidade que pouco se transformaram nesse intervalo ou que pouco concorreram para a fruição da paisagem, não tendo sido mencionados nesse sentido pelas fontes.

A fim de garantir o entendimento da espacialidade desse conjunto de dados dentro do perímetro da cidade, os espaços a serem mencionados foram devidamente identificados na Figura 4.

Para melhor compreensão, optou-se por abordar o tema através da subdivisão do intervalo de tempo proposto em etapas, considerando-se a semelhança e/ou a continuidade dos fatos ocorridos e a ocorrência de algum marco que justificasse o fim de uma fase e o início de outra.

Seguindo essa premissa, foram tomados como marcos: a visita de Dom Pedro II a Vitória (1860), a criação do Jardim Público Municipal (1882), o fim do primeiro mandato de Moniz Freire (1896), a criação do Parque Moscoso e o fim do mandato de Jeronymo Monteiro (1912).

Figura 3 – Delimitação de datas-chave como marcos balizadores na subdivisão dos intervalos de tempo detalhados no trabalho.



A visita de Dom Pedro II à Província do Espírito Santo, em 1860, foi o primeiro marco estabelecido. Esse episódio delimita o início do intervalo em estudo e foi escolhido devido ao seu potencial transformador diante da relevância histórica do acontecimento para a cidade de Vitória.

O segundo marco elencado corresponde à construção do Jardim Público Municipal de Vitória em 1882, escolhido por se tratar da primeira área a receber tratamento na cidade.

O terceiro marco proposto corresponde ao ano de conclusão do primeiro mandato de Moniz Freire (1892-1896), primeiro presidente do Estado do Espírito Santo a exercer o governo em sua íntegra após o advento da República. Em que pese aos problemas financeiros enfrentados, sua gestão marcou uma nova fase da administração do Estado com a elaboração de um programa ousado de governo.

O quarto e último marco escolhido corresponde à inauguração do Parque Moscoso, considerado um dos maiores ícones de civilidade e progresso implementados durante o intervalo estudado, e ao final do mandato de Jeronymo Monteiro, ex-presidente do Estado (1908-1912), que notadamente desempenhou uma das mais bem sucedidas administrações durante o século XX, responsável por alterar a fisionomia da cidade de Vitória e inseri-la no contexto de transformações evocadas com o advento da República. Ocorridos em 1912, ambos os acontecimentos foram de significativa importância para a cidade de Vitória.

Na análise do material pesquisado foram considerados determinantes, para a subdivisão das etapas estudadas, os seguintes aspectos: as datas-marco, os acontecimentos que se sucederam nesse íterim, a necessidade de cobrir o intervalo pretendido, de 1860 a 1916 (pelos motivos expostos ao longo da introdução), e a proporcionalidade de tempo decorrido entre uma etapa e outra.

Diante do exposto, considerou-se mais adequada a periodização por décadas completas, sendo as datas-marco utilizadas como referência para auxiliar a subdivisão proposta, o que significa dizer que elas não necessariamente correspondem à data precisa de cada uma das fases elencadas, e sim que as orientam por proximidade.

Dessa forma, o período estudado foi subdividido em três etapas, quais sejam: as décadas de 1860 e 1870, posteriormente as duas que seguem, 1880 e 1890, e, por fim, as duas últimas, 1900 e 1910.

Figura 4 – Espaços destacados no Capítulo 1.



A – Campinho/ Parque Moscoso
 B – Praça da Alfândega/ Pr. Santos Dumont
 C – Largo da Conceição/Pr. Costa Pereira
 D – Pelames/ Pr. Paula Castro
 E – Largo Afonso Brás/ Pr. João Clímaco
 F – Porto dos Padres/ Rua do Comércio
 i – Cais da Imperatriz
 ii – Cais da Alfândega
 iii – Cais do Imperador/ Cais das colunas
 x – Morro da Fonte Grande
 xx – Morro da Piedade
 xxx – Morro de Santa Clara

1 – Igr. de N.S. do Rosário
 2 – Igr. de N. S. da Conceição da Praia
 3 – Igr. da Matriz
 4 – Igr. da Misericórdia
 5 – Igr. São Gonçalo
 6 – Convento de S. Francisco
 7 – Convento do Carmo
 8 – Igr. e Conv. De São Tiago/ Palácio do governo

■ Espaços públicos abertos
 ■ Pontes
 ■ Templos religiosos
 ■ S. C. de Misericórdia
 — Linha de Preamar de 1767
 ▲ Morros
 ● Cais

Fonte: PMV – SEDEC/GPU/CRU.

Nota: Reprodução parcial do mapa de Vitória datado de 1947, de autoria de André Carloni¹⁸ no qual é reproduzida a cidade de Vitória no ano de 1895, denominado 'Planta Geral da cidade de Vitória em 1895 – Estado do Espírito Santo'. Destaque para o contorno da ilha de Vitória (em vermelho), baseado no mapa da Vila de Vitória, datado de 1767 (autoria de José Antônio Caldas), que indica que a região à esquerda da linha corresponde à área aterrada. Mapa reproduzido com base no original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército (adaptado pela autora).

¹⁸ Italiano nascido em Bolonha em 1883. Arquiteto autodidata e construtor, chegou a Vitória em 1892. Atuou ao longo de sua vida profissional em reformas, construções e projetos de inúmeros edifícios particulares e públicos na capital espírito-santense. No ano de 1943, foi nomeado representante do Diretor-Geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Espírito Santo, cargo que exerceu até 1965.

1.3.1 Décadas de 1860 e 1870

As primeiras duas décadas do intervalo estudado apresentam certa descontinuidade administrativa caracterizada pela substituição constante de governantes¹⁹. Esse fato acabou por gerar reduzidos períodos de gestão, sendo a escassez de tempo para a realização de grandes feitos notadamente destacada nos Relatórios de Governo como um dos obstáculos ao desenvolvimento dos interesses materiais da Província.

Os mesmos documentos dão ênfase à falta de numerário nos cofres públicos²⁰, argumento utilizado para justificar o pouco que se fez, em termos de melhorias urbanas, pela cidade de Vitória.

Outra razão apontada foi a ausência de profissionais habilitados no quadro técnico provincial, notadamente “[...] de um engenheiro provincial exclusivamente encarregado de levantar plantas, orçar obras, e fiscalisar os respectivos trabalhos, forão outros tantos obstaculos que se anteposeroão á realização de meus bons desejos [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1865b, p. 21). O cargo de engenheiro da Província foi criado no ano de 1870, sendo extinto o de inspetor-geral das obras públicas até então existente (ASSEMBLÉA... 1870, p. 2). Não obstante essa iniciativa, foram encontradas informações que atestam a dificuldade em preencher o novo cargo em face dos reduzidos salários oferecidos pela Administração Provincial (ESPÍRITO SANTO, 1872 b, p. 13).

Diante desse quadro de dificuldades pelas quais o Governo do Espírito Santo passava, à semelhança do que ocorria em outras províncias de igual importância, iniciou-se o intervalo de tempo estudado, tomando-se como marco a visita da Família Imperial à Província.

O dia 24 de janeiro de 1860 foi marcante para a cidade de Vitória, pois, nessa data, registra-se a vinda de Suas Majestades Imperiais Dom Pedro II e sua consorte, a imperatriz Tereza Cristina Maria. O anúncio da visita, feito pelo Ministério dos

¹⁹ No período de 1860 ao final de 1879 a Província do Espírito Santo contou com dezessete presidentes.

²⁰ Observa-se que os gastos com o funcionalismo público são constantemente apontados como um dos responsáveis pelo parco estado das finanças com prejuízo de serviços públicos importantes.

Negócios do Império, veio acompanhado de orientação endereçada ao então presidente da Província, Pedro Leão Veloso (1858-1860):

É muito provável que visite as Colônias e as povoações mais notáveis dessa Província e, porque os seus habitantes podem querer fazer gastos extraordinários para solenizarem tão honrosa visita, é meu dever prevenir a V. Exa. de que, conquanto S. M. o Imperador aprecie devidamente todas estas demonstrações, seria muito do Imperial Agrado, que os donativos com que desejarem concorrer para tal fim possam ser aplicados a benefício das localidades que o mesmo Augusto Senhor visitar [...] (ROCHA, 2008, p. 49).

Nessa ocasião, decidiu-se por implementar reparos no Palácio do Governo²¹, à época descrito como em estado deplorável, além de se proceder à aquisição de mobiliário, visando aparelhá-lo dignamente a fim de receber os solenes visitantes. Conforme Rocha (2008), outras medidas consideradas necessárias aos preparativos da recepção ao Monarca e à sua comitiva foram tomadas, como o calçamento da praça em frente ao Palácio²², a melhoria de algumas estradas e do Cais das Colunas²³, que recebeu uma ampla ponte de madeira e, ao final, uma escadaria de acesso ao edifício oficial, além de um pequeno restauro na iluminação pública.

O fiscal da freguesia de Vitória, em virtude da visita, em edital publicado em periódico local, convidava os habitantes da cidade a cuidarem “[...] principalmente da conservação, e melhoramento das calçadas de seus prédios, e estradas, promovendo a limpeza e caiamento dos mesmos prédios, reconstruindo e levantando muros em terrenos abertos, ou cercados de outra qualquer forma”

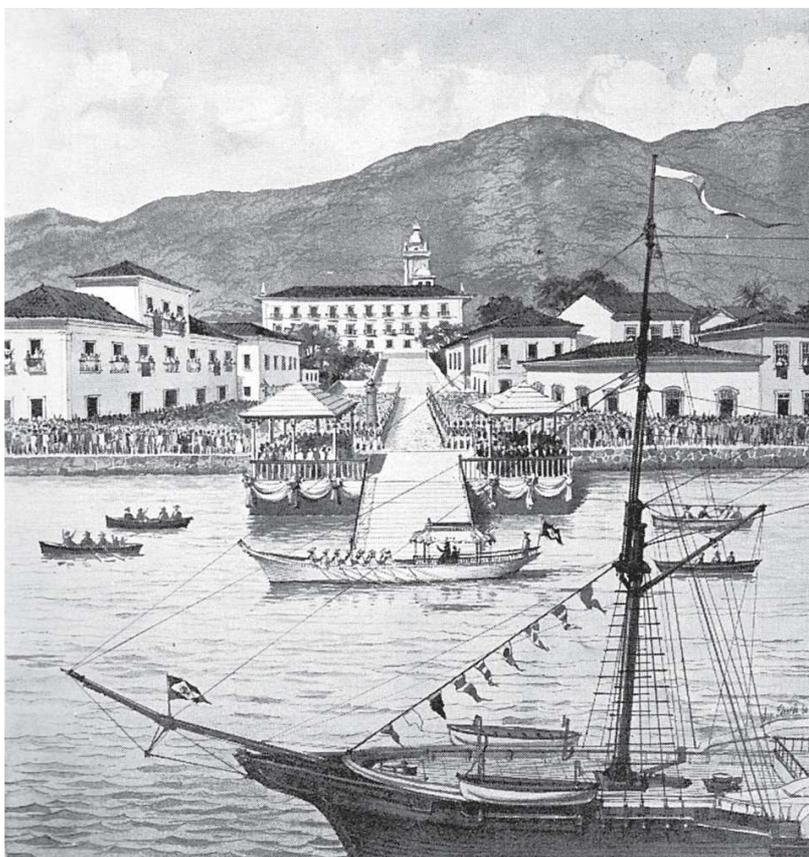
²¹ A edificação que abriga o Palácio do Governo corresponde ao antigo Colégio e Residência de São Tiago pertencente à Companhia de Jesus. Sua construção iniciou-se em meados do século XVI sendo concluída às vésperas da expulsão dos jesuítas, no ano de 1759. Abandonado após expulsão dos religiosos, teve nova destinação ao final do século XVIII, passando a abrigar a sede do Governo da Capitania, além de diversas outras entidades, como o Hospital Militar, o quartel do Batalhão de Linha e o Corpo de Polícia. No decorrer da segunda metade do século seguinte, após sofrer algumas intervenções, foi adaptado internamente “a uma multiplicidade de unidades do governo, tais como o Liceu, a Tesouraria, Fazenda, Administração dos Correios, armazém de artigos bélicos, Biblioteca Pública, escola de primeiras letras” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 509). No século XX, foi objeto de grande intervenção empreendida pelo Estado, devido à qual perdeu suas feições coloniais.

²² Largo colonial localizado defronte a antiga Igreja e Convento de São Tiago, que mais tarde abrigou o Palácio do Governo. Recebeu inúmeras denominações, entre elas Largo da Misericórdia, Largo Affonso Brás, Praça do Palácio e Praça João Clímaco. O espaço será objeto de detalhamento no Capítulo 3.

²³ Antigo cais localizado em área fronteiriça à escadaria de acesso ao antigo Colégio dos Jesuítas (Igreja e Convento de São Tiago), conhecida anteriormente como ladeira Padre Inácio. Segundo Elton (1986, p. 28), era ladeado por “[...] colunas entre as quais se prendiam correntes de ferro”, razão pela qual recebeu essa denominação. Com a vinda do imperador Dom Pedro II a Vitória, em 1860, o local passou a ser conhecido como Cais do Imperador. Derenzi (1995) afirma que se caracterizava por ser um cais elegante para atracação de lanchas, além de ser ladeado por sobrados antigos e abrigar um comércio tradicional.

(VICTORIA, 1859, s/p). Na verdade, a análise dos periódicos leva a crer que a Província em muito se apoiou no auxílio da população, visando deixar a cidade mais apta a receber a Família Imperial: “esperando de todos hajão de manifestar todo seu regosijo por tão faustoso motivo; illuminando as frentes de suas casas por 3 dias sucessivos” (CARVALHO, 1859, p. 4). Essa prática, graças à qual as obras provinciais eram realizadas com o auxílio de pessoas mais favorecidas, mostrou-se recorrente durante o período pesquisado.

Figura 5: O Cais das Colunas por ocasião da visita da Família Imperial a Vitória.



Fonte: Rocha (2008).

Nota: Reconstituição histórica e desenho de Jorge Eduardo.

A despeito da generosidade dos mais abastados e da quantia despendida pelo Governo para a recepção, não foram observadas intervenções urbanas, além das mencionadas, capazes de alterar a fisionomia da cidade. O episódio, portanto, pouco contribuiu nesse sentido. A cidade seguia com seu aspecto acanhado e carecendo de condições infraestruturais mínimas ao seu pleno desenvolvimento.

Em meados do século XIX, Vitória contava com uma iluminação pública muito precária. As notas publicadas reforçam as informações sobre a deficiência dos serviços prestados, em especial sobre a escuridão frequente durante longos períodos da noite em decorrência dessa precariedade:

Iluminação – Nestas ultimas noites a **cidade tem estado em trevas** até quasi ás 8 horas. Para que servem os lampiões? Não haverá alguma authority que deva velar sobre este ramo de serviço publico? Alem de termos **pessima iluminação**, havemos estar parte da noite em **completa escuridão!** E ainda disem que estamos no seculo das luzes! (ILLUMINAÇÃO, 1859, p. 2).

No Relatório de Governo datado de 1867, realizado durante a gestão do então Presidente da Província, Carlos Cerqueira Pinto, há menção ao funcionamento, nessa ocasião, de 75 lampiões ao longo de toda a cidade. O documento, apesar de destacar a necessidade de melhoria da iluminação através da substituição dos lampiões²⁴ pelo sistema à base de querosene, informa que os recursos existentes eram considerados insuficientes para a realização de tal medida. Importante destacar, no entanto, a solicitação de “[...] atenção a esse melhoramento que concorre para a segurança publica” (ESPÍRITO SANTO, 1867b, p. 49), confirmando a importância do serviço na contenção da violência.

No primeiro trimestre de 1879, inaugurou-se o sistema de iluminação a gás da Capital²⁵, fato que não garantiu profundas melhorias no abastecimento, conforme se observou nas décadas que seguem.

Tão precário quanto o sistema de iluminação da cidade era o de abastecimento de água, que comprometia de forma incontestável a higiene e a saúde pública. Nesse período, o abastecimento ainda se dava por meio de chafarizes localizados em diferentes pontos de Vitória, considerados insuficientes para atender a demanda local.

Quanto ao estado de asseio da cidade, as ruas eram comumente descritas como fétidas e cobertas por vegetação. Apesar da existência de legislação específica

²⁴ Segundo Rocha (2008, p. 44), antes de se adotar o sistema à base de querosene, a iluminação em Vitória era realizada por “[...] lampiões com candeieiros a azeite de sebo de ‘carrapato’ ou óleo de peixe”.

²⁵ De acordo com informação extraída do Relatório de Governo do então Presidente da Província, Manoel da Silva Mafra, datado de 1878.

acerca da obrigatoriedade de capina periódica dos logradouros estabelecida pelo Código de Posturas, conforme afirmam os periódicos estudados, a ausência de cumprimento da lei e de fiscalização por parte da Administração causava prejuízo à limpeza pública, contribuindo para acentuar o mau cheiro da cidade, devido ao acúmulo de imundícies.

Asseio da cidade

Será bom que o Sr. fiscal da camara dê um passeio pelas ruas desta cidade, afim de ver se com sua presença cumpre-se melhor o **codigo de posturas, que vai sendo entre nós letra morta**. Ruas ha, onde o **capim** está tão **crecido e viçoso** que faz inveja a mais de um creador de gado. Outras, em que os esterquiti (ilegível) **poem um pobre nariz em torturas crueis**. Tudo enfim revela um desprezo total das posturas da camara – Quanto a calçamento, isto não fallemos, que tem dente de coelho²⁶ (ASSEIO..., 1859, p. 3).

Havia muito o **Mangal do Campinho**²⁷, região formada por terrenos alagadiços, localizados na parte baixa da cidade de Vitória, era tido como um dos maiores responsáveis pela condição insalubre da cidade. O Relatório de Governo de 1868, referente à gestão de Luiz Antonio Fernandes Pinheiro (1868-1869), enfatizava a utilidade para a saúde pública do aterro do “lamarão do campinho”, apontando-o como uma poderosa fonte de emanações miasmáticas devido à sua natureza pantanosa e ao grande acúmulo de lixo e de toda espécie de imundícies em estado de putrefação, e recomendava sua completa obstrução, visando eliminar o problema causado pelas condições da área.

Diante do conhecimento dos perigos à saúde pública ocasionados por características similares em outros espaços, o mesmo documento alertava para a necessidade de realização de obras em outros pontos da cidade, como “o encanamento das aguas pluviaes que se escoam da montanha em que se acha situada a cidade e vem alagar especialmente a **Praça da Alfandega**²⁸ e **Largo da**

²⁶ Insta destacar que a nota, datada de 1859, foi publicada pouco mais de um mês antes da vinda do ilustre Imperador Dom Pedro II e sua corte à Capital.

²⁷ A referida área somente foi completamente aterrada na primeira década do século XX, passando a abrigar o Parque Moscoso. Essa área será detalhada ao longo do Capítulo 4.

²⁸ Praça localizada na cidade baixa, contígua ao mar, nas proximidades da rua homônima. O referido espaço será detalhado ao longo do Capítulo 3.

Conceição²⁹ que ficam intransitáveis e se tornam verdadeiros charcos insalubres” (ESPÍRITO SANTO, ANEXO B, 1869a, p. 2-3).

Assim como o Campinho, o Cais da Alfândega e o Largo da Conceição, a região dos **Pelames**³⁰ era da mesma forma apontada como local propício ao desenvolvimento de doenças, devido ao seu insatisfatório estado infecto, de onde se fazia “[...] exalar um cheiro muito incommodo e mesmo nocivo” (SALUBRIDADE..., 1871, p. 1).

Eram inúmeras as moléstias ocasionadas pela manutenção desses eflúvios pantanosos, como a febre amarela, a “chulera” e o tifo, que se desenvolviam especialmente durante os meses de calor.

Interessante enfatizar que o Relatório de Governo datado de 1868, anteriormente mencionado, associava a limpeza e a conservação do asseio das ruas e praças à higiene e à “moralidade pública”. Essa mesma associação foi também observada em algumas citações de periódicos locais, dando a entender que o espaço público não oferecia a decência apropriada para o usufruto das famílias de bem, ou, em outras

²⁹ O Largo da Conceição era conhecido por Prainha antes da ereção da capela de Nossa Senhora da Conceição da Praia, datada de 1755, de acordo com Marques (1878). Segundo Derenzi (1995), mais de dois terços do Largo eram banhados pelo mar, em especial durante as marés cheias, e, na confluência deste com as águas provenientes dos Pelames e do Morro da Fonte Grande através da vala artificial denominada Reguinho, surgiu uma restinga. “O Reguinho castigava impiedosamente o largo colonial. Toda chuva maior o engrossava, inundando e prejudicando o rés-do-chão das poucas casas que lhe bordavam o perímetro tortuoso” (DERENZI, 1995, p. 85).

O mesmo autor afirma ainda que o aterro do antigo Largo da Conceição se fez aos poucos, gradativamente. Em 1887, o espaço com sua morfologia alterada pelos sucessivos aterros passou a comparecer nos periódicos estudados com a denominação de Praça Costa Pereira.

Em 1895, o Governo do Estado tomou para si o encargo de desapropriar e demolir algumas edificações localizadas na praça, visando empreender a construção do Teatro Melpomene.

No ano seguinte, “[...] por decreto da Presidência do estado foi declarada de utilidade pública a desapropriação do edifício da Igreja que, sob a invocação de N. S. da Conceição da Prainha, existe á praça Costa Pereira, afim de ser demolido para alargamento da referida praça” (DESAPROPRIAÇÃO, 1896, p. 1). Não obstante o intento de alargamento e de realização de melhorias no espaço, sinalizados ao final da década de 1890, este somente viria a ser objeto de uma intervenção efetiva com vistas ao seu aformoseamento em fins da segunda década do século XX, sendo definitivamente inaugurado em 23 de maio de 1928, conforme indica Derenzi (1995).

³⁰ O Campo dos Pelames, como anteriormente conhecido, era um terreno semialagado, fronteiro ao antigo Convento e Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, de modo que “[...] para se alcançar a Igreja do Carmo, devia-se atravessar uma ponte sobre as águas nascentes e as que enxurravam dos morros São Francisco e Matriz” (DERENZI, 1995, p. 80).

A primeira menção à Praça Paula Castro, nome pelo qual passou a ser denominado, é observada no início do ano de 1890. O espaço foi assim descrito por Derenzi (1995, p. 153): “[...] com algumas amendoeiras e papoulas, marejava águas vindas do Carmo e do morro da Matriz”.

Os serviços de drenagem e aterramento da região foram concluídos no ano de 1895: “Praça Paula Castro - Ficou hontem completo o aterro do antigo charco dos Pelames [...]” (PRAÇA..., 1895, p. 2). A referida área permaneceu com uma aparência ainda muito rudimentar e inacabada, conforme atesta a iconografia histórica encontrada, não tendo sofrido maiores intervenções ao longo do período estudado.

palavras, como se a rua não estivesse em conformidade com as regras éticas e dos bons costumes: “[...] o miseravel estado em que está o canal do largo da Conceição, cuja fedentina é de tal natureza que **julga-se ser causa de muita febre de mau character, que aparece por aquellas immediações [...]**” (O CAPIXABA, 1876, p. 1, grifo nosso).

Outro fator apontado como empecilho à saúde pública e, da mesma forma, responsável pelo desenvolvimento e proliferação de epidemias era a existência de cemitérios dentro do perímetro urbano:

[...] temos as **exhalações miasmáticas** dos nossos **cemiterios** onde os enterramentos são feitos **sem as cautellas** precisas, sem se observar **preceito algum higienico**, pois as sepulturas não teem a profundidades exigida, não se lança sobre o cadaver terra alguma e estão abertas para se retirar dellas esqueletos sem ter decorrido o tempo preciso para isso, pelo que tem acontecido encontrar-se o cadaver ainda alto (ilegível), do que resulta propagação das molestias por influencia miasmatica e por consequencia maior duração da **epidemia [...]** (SALUBRIDADE..., 1871, p. 1).

O constante mau odor da urbe também era proveniente dos terrenos vazios localizados ao longo da cidade, usualmente encontrados cobertos por vegetação e dejetos domésticos lançados. As praias da Capital são descritas como “[...] immundas e muito insalubres porque os despejos q’ nellas se fazem não são levados pelo reflux da maré [...]

Visando evitar que os dejetos fossem depositados ao longo da cidade, sem qualquer tipo de controle ou inspeção, no ano de 1873 (ALFAVACA, 1873, p. 3), a Câmara Municipal de Vitória, por meio de Decreto, estabeleceu o **Cais da Imperatriz**³¹ e o do **Comércio**³² como pontos permitidos para tal fim.

Esse era o cenário em que Vitória se encontrava ao final da década de 1870, descrito pelas fontes pesquisadas. Ao final dessa primeira fase, segundo Marques (1878), a cidade abrigava uma população de quatro mil trezentas e sessenta e uma

³¹ Contíguo a esse Cais foi construído, na década seguinte, o Jardim Público Municipal. Este melhoramento é objeto de detalhamento no Capítulo 4.

³² Refere-se ao Cais da Rua do Comércio, anteriormente conhecido como Porto dos Padres, que abrigou, ao final da década de 1890, o *Boulevard* do Comércio, detalhado no Capítulo 3.

almas³³, que se distribuía numa malha urbana acanhada, servida por “[...] trinta e uma ruas, sete ladeiras, oito becos, quatro praças e outros largos, formados pelos trezentos e setenta sobrados e setecentas e tantas casas térreas” (ROCHA, 2008, p. 45).

O núcleo urbano da cidade permanecia circunscrito à região central da ilha, comprimida entre os morros e o mar, com ruazinhas estreitas e tortuosas que procuravam o paralelismo da praia ou subiam o morro, conforme afirma Rocha (2008), horizonte que somente veio a ser alterado, anos mais tarde, com o advento da República.

Não obstante os problemas encontrados, Marques (1878) oferece outra perspectiva da cidade atribuindo-lhe certo potencial ao mencionar: a Capital “é agradável, elegante, tendo casas pela maior parte de sobrado, ruas bem calçadas, quatro praças, quatro chafarizes, etc., etc.” (MARQUES, 1878, p. 243). Ao mesmo tempo se contradiz, contabilizando a existência de sete praças e não quatro, como afirmou anteriormente, entre as quais cita: “[...] da Matriz, Misericórdia, Grande, Mercado, Igrejinha, Carmo, Velha” (MARQUES, 1878, p. 243).

Quanto às praças mencionadas por Marques, algumas podem ser facilmente identificadas como a da Matriz e a da Misericórdia, que se referem aos espaços fronteiros das igrejas homônimas antes existentes, demolidas no século XX. Quanto à da Igrejinha, trata-se do Largo da Conceição, fronteiro à Igreja de Nossa Senhora de Conceição da Praia, demolida no final do século XIX.

A do Carmo, acredita-se corresponder ao espaço frontal à Igreja e Convento da Ordem Terceira do Carmo. Insta mencionar, no entanto, que, nesse período, o local correspondia à região alagadiça dos Pelames, não configurando um espaço formal de praça como as demais, ao final da década de 1870.

Sobre a Grande, foram traçadas duas hipóteses: ou se tratava da região do antigo Cais Grande, depois chamado de Cais da Alfândega, ou da Rua Grande, onde se localiza a Capela Santa Luzia, próxima à qual existia um largo. A do Mercado correspondia à Praça do Mercado ou Casa do Mercado, edifício inaugurado em

³³ Conforme Marques (1878), este seria o número de habitantes de Vitória em 1878 se somada a população livre à de escravos. A primeira compunha 77% do quadro geral.

janeiro de 1874, localizado na Rua da Alfândega, conforme menciona o Relatório de Governo datado desse ano. Não foi encontrada referência à praça Velha nas fontes pesquisadas.

1.3.2 Décadas de 1880 e 1890

As décadas de 1880 e 1890, assim como as anteriores, foram marcadas pela escassez de recursos enfatizada em grande parte dos documentos oficiais pesquisados, notadamente os Relatórios de Governo. O intervalo caracteriza-se por uma piora no que tange à descontinuidade administrativa, quando comparado ao que o antecedeu, uma vez que houve um aumento na quantidade de administrações durante o mesmo período de tempo³⁴, evidenciando a existência de mandatos inferiores a um ano ou mesmo a seis meses.

A década de 1880 registrou poucas contribuições às intervenções com vistas à melhoria da infraestrutura herdada do período precedente. Pode-se, no entanto destacar a iniciativa de construção do **Jardim Público Municipal**, inaugurado em 1882, como tentativa de conceder à cidade um local mais adequado ao uso do espaço público.

O final dessa década foi assinalado por dois acontecimentos considerados relevantes em território brasileiro: a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, no ano seguinte.

A República representou uma nova configuração na organização administrativa no Brasil, que veio a repercutir diretamente sobre municípios.

Com a criação do sistema federalista, as antigas províncias tornam-se estados. As municipalidades passam a contar, em algumas cidades, com uma prefeitura.

Em Vitória, criou-se o Conselho Municipal, em 1893, a partir da Constituição Estadual de 1892. [...] O [...] Decreto n.º 05, de 23/01/1893, destinou 48% de seu orçamento, extraído da regulamentação da cobrança de imposto predial, para as obras públicas. O presidente do Conselho funcionava como

³⁴ No intervalo entre 1880 e 1899 foram contabilizadas 24 administrações diferentes.

poder também executor, acumulando o cargo de prefeito, ainda inexistente (VITÓRIA, 2006, p. 67).

Observa-se a ocorrência, logo após a instituição do Conselho Municipal, da única administração estadual exercida em sua íntegra durante esse período, a de José de M. Carvalho Moniz Freire, que se deu entre os anos de 1892 e 1896.

De acordo com Campos Júnior (1996), os primeiros anos da República significaram para Vitória um momento de potencial prosperidade advinda da extensão das lavouras cafeeiras e dos preços crescentes atingidos pelo café no mercado externo, provocando expectativas quanto à possibilidade de progresso local e consequente necessidade de expansão territorial da cidade.

Conforme Derenzi (1995), o exercício financeiro de 1893 encerrou-se com saldo superior ao esperado, configurando-se um resultado auspicioso e suficiente para entusiasmar o Governo. “O momento exigia a realização do sonho secular dos capixabas: saneamento da cidade e vias de comunicação” (DERENZI, 1995, p. 145). Diante dessa promessa, Moniz Freire (1892-1896) teve como meta alterar a fisionomia colonial da cidade, ainda observada no início de seu governo.

Imaginando que os recursos advindos do café incrementariam a densidade demográfica da Capital, Freire iniciou um plano para expansão da cidade, que se tornou diretriz de governo, fora dos limites da área até então consolidada como o perímetro urbano, denominado “Novo arrabalde”³⁵. A crise, no entanto, não tardou. Antes do fim de seu mandato, iniciou-se um período crítico nas finanças estaduais que, abaladas, acabaram por frustrar os planos de expansão de Freire em curto prazo. Inviabilizada a urbanização imediata da área de expansão proposta, observou-se, ainda que em menor porte, a retomada de investimentos sobre o perímetro urbano existente e sobre a região contígua.

Apesar do indício de melhoria nas finanças, assinalado neste intervalo, o cenário geral de indigência observado ao longo das décadas de 1880 e 1890 refletiu-se mais

³⁵ Trata-se da primeira proposta de expansão urbana desenvolvida pelo engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Brito, datada de 1896, e, também, a primeira da cidade de Vitória. O projeto compunha-se de três núcleos urbanos e direcionava o crescimento da capital no sentido leste e nordeste, além de prever um acréscimo de cinco a seis vezes em relação à área então ocupada da cidade.

uma vez na morosidade em proporcionar à cidade uma qualidade urbana mais adequada.

No que se refere à infraestrutura urbana, na década de 1880 o sistema de iluminação que utilizava lampiões à base de querosene já havia sido substituído pelo sistema a gás, com fornecimento realizado por meio de gasômetros. Apesar da aparente melhoria, foram observados inúmeros relatos que evidenciavam a permanência e constância de problemas referentes à iluminação pública.

Continua má, accende-se tarde, apaga-se cedo, luz baixa e ainda mais baixa depois das 11 horas da noite: fiscalização nem-uma, [...] e **quanto não perde a província!** Será melhor voltar para o kerosene. [...] (A ILLUMINAÇÃO..., 1882, p. 4, grifo nosso).

A nossa iluminação: São decorridos mais de 3 annos que foi innovado o contracto de gaz e é lamentavel que não se tenha até agora cumprido as condições que elle estipulou, com manifesto **prejuizo dos cofres publicos** que afinal de contas é o sacrificado; e **com immenso perigo de vida para a população.** [...] (A SENTINELA, 1886, p. 3, grifo nosso).

O mencionado “perigo de vida para a população local” referia-se, além da insegurança pública, ao risco de incêndios semelhantes aos noticiados sinistros ocorridos à época nas cidades de Dublin, capital da Irlanda, e de Campinas, no Brasil, ocasionados devido à explosão dos seus respectivos gasômetros. Carta endereçada anonimamente ao jornal A Província do Espírito Santo, em fevereiro de 1886, solicitava fiscalização urgente do contrato de prestação de serviço e atenção dos governantes ao problema.

Além dessas questões, há menção ao comprometimento, durante o período noturno, do “divertimento público”, citado como exíguo, devido à interrupção do fornecimento.

O gaz – A’ meia noite de domingo a **cidade ficou as escuras.** A illuminação publica foi apagada, com excepção de dois combustores das proximidades do salão – Dias³⁶. Não precisa-se encarecer o quanto de **reprehensivel vae n’esta falta, mórmente n’uma noite de divertimento publico.** [...] Por parte da empresa nos foi communicado que a interrupção da illuminação deveu-se á **ruptura da válvula d’um dos gazometros** [...] (NOTICIAS..., 1886, p. 2, grifo nosso).

³⁶ Estabelecimento de caráter popular, cujos anúncios de divulgação anunciavam a realização de bailes e partidas dançantes.

Três anos após essa denúncia, os serviços de iluminação continuavam a ser alvo de críticas, e sua intermitência passou a ser considerada um forte agravante à violência urbana:

Nos últimos dias a nunca assaz celebrada **iluminação pública** tem estado soberba! **Depois das dez horas, as ruas e praças entram na phase de eclipses completos**, para não dizer totaes, que é o chavão da tecnologia astronômica. [...] Em uma capital como a nossa, onde o **policimento é pessimamente feito e a vagabundagem audaciosa** campeia livremente no exercício de actos offensivos á moral, a falta de iluminação, comprehende-se, **é estímulo á pratica de crimes que podem ser evitados** (NOTICIAS.... 1889a, p. 3, grifo nosso).

Além de uma iluminação pública que continuava deficiente, capaz de contribuir para a prática de crimes e, em consequência, despertar o medo na utilização das ruas no período noturno, não raros eram os problemas no abastecimento dos edifícios particulares, cuja qualidade semelhante ao “[...] de lampiões de péssimo azeite”, foi também questionada, apesar dos consumidores pagarem ‘caro o luxo de ter em casa o famoso gaz’ [...]” (NOTICIAS..., 1889b, p. 3). Em uma nota anônima endereçada à empresa de gás responsável pelo abastecimento, lê-se a seguinte mensagem, em tom de desabafo, traduzindo a precariedade do abastecimento naquele momento:

Empresa do gaz! – [...] Grande parte das casas commerciaes já substituíram essa illuminação pela de kerosene, e hontem mesmo a estação telegraphica, por necessidade do serviço, teve de **voltar ao regime dos candieiros de petróleo.**

Puro progresso de carangueijo!

Que não é por deficiência de carvão, que esse **escarneo de illuminação** continua **affrontando o povo da capital**, [...]. E’ uma vergonha sem nome, que este abuso, pos, continue a ser praticado com acquiescencia das auctoridades superiores.

Urge providencias [...] (CHRONICA..., 1889b, p. 2, grifo nosso).

O abastecimento de água de Vitória ainda era realizado por três fontes consideradas insuficientes³⁷ no limiar da década de 1880. De acordo com Marques (1878, p. 246),

³⁷ Segundo informações extraídas do Relatório de Governo do primeiro Vice-Presidente da Província, Alpheu Adolpho Monjardim D’Andrade e Almeida, datado de 1882.

Vitória tinha “[...] três fontes de excelente água: a da Capixaba, da lapa nas extremidades, e a Fonte grande, quasi no Centro”³⁸.

Durante a gestão de Eliseu de Souza Martins (1879-1880), foi nomeada uma comissão de profissionais visando à análise dos mananciais já utilizados e de todos os que pudessem ser aproveitados³⁹. A medida tomada observava a introdução de preceitos salubristas na administração, necessários ao restabelecimento da saúde da população local constantemente acometida por doenças, devido à escassez no abastecimento. Diante da necessidade de realização de inúmeras adequações visando melhorá-lo, destaca-se, no Relatório de Governo de Marcelino de Assis Tostes (1880-1882), a necessidade de dispêndio de elevado⁴⁰ montante, chegando à cifra de 9:415\$560. Dessa forma, seriam necessárias várias administrações para a efetivação de tamanha melhoria, considerando-se a penúria dos recursos públicos, o que de fato ocorreu.

Nesse período, Vitória contava com uma população superior a seis mil almas, sendo constantes a falta de água e as epidemias. As fontes estudadas indicam a constante preocupação com a melhoria desse serviço, considerada uma medida “de alcance vital para a população da capital, que já por vezes tem luctado com os perigos trasidos pela suas deficiências [...]” (TRIBUNA..., 1883, p. 3).

Infelizmente não existia abundância de água e “[...] nos mezes em que desaparecem as chuvas há **grande falta** como ultimamente aconteceu, e á tal ponto que a população teve necessidade de recorrer á pessima agua do **rio** ou vall do **Marinho** para não soffrer os **horrores da sede** [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1886a, p. 27, grifo nosso).

O abastecimento dava-se de maneira sistemática, com horários preestabelecidos pela Câmara para sua obtenção.

³⁸ Insta mencionar que, no mesmo documento, o autor menciona a existência de quatro chafarizes e de três fontes. De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira, as duas palavras tinham significados distintos: como fonte traduzia-se por “a nascente d’água [...]” (PINTO, 1832, p. 66), o vocábulo chafariz tinha o sentido de “obra de pedra com bica, ou bicas, por onde sahe agoa” (PINTO, 1832, p. 28ii). Dessa forma, as duas informações não se contradizem.

³⁹ De acordo com informações contidas no Relatório de Governo datado de 1881.

⁴⁰ A título de comparação, e para se ter idéia do quão elevado seria o referido valor à época, este seria um terço maior que os recursos que a capital Vitória teria sido autorizada pela Câmara a despendar no exercício de 1871 (dez anos antes) para todos os seus gastos, segundo dados extraídos de Decreto publicado em jornal local (ASSEMBLÉA..., 1871, p. 2).

Água ao povo

De ordem da camara, faço publico que **depois das 10 da noite, é prohibido ir aos chafarizes** da Fonte Grande, praça Costa Pereira e praça Pedro II ou caes do imperador, **podendo todos os habitantes da cidade se abastecer de água, durante o dia, e ate ás 10 da noite, ou das 5 da manhã em diante** (MACHADO, 1889, p. 1, grifo nosso).

Outro agravante era a suspeita de contaminação da água do rio Marinho, efusivamente divulgada pelos periódicos da época como de péssima qualidade, devendo esta “[...] ser utilizada para os differentes misteres domesticos, **menos para ser bebida**” (CHRONICA local: a agua..., 1889a, p. 2, grifo nosso), conforme recomendações técnicas.

Chronica local

Não nos arrependemos nunca de aconselhar ao povo da capital **que se abstenha de beber da agua do rio Marinho**, suspeita de **conter miasmas palustres**, pois aquelle rio recebe contribuição directa de breijaes e pantanos, situados em suas margens.

A justesa do nosso conselho, que não pode deixar de apoiado por todos os clinicos da cidade, está sendo perfeitamente observada pelas pessoas criteriosas, que tem posto essa agua em observação.

Uma d’ellas, cavalheiro de critério, informou-nos que depositando certa porção d’agua do Marinho, em barril, perfeitamente limpo, 24 horas depois, teve de mandar pol-a fora por se **achar putrefacta** [...] (CHRONICA..., 1889b, p. 2, grifo nosso).

No primeiro trimestre de 1890, foram encontrados registros que mencionavam uma mortalidade em Vitória de sete a nove indivíduos por dia, numa população de cinco mil almas, conforme recenseamento realizado pelo “*Club Commercial*”. Nota-se um *deficit* populacional relativamente elevado, se comparado aos dados publicados no jornal A Província do Espírito Santo no ano de 1883, no qual a Capital contava com uma população superior a seis mil habitantes. Apesar dos dados mencionados, a fonte relatava:

Temos observado que o **estado sanitario d’essa cidade tem melhorado muito** e muito na **relação directa do melhoramento do abastecimento d’agua**; facto que levou a onda de hygiene publica d’ali a voltar todos os **cuidados** para a **hydrologia da cidade, como solução a todos os importantes problemas de seu saneamento** (SANEAMENTO..., 1890b, p. 2, grifo nosso).

Apesar de não se ter encontrado nenhum registro acerca de quais medidas foram tomadas pela administração durante o último decênio mencionado, parece ter havido algum estudo mais aprofundado sobre os mananciais utilizados para o

abastecimento de água da Capital, serviço que seria executado pela comissão de profissionais instituída pelo Governo Provincial antes de 1883, tendo em vista a menção aos cuidados referentes à hidrologia da cidade e à melhoria do fornecimento.

A mesma nota traz ainda dados surpreendentes acerca do reduzido provimento diário de água disponível para cada indivíduo local, “[...] a cada habitante no estado afflictivo em que nos achamos, não póde, dipor, para seu consumo e hygiene particular e publica, de mais de... 14l d’agua!!! [...]” (SANEAMENTO..., 1890b, p. 2).

[...] a cidade do **Rio de Janeiro**, com sua capitação de 180l d’agua diariamente, queixa-se da falta do precioso liquido, agita-se, entusiama-se até o delírio, pelas empresas a Frontin, e promove um abastecimento capaz de fornecer no mínimo **250l por individuo** de sua população, nós parecemos, no meio de nosso indifferentismo até para a morte, **muito accommodados** aos nossos **14l, sujeitos ainda ás reduções** resultantes dos longos transportes no fóssil barril!

Tenhamos assim bem lavados os nossos corpos, nossas casas, nossos creados, nossas roupas, nossos animaes domesticos, nossas latrinas, nossos terreiros, nossas chacaras e jardins, nossos quintaes, para não sermos victimas das viviações putridas de nossa athmosfera (SANEAMENTO..., 1890c, p. 2, grifo nosso).

No ano de 1893 foi noticiado: “o grande deposito para o abastecimento d’agua está em progressiva actividade [...]” (A NOSSA..., 1893, p. 1), referindo-se às obras iniciadas pela Companhia Torrens para a construção do reservatório de Santa Clara e logo por ela paralisadas. Somente viriam a ser concluídas no governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912).

No que tange aos serviços de limpeza pública disponíveis, observou-se, nesse período em estudo, que o “**estado deplorável** das ruas e praças d’esta capital” (LIRIO, 1882, p. 2, grifo nosso) continuava sendo persistentemente anunciado, em especial durante a estação calmosa, que se estendia de dezembro a março, em que, segundo os periódicos, os gazes das matérias em decomposição bem como das águas estagnadas mais se evaporavam.

No final de 1882, período no qual regiões como o **Porto dos Padres** e toda a beira-mar foram apontadas como possíveis focos de febres palustres, aventou-se a possibilidade de uma epidemia de varíola. As fontes estudadas, entre elas os

Relatórios de Governo e os periódicos locais, alertavam para as praias rasas de nossa baía:

[...] a evolução das marés cheias ou vazantes não têm força para levar mar além os materiais despejados beira praia, e que, portanto, parte dellas ficão ahí depositadas e sujeitas á decomposição delateria dimanando pela acção do calôr esses gazes prejudiciaes á saúde (DAEMON, 1882b, p. 1).

A intolerância aos maus odores da cidade exalados dos excrementos, lixos e águas pútridas estagnadas e a sedução pelo espaço oxigenado e perfumado acentuavam-se progressivamente ao final do século XIX. Rago (1997) discorre que a ascensão e posterior hegemonia da burguesia supunham a instituição de um novo imaginário social, de novas formas de percepção cultural e de uma nova sensibilidade; por essas razões, a cidade passou a ser “[...] lida a partir das novas concessões médicas e biológicas” (RAGO, 1997, p. 169).

Inconcebíveis se tornavam as descrições nas quais se observa,

[...] o capim, os bagaços de canna, os ratos podres e gatos são tropeços que se oppõem ao transito do publico, que se dirige principalmente lá para a rua do Conde d’Eu, onde se é forçado a pôr lenço no nariz para não se aspirar o perfume desagradável, que se evapora da praia lamacenta, contigua ao Jardim Municipal (AS RUAS, 1883, p. 2).

Em 3 de fevereiro de 1886 foi criado o cargo de Inspetor de Higiene da Província do Espírito Santo, conforme informações do Relatório de Governo datado desse ano. O documento menciona a existência de um relatório apresentado pelo então Inspetor nomeado para aquele cargo, o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, que, entre outras considerações, relata que a limpeza pública estava ainda bem longe de satisfazer os fins a que se destinava. Segundo o Dr. Oliveira, a insalubridade pública era em grande parte causada pela falta de vontade da população e se “a salubridade não estivesse compreendida na legislação, não teria jamais existido [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1886a, p. 26), o que de fato enfatiza a dificuldade dos habitantes locais em contribuir para o asseio da cidade, seja por falta de vontade, como afirmava o inspetor, seja pela dificuldade na mudança de antigos hábitos.

Além do aterro do Campinho e da canalização das águas do **Reguinho**⁴¹, o Inspetor de Higiene destacou como mais emergencial a se fazer “[...] a construção de um caes em todo littoral da cidade afim de que, aterradas **as praias insalubres** que constituem o mesmo littoral, desapareçam os **focos de infecção**, e o **repugnante espetaculo que á todos oferece a vista** das mesmas **praias [...]**” (ESPÍRITO SANTO, 1886a, p. 26, grifo nosso).

Em outro parecer do Inspetor de Higiene expunham-se largamente as causas da insalubridade da cidade. Entre estas, foram citadas, além da falta de asseio do litoral, “[...] a falta de um systema de esgoto e de serviço regular de escoamento das aguas pluviaes, bem como a carência notavel de água potavel – para os gastos da população [...]”, além da “[...] irregularidade do serviço da limpeza publica, e sobretudo, a conservação, dentro dos limites da cidade, dos cemitérios [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1888, p. 37 e 38).

A rápida elevação de temperatura coincidindo com um período prolongado de seca observados nos últimos meses de 1889⁴² acabou por agravar o frágil e preocupante estado sanitário da Capital. O período caracterizou-se pela disseminação de febres palustres por quase toda a cidade, tendo sido notificados casos de febre amarela.

A existência de muitos focos miasmáticos no centro da área habitada constituía-se o motivo principal de preocupação de irradiação de epidemias.

Diante dessa situação, a Câmara solicitou a aprovação do governador do Estado para contratar a administração de um serviço de limpeza da Capital, que ficaria responsável pela limpeza de toda a cidade, praças, ruas, becos, sarjetas e praias,

⁴¹ Vala formada por água dos mananciais do Morro da Fonte Grande, desembocando no Largo da Conceição (atual região da Praça Costa Pereira). Há uma divergência entre os autores Elmo Elton e Serafim Derenzi no que se refere à sua localização exata e ao atual logradouro correspondente. Segundo Elton (1986), o local transformou-se na atual Rua Graciano Neves, enquanto, para Derenzi (1995), corresponde à Rua Sete de Setembro. De fato, os periódicos consultados deixam dúvidas quanto à sua real localização ao longo de todo o período pesquisado, no entanto, a seguinte descrição esclarece a dúvida: “Partimos da Fonte Grande, que ha poucos dias reconstruida e da qual foi adaptado novo systema para limpeza periodica.

Junto á fonte, no principio da bella rua Sete de Setembro, o governo construiu uma ampla lavanderia pública [...].

D’alli principia a canalisação do Reguinho, que quasi á metade da mesma rua, se converte em uma especie de túnel por meio de 2 tubos de cimento ao diametro de 90 centimetros [...]” (IMMIGRATO, 1896, p. 2).

⁴² Conforme dados obtidos no periódico O Estado do Espírito Santo, n. 2.125, publicado em 5 de janeiro de 1890.

“[...] removendo o lixo para fóra da capital, tendo para todo esse serviço o pessoal necessário, observando os preceitos hygienicos e a economia precisa [...]” (LIMPEZA..., 1890, p. 3).

A situação foi considerada tão grave que durante o mês de janeiro de 1890 o jornal O Estado do Espírito Santo publicou cartas anônimas endereçadas à sua redação alertando sobre a situação e solicitando medidas cabíveis em caráter emergencial:

[...] “temos em pleno scenario o **luctoso império da morte**, que costumam visitar-nos com inexoravel insistencia em todas as passagens de estações, em reverencia ao nosso descuramento das resoluções tendentes ao melhoramento da hygiene e saúde publica [...]” (SANEAMENTO..., 1890a, p. 2, grifo nosso).

As cartas apontavam inúmeras causas que contribuía para o viciamento do ar atmosférico da cidade e faziam referência inclusive à topografia acidentada da urbe, cercada por terrenos baixos alagadiços, além do fato de que

[...] poucas ruas seguem orientações LO ou graus approximados, e, fatal coincidencia, a maior parte; que são as approximadas ao Azimuth NS, são as mais estreitas e escabrosas, reunindo assim, pela conservação de humidade e retenção de detricos, os principaes elementos dos mais aterradores focos de miasmas [...] (SANEAMENTO..., 1890a, p. 2).

Mencionavam ainda a ausência de escoamento das águas pluviais e de esgotamento sanitário que infeccionavam a Cidade Alta e por ocasião das chuvas transportavam as imundícies até a Cidade Baixa que, conseqüentemente, também se infectava. Mais uma vez os perigos provenientes das emanações cadavéricas e das infiltrações dos líquidos resultantes da decomposição dos corpos advindos dos cemitérios localizados no interior da cidade foram destacados, assim como a falta de asseio e o mau odor das praias.

As praias de Vitória eram utilizadas como “pontes para despejos” da cidade, ou seja, locais estabelecidos pelos órgãos públicos como apropriados para o descarte dos dejetos particulares e públicos, serviço efetuado à noite, durante a vazão da maré, para evitar o depósito de materiais. A ausência de fiscalização muitas vezes mencionada nas denúncias realizadas nos periódicos, aliada à fragilidade e

ineficiência do procedimento como medida saneadora do espaço, acabou por contribuir para a situação “lastimosa”⁴³ das praias.

Somado ao “[...] já pessimo modo de viver, pela falta da necessaria confortabilidade” (SANEAMENTO..., 1890b, p. 2), raro era

[...] o individuo, residente na capital, que não tenha experimentado o péssimo effeito hygienico do nosso mau calçamento: é uma indisposição do estomago, é uma ophtalmia, é uma ligeira febre, etc., que encontram a razão em uma larga aspiração ao chegar á porta ou ás janellas de nossas casas no momento dos desprendimentos de nossas calçadas. Observae o commercio de nossa capital e principalmente os pequenos caixeiros immersos imediatamente na **viciada athmosfera de nossas ruas**. [...] Era hontem **deplorável o estado de asseio da cidade**, principalmente o da rua Primeiro de Março, pela ausencia completa de vassoura. Nas condições excepcionaes e ameaçadoras em que nos achamos, não nos bastam as medidas tomadas para situações normaes. **O mal latente promette assoberbar-nos** [...] (SANEAMENTO..., 1890d, p. 2, grifo nosso).

À sombra das medidas necessárias para se elevar a cidade ao *status* tão desejado do progresso republicano, a cidade parecia arrastar-se sobre deficiências, já à época, consideradas absurdas para uma capital de Estado. Os relatos muitas vezes contundentes e sobremaneira penosos sobre a ausência de limpeza adequada na cidade comprovavam o quanto a deficiência da infraestrutura urbana poderia desestimular o uso do espaço público e conseqüentemente o lançamento de olhares mais inspiradores sobre a cidade.

A associação entre o desasseio da cidade e as questões referentes à imoralidade pública continuava presente. O Código de Posturas de Vitória, datado de 1890, traz um capítulo específico, abordando o tema “Moral pública, salubridade e asseio”, no qual eram estabelecidas condutas consideradas inadequadas e suas respectivas penalidades no caso de inobservância. Observava-se uma preocupação em coibir tanto o desasseio de Vitória, proibindo-se o lançamento de águas servidas, lixo e imundícies, bem como obscenidades, gestos indecentes, vozerias em qualquer ponto da cidade, como se ambas as atitudes tivessem o mesmo papel na situação à época vivenciada.

⁴³ Conforme menciona o periódico O Estado do Espírito Santo, n. 2.137, publicado em 22 de janeiro de 1890.

Utilizando como justificativa a gravidade em que o estado sanitário da cidade se encontrava no ano de 1890, as autoridades municipais decidiram proibir algumas situações que levassem a aglomerações, nestes termos:

[...] os festejos do Carnaval no corrente anno, emquanto não melhorar o estado sanitário d'esta capital; [...] (CASA DA..., 1890, p. 4), [...] proibindo-se os bailes e os ajuntamentos de mascaras pelas ruas da cidade, e isto de accordo com a opinião do dr. inspector de hygiene e medico da intendência (INTENDENCIA..., 1890, p. 3).

Em 1896, Vitória foi assolada por uma epidemia de varíola: “Até agora só a Capital e seus arredores têm estado sob a ação do mal” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 6), afirmava Moniz Freire. Segundo Freire, ao final de seu governo, Vitória carecia de “[...] serviços elementares indispensáveis a um grande centro populoso” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 16), sendo essa deficiência nesse momento mais sentida, em face do aumento da população.

A cidade, conforme Freire, ainda não dispunha de um serviço regular de higiene, devido à ausência de recursos e de profissionais competentes. Essa situação, no entanto, não diferia da observada na maioria das cidades brasileiras visto que desses serviços só se beneficiavam “[...] a Capital Federal e S. Paulo, que [...] despendem ainda annualmente alguns milhares com o seu custeio” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 7).

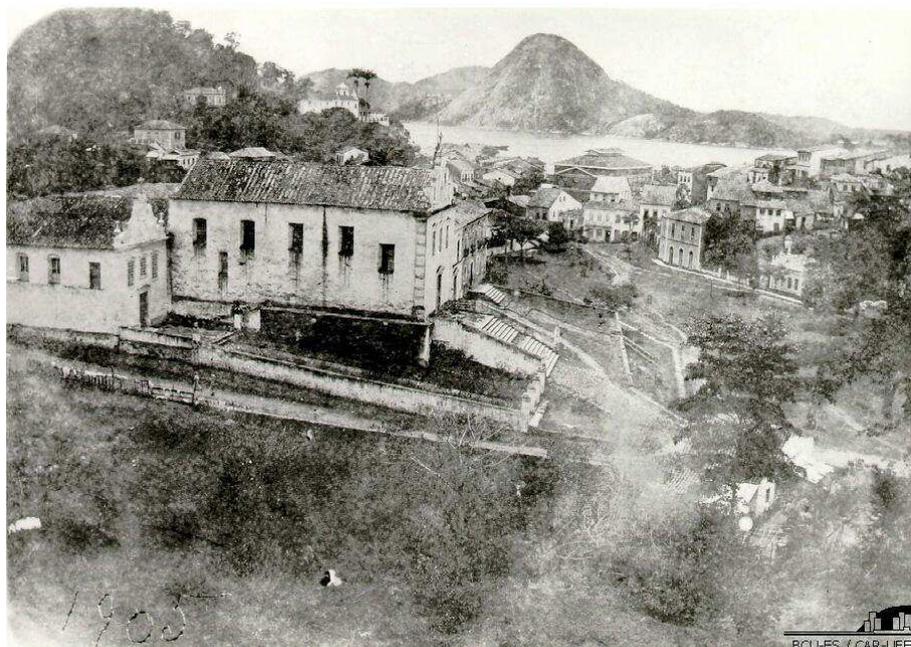
Freire apontava também que contribuíam para o insatisfatório estado sanitário da Capital a ocupação crescente de pardieiros infectos e a construção de residências provisórias em desacordo com os preceitos higiênicos, em especial na região da Vila Rubim, também conhecida como “Cidade de Palha”, graças à sua ocupação por casebres de madeira miseráveis, cobertos de palha, residências de uma população bem menos afortunada.

Diante da situação encontrada, em 1896 foi firmado um contrato para a execução de serviço de limpeza, visando à remoção dos materiais fecais da cidade, serviço que seria realizado, de acordo com o contrato estabelecido, por meio da retirada diária de fossas móveis das habitações particulares, “conduzidas até a bahia do Espírito Santo, onde será feito o despejo e limpeza das mesmas” (GOVERNO MUNICIPAL, 1896c, p. 1). Entre as cláusulas do acordo eram previstas, além da remoção das

matérias fecais, a limpeza diária de todas as ruas, praças, valas e latrinas e mictórios públicos, a capinação das áreas públicas e a condução do lixo a pontos apropriados para incineração.

Foram concluídos, ao final desse mesmo ano, os serviços de aterro da região do antigo Pelames, convertido na **Praça Paula Castro**⁴⁴, e de drenagem do Reguinho, além do aterramento parcial da região do antigo Campinho, a essa época já denominada Vila Moscoso, cooperando em parte para a melhoria da delicada condição sanitária da Capital. Contemporânea a esses melhoramentos é a intervenção realizada na região do antigo Porto dos Padres, com a criação do **Boulevard do Comércio**⁴⁵, numa tentativa de contribuir para o aformoseamento da cidade, ainda incipiente.

Figura 6 – Cidade Alta (1905).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da Ufes. Disponível em:

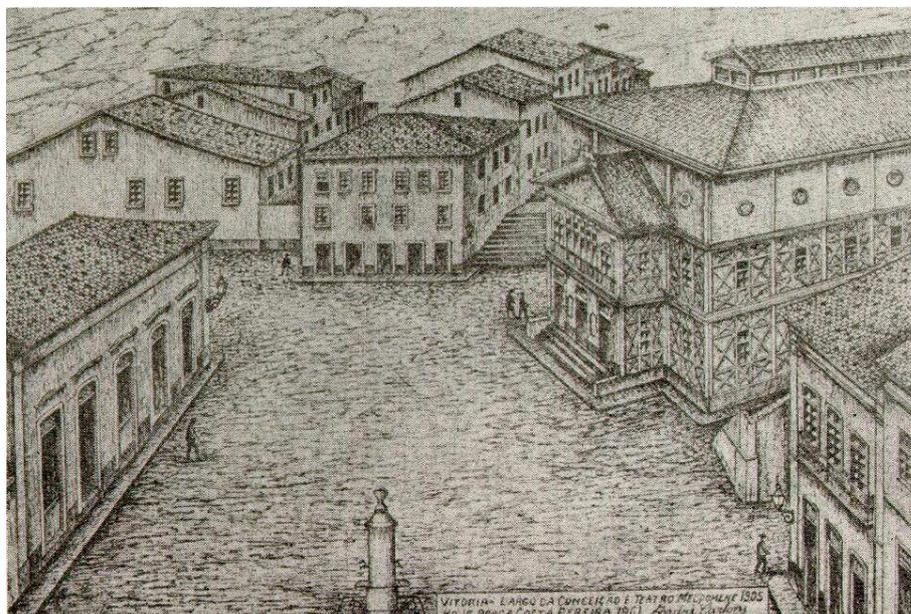
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcu0117.jpg>

Nota: Fachada antiga do Convento e Capela da Ordem Terceira do Carmo, em frente ao antigo aterro do Pelame, já convertido em Praça Paula Castro. Ao fundo, a Baía de Vitória e o Penedo.
Autor desconhecido.

⁴⁴ Cf. nota 30 deste capítulo.

⁴⁵ Esta intervenção será detalhada no Capítulo 3.

Figura 7 – Praça Costa Pereira (1905).



Fonte: Elmo Elton. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Nesse período o antigo Reguinho já havia sido canalizado. À direita (edificação maior), o antigo Teatro Melpomene, construído em 1896. Autoria de André Carloni.

A Câmara Municipal operava em consonância com os projetos modernizadores de Moniz Freire, em cujo mandato foram estabelecidos decretos de desapropriação em áreas consideradas como de utilidade pública, visando ao aformoseamento da cidade e a conveniência da estrutura viária e da higiene local (GOVERNO MUNICIPAL, 1896b, p. 1), assinalando os novos rumos que a cidade tomaria nas décadas seguintes.

1.3.3 Décadas de 1900 e 1910

O intervalo entre os anos de 1900 e 1916, diferentemente do observado nos anteriores, destaca-se pela ocorrência de mandatos exercidos integralmente, dos quais foram representantes: Moniz Freire (1900-1904), em sua segunda administração, Coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-1908), Jeronymo Monteiro (1908-1912) e, por fim, o Coronel Marcondes Alves de Souza (1912-1916).

Os dois primeiros quadriênios da década de 1900 sentiram as consequências advindas dos problemas de ordem financeira que havia muitos anos vinha

comprometendo o desenvolvimento do Estado e, conseqüentemente, de sua Capital. Coutinho, em seu último Relatório de Governo, referindo-se à execução de obras públicas durante sua gestão, relata que “[...] pouco se fez em relação a esse ramo de serviço público, pela exigüidade de recursos de que dispomos [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1907 p. 8). No mesmo documento, o presidente do Estado ressentia-se dessa situação afirmando:

[...] se largos recursos eu tivesse transformaria completamente esta capital, onde o valor predial é por enquanto muito diminuto, e deixaria em vias de conclusão uma Cidade que melhor impressionasse aos viajantes que passam neste porto. Desse assumpto não nos podemos descurar (ESPÍRITO SANTO, 1907 p. 16-17, grifo nosso).

À época da administração de Coutinho, a cidade de Vitória testemunhava de perto a reforma urbana sofrida pela Capital Federal levada a cabo pelo então prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906⁴⁶. Em que pese à ausência de recursos notadamente divulgados, percebe-se que Coutinho não estava alheio às necessidades da cidade, em especial ao anseio compartilhado principalmente pela elite capixaba por modificar suas feições. O intuito de conferir a Vitória um caráter moderno, em negação inclusive à sua origem colonial, revelou-se ainda no século XIX, quando da contratação do Plano do Novo Arrabalde, por Moniz Freire, segundo Vitória (2006).

A exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro, outras cidades brasileiras, incluindo-se Vitória, passariam a almejar remodelações semelhantes em seus territórios e estruturas ainda coloniais, bem como o *status* de modernidade e progresso delas provenientes.

⁴⁶ Com efeito, a ideologia da higiene, da disciplina e do controle adotada em meados do século XIX traria grandes avanços no modo de ver e usufruir o território, tomando-se como exemplo a transformação de Paris durante o Segundo Império, de 1851 a 1870, mais conhecida como Plano Haussmann.

A remodelação de Paris foi indiscutivelmente o exemplo mais marcante de reestruturação de uma grande cidade do século XIX, tornando-se um modelo reconhecido em todo o mundo. Os reflexos da política sanitária e aformoseadora haussmanniana não tardaram a alcançar o solo brasileiro, e, já no primeiro decênio do século XX, a cidade do Rio de Janeiro se tornou o grande ícone de modernidade no Brasil, após as reformas realizadas durante a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) com a implementação de um plano de embelezamento e saneamento da cidade aos moldes parisienses.

Apesar disso, ao final do primeiro decênio do período estudado, Vitória, que abrigava uma população superior a nove mil habitantes⁴⁷, ainda apresentava desenvolvimento urbano restrito a uma pequena área costeira – típica cidade brasileira do litoral, circundada por fazendas (as de Santo Antônio, Maruípe e Jucutuquara), sendo também considerada muito distante das praias localizadas ao norte da ilha: desabitadas e de difícil acesso, conforme menciona Vitória (2006).

Comercialmente limitada à sua pequena região de influência, a cidade mantinha sua acanhada aparência até o governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912), quando presenciou uma melhora considerável das finanças públicas, fato que reverberaria diretamente em seu tecido urbano. “É o primeiro *boom* do café, período no qual a cidade de Vitória experimenta um relativo desenvolvimento: prosperam as casas comerciais estrangeiras e nacionais, incrementa-se a vida urbana da cidade” (VITÓRIA, 2006, p. 68).

Além deste, Vitória (2006) atribui também a outros fatores a implementação dos planos governamentais de Jeronymo Monteiro:

Empréstimos contraídos durante o Governo Henrique da Silva Coutinho, seu antecessor, chegaram ao início de seu governo. As mudanças estruturais necessárias e exigidas pela elite local demandavam altos investimentos, que a iniciativa privada não poderia financiar. Jeronymo colocou o Estado a serviço dessa elite, e exigiu dela fidelidade política, conquistada com unificação de todos os partidos em um só, o Partido Republicano Espírito Santense (VITÓRIA, 2006, p. 75-76).

Pari passu aos planos de Monteiro de saneamento e urbanização da Capital, visando dotá-la dos princípios estéticos que orientavam os conceitos de progresso e civilização almejados pela sociedade de então, foi sancionada, em 14 de dezembro de 1908, a Lei Estadual n.º 582 que, conforme o art. 39, criava o “[...] lugar de prefeito municipal do município da capital do estado, de nomeação do presidente do Estado” (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 1). A cidade, antes gerida pela figura do Intendente Municipal, passou a ser administrada pelo Prefeito.

Monteiro informa:

As prefeituras são hoje apontadas como a melhor fórmula de organizações municipais. À criação dessas devem o Rio de Janeiro, São Paulo e tantas

⁴⁷ Segundo informações extraídas da Mensagem de Governo datada de 1908.

outras cidades do Brasil e do estrangeiro a maior parcella de prosperidade a que têm attingido. A sua instituição em Victoria era, pois, medida de grande sabedoria e alcance. [...] (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 40).

Diante desse contexto, a Capital passou a ter, ao longo do mandato de Monteiro, um cenário bastante diferente em relação aos períodos precedentes.

Durante sua gestão, em 25 de setembro 1909 foi inaugurado o serviço de iluminação elétrica na Capital⁴⁸, conforme relatado na Mensagem de Governo de 1910, para alívio da população local, já muito castigada pelos problemáticos e insatisfatórios sistemas de abastecimento anteriores.

A iluminação electra é profusa em todas as ruas e em todos os edificios públicos.

Até o presente é relativamente pequeno o numero de installações particulares. Alimento, porém, segura e fundada esperança, de que em breve tempo a iluminação electrica substituirá por completo qualquer outra, aqui em uso, **visto a sua grande superioridade** [...] (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 14, grifo nosso).

No que tange ao sistema de abastecimento de água da Capital, antes mesmo do governo de Monteiro, observa-se que seu antecessor, o Coronel Coutinho, em Mensagem de Governo datada de 1904, fez a primeira menção à estética da cidade associada à questão do abastecimento de água, visto que, nos relatos anteriores, tal questão sempre esteve ligada ao tema saneamento urbano.

Segundo o documento citado, o principal melhoramento necessário à Capital seria o fornecimento de água em abundância. Sem *ela* “não póde haver hygiene e sem agua não se pódem **manter os jardins**, que são em todas as cidades modernas o objectivo para que convergem as vistas de todos os que têm o dever de olhar para o bem estar dos seus concidadãos” (ESPÍRITO SANTO, 1904, p. 23, grifo nosso), o que demonstra, assim como observado no Rio de Janeiro a reflexo do ocorrido na Europa, que o tema embelezamento da cidade passava a ser uma preocupação de Governo.

No ano de 1913, em mensagem na qual expunha os acontecimentos do quadriênio de 1909 a 1912, Monteiro mencionava as condições em que encontrou a capital

⁴⁸ Utilizando-se como fonte o Rio Jucu, conforme informações contidas na Mensagem de Governo datada de 1913.

Vitória no início de seu mandato, em 1908. Segundo ele, tudo estava por fazer, era “[...] uma cidade absolutamente despida das mais rudimentares e das mais essenciais condições de hygiene e de conforto [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 203).

Tomando possivelmente como exemplo cidades como o Rio de Janeiro, Monteiro afirmava ainda que Vitória se encontrava em “[...] condições de muita inferioridade em relação aos centros populosos que têm a função de constituir o fóco de civilização de um povo” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 203), haja vista sua situação, que em muito se assemelhava à da grande maioria das cidades brasileiras, de modo que o Rio se constituía uma exceção nesse contexto.

Segundo o mencionado documento, até o início de 1908,

[...] a água que abastecia a cidade era canalizada de dois parques mananciaes da propria ilha de Victoria para dois antigos e pequenos reservatorios, ou mais propriamente, chafarizes, construidos quasi nos extremos da cidade e de que derivavam outros menores, um na cidade alta e outro no Campinho.

Não havia abastecimento d'agua a domicilio, pois que os mananciaes captados mal suppriam as necessidades da população na época das chuvas, sendo que na estiagem era o Governo forçado a mandar abrir pôços para attender aos reclamos da população (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 203, grifo nosso).

Ainda nesse governo, contratou-se o fornecimento de água, por meio de carroças que abasteciam os domicílios, substituindo o sistema anterior, realizado por carregadores autônomos que chegavam a cobrar de 200 a 300 réis em períodos normais e até 1\$000 e 2\$000 nas épocas de seca.

Juntamente com a iluminação elétrica, os serviços de abastecimento de água foram inaugurados em setembro de 1909 e, segundo Mensagem de Governo datada de 1910, “[...] em abril já estavam todas as habitações fartamente abastecidas de excellente água potável [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 14).

O manancial escolhido para o abastecimento foi o Rio Duas Bocas, localizado no município de Cariacica: “alem de altura sufficiente, o precioso liquido que nos fornecera aquelle rio é de excellente qualidade, muito superior a água das cachoeiras do Jucú e em grande abundancia para abastecer vantajosamente a nossa capital [...]” (AGUA..., 1909, p. 1).

A abundância de água constitui-se um dos elementos indispensáveis à vida bem como à higiene pública. A ausência de um serviço de abastecimento de água eficiente até a primeira década do século XX pode ser apontada com um dos fatores preponderantes para o estado deplorável em que se encontravam as ruas e praças públicas nesse período.

Outras providências foram tomadas, com vistas à salubridade pública, como o estabelecimento de um serviço de limpeza pública e domiciliar bem como de um serviço assíduo e rigoroso de visitas, inspeções e desinfecções, conforme atestam os periódicos da época, além da fundação de um gabinete de bacteriologia e análises clínicas e da montagem de um posto de desinfecção.

Objetivando atender a necessidade, que há muito se impunha, de transferência dos enterramentos que ocorriam no interior da cidade para área fora de seu perímetro, construiu-se um novo cemitério, localizado a um quilômetro da cidade, em Santo Antônio, satisfazendo dessa forma as exigências modernas de higiene, à época, preconizadas.

Somente em 21 de fevereiro de 1911 pôde ser entregue ao uso público o serviço de esgoto concluído. Esse serviço, contratado conjuntamente com os de abastecimento de água e fornecimento de luz elétrica, teve sua conclusão adiada em relação aos demais em face de problemas como “[...] a accidentada topographia da cidade, a falta de nivellamento de quasi todas as ruas, a extensão de rocha que foi preciso quebrar a dynamite, com grande cautela para evitar prejuizos aos edificios muitas vezes de fragil construcção” (ESPÍRITO SANTO, 1913a p. 239). A descarga dos detritos era realizada fora do perímetro urbano, num ponto defronte ao Forte São João, conforme atesta o documento oficial datado de 1913:

Antes de ser entregue o serviço pelo contractante, tomou o Governo a precaução de saber se havia ou não inconveniente para a saude publica, no lançamento das materias dos exgottos defronte do forte de S. João. Em reunião de quasi todos os medicos da cidade, convidados a dar seu parecer sobre o assumpto, foi amplamente discutida a questão, sendo por elles resolvido que podia o Governo consentir na escolha daquelle local sem prejuizo para a saude publica (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 239).

A década de 1910 outorgaria à Capital outro serviço considerado de suma relevância para o desenvolvimento local e havia alguns anos almejado pela

população: um sistema de transporte público. A implantação de linhas de bondes em Vitória possibilitou a redução das distâncias e, por conseguinte, incentivou a expansão da Capital para outras regiões da cidade antes consideradas distantes e ermas.

O primeiro trecho disponibilizado à população foi inaugurado durante a gestão do Coronel Henrique Coutinho, em 1907. O serviço, realizado à época por tração animal, compreendia dois trechos: “um em toda extensão da rua 1º de Março e da rua da Alfandega, e outro ligando a zona urbana da cidade ao forte de São João” (ESPIRITO SANTO, 1913a, p. 381). A Rua Sete de Setembro também foi beneficiada com o sistema durante esse mesmo período. Na Mensagem de Governo datada de 1907, Coutinho alertava para a importância de se estendê-lo até a Cidade Alta, considerando a comodidade pública, uma vez que lá se localizavam todas as repartições públicas, a delegacia fiscal e todas as igrejas.

Conforme atestam os periódicos locais, havia ainda a previsão para assentamento dos trilhos de bonde “[...] até o pittoresco arrabalde do Suá, havendo um ramal até Jucutuquara” (BONDS..., 1907, p. 2).

Durante os primeiros anos do governo de Monteiro, foi inaugurado o trecho entre o Forte São João e a Praia do Suá, e estendido até o arrabalde de Santo Antônio, em 1911.

Devido ao grande dispêndio exigido pelo tráfego por tração animal “[...] e achando-se em mau estado todo o seu material fixo e rodante, que precisava ser substituído totalmente, resolveu o Governo reconstruir radicalmente toda a linha, electrificando-a” (ESPIRITO SANTO, 1913a, p. 381), deixando concluído o serviço, que incluía a Cidade Alta, além dos já mencionados arrabaldes do Suá e Santo Antônio.

Em abril de 1911, foi concluído e entregue o trecho de bondes elétricos, ligando a Capital à vizinha Vila Velha.

O plano de reformulação urbana de Monteiro visando dotar a cidade de condições básicas para o novo *status* cidadão foi ancorado em três dimensões: as obras de estruturação e aparelhamento do Porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana.

As mudanças urbanas ocorridas em Vitória, apoiadas nos marcos da modernidade, em princípios capitalistas e em valores burgueses, conforme afirma Siqueira (2010), proporcionaram à cidade um novo perfil, num curto espaço de tempo. “Reinava a celebração do novo, num ideário de urbanizar e civilizar, em um conjunto de mudanças que buscava atender princípios modernos de estética, urbanísticos e econômicos” (SIQUEIRA, 2010, p. 578).

A paisagem redesenhada pelas reformas urbanas, mais que mero aformoseamento, representava uma tentativa de adoção de novos paradigmas de comportamento e de civilidade, num esforço em construir um novo cotidiano para seus habitantes e, conseqüentemente, um novo cenário, no qual pudessem realizar novas práticas sociais compatíveis com o ideário à época defendido.

A valorização da cidade como “vitrine da civilização”, assim como aponta Prado (2002), somente foi possível a partir da alteração/modernização dos espaços urbanos existentes e da criação de áreas para o convívio das pessoas, em especial para seu lazer.

Dessa forma, visando dotar a cidade de espaços mais condizentes com a nova estética almejada, espaços como a Praça João Clímaco e a antiga Praça da Alfândega, ao final dessa fase já denominada Praça Oito de Setembro, sofreram, em 1908 e 1909 respectivamente, as primeiras remodelações, com vistas à alteração de suas antigas feições.

Em 1912, Vitória testemunhou o surgimento do maior signo de modernidade criado durante o período pesquisado, o Parque Moscoso, assentado sobre o maior signo de insalubridade dos anos anteriores, o Campinho. O fim do antigo pântano e sua metamorfose em bairro elegante da cidade, dotado de passeio público, infraestrutura e traçado regular, muito distinto do encontrado nas ruelas e becos infectos de outrora, refletiram a vitória da modernidade e da beleza sobre o atraso e a feiúra herdados de um passado colonial. A cidade de Vitória adentrava uma nova fase com uma visualidade distinta da dos períodos anteriores.

Somente no final da primeira década do século XX, começaram a ser observados relatos que mencionavam um estado satisfatório de saneamento da cidade. A tríade abastecimento de água, esgoto e limpeza pública garantia uma melhoria substancial

nas condições de salubridade da área urbana, refletindo-se no estado de bem-estar físico da população residente, se comparadas às dos períodos anteriores.

Aliados a elas, os serviços de iluminação pública, de transportes urbanos e a remodelação urbana, que para muitos eram capazes de aferir o grau de civilidade local, contribuíram sobremaneira para a nova relação que se estabelecia com o meio urbano.

Periódico local, registrando os acontecimentos do dia da inauguração dos serviços de abastecimento de água e luz elétrica na cidade de Vitória destacou:

[...] Durante a noite o **movimento de famílias em passeio pelas ruas** e, principalmente, na praça João Clímaco, **era enorme**. Em todos os semblantes notava-se alegria. [...]

- Domingo, desde cedo, era grande o movimento nas ruas, máxime nas proximidades do café Globo, *rendez-vous*⁴⁹ forçado de *tout le monde*⁵⁰[...].

A' medida que ia cahindo a noite e que as peras espargiam a sua doce luz por sobre os *troloirs*⁵¹, a **affluencia crescia, avolumava-se**, tornava-se mesmo suffocante, na Praça do Corso, para onde quase todos iam afim de apreciar a queda da agua na fonte luminosa. [...] **Até ás 10 horas o vae-vem de transeuntes não cessára** (MELHORAMENTOS..., 1909, p. 2, grifo nosso).

Tudo leva a crer que a rua deixava de ser vista como uma vilã. O conjunto de melhoramentos alçava a cidade, agora dotada dos serviços considerados essenciais para garantir melhor qualidade de vida aos cidadãos, a um novo patamar mais condizente com o *status* de capital do Estado e, portanto, sua “sala de visitas”, parafraseando Jeronymo Monteiro. A modernidade e o progresso, após árduo e moroso processo, chegaram à capital capixaba.

[...] **O estado sanitario entre nós não tem sido mau** nos ultimos tempos e a não serem as molestias proprias da mudança de estações, nenhum outro incidente temos a registrar. Para esse bom resultado muito contribuem, innegavelmente, as medidas acertadas da limpeza publica e domiciliaria mantida com rigôr e zelo; da instalação de exgottos, das visitas, inspecções e desinfecções repetidas nos domicilios e suas dependências[...] (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 21, grifo nosso).

⁴⁹ Lugar de encontro; ponto de reunião.

⁵⁰ Todo mundo.

⁵¹ Passeios.

Observa-se que as mudanças advindas das intervenções de cunho higienista eram dotadas de um poder quase purificador, uma vez que o saneamento do meio ambiente significava a formação de indivíduos sadios e fortes.

Os benefícios advindos dos melhoramentos referentes à infraestrutura urbana, somados às intervenções de caráter estético visando à remodelação física da cidade e sua adaptação aos novos tempos, em muito contribuíram para a aproximação do cidadão à cidade, propiciando a criação de um ambiente mais favorável ao uso do espaço urbano. A aparência de desmazelo começava a ficar para trás, incentivando, cada vez mais, o lançamento de novos olhares sobre a cidade.

1.4 O USO DO ESPAÇO PÚBLICO ABERTO POR MEIO DO LAZER: UMA LEITURA GERAL SOBRE A OCORRÊNCIA DE PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS

A presente seção tem como objetivo a identificação de práticas contemplativas no intervalo estudado, bem como a dos espaços que contribuíram para a realização de tal experiência pelos cidadãos. Visando lograr tal intento, como instrumento para esta leitura, optou-se pela análise das práticas recreativas da população local e dos espaços onde ocorriam.

A decisão por essa abordagem partiu do princípio de que, por resguardarem relação com a liberdade, as atividades voltadas ao lazer possibilitam ao sujeito experienciar o lúdico em sua vida, tendendo a incentivar o exercício do “olhar”, da apreciação, pelo qual o belo pode ser consumido. Dessa forma, infere-se que a vivência dessas práticas seja capaz de possibilitar contextos que promovam uma condição propícia à reflexão e à contemplação.

A temática do lazer vem ocupando na atualidade um espaço cada vez maior nas pesquisas, debates e publicações, sendo possível abordá-la de diversas formas. Tomando-se como base o argumento de Gomes (2008), que afirma que o lazer é uma dimensão da cultura construída de acordo com as peculiaridades do contexto

no qual é desenvolvido, entende-se como fundamental inscrevê-lo na realidade sociocultural do intervalo de tempo estudado.

O lazer nas sociedades modernas passou a ser reconhecido como um campo “autônomo” e distinto do trabalho, embora a ele esteja relacionado. Conforme a autora, no contexto demarcado pelos séculos XVIII e XIX, na Europa, “a sociedade, a política, a economia, a cultura, a educação, o trabalho e o próprio homem foram reconfigurados e ressignificados” (GOMES, 2008, p. 54). As transformações geradas pela implantação do modo de produção capitalista resultantes da Revolução Industrial foram, entre outras razões, responsáveis por essas mudanças, conferindo novos contornos ao lazer, que passaram a ser “delineados, sobretudo, em função de um tempo de não trabalho, ou seja, de um tempo que pudesse ser estabelecido em contraponto ao trabalho produtivo” (GOMES, 2008, p. 54).

Dicionários da língua portuguesa do século XVIII em diante apresentam o verbete lazer, registrando assim a presença dessa palavra no vocabulário da época. Para Pinto (1832), enquanto a palavra ócio se refere a “[...] falta de ocupação. Ocupação que entretém sem aplicação. Folga” (PINTO, 1832, p. 758), a palavra lazer significa “[...] vagar, tempo para fazer alguma coisa” (PINTO, 1832, p. 84).

Requixa (1977) menciona que o lazer resguarda seu sentido relacionado a

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (REQUIXA, 1977, p. 11).

Gomes (2008, p. 62) complementa afirmando que o lazer, em fins do século XIX, institucionalizou-se em consonância com as questões referentes ao trabalho produtivo, “[...] sendo entendido como tempo/espço destinado à vivência de atividades lúdicas consideradas, pela burguesia, ‘lícitas, saudáveis e produtivas’, [...]”. A autora deixa claro, no entanto, que, além de repudiar o ócio, nesse momento encarado como um “desvio”, a institucionalização do lazer foi atrelada à necessidade de selecionar as atividades desenvolvidas no tempo livre e de disciplinar os

divertimentos, passando a ser, nas sociedades modernas urbano-industriais, um fenômeno normativo.

Dessa forma, o controle do tempo livre foi codificado pelos ideais de higiene, moral, saúde e civilidade do Movimento Higienista como forma de estratégia ligada ao seu projeto de controle corporal, cultural e educacional.

Complementando essa abordagem, cumpre mencionar o conceito de recreação utilizado em várias ocasiões ao longo desta pesquisa. Segundo Gomes (2008, p. 89), a recreação, no final do século XIX, foi revestida de uma finalidade social, “[...] passando a ser encarada como parte da religião, da educação e do próprio trabalho, e não simplesmente como um conjunto de atividades. Significava, pois, um movimento de altíssimo valor social”.

Uma vez que o lazer é entendido como “tempo livre” por grande parte dos autores brasileiros, conforme afirma Gomes (2008), a recreação aparece como uma complementação, com vistas a preenchê-lo, organizá-lo e controlá-lo. Em outras palavras, a recreação representa a própria organização social do lazer, ou, melhor dizendo, do “tempo livre”. Nesse sentido, Ferreira (1959, apud GOMES, 2008, p. 104) esclarece que “lazer é tempo, e recreação é a expansão dos interesses humanos em tempo de lazer”. No Brasil, estabeleceu-se uma vinculação entre a recreação e o lazer, cujos significados são confundidos e mesclados, passando a ser vistos “indistinta e inseparavelmente” (GOMES, 2008, p. 99).

Esclarecidos os conceitos de lazer, recreação e ócio, ainda que de maneira abreviada, que vão tangenciar o objeto principal do presente trabalho, ou seja, as práticas contemplativas, entende-se como importante realizar algumas considerações acerca das fontes utilizadas no desenrolar desta seção.

Para esses apontamentos carece informar que foram largamente utilizados os artigos publicados no jornal A Província do Espírito Santo entre 22 de março e 7 de maio de 1885, nos quais são relatados, pelo Padre Francisco Antunes de Siqueira⁵², pároco local, lembranças sobre a sua vida e sobre Vitória. Os artigos retratam o período entre as décadas de 1830 a 1880 e relatam passagens que evidenciam alguns recursos recreativos à época utilizados e a sua relação com o meio urbano.

Consideradas como relevante contribuição a este estudo, foram também utilizadas informações extraídas dos periódicos locais ao longo dos anos que delimitam a pesquisa, visto que os relatos do Padre Siqueira abrangem parcialmente o intervalo estudado.

A pesquisa acerca das práticas recreativas foi desenvolvida tomando-se, portanto, como ponto de partida as informações extraídas dos relatos de Padre Siqueira, notadamente ampliadas por meio do cruzamento com os dados obtidos nos periódicos locais lidos na íntegra durante a primeira etapa do trabalho, conforme explicitado na metodologia. Assim, práticas e espaços apontados por Siqueira e observados na primeira etapa, tomados como “pistas”, foram utilizados como “palavras-chave” em uma segunda etapa da pesquisa, levando a novos dados.

A sistematização das informações não foi realizada de maneira cronológica, uma vez que a identificação da prática recreativa e do local de sua ocorrência era o principal objetivo da abordagem nesse momento, e não o período em que aconteceram.

Optou-se por essa abordagem com vistas a correlacionar os locais apontados com as condições de ordem física e infraestrutural em que se encontravam, de acordo com os apontamentos realizados anteriormente, buscando compreender a participação desses espaços como incentivadores ou não de práticas contemplativas.

⁵² Sob o título *Memórias do passado – a Vitória através de meio século*, o folhetim continha 32 artigos publicados no jornal A Província do Espírito Santo no ano de 1885. O autor, o Padre Francisco Antunes de Siqueira, morador de Vitória, que à época se protegia atrás do anonimato do curioso escrito, realizou uma descrição pitoresca e eloquente dos usos e costumes, das festas profanas e de caráter semirreligioso do período descrito. Há um livro homônimo com edição de texto, estudo e notas realizados por Fernando Achiamé, publicado em 1999, no qual os artigos do Padre Siqueira são transcritos na íntegra.

Diante do exposto, seguem as práticas recreativas mencionadas ao longo do intervalo estudado bem como os locais de suas ocorrências, devidamente mapeados na Figura 4.

1.4.1 Práticas Recreativas e seus Espaços de Ocorrência

1.4.1.1 Festividades Religiosas e Cívicas

Entre as lembranças descritas pelo Padre Francisco Antunes de Siqueira (1999) nos artigos publicados em 1885, são relatadas festividades de cunho religioso sempre precedidas de dançados diversos, acompanhados de músicas e cenas cômicas para divertimento do povo. Tais festividades por vezes se estendiam por semanas. O autor atribui às praças, em especial à do Palácio, o protagonismo na ocorrência desses folguedos populares.

Áreas públicas, como o Cais da Alfândega e o Largo da Conceição serviam, durante alguns festejos religiosos, como ponto de partida da aglomeração do povo, mas nunca como destino ou palco principal do acontecimento, ao contrário da **Praça do Palácio**, usualmente citada para esse fim.

As citações encontradas nos periódicos que mencionam ocorrências das festas religiosas tinham um caráter informativo e convidativo à participação popular. Conforme observado, era comum a realização de procissões que rendiam homenagens a uma determinada figura santa venerada e que percorriam algumas **ruas da cidade**. As procissões tinham um caráter solene e santo e, apesar de fazerem parte de um programa único, parece não se confundirem com as festas profanas, visto que para cada uma delas havia dia e horário predeterminados.

Considerando a força e importância da Igreja Católica à época, somadas à escassez de oportunidades de lazer comumente relatada, as festividades religiosas

destacavam-se pela concorrência de grande número de fiéis ávidos por horas de entretenimento, conforme ilustram as inúmeras notas encontradas.

Segundo relatos do Padre Siqueira (1999), também na Praça do Palácio destacava-se a ocorrência de cerimônias oficiais, da mesma forma, acompanhadas de festejos populares, com apresentações teatrais, bandas de música e cortejos à efígie⁵³ do Monarca. Nota de periódico publicado no período mencionado pelo padre, datada de 1859, corrobora as afirmações feitas pelo referido sacerdote:

O dia 2 de dezembro – O dia de hontem, anniversario natalicio do nosso Augusto Imperante, foi festejado nesta cidade com todas as demonstrações de regosijo.

[...] A guarda nacional esteve formada em parada na praça nova, em frente á palácio,[...]

Constanos que á noite houve reunião de joven, **percorrendo as ruas** ao som de instrumentos musicaes, e outros divertimentos com que se festejou o dia, em que nasceu o nosso Joven Imperante, a quem a Providencia conceda largos annos para a continuação da prosperidade do nosso Império (O DIA 2..., 1859, p. 1, grifo nosso).

Em ambos os casos, observou-se que tanto as festividades religiosas quanto as solenidades civis e suas respectivas festas populares possibilitavam o contato de todas as camadas da sociedade, o que não significa dizer que não havia certo incômodo: “[...] ao lado de uma senhora de tratos finos encontram-se as ‘horizontais’ et alias ejusdem furfuris⁵⁴ [...] não respeitam conveniências sociais, quanto mais a honestidade pública, entidade que desconhecem! Segundo a constituição – está belo!” (SIQUEIRA, 1999, p. 48).

Além das festividades de caráter religioso e cívico que se desenvolviam ao longo do ano, outras foram identificadas como pertencentes ao calendário de eventos anuais da cidade desenvolvidos ao ar livre: as festividades carnavalescas.

⁵³ Retrato em pintura a óleo de Dom Pedro II, usualmente utilizado quando das festividades de caráter cívico.

⁵⁴ Refere-se a mulheres com vida desregrada de devassidão e outras da mesma laia (farinha do mesmo saco), conforme Siqueira (1999).

1.4.1.2 Festividades Carnavalescas

Quanto à prática recreativa vinculada às festividades pagãs, como o carnaval, por exemplo, observa-se a ocorrência de bailes carnavalescos realizados em recintos fechados (em grêmios e *clubs*), com frequência direcionados às famílias de fino trato à altura da *high-life* que os frequentavam. Em que pese terem sido encontradas menções acerca da utilização de salões voltados à população menos abastada durante esses períodos, nota-se que as folias populares voltadas para essas camadas sociais eram comumente realizadas ao ar livre, nas **ruas da cidade**. Com frequência, foram observadas citações que denotam a forma repreensiva como o Poder Público tratava as comemorações de caráter popular, associando-as à marginalidade.

Em resumo – **um carnaval ruim, detestável**, perfeitamente manga de alpaca⁵⁵ [...] eis o que a cidade viu para aborrecer-se. **Isto quanto ao carnaval das ruas.**

Os salões dos bailes públicos, porém tiveram grande enchente e grande animação [...] felizmente **sem o condimento pesado e contundente dos reffles e dos bengalões da senhora policia** [...] (NOTÍCIAS... 1889c, p. 3, grifo nosso).

A vida dos salões – a distinta **sociedade familiar Bouquet da Moças** executou a capricho o seu programma de ocasião. Estiveram muito animadas e concorridas as **soirées á phantasia** que Ella **offereceu aos seus associados** nos dias 3 e 5 do corrente. Tambem o Club Commercial abriu os seus grandes salões em improvisada diversão às **dignas famílias de seus socios** [...] (NOTÍCIAS... 1889c, p. 3, grifo nosso).

Não obstante o tom pejorativo muitas vezes associado às festividades carnavalescas de rua, verificado no decorrer da pesquisa, até a primeira década do século XX a concorrência por essas atividades pode ser constatada ao longo dos anos analisados, bem como a realização de desfiles carnavalescos ao ar livre, nos quais ruas e praças recebiam paramentos especiais, condizentes com o caráter festivo, mais descontraído e popular do evento⁵⁶ (CARNAVAL de..., 1902, p. 3). Entre os logradouros citados como palco para o desenvolvimento dessas práticas

⁵⁵ Funcionário administrativo que usa processos antiquados; designação dada a um funcionário zeloso e rotineiro, burocrata.

⁵⁶ Conforme também explicita o periódico Estado do Espírito Santo, de 5 de fevereiro de 1902.

podem-se mencionar: as ruas Duque de Caxias, Conde D'Eu, Alfândega, Primeiro de Março, Cristóvão Colombo, Rosário, Pereira Pinto, Alfândega, General Osório, Caramuru, São Francisco, Coronel Monjardim, Sete de Setembro e do Comércio, além da Praça Costa Pereira e o Jardim Público Municipal. Após o final da primeira década do século XX passaram também a comparecer como palco para tais festividades a **Praça Santos Dumont ou Praça Oito**, o **Jardim Municipal** e o **Parque Moscoso**.

Figura 8 – Praça Oito de Setembro no terceiro dia de carnaval (1912).



Fonte: Arquivo Público Estadual.

A ocorrência dessas festividades era, no entanto, intermitente. A constância em enfatizar a insipidez da cidade diante da minguada oferta de lazer no período extrínseco às datas festivas dava-se de maneira bastante habitual, estendendo-se ao longo de quase todo o intervalo estudado: “Carnaval – [...] Um grupo de cem cavalheiros constituiu-se em associação, sob o título Filhos da montanha, e pretende nos três dias gordos **espancar a monotonia e insipidez habituaes da nossa apoucada vida provinciana**” (NOTÍCIAS..., 1887, p. 3, grifo nosso).

Outras atividades, além das mencionadas, de certa forma buscavam complementar as lacunas deixadas pelas reduzidas oportunidades recreativas, acontecendo ao

longo do ano, de forma independente de um calendário fixo, como a chegada de companhias circenses na cidade.

1.4.1.3 Companhias Circenses

Atividades recreativas com programação mais popular e sem vínculo religioso ou oficial firmavam-se em locais sem maiores formalidades, como o **Largo da Conceição**, a **Praça Paula Castro** e a região do **Campinho** após aterrado (antes de abrigar o Parque Moscoso). Esses espaços abrigavam em geral as companhias circenses que de tempos em tempos aportavam na Capital para alívio da população desejosa de recreio, cuja frequência foi bastante destacada nos periódicos da época.

A novidade do dia – A Great attention do rapasio, hontem, foi a chegada da companhia de acrobatas. O espirito da **população sequiosa de distracções** exaltou-se com a vinda da bicharia que vai fazer suas delicias durante uma bella temporada.[...]

[...] o entretenimento dos que quizerem descarregar o espirito da **merencorica monotonia da Cidade** (NOTICIAS..., 1882b, p. 2).



Figura 9 – Recorte de jornal divulgando a chegada de Companhia Circense a Vitória.

Fonte: Circo Universal (1882, p. 4).

Nota: A Companhia instalou-se no Largo da Conceição posteriormente denominado Praça Costa Pereira.

As crianças, em especial os meninos, também tinham alguma infiltração no espaço público quando da realização de brincadeiras de rua. Com a chegada do século XX, passaram a contar com lugares considerados mais adequados a tais práticas.

1.4.1.4 Folgedos Infantis

Em relação às atividades puramente recreativas, ao tratar das lembranças de sua infância, Padre Siqueira (1999) descreve a utilização usual dos quarteirões da cidade por grupos de meninos citados por ele como “mais livres” para a prática cotidiana de brincadeiras nas noites de luar⁵⁷. A rua aparece aqui como cenário para folgedos infantis.

Segundo Padre Siqueira (1999), outros pontos da cidade também abrigavam a recreação infantil masculina, conforme enfatiza. O hábito de “soltar papagaios ao ar”, principalmente no verão, era realizado no **Campinho**, no **Forte de São João**, no **Largo da Conceição**, na **Praça do Colégio** e no **Largo São Gonçalo**⁵⁸. Com a criação do **Jardim Municipal** e do **Parque Moscoso**, as práticas recreativas infantis passaram também a ser observados em ambos os espaços. No entanto, diferentemente do ocorrido nos anteriores, nota-se ênfase na utilização desses logradouros por crianças pertencentes a camadas mais privilegiadas da sociedade. Foi também possível observar nesses espaços a existência clara de restrições quanto ao uso e conduta considerados inadequados estabelecidos pelos Códigos de Posturas Municipais, datados de 1890 em diante.

Algumas práticas sociais próprias da modernidade, como o passeio ou a caminhada com caráter recreativo, também conhecidos como *flânerie*, ganharam espaço no tecido urbano na medida em que a cidade passava a civilizar-se e a ganhar novos contornos e fisionomia.

⁵⁷ Considerando a pífia iluminação pública da cidade, não é de se estranhar a necessidade da luz do luar para possibilitar o uso da rua pelo grupo de crianças.

⁵⁸ Área fronteira à Igreja de São Gonçalo Garcia (Ver Figura 4).

1.4.1.5 Flânerie

O termo *flânerie* deriva da palavra *flâneur* e tem o sentido de flanar, caminhar ou passear. Constitui-se um dos meios pelo qual se pode contemplar a cidade, por conter uma essência ou potencial investigativo, podendo incentivar a reflexão e a compreensão dos fenômenos que a envolvem.

Quanto aos espaços voltados para a *flânerie*, destacam-se o **Jardim Público Municipal**, ainda no século XIX, a **Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont**, a **Praça João Clímaco** e o **Parque Moscoso**, mencionados para esse fim a partir do final da primeira década do século seguinte.

Enquanto o Jardim e o Parque, imbricados desde suas origens da função de “ver e ser visto”, foram criados exclusivamente para o lazer, a Rua da Alfândega começou a comparecer com maior frequência nos periódicos associada a momentos de lazer, quando da implantação de estabelecimentos de caráter específico, como cafés e lojas, constituindo pontos de encontro, após a criação da Praça Santos Dumont.

Situação semelhante ocorreu com relação à Praça João Clímaco, que passou a ser citada para esse fim após a remodelação de suas feições ao final da primeira década do século XX. A concorrência da prática por pessoas pertencentes às classes sociais privilegiadas foi, no material pesquisado, bastante enfatizada (TULLIO, 1911b; PETIT, 1912).

De fato, a atração pela rua em Vitória começou a estabelecer-se nesse período, coincidindo com a melhoria da qualidade dos espaços urbanos e a introdução de condições infraestruturais mínimas, que até esse momento inexistiam ou eram bastante precárias. Os divertimentos baseados no prazer da *flânerie* tornaram-se práticas bastante comuns à época, conforme afirma Araújo (1993), e seguiram os moldes observados em jardins, como o Passeio Público e o Campo de Santana, e ruas, como a do Ouvidor, localizados no Rio de Janeiro.

Outros tipos de entretenimento pareciam atrair estratos diversificados da população, a depender de sua localização, como o uso de quiosques.

1.4.1.6 Quiosques

Ao final do século XIX, surgiram em Vitória os quiosques, estabelecimentos instalados em espaços públicos por meio de autorização da municipalidade, cujo funcionamento estava atrelado aos critérios dispostos no Código de Posturas Municipal. Esses, ligados em geral ao comércio de bebidas e produtos afins, começaram a ser locados em alguns pontos da cidade e utilizados por trabalhadores ligados ao movimento marítimo, principalmente por canoeiros e tripulantes de embarcações, conforme afirma Derenzi (1995), em especial os localizados nas proximidades da baía, como os da **Rua do Comércio**.

Foram também observadas citações que dão conta da existência de estabelecimentos dessa natureza na **Praça Costa Pereira**, na **Praça da Alfândega**, na **Rua Pereira Pinto** e no **Jardim Municipal**. Em que pese às inúmeras notas encontradas, de acordo com as quais a municipalidade permitia a instalação desses pontos de venda, não é possível afirmar se todos eles se prestavam à comercialização dos mesmos produtos, tampouco identificar a existência de um único perfil de usuário.

Certamente eram frequentados amiúde, considerando-se a quantidade de solicitações de licença para a instalação desses estabelecimentos, cujo uso era identificado como uma prática recreativa recorrente.

Por fim, foram também identificadas práticas recreativas vinculadas à Baía de Vitória em consonância com os “novos olhares” lançados ao mar, próprios do período em estudo, responsáveis por alterar de forma substancial a relação do homem com esse território.

1.4.1.7 Banhos de Mar / Passeios Marítimos / Esportes Náuticos

A proximidade com o oceano, aliada aos novos contornos estabelecidos entre a sociedade ocidental e o mar entre os séculos XVIII e XX, através do enaltecimento de suas características benéficas, fizeram da **Baía de Vitória** um dos locais mais utilizados para o desenvolvimento de práticas recreativas pelos moradores da Capital durante o período em tela. Entre as atividades observadas podem-se citar os banhos de mar, notadamente realizados em praias localizadas nos arrabaldes de Vitória e em Vila Velha, que a princípio tinham um caráter terapêutico e posteriormente adquiriram uma função mais lúdica.

As regatas de cunho religioso, que mais tarde adquiriram um caráter esportivo, ganharam maior vigor num momento em que se observava a valorização da saúde, o que induzia à utilização das praias e da baía com outros sentidos que não somente os terapêuticos.

Igualmente solicitados eram os passeios marítimos de índole recreativa ao longo da costa e os traslados entre a Capital e a vizinha Vila Velha.

1.4.2 Sistematização dos Dados e Estruturação do Trabalho

Diante do exposto, a investigação acerca dos espaços que comumente abrigavam as práticas recreativas da população vitoriense cumpriu com relativo êxito o objetivo proposto. A pesquisa em torno do tema contribuiu de maneira satisfatória para a observação de práticas contemplativas e consequente identificação dos espaços que favoreciam o desenvolvimento dessas atividades. Além do mencionado, insta destacar que também foram observados relatos enaltecendo a paisagem da Capital, extrínsecos ao contexto recreativo, ainda que em menor número.

A análise dos dados obtidos e o número de citações realizadas nos diferentes pontos de visada identificados levam a crer que uns espaços, mais que outros,

desempenhavam essa função com maior clareza e intensidade. Em algumas situações recreativas nem sequer se menciona a paisagem, o que não significa dizer que os espaços onde ocorriam não promoviam o desenvolvimento da prática contemplativa; apenas indica que não houve registros textuais de sua fruição ou que não foram encontrados durante a pesquisa.

Há que se considerar, no entanto, que os espaços onde essa prática não foi observada são aqueles que, em sua maioria, foram mencionados como locais em que imperava a falta de asseio e a feiúra, destacados na seção anterior: o Largo da Conceição, a Praça Paula Castro, as ruas de uma maneira geral e o Campinho, à exceção do Largo de São Gonçalo, não mencionado nesse sentido.

Entre os espaços sobre os quais foram observadas citações diretas relacionadas à fruição da paisagem, pode-se mencionar a Praça João Clímaco, a Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont, o Forte São João, as praias dos arrabaldes da cidade, as ilhas e a própria Baía de Vitória, o Morro do Convento da Penha, o Jardim Público Municipal e, por fim, o Parque Moscoso. Nesse caso, cabe reconhecer que os espaços citados tinham forte vínculo com a natureza ou refletiam a nova condição de urbanidade da cidade e compareceram com menor ou nenhuma frequência nos relatos ligados à insalubridade.

A partir da sistematização dos dados compilados, foi possível a classificação dos espaços considerando-se quatro critérios: em primeiro lugar, a ocorrência ou não de práticas contemplativas entre os anos de 1860 a 1916; em segundo, o histórico da constituição dos logradouros, ou seja, se já existiam no tecido urbano e passaram por remodelação durante o período estudado, ou se foram criados nesse intervalo; em terceiro, se eram pontos privilegiados e, por esse motivo, constituíam-se mirantes por excelência; finalmente, se foram utilizados exclusivamente para o lazer ou tiveram outra finalidade.

O Quadro 4 corresponde ao resultado da sistematização dos dados obtidos, tomando-se como base os critérios acima mencionados, a partir dos quais os espaços elencados foram agrupados por semelhança e dessa forma classificados:

- **Tipo 1:** espaços que não sofreram intervenção remodeladora durante o intervalo de tempo estudado, sobre os quais não se observou menção à paisagem: Largo da Conceição, Praça Paula Castro, ruas, Campinho e Largo de São Gonçalo.
- **Tipo 2:** espaços que não sofreram intervenção remodeladora, que se constituíam pontos privilegiados, onde se observou a ocorrência de fruição da paisagem: Forte São João, Baía de Vitória, Morro do Convento da Penha.
- **Tipo 3:** espaços com múltiplos usos e objetos de remodelação da estrutura original que contribuíram para a modificação da paisagem local: Praça do Palácio / Praça João Clímaco, Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont e Rua do Comércio.
- **Tipo 4:** espaços criados para o lazer, que propiciavam a fruição da paisagem: Jardim Público Municipal e Parque Moscoso.

Por não terem sido encontradas citações acerca da fruição da paisagem, entre os anos de 1860 e 1916, nos espaços classificados como Tipo 1, estes não foram considerados diretamente relacionados ao objeto principal do trabalho em tela, não sendo, portanto, detalhados nas etapas que seguem.

Os espaços classificados como Tipo 2 foram agrupados essencialmente por apresentarem forte apelo à apreensão da paisagem seja por sua vinculação com a Baía de Vitória seja pela condição de mirante por excelência, constituindo-se dessa forma pontos privilegiados. Isso não significa dizer que esses locais fossem “intocáveis” à ação humana, uma vez que o Morro do Convento e o Forte São João, por exemplo, receberam intervenções construtivas. O que os diferencia, nesse sentido, dos espaços classificados nos demais tipos é o fato de não pertencerem ao conjunto de espaços remodelados e/ou criados com a finalidade de construir uma nova paisagem. Os espaços classificados neste tipo receberão a atenção necessária ao longo do Capítulo 2.

Os espaços classificados como Tipo 3, que serão detalhados no Capítulo 3, foram assim agrupados por terem sido objeto de aformoseamento urbano, explicitando uma intenção clara do Governo em transformá-los em cenários da modernidade e ícones da República, à época recém-instaurada. Dessa forma, destacavam-se por sua importância na urbe, devido às funções que nela se desenvolviam e, por essa

razão, foram elencados como pontos estratégicos para a irradiação do desejo de transformação da paisagem local, em negação a anterior existente.

O quarto e último tipo de classificação reúne os espaços resultantes de uma preocupação governamental em introduzir áreas verdes na cidade. Essa medida saneadora veio ao encontro da necessidade de criação, em Vitória, de locais voltados exclusivamente para o lazer, nos quais se estimulariam novas formas de fruição da paisagem. Tais espaços, gerados durante o intervalo de tempo estudado, serão objeto de detalhamento no Capítulo 4.

Quadro 4 – Relação entre os espaços, as atividades recreativas e as práticas contemplativas.

ESPAÇO	ATIVIDADES RECREATIVAS	OCORRÊNCIA DE FRUIÇÃO DA PAISAGEM	OBJETOS DE REMODELAÇÃO (ASSOCIADA AO ENTORNO)	CRIADOS NO PERÍODO ESTUDADO	EXCLUSIVOS PARA O LAZER	TIPO
Largo da Conceição / Praça Costa Pereira	Apresentações circenses Festividades carnavalescas Folgedos infantis Festividades populares Quiosques	-	-	-	-	TIPO 1
Praça Paula Castro	Apresentações circenses Festividades populares	-	-	-	-	
Ruas	Procissões religiosas Procissões cívicas Festividades carnavalescas Folgedos infantis	-	-	-	-	
Campinho	Apresentações circenses Folgedos infantis	-	-	-	-	
Largo de São Gonçalo	Folgedos infantis	-	-	-	-	
Forte São João	Folgedos infantis	X	-	-	-	
Baía de Vitória	Banhos de mar/Passeios marítimos/Esportes náuticos	X	-	-	-	TIPO 2
Morro do Convento da Penha	Contemplação	X	-	-	-	
Praça do Palácio / João Clímaco*	Festividades religiosas + populares Cerimônias oficiais + festividades populares Folgedos infantis Flânerie*	X	X	-	-	TIPO 3
Rua da Alfândega + Praça Santos Dumont	Flânerie / Cafés e Lojas / Festividades carnavalescas	X	X	-	-	
Rua do Comércio	Quiosques Festividades carnavalescas	-	X	-	-	
Parque Moscoso	Festividades carnavalescas Flânerie Folgedos infantis	X	-	X	X	TIPO 4
Jardim Público Municipal	Festividades carnavalescas Flânerie Folgedos infantis	X	-	X	X	

TIPO 1

TIPO 2

TIPO 3

TIPO 4

CAPÍTULO 2

2 O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO COM PONTOS DE VISADA PRIVILEGIADOS E AS PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS EM VITÓRIA

Alguns lugares têm uma capacidade espontânea em incentivar a apropriação da paisagem. Os deslocamentos da burguesia para regiões pitorescas visando à fruição de novos panoramas ganharam destaque no território brasileiro durante o século XIX, a exemplo do que acontecia desde as primeiras décadas do século anterior na Europa, conforme atesta Corbin (1989). A busca pelo espetáculo do sublime foi responsável por produzir novas formas de apreciação da paisagem, que constituíram então novos prazeres para os observadores amadores.

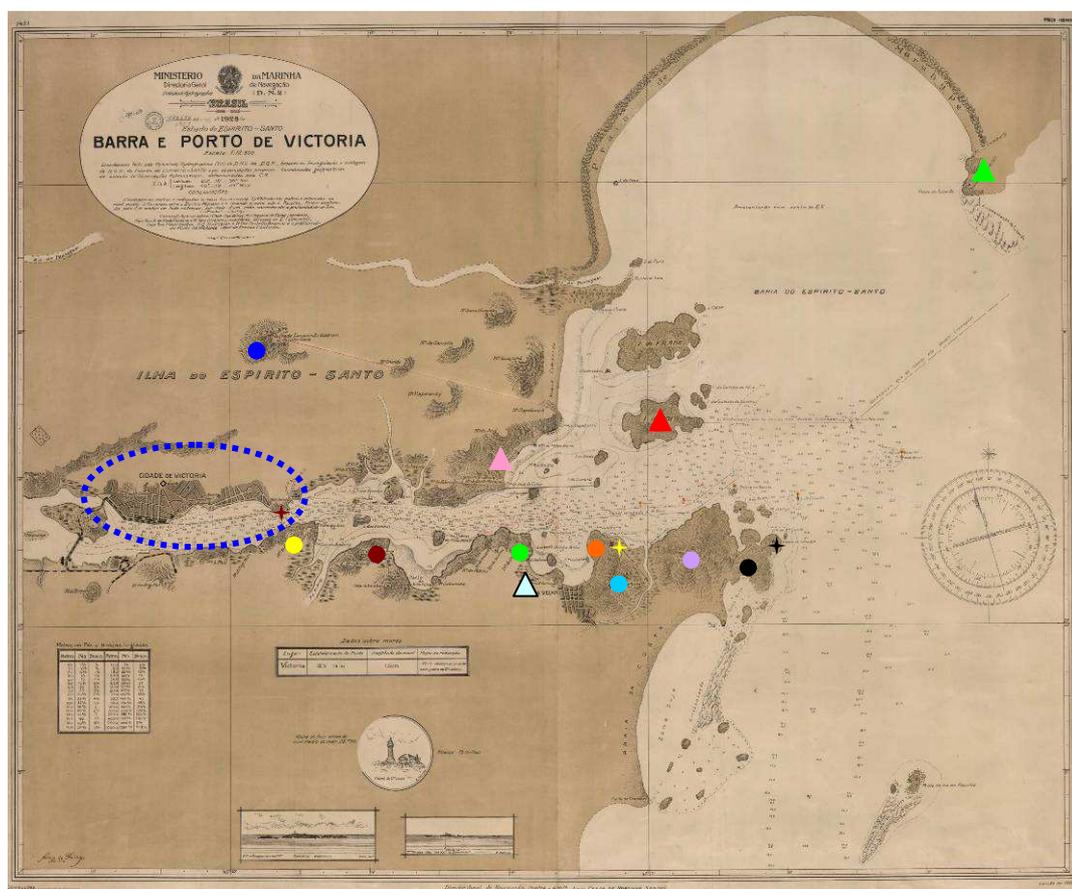
De acordo com Corbin (1989, p. 149), “o que é novo não é a contemplação no seio da natureza, mas as modalidades da leitura da paisagem”. A atração coletiva pelos panoramas, iniciada no século XVI no interior das zonas rurais da Inglaterra a partir da celebração das grandes propriedades, dos campos e das florestas, responsável por alimentar, conforme o autor, a fantasia vegetal que produziu a magnificência do jardim inglês, no século XVIII foi ampliada. Segundo Roger (2000), a paisagem campestre que reinou durante dois séculos e habitou sem concorrência o olhar ocidental foi totalmente transformada a partir da “invenção” de dois elementos, o mar e a montanha. Nesse contexto, estes compõem como locais propícios para o desenvolvimento de “[...] uma nova mecânica do olhar”, em contraponto à melancólica solidão dos bosques, renovando, a “[...] taxonomia das emoções do retiro campestre, que se alastra no meio social” (CORBIN, 1989, p. 149).

Diante do exposto, o presente Capítulo tem por objetivo abordar os relatos a que se teve acesso, tomando-se como ponto de visada o mar e suas bordas, essencialmente as praias e ilhas do litoral da cidade de Vitória, além do Morro do Convento e do Forte São João, tomados como mirantes naturais.

Serão também analisadas abordagens desvinculadas feitas a lugares ou práticas específicas nas quais também foi possível observar o gosto pela paisagem.

Para melhor compreensão do Capítulo que segue, realizou-se o mapeamento (Figura 10) dos espaços onde ocorreram as práticas contemplativas aqui analisadas bem como dos elementos destacados ao longo dos relatos ora transcritos.

Figura 10 – Mapa do “Estado do Espírito Santo Barra e porto de Victoria” (1928).



- | | | | |
|------------------|------------------------------|--|-------------------------------|
| ▲ Pirahem | ● Morro do Convento da Penha | ● Morro do Moreno | ○ Vitória – perímetro central |
| ▲ Ilha do Boi | ● Penedo ou Pão de Açúcar | ● Morro de Santa Luzia | ★ Forte de Piratininga |
| ▲ Praia do Suá | ● Morro de Inhoá | ● Morro da Penitenciaría | ✦ Farol de Santa Luzia |
| ▲ Praia de Inhoá | ● Morro de Ucharia | ● Morro do Frade Leopardo ou 'Jucutucuará' | ✦ Forte São João |

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>

Nota: No mapa são indicados os espaços onde ocorreram as práticas contemplativas analisadas neste Capítulo.

2.1 O USO DA BAÍA DE VITÓRIA – UM INCENTIVO À CONTEMPLAÇÃO

2.1.1 Do Medo à Admiração: a Nova Harmonia do Corpo com o Mar

A época clássica, com raras exceções, ignora o encanto das praias de mar, a emoção do banhista que enfrenta as ondas, os prazeres da vilegiatura marítima. Uma capa de imagens repulsivas impede a emergência do desejo da beira-mar (CORBIN, 1989, p. 11).

Segundo Corbin (1989), o mar, por ser considerado um elemento indomável que manifesta o inacabamento da Criação, simboliza a desordem anterior à civilização.

O oceano caótico, berço de criaturas marinhas malditas e permanentemente em cólera, apresenta-se como a imagem desse território no final do século XVI e início do XVII. Esse pensamento assinala quão frequente era a associação entre o mar e o mistério nesse período, o que não significa dizer que havia uma insensibilidade geral à natureza, antecedendo o complexo sistema de apreciação que se elaborou no século XVIII.

Na aurora do século XVII, são encontrados relatos de poetas franceses que mencionavam a alegria despertada pela presença do mar. No entanto estes se resumem a uma literatura ainda insípida, conforme afirma Corbin (1989). O autor discorre ainda que, nesse mesmo período, foram experimentados os encantos e a sedução provocados pelos retiros no litoral em renúncia aos campos e aos bosques. Esses encantos despertaram deslumbramentos, dada a riqueza do mar, a prática de conversação e meditação e o devaneio favorecido pelo ambiente, que somente seriam enaltecidos no início do século seguinte.

Com o advento da teologia natural ou físico-teologia, entre 1690 e 1730, surgiu uma fratura no tradicional sistema de apreciação da natureza, que “[...] implicava a crença em misteriosas correspondências entre o mundo físico e o mundo espiritual, entre o humano e o divino, entre o homem – o microcosmo – e o universo – o macrocosmo” (CORBIN, 1989, p. 34), e um novo olhar sobre o mundo exterior pôde ser lançado.

Com efeito, essa nova sensibilidade incidiu sobre todo o Ocidente, dissolvendo as imagens repulsivas inicialmente evocadas, e implicou uma reeducação do olhar sobre o oceano.

Segundo o mesmo autor, em meados do século XVIII foi observado um fluxo maior de curistas⁵⁹ às praias europeias, visando aliviar uma luta das classes dominantes contra a melancolia e acalmar-lhes as ansiedades. O incisivo discurso médico consagrava as virtudes da água fria e do contato com as ondas proporcionadas pelo banho de mar, bem como da vilegiatura costeira. Aos malefícios inerentes à corrupção dos gostos citadinos, à poluição e às imundícies das cidades contrapunham-se as vantagens medicinais dos banhos de mar.

A delicadeza excessiva e a palidez disseminam, de fato, o medo. As classes dominantes, que se julgam não beneficiadas pelo vigor que o trabalho proporciona às classes trabalhadoras, sentem-se minadas por dentro. A elite da sociedade teme seus desejos artificiais, seus langores, suas neuroses. As paixões e excitações que lhe são próprias ameaçam-na de morte social, por não saber participar dos ritmos da natureza. É nessa perspectiva que se inscreve a emergência do desejo das praias de mar a partir da metade do século XVIII. [...] Espera-se dele que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto, embora respeitando os imperativos da *privacy* (CORBIN, 1989, p. 73).

Dessa forma, esse arsenal terapêutico teve como fim um projeto moralizador: o banho frio deveria fazer parte da educação juvenil, visto que censurava as maneiras viciosas de viver e minorava a impetuosidade das paixões. Na Europa, pouco após a metade do século XVIII, a moda do banho de mar apresentou-se como uma prática estritamente codificada.

No decurso do século XIX, o banho de mar terapêutico passou a ser prescrito para revigorar o raquitismo das crianças, devolver a cor às jovens anêmicas, dar esperança às mulheres estéreis, e, em especial, tratar os casos de neuroses, entre outros benefícios.

Para além dos fins terapêuticos associados ao mar, a genealogia da fruição do pitoresco litorâneo remonta ao início do século XVIII, período em que são encontradas, segundo Corbin (1989), descrições do litoral sem pretensões simbólicas, nas quais se verifica uma precisão visual inteiramente nova. As viagens

⁵⁹ Pessoas que procuram as estações balneárias em busca de cura.

pitorescas, conforme denomina o autor, passaram a atender um duplo propósito: estético e moral. O turista, ou seja, o realizador de tais viagens, tinha em geral o hábito de registrar suas emoções em pequenos cadernos de notas, que, ao serem lidos, suscitavam o desejo de outros em imitar o viajante, prática que culminava no convite à viagem.

A viagem pitoresca é perseguição incessante do espetáculo e da surpresa que ele provoca. O viajante vive “na esperança de ver continuamente novos lugares surgirem a seus olhos”. É essa busca perpétua da novidade que “mantém a alma em uma espera agradável” Aqui provavelmente se situa, em profundidade, a ruptura que separa esse modelo do sistema clássico de apreciação da paisagem (CORBIN, 1989, p. 155).

Muito rapidamente, a invenção da praia acompanhou a descoberta das virtudes da água do mar. Ao longo do tempo, a apreciação dos méritos da água foi dirigida à qualidade do ar marítimo, preconizado como o mais puro e oxigenado de todos, corroborando a importância da praia. A ascensão do pitoresco levou ao enaltecimento das paisagens marinhas graças à classe médica: longe do ar viciado das cidades e respirando o ar puro, o curista poderia desfrutar o espetáculo da paisagem.

Em que pese à grande extensão do litoral brasileiro e à ocupação deste desde o início do processo de conquista de seu território, a moda das praias no Brasil somente ganhou adeptos no século XIX. O modelo europeu de consumo desses espaços foi reproduzido pela elite portuguesa. Segundo Gaspar e Corrêa (2004), a voga dos banhos de mar consolidou-se inicialmente na então capital Rio de Janeiro, primeira cidade a reproduzir a moda europeia e a polarizar tais modos para o restante do País.

No Brasil, a prática pioneira foi realizada por Dom João VI, na praia de São Cristóvão, num trecho próximo à residência da Família Real, na Quinta da Boa Vista. Melo (1999) e Gaspar e Corrêa (2004) concordam que a prática dos banhos de mar por Dom João se desenvolveu a partir da sugestão de um médico francês, visando curar mordidas inflamadas de carrapato. “Ainda assim, Dom João não entrava no mar. Simplesmente utilizava uma banheira colocada na areia da praia [...]” (MELO, 1999, p. 44)

Com efeito, a prática estabeleceu-se na corte carioca na segunda metade do século XIX, conforme discorrem Gaspar e Corrêa (2004), quando os europeus já estavam devidamente convencidos dos seus benefícios à saúde. Para Ramos (2009), o costume de tomar banhos de mar somente se consolidou no Rio de Janeiro em fins do século XIX, quando da implantação, em 1894, de linha férrea de bonde, que privilegiava a direção das praias. Marzano e Melo (2010, p. 63) complementam, mencionando que as excursões para balneários mais distantes se tornaram mais constantes e “as empresas de bonde também utilizaram o mar como estratégia de publicidade, oferecendo opções de acesso às praias”.

Outras práticas surgiram a reboque dos banhos de mar, estreitando os laços entre este e a população: os esportes praianos, em especial as regatas. De acordo com Gaspar e Corrêa (2004), a primeira delas teria ocorrido na praia de Santa Luiza, no Rio de Janeiro, em meados do século XIX e ainda no início do seguinte, e firmou-se como uma das práticas mais populares, uma vez que os esportes ao ar livre passaram a ser encarados como sinais de vitalidade, modernização dos costumes e como expressão do novo homem, “[...] desafiador e pronto para conduzir com seus próprios braços a nação” (MARZANO; MELO, 2010, p. 64).

2.1.2 O Contato com o Mar em Vitória e a Fruição da Paisagem

Tendo em vista a proximidade com o mar, desejada e imposta desde o início da ocupação da cidade de Vitória, pode-se imaginar que os cursos d’água existentes de alguma forma oportunizaram o desenvolvimento de práticas recreativas afins e o consequente estreitamento dos vínculos do cidadão com o mar.

Os periódicos locais do final do século XIX nos fornecem provas disso. A proximidade física com os cursos d’água não só incentivou a apropriação do mar como fonte de lazer pela população local, como também possibilitou o lançamento de “novos olhares” sobre ele, que sempre esteve presente e seu entorno.

A menção à praia nos periódicos pesquisados, em especial à fruição desse espaço por meio de banhos de mar no território capixaba, é recorrente a partir da década de

1880, principalmente nos meses de temperaturas mais elevadas. As referências aos banhos de mar relatam a utilização da orla marítima da Capital para esse fim, mas enfatizam principalmente a apropriação do litoral de Vila Velha.

É oportuno lembrar que, apesar da geografia insular de Vitória, até o final do século XIX a Capital ainda se restringia basicamente à região atual do Centro, que não tinha e ainda hoje não tem, mesmo com a realização dos aterros, uma faixa de terra livre às margens do mar, característica de uma praia onde os usuários pudessem se recostar, ou melhor, colocar-se em posição de descanso. Além disso, as praias ao norte e ao noroeste da Ilha ainda eram consideradas muito ermas e distantes, o que pode justificar parcialmente a preferência inicial por Vila Velha.

Na Europa, o modelo de praia seguiu sendo aperfeiçoado e, segundo Corbin (1989), deveria ter algumas qualidades consideradas necessárias ao solo (arenoso, plano e duro) e especialmente ao ar, com ausência de pântanos e florestas, visando reduzir ao mínimo as exalações maléficas.

Diante disso, seria possível deduzir que a ausência dessa faixa de terra, associada à proximidade com áreas alagadiças, à ocupação das margens da Baía de Vitória por construções e à presença de inúmeros cais, pudesse impossibilitar a consolidação do espaço praia na área central ocupada de Vitória. Em verdade, pelos motivos expostos, esse espaço acabou por não se constituir, o que não significa que tenha inviabilizado os banhos de mar nesse perímetro nuclear da cidade. Em nota curiosa, datada de janeiro de 1887, comerciantes locais, cujo estabelecimento se localizava próximo à beira-mar: “[...] em vista da estação calmosa, e a bem da hygiene publica, resolveram d’ora em diante franquear gratuitamente ao respeitável publico os seus banheiros sitos á rua Conde d’Eu, prevenindo que não se fornece **aos banhistas** toalha nem sabão” (F. 1887, p. 4, grifo nosso).

A nota indica a existência clara de uma apropriação da orla marítima da área central de Vitória para os banhos de mar. Pode-se também admitir haver certa frequência que justifique a disponibilização de banheiros para maior conforto e higiene dos usuários.

Os inúmeros relatos mencionados anteriormente sobre o estado fétido e sujo das praias do núcleo de ocupação da Capital, aliados à necessidade em voga de

introdução de hábitos mais salutar e do combate à frouxidão dos costumes das camadas menos favorecidas pela medicina popular, dão subsídios para afirmar que certamente estas não foram características almejadas pelos adeptos do banho terapêutico, ou seja, “[...] membros da classe ociosa habituados aos serviços de uma criadagem” (CORBIN, 1989, p. 92).

Esse modelo de banho de mar é, portanto, diferente dos “banhos populares”⁶⁰. Sua prática induzia a uma ordenação ou codificação determinada pelo médico que estabelecia a estação, a duração, o lugar dos exercícios e o número de banhos por temporada. Eram comuns as temporadas em balneários litorâneos, em geral mais afastados da cidade, nos quais as classes mais abastadas experimentavam uma liberdade inesperada, porém controlada.⁶¹

De fato, a população capixaba, em especial a mais favorecida, procurou, no final do século XIX, o isolamento e a privacidade que as praias dos arrabaldes seriam capazes de proporcionar. Citações acerca da existência de traslado marítimo diário demonstram a demanda acrescida durante o período de veraneio, corroborando as informações de que Vila Velha era considerada destino certo para esse fim: “Vapôr <<TRIUMPHO>> Durante a actual estação calmosa este vapôr fará diariamente para Vila Velha três viagens, largando d’esta cidade ás 7, 3 e 5 horas do dia” (VAPÔR... 1883, p. 4).

Nos períodos mais quentes do ano, era frequente a vinda para o território canela verde⁶², visando a melhor aproveitar os benefícios do ar salitrado e a gozar de momentos de repouso distante da Capital: “A Vila Velha no domingo ultimo teve larga concurrencia de visitantes da capital. A população da cidade, que lá estava

⁶⁰ Corbin (1989) entende por banhos populares os enquadrados nas atividades coletivas, festivas ou lúdicas, ou seja, aquelas que se caracterizam como um prolongamento dos folguedos infantis e da adolescência. Segundo o autor, estes são mais ruidosos e autorizam a mistura dos sexos.

⁶¹ Conforme Corbin (1989), as vestimentas utilizadas eram determinadas pelo pudor e pelo medo da violação ocular das mulheres que, para proteger sua privacidade, se agrupavam num setor separado da praia. Gaspar e Corrêa (2004, p. 88) atestam a informação de Corbin acerca do vestuário comumente utilizado, mencionando que, na virada dos séculos XIX a XX, no Rio de Janeiro, “as vestimentas das senhoras iam dos pés ao pescoço e deste aos punhos, com touca obrigatória na cabeça. Os homens usavam calças até os joelhos e camisa e blusa.”

⁶² Natural da cidade de Vila Velha/ES.

veraneando, é também muito crescida. Uma casa qualquer, na pittoresca terra de Coitinho⁶³, actualmente, tem cotação fidalgo⁶⁴” ([SEM...], 1890a, p. 2).

Curioso mencionar que o curista ia desfrutar não o sol, cujo único papel era purificar, mas, sim, o ar marítimo e os benefícios da água fria. Após certos horários, evitava o contato com os raios solares, protegendo-se sob a sombra das árvores, condição para manter “um tom pálido, macilento, funéreo, sinal de distinção daqueles que não precisavam trabalhar sob o sol” (NOVAIS; SEVCENKO, 1998, p. 561).

A`banhos. - A lendaria e pittoresca villa Velha ou villa do Coutinho desde o mez ultimo que agasalha amorosa em seu limitado e pauperrimo ambito **um grande numero de familias desta capital**, que, ás primeiras manifestações do fulgido e quente verão, fiseram provisão de frescas roupas de linho e foram haurir ali, nas proximidades da barra uns haustos **tonificantes de ar fortemente saturado pelas emanações do mar**; [...] Teimam contra essa **manifestação providencialmente higienica dos banhistas**, uns cacoles amantes do solo [...]. (NOTICIAS... 1883a, p. 3, grifo nosso).

Contudo, na mesma nota, os relatos dão conta de que a frequência à praia ia além da busca pela cura de algum mal. Na verdade, deixam claro que os banhos eram por vezes utilizados como pretexto para usufruírem dos passeios à praia, para a ocupação do tempo livre e a para a fruição da paisagem marítima como recurso recreativo:

A população adventícia⁶⁵ que ali demora actualmente esta á banhos – um pretexto como qualquer outro – **gosa dos esplendidos e ridentes panoramas que descortinam-se do alto da Penha e de Piratininga; aprecia os passeios á tarde pelo Inhoá**, [...].
Quem dá uns tons mais risonhos e variados ao quadro da vida da <<colonia victoriense>> são os meninos, uns pirralhos alegres e traquinas, que não deixam o mar senão quando dormem. Os bebês, esses contentam-se em brincar nas praias, em busca de lindas conchinhas...Uma vida patriarchal aquella!” (NOTICIAS..., 1883a, p. 3, grifo nosso).

Os visuais da baía, realizados de pontos mais elevados, como os Morros do Convento da Penha, de Piratininga e de Inhoá, capazes de possibilitar uma

⁶³ A “terra de Coitinho” a que se refere a nota diz respeito à cidade de Vila Velha, local onde o primeiro donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, aportou, dando início à sua empreitada colonizadora em território capixaba.

⁶⁴ 1. Indivíduo que tem foros ou títulos de nobreza. 2. [Popular] Indivíduo bem vestido. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=fidalgo>

⁶⁵ Que vem de fora. É importante mencionar que, nesse caso, os adventícios eram as pessoas que vinham de Vitória.

amplitude do olhar e maior alcance da paisagem circundante, receberão o devido destaque mais à frente.

Figura 11 – Inhoá, recanto de Vila Velha (1908).



Fonte: Arquivo Público Estadual.

Nota: Visto a partir do Morro da Ucharia. Ao fundo e à direita, tem-se a Pedra do Cruzeiro; à esquerda, mais elevado, o Morro de Jaburuna. Ao centro, à esquerda, vê-se parcialmente o Morro do Convento. Destaca-se o aspecto pitoresco e a ocupação rarefeita, bem como a presença de faixa de areia às margens da Baía.

Considerando-se a elevação do quadro de moléstias e epidemias e, portanto, dos óbitos observados na Capital durante o verão, as praias de Vila Velha eram vistas como recursos ao distanciamento necessário de Vitória no período considerado mais insalubre e perigoso do ano.

[...] sendo intuitivo que a permanência na capital é por demais inconveniente na estação calmosa, afluirá para cá uma bôa parte de sua população, uma vez que possa contar com habilitação e transporte modicos. [...] Villa-Velha será a nossa Petropolis, Teresópolis, o recurso, emfim, dos habitantes da capital, na presente estação [...] (NEMO, 1887, p. 3).

Ao longo das décadas de 1880 e 1890, não foram encontrados registros que confirmassem a utilização de outras praias da cidade de Vitória, fora do perímetro central e de Vila Velha. O primeiro relato afora esse intervalo é datado de 1900 e é

de autoria de um cidadão de Vitória que escrevia sob o suposto nome de Aristophanes. Nesse relato, o cidadão menciona uma excursão organizada por um grupo de pessoas com destino à Pirahem⁶⁶ para folgar o dia e realizar um piquenique.

O autor inicia o texto afirmando que sua curiosidade em visitar o lugar fora aguçada por relatos de amigos que já o conheciam e que teciam inúmeros elogios à sua beleza, o que confirma a utilização dessa praia por outras pessoas nesse período. Também justifica seu interesse informando ser “[...] por temperamento inclinado á contemplação dos espectaculos grandiosos com que a natureza em sua magnificência se impõe á admiração do homem” (ARISTOPHANES, 1900a, p. 1), sustentando assim a prática da contemplação da natureza como um dos motivos para a realização de tão prolongado percurso, em um local completamente ermo⁶⁷.

PIRAHEM

[...]

Chegado o dia marcado; que foi a 9 de março findo, o Recreio – victoriense, de onde devia sahir a caravana [...]

Meia hora depois transpunhamos a ponte que liga esta ilha ao continente, e cujo estado de ruína expõe os transeuntes aos maiores perigos.

[...]

Nesta parte da estrada **a aprasível e pittoresca paisagem prende e captiva os sentidos**, mas não ha arvores, á cuja sombra a gente possa abrigar se para contemplal-a mais á vontade, e o calor ardente e abrasador que fasia, não permitiu que nos detivéssemos senão por momentos.

A´s 9 horas atravessamos a matta que fica entre aquelle ponto e a praia, para onde seguíamos, e cuja extensão talvez não exceda de cinco kilometros.

Apesar de arenoso e secco o terreno, há logares em que a vegetação é frondosa e ensombrado o caminho, que tem quatro a cinco metros de largura em quasi toda a sua extensão.

[...]

Ao transpor-se a matta, **avista-se na distancia de tresentos metros a affamada praia**. O terreno é em toda esta distancia composta de alva areia solta, sobre a qual vegetam **viçosos grupos de pequenas palmeiras, de extrema belleza, que rivalisam com as que são cultivadas com esmero nos mais ricos e primorosos jardins!**

[...]

Não se descreve a sensação que se experimenta, ao chegar-se á praia, que é de uma belleza incomparável!

⁶⁶ Segundo Marques (1878, p. 496), a palavra Pirahem ou Pirahim significa “Ponto de terra ao N. da do Tubarão”. Sobre o nome Pirahem, Daemon (1879, p. 338) comenta que foi “[...] dado pelos índios áquelle lugar pela abundancia que alli há de peixe e derivado de pirá, peixe, hem, lugar abundante, e por não serem boas aquellas terras para cultura [...]”. Hartt (1941) também realiza uma descrição do local na qual menciona: “[...] no norte está a Ponta do Tubarão, com uma praia rochosa de arenito, donde parte, correndo para oeste e para o sul, uma extensa ponta rochosa, próximo à qual entra o canal do rio da Serra”.

⁶⁷ A ocupação da região de Cambury somente seria iniciada na década de 1960, ou seja, sessenta anos após o referido relato.

A immensidade do mar a confundi se no horisonte com o céu; o bramido e susurro de gigantes ondas, que se quebram com fragor e estampido e se desfazem em fluctuantes lençóis de espuma; e o sol fazendo espelhar as aguas, colorindo a vegetação e **dando realce, brilho e esplendor a tudo, constituem o panorama que alli se descortina aos olhos do espectador, que sente, gosa e se considera feliz, mas não sabe dizer o que sente, o que gosa, nem que especie de felicidade é a sua**, porque **são indefiníveis os phenomenos que enlevam, absorvem e arrebatam a alma**, apesar da opinião contraria dos philosophos que crêm na existencia e immortalidade délla.

As 10 horas chegamos ao Cambury [...]

Regressamos ás 4 horas [...]

(ARISTOPHANES, 1900a, p. 1, grifo nosso).

Figura 12: Vista da Praia de Camburi (1950)



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=323866>

Nota: Praia à época ainda intocável, tendo como pano de fundo o Morro Mestre Álvaro.

O autor afirma que não foi possível contemplar alguns trechos do passeio segundo seus desejos, devido ao calor imposto pela ausência de sombreamento, o que reafirma a intenção da contemplação do espaço, limitada única e exclusivamente pelo incômodo provocado pelo sol. Realiza a descrição deixando claro seu deslumbramento com o que via. Possivelmente o caráter intocável do lugar tenha contribuído em grande parte para esse sentimento. As dificuldades do percurso realizado foram ao final minimizadas pelo prazer proveniente da captura de um panorama descrito como incomparável. Aristophanes insinua ainda que a contemplação de tamanha beleza foi responsável por uma sensação latente de

felicidade, capaz somente de ser sentida, e não externalizada em palavras, visto ser indefinível.

De fato, a longa distância dificultava o uso constante das praias localizadas no lado continental da cidade. Este foi o único registro encontrado que menciona a utilização das regiões ao norte de Vitória para fins recreativos e contemplativos no período estudado. O que se observa é que, no raiar do século XX, abriu-se um leque maior de opções para esse fim fora do perímetro central.

A conclusão do trecho da linha de bonde entre o Forte São João⁶⁸ e a Praia do Suá⁶⁹, no início do governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912), facilitou e incentivou a utilização de praias mais afastadas, localizadas ainda no perímetro insular da Capital, que ainda conservavam o caráter pitoresco e a privacidade almejados pelas classes dominantes.

Em 1902, a referida linha ainda não havia sido implantada. Em periódico desse ano foi encontrado anúncio que vislumbrava a potencialidade paisagística e de veraneio da Praia do Suá, explorada no final da década de 1900, quando passou a haver uma valorização imobiliária do local em face da facilidade de acesso pelo bonde e da sua proximidade com o mar e praias próprias para o banho:

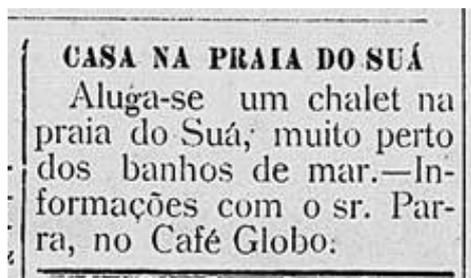
O <<Sauá>>, ponto terminal da linha, é **um dos mais sondáveis e interessantes recantos**, onde os habitantes da Victoria podem fundar sem grande esforço um estação magnífica para o verão além de ser **excelente praia de banhos** [...] (EMPRESA..., 1902, p. 1, grifo nosso).

Observa-se que a utilização da Praia do Suá como opção familiar de lazer era bastante incentivada pelo Governo, que facilitava o acesso por meio de “bondes directos, com horários especiaes, apropriados para os srs. Banhistas” (BANHOS no..., 1910, p. 3). Em periódico de 1911, há registros de utilização do local para esse fim: “reconheço de longe a graciosa praia do Suá com as suas barracas brancas ainda armadas para os banhistas [...]” (ALMEIDA, 1911, p. 4).

⁶⁸ Antiga fortaleza colonial localizada “[...] na margem N. da Bahia do Espírito Santo e na garganta entre Ella e o Pão de Assucar”, de acordo com descrição realizada por Marques (1878, p. 215). Nessa época, o Penedo também era conhecido como Pão de Açúcar.

⁶⁹ “Praia, no Município da Victoria, entre a embocadura de Maruhype e a ponta de mesmo sco nome” (MARQUES, 1878, p. 236).

Figura 13 – Recorte de jornal com anúncio de aluguel de residência na Praia do Suá.



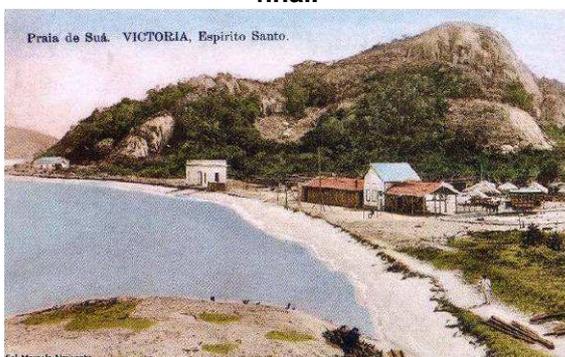
Fonte: Casa na praia... (1908, p. 4).

Figura 14 – Recorte de jornal referindo-se a banhos de mar na Praia do Suá.



Fonte: Banhos de... (1910, p. 4).

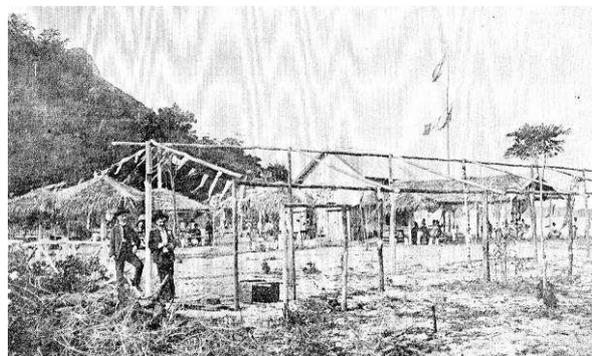
Figura 15 – Postal da Praia do Suá – ponto final.



Fonte: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2013/03/praias-do-sua-antiga-vila-dos-pescadores.html>

Nota: Sem data. Autor desconhecido.

Figura 16 – Praia do Suá – barraca para banhistas.



Fonte: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2013/03/praias-do-sua-antiga-vila-dos-pescadores.html>

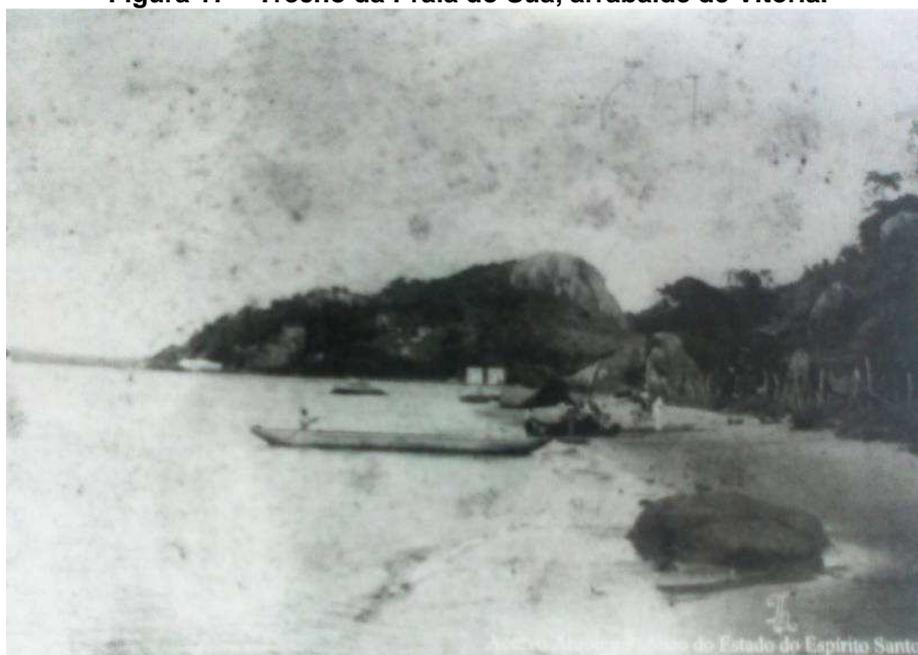
Nota: Sem data. Autor desconhecido.

Como é de se imaginar, as belezas das paisagens locais não passaram despercebidas à população, que começava a se utilizar da região como balneário. Foram encontrados relatos sobre essas paisagens em periódico do início da segunda década do século XX:

Magníficos, e cheios de poesia são os passeios de minha terra, e, ainda no domingo passado **tive o prazer de apreciar o bello panorama da praia do**

Suá, passeio em que agrada sempre ao *touriste*⁷⁰ que tem a felicidade de passar algumas horas nesta capital, enquanto não sente nos seus ouvidos os dois apitos do navio ancorado no porto, convidando-o a embarcar. Como denota progresso o **bondezinho** por entre os arvoredos poéticos e pedras magníficas que não possuímos nos grandes centros. A mão do homem, no entanto, e o progresso de minha terra, terão em breve que diminuir **o encanto das bellezas da natureza**, pois, pelo que observei, o caos que emprehende, dentro em breve, vae cortar **a beleza da praia do Suá!** (MARCO, 1912b, p. 1, grifo nosso).

Figura 17 – Trecho da Praia do Suá, arrabalde de Vitória.



Fonte: Arquivo Público Estadual.

Nota: Governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912).

A prática de contemplação da paisagem mais uma vez foi associada ao sentimento de prazer diante das belezas inerentes à natureza. Nota-se a preocupação com a possibilidade de perda do encanto do lugar quando se menciona a atuação do progresso e sua capacidade em alterar os espaços.

Ao final da primeira década do século XX, a Ilha do Boi, situada a leste da ilha de Vitória, também foi mencionada em periódico local como destino de camadas mais favorecidas que se utilizavam dessa região para realização de piqueniques como forma de sociabilização. A publicação deixa claro que as horas de lazer ali

⁷⁰ A forma de escrever turista, *touriste*, revela dois aspectos culturais: de um lado, a influência da França na sociedade capixaba; de outro, o turismo como prática de distinção social.

desfrutadas promoviam, entre outras atividades recreativas, o usufruto da paisagem natural.

PIC NIC

Apezar de haver o dia amanhecido obumbrado por nuvens pardacernas, vento ajudado pelo s3l dissipou as ameaças de chuva, convertendo em alegria, o presagio de tristeza, animando, assim, os denodados *rowers do Club 3lvares Cabral* a levarem a efeito o projectado <<pic-nic>> na Ilha do Boi.

Si a concurrencia de fam3lias n3o foi grande pelo motivo exposto, a alacridade n3o deixou, comtudo, de transparecer no semblante de todos ao **aprazivel logradouro**.

[...] Quando a tarde, depois de muitas horas de ruidosas **manifesta33es de prazer, que se casavam com a beleza campestre de uma ilha prodiga de d3divas naturaes**, voltamos, j3 o dia ia perdendo os favores do s3l e gravando na memoria de todos a magua immensa de um dia t3o bem gosado, t3o jovialmente aproveitado [...] (PIC NIC, 1909, p. 1, grifo nosso).

Marques (1878, p.18) assim descreve a Ilha do Boi, ao final da d3cada de 1870: “[...] mui cultivada, e tem agua pot3vel”⁷¹. Em outro trecho dessa mesma obra, o autor realiza a descri33o de uma “Planta topographica da Ilha do Boi”, segundo ele levantada pelo “Capit3o Engenheiro Jos3 Antonio Caldas, em 10 de outubro de 1767”, na qual menciona:

Esta sobredita ilha 3 montuosa e se eleva toda sobre a marinha, cercanda quasi uma rocha viva, e s3 d3 lugar para se desembarcar nos pequenos pontos notados com as letras A. B. C. D. E. porque nesse logar est3 sempre o mar em flor, e as embarca33es que v3m demandar a barra se afastam com muito cuidado della por causa da correnteza das 3guas, que puxam ahi para a ilha, e para o pequeno canal N que fica entre Ella e a pequena ilhota chamada *Calheta* onde tem succedido muitos naufragios e perda de embarca33es.

[...] O prospecto que se v3 no alto da planta mostra a eleva33o desta ilha tirada com a craticula do forte de S. Francisco Xavier, **ella n3o tem g3nero algum de cultura, 3 cheia de bosques e algum pequeno pasto**. S. 3 a fonte que d3 todo anno 3gua para **o uso de quem mora na ilha, que 3 um s3 morador, que habita no logar** [...] (MARQUES, 1878, p. 32, grifo nosso).

Em que pese ao fato de a descri33o de Marques (1878) ter sido realizada cerca de 31 anos antes da nota supramencionada, a Figura 18, datada de 1920, atesta que o local, de certa forma, mantinha as caracter3sticas f3sicas por ele citadas durante a primeira d3cada do s3culo XX, per3odo em que foi realizada a publica33o

⁷¹ Marques (1878, p. 18) informa ainda: “[...] entre Ella e a fortaleza de Piratininga 3 ancoradouro das quarentenas, quando h3 necessidade de serem sujeitados os navios 3 medidas higienicas. Foi doada pelo 1º Donat3rio a D. Jorge de Menezes”.

mencionando a prática contemplativa em análise. Diante dessas informações, é possível entender a exaltação ao mito da ilha deserta, vislumbrada como uma visão romântica e aparentemente inocente, na qual desaparecem as particularidades do litoral e se ressalta a beleza campestre. A praia-campo é a paisagem em destaque. Percebe-se que a praia teve aqui o mesmo sentido atribuído ao campo, como lugar de retiro que se contrapõe ao ambiente citadino.

Figura 18 – Vista da Ilha do Boi tomada da Praia do Canto (1920).



Fonte: Arquivo Geral de Vitória. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: Autoria de Photo Paes.

Nota-se que a utilização do espaço praia vai além das vantagens vinculadas ao combate de moléstias com cumprimento de uma prescrição médica. Corbin (1989) aponta em sua narrativa que o banho de mar, inicialmente legitimado como terapia corporal, foi paulatinamente transformando-se em prática de lazer. A ida à praia reveste-se de um contorno mais lúdico, mais contemplativo e menos metódico. Além de curar-se, a sociedade vai à praia para recrear-se: conversando, caminhando, cavalgando, divagando, explorando e contemplando a beleza dos panoramas descortinados.

Contudo, a ida à praia para a prática de banhos de mar ou como destino de excursões em grupo não se constituía a única prática recreativa relacionada ao mar

na cidade de Vitória capaz de incentivar a apreciação da paisagem local. O esporte náutico capixaba, que teve origem nas regatas em homenagem a Santa Catarina⁷², também contribuiu para o fortalecimento do vínculo da população com o mar.

As regatas realizadas na Baía de Vitória atraíam considerável número de espectadores.

O periódico O Estado do Espírito Santo publicou em 1903:

Os festejos a Santa Catharina no próximo domingo se observará o seguinte: 'Na tarde do dia 28 do corrente as 5 horas, do caes do Jardim municipal partirá o **passeio marítimo** com destino ao Porto Velho⁷³ voltando a lancha devidamente illuminada, a embarcação, ancorada no Porto das Pedreiras⁷⁴ sendo rebocada por uma lancha a vapor cedida pelo Major Eugenio Netto. [...] (FESTA... 1903, p. 3, grifo nosso).

Nota-se, neste caso, ainda que associada a uma festividade religiosa, fato muito comum para a época, a prática vinculava-se diretamente à fruição da Baía de Vitória por meio da promoção de passeios marítimos e de regatas.

No domingo ultimo fizeram os pescadores romaria a vila do espirito-Santo, para assistirem a missa que mandaram celebrar no convento da Penha. Foi o trajecto marítimo uma esplendida regata de onze pequenas embarcações, rebocadas pelo vapor <Carlo Alberto>. [...]

As bandeiras e frammulas que agitavam nas embarcações, formando uma confusão de cores alegres e festivas, davam a nossa bahia um aspecto encantador [...] ([SEM...], 1890b, p. 2, grifo nosso).

Segundo Kunsch e Salustiano (2007), as regatas sem caráter profissional realizadas pela população sobreviveram até 1904, quando os clubes Saldanha da Gama e Álvares Cabral decidiram entrar na disputa com suas baleeiras⁷⁵, o que fez perder o sentido religioso da regata em homenagem a Santa Catarina, passando a ter um

⁷² As regatas eram sempre realizadas no mês de novembro, mês em que se comemora o dia de Santa Catarina, e foram bastante comuns até o início do século XX. Estas eram disputadas originalmente por pescadores locais que se dividiam em duas embarcações, uma dos caramurus e outra dos peroás, ambas as Confrarias de São Benedito, sediadas no Convento de São Francisco e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, respectivamente.

⁷³ Itacibá – “Vulgarmente chamado Porto Velho. Pequeno porto na margem meridional da baía do Espírito-Santo, freguesia de Cariacica” (MARQUES, 1878, p. 165).

⁷⁴ De acordo com os periódicos estudados, o antigo Porto das Pedreiras localizava-se onde hoje se situa a Rua Barão de Monjardim.

⁷⁵ O nome deriva dos botes baleeiros, também chamados de *baleeiras*. Originalmente eram antigas embarcações velozes, de grande tosamento, que tinham popa e proa bastante finos. Mais tarde, passou a designar também as embarcações auxiliares da caça à baleia.

caráter esportivo com a fundação de agremiações que acabaram por se converter em centros de reuniões socioculturais e esportivas, sendo responsáveis pela introdução de temas político-educacionais, visando à prática de exercício físico na cidade de Vitória⁷⁶.

Sport [...]

E' que, um destemido socio do Saldanha, a quem o tédio não conseguiu assoberbar, vae, em nome do club a que pertence, **offerecer uma regata**, que se effectuará no dia 13 ou 23 de maio próximo vindouro. [...]

[...] teremos brevemente **o ensejo de assistir** a mais uma **brilhante diversão**, proporcionada pelo **sport náutico** (ROWER, 1909, p. 2, grifo nosso).

As práticas esportivas marítimas comparecem no circuito das atividades capazes de incentivar a fruição da paisagem local. Uma citação encontrada revela que a população não se mostrava indiferente à beleza proporcionada pela vista da Baía de Vitória que, devido à natureza do evento, acabava por se associar aos elementos náuticos a ele relacionados, como as embarcações: “Todo o littoral apinhou se de curiosos do mesmo modo que a bahia apresentava um aspecto bellíssimo, coalhada de embarcações regorgitantes [...]” (PELO... 1911, p. 2).

O período pesquisado nos periódicos locais não nos dá indícios de quando essas práticas recreativas se iniciaram no litoral capixaba, apenas que ocorreram certamente a partir da década de 1880. Considerando-se esses registros e o fato de que não foram encontrados outros durante nos jornais das duas décadas anteriores, acredita-se que não tenham sido realizadas com frequência pela população local muito antes desse intervalo.

Os passeios de barco pelas águas da Baía de Vitória também se constituíram uma forma consolidada de lazer vinculada ao mar: “[...] ás 6 horas da tarde, **grande passeio fluvial na bahia** desta cidade, partindo do jardim municipal, onde se reunirão todos os que quiserem tomar parte no referido passeio” (QUARTO... 1898, p. 2, grifo nosso).

⁷⁶ A introdução do remo como modalidade esportiva deve-se à fundação dos *Clubs* de Regatas Álvares Cabral e Saldanha da Gama, fundados respectivamente nos dias 5 e 29 de julho de 1902, com o intuito de homenagear os grandes navegadores de origem portuguesa. Os fundadores dos respectivos *clubs* assim procederam diante da expectativa de proporcionar à população da cidade de Vitória maiores opções de lazer associadas à prática esportiva.

Nesses casos, os visuais capturados possibilitavam o comparecimento da cidade ao quadro paisagístico. As descrições, por vezes extensas, que relatam as impressões sobre os panoramas observados, são sempre imbuídas de um ar de embevecimento diante do que era visto. Uma delas refere-se a um passeio de barco com destino à Ilha das Caieiras⁷⁷, de autoria de Aristophanes, colunista do jornal O Estado do Espírito Santo, já citado anteriormente. Segundo o autor, a excursão tinha por objetivo contornar parcialmente a ilha de Vitória em direção à Baía Noroeste, rumo ao destino final.

Ilha das Caieiras

[...]

Sahimos do jardim Municipal ás sete horas da manhã, n'uma lancha a vapor, que para alli seguiu ao romper do dia, [...]

Não obstante a ligeireza da lancha **fui passando em revista os edifícios públicos e particulares mais notáveis**, assim como os mais importantes estabelecimentos comerciaes, cujos fundos, ou dão para o mar, ou são d'alli descobertos atravez dos terrenos desaproveitados e ruas perpendiculares ao caes, á proporção que as confrontava, apreciando melhor uns que outros, conforme permittia a distancia da embarcação, que ora se approximava da margem, e ora se afastava della, segundo exigia a navegação.

Descortinaram-se sucessivamente deante de meus olhos o sobrado do Pisoni, a loja de ferragens do Souza, o trapiche e armazens de Eugenio Netto, o **Mercado Publico**, o armazem de Wetzel & Comp^a., a alfândega, o palacete e vastos armazéns de Pecher, Inzen & Comp^a., **o palacio do Governo**, a livraria Moreira Dantas, alfaiataria Resemini, grande loja de fazendas de Cruz & Irmão, João Rodrigues, Hard Rand & Comp^a., Cabral, **Santa Casa de Misericórdia** e cervejaria Schmidt,[...].

Momentos depois passamos á **Villa Rubim, este subúrbio curioso e pittoresco, e tão interessante pela originalidade de sua construção**, quanto salubre pela sua elevação e ar puro que se respira.

[...]

Regressámos ás 5 ½ horas da tarde, [...] Chegamos com o **crepusculo, que é a hora de encanto e de magia** para os poetas; de enlevo, ancias e saudades para os que amam, e de mysterios e de magestosa e imponente solemnidade para **os que contemplam a natureza!** [...]

(ARISTOPHANES, 1900b, p. 1, grifo nosso).

A experiência do trajeto tinha como resultado, entre outros objetivos, o detalhamento de algumas construções na cidade, consideradas por Aristophanes como notáveis. Dos edifícios de caráter institucional, apenas o Mercado Público, o Palácio do Governo e a Santa Casa da Misericórdia aparecem, em contrapartida aos demais

⁷⁷ A referida excursão foi motivada pelo convite do Sr. Arieira, farmacêutico da cidade e proprietário de uma “casa de residência temporária” localizada na pitoresca região. Segundo Marques (1878, p. 21), caieiras eram ilhas localizadas “[...] no Lameirão. Ao N. da cidade de Victoria”, embora estivessem a noroeste desta. O mesmo autor assim define Lameirão: “[...] grande parte do termo da cidade da Victoria. É alagada pelas águas do rio Santa Maria, e cortada pelo rio Maruipe e Maruiaçú” (MARQUES, 1878, p. 176).

edifícios particulares que se destacavam em profusão. Parece razoável afirmar que, como morador e conhecedor da cidade, essas edificações fossem facilmente reconhecidas por ele.

Curiosamente, o autor menciona uma única edificação, também de caráter religioso, o Palácio do Governo, constituído parcialmente pela Igreja de São Thiago, que à época ainda fazia parte desse conjunto arquitetônico e que incorporava a maior igreja da cidade, ao contrário do observado na maioria dos relatos sobre Vitória feitos por viajantes estrangeiros, nos quais outros edifícios religiosos, como as igrejas Matriz, São Gonçalo e Rosário, são destacados, de maneira mais constante.

Interessante notar o destaque dado à conformação das edificações que margeavam a Baía, em contraponto às nesgas que surgiam em face da existência de ruas perpendiculares a ela e que permitiam certo prolongamento do olhar ao interior da cidade.

Faz-se necessária neste momento uma breve digressão. Em contrapartida ao entusiasmo observado nas descrições dos visuais realizados do mar para a cidade, é digno de nota o trecho de um relato específico datado de 1911, no qual outro autor menciona: “Uma vez em terra, a cidade se nos mostrou tal qual é por dentro, sem a scenographia favorecedora da distancia” (NOTÍCIAS circunstanciadas..., 1911, p. 2), destacando o fato de a cidade, vista de fora, mostrar-se, naquele período, muito mais atrativa esteticamente do que de perto, quando suas debilidades eram postas à mostra.

Retornando à descrição de Aristophanes, vale ainda destacar a menção à Vila Rubim, tida como “pitoresca” devido à diferenciação das construções. Com base nesse trecho do relato, pode-se compreender como a cidade pôde parecer mais atraente do que realmente era, quando vista a distância, uma vez que a “Cidade de Palha”, como era chamada a Vila Rubim, era comumente destacada por seu aspecto sujo e infecto, quando vista de perto.

Figura 19 – Porto de Vitória (1909): vista panorâmica da cidade de Vitória com o Maciço Central ao fundo.



Fonte: IPHAN. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/iph0017.jpg>
 Nota: Autor desconhecido.

Figura 20 – Vila Rubim, Rua Marcos de Azevedo (1908).



Fonte: Biblioteca Central da UFES.
 Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcu0275.jpg>
 Nota: Ao fundo, o Mochuara. Autor desconhecido.

Outro relato baseado na experiência de um passeio marítimo fornece maiores argumentos, no que tange à análise do papel das práticas recreativas vinculadas à Baía de Vitória, no incentivo à fruição da paisagem por parte do cidadão.

O autor da descrição é um cidadão local, que realiza uma excursão para Vila Velha com a finalidade de visitar o Convento da Penha⁷⁸, o qual já havia visitado quando criança, período em que, segundo ele, ainda não tinha maturidade para captar plenamente a experiência que se propôs repetir.

Domingo. Viera alfim, após muitos dias de chuva, uma bellissima manhã de sol e de vida. Levantára-me cedo e **resolvêra ir á Penha, esse logar pittoresco** que, por assim dizer, não conhecia, pois lá fora uma vez quando pequeno, e, naquella epoca, não poderia receber as impressões de agora, **impressões que na retina me estão gravadas, nitidas, que me deleitam ainda.**

[...]

O aspecto da prístina⁷⁹ e tradicional **Capichaba; o Penedo**, monstro de pedra que é um Pão de Assucar em miniatura; **as ruínas do historico Forte S. João**; a curiosíssima **pedra dos Ovos**; **as ilhotas poéticas**; **os morros verde-escuros**, europados de arbusto; **as praias lindíssimas do Suá**; **a Pedra d'Água** com a hospedaria dos immigrantes; **o Convento da Penha**, o qual se avista a muitas milhas da barra, e que recorda um Castello feudal da idade média; **a Fortalesa de Piratininga**; **o Moreno**, e **o pharol á entrada...tudo contemplei gostosamente durante o trajecto** (SOUZA, 1909, p. 2, grifo nosso).

No decorrer do trajeto, o autor enfatiza a inserção de elementos naturais contracenando com artefatos construídos e detalha os que lhe despertaram maior interesse visual. As descrições do escritor resultaram, por sua vez, nas impressões que cada um deles lhe causou, algumas mais fantasiosas que outras, como a associação do Penedo⁸⁰ a um monstro de pedra e do Convento da Penha a um castelo feudal. A narrativa paisagística do autor deixa transparecer o deleite no ato da contemplação durante o trajeto realizado.

⁷⁸ Trata-se de complexo histórico integrado a um patrimônio natural constituído de edificações erigidas em diferentes épocas, iniciadas no ano de 1562, quando da construção da Capela dedicada a São Francisco, erguida no espaço plano existente no morro denominado Campinho. O Santuário de Nossa Senhora da Penha, que tem como fundador o irmão leigo franciscano Frei Pedro Palácios, teve sua primeira ermida em homenagem à Santa concluída em 1570, sendo posteriormente ampliada e reformada ao longo dos séculos. A “colina cônica, de uns quatrocentos pés de altura, completada pela pitoresca massa do convento de Nossa Senhora da Penha”, conforme descrição de Hartt (1941, p. 89), localiza-se no município de Vila Velha, na entrada da Baía de Vitória.

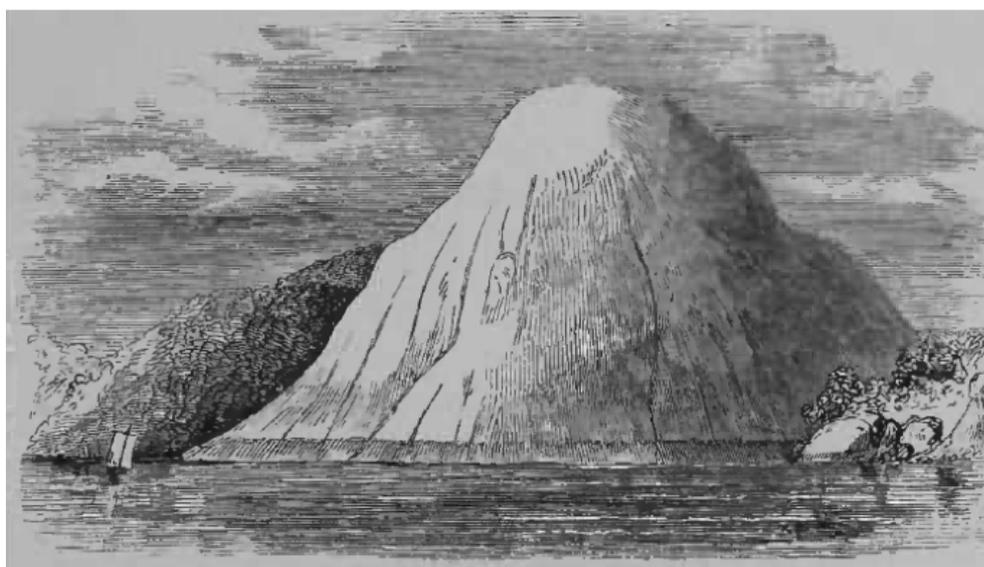
⁷⁹ O significado de prístina está relacionado a antigo, anterior.

⁸⁰ Hartt, durante sua visita ao Espírito Santo no ano de 1870, fez uma descrição interessante do Penedo, mencionando tratar-se de um “[...] morro de gnaisse, escarpado e irregularmente cônico de 400 a 500 pés de altura, pendendo para o lado norte e apresentando frente ao canal uma encosta lisa e quase vertical. Nessa face, pela projeção de uma ponta de terra do lado norte, o canal se estreita bruscamente, ficando com uma largura de 600 pés somente. Passando o Pão de Açúcar, o canal se alarga num espaçossíssimo porto e, do lado norte, num belo anfiteatro entre morros, está construída a cidade de Vitória” (HARTT, 1941, p. 91).

Além do Penedo, elemento natural que comparece em grande parte das descrições de caráter paisagístico, o trajeto então realizado possibilitava a apreciação de outros menos lembrados pelos moradores locais, durante o intervalo estudado, como a Pedra dos Ovos, a Pedra D'água e o Morro do Moreno (os dois últimos localizados em Vila Velha), além da menção ao entorno, considerado natural, com relevo acidentado e vegetação, bem como das ilhas que compõem o arquipélago.

Dentre os artefatos construídos, o autor da publicação destaca o Convento, a Fortaleza de Piratininga⁸¹, o farol de Santa Luzia⁸² e a Hospedaria dos Imigrantes. Menciona ainda um aspecto urbanístico da cidade: a Capixaba⁸³.

Figura 21 – “Pão de Açúcar”, imagem do Penedo.



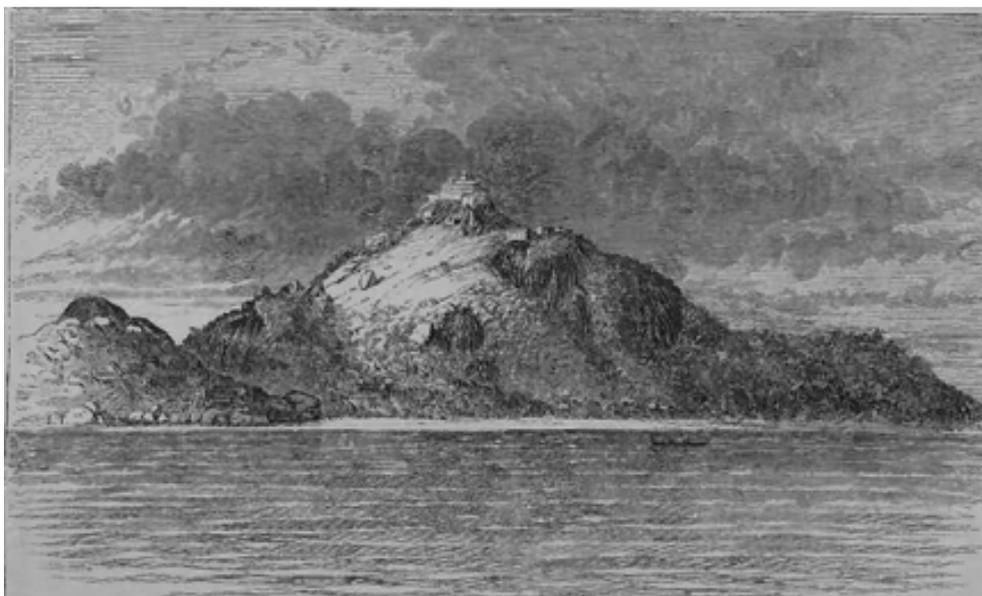
Fonte: Hartt (1870, p. 71).

⁸¹ Conforme Marques (1878, p. 246), o Forte de Piratininga foi dedicado a S. Francisco Xavier, denominação que viria a assumir posteriormente. Foi construído em “[...] 1702 por ordem de D. Rodrigo da Costa, Governador e Capitão General do Estado”. Foi edificado entre “[...] a villa do Espírito Santo e o Monte Moreno ou melhor entre a Ponta de Acharia e o rio da Costa na margem da bahia do Espírito Santo, e na base do morro da Penha (MARQUES, 1878, p. 215). Carece esclarecer que a “ponta de Acharia” mencionada pelo autor é na verdade, do Morro de Ucharia.

⁸² Farol localizado, segundo Marques (1878, p. 213) em “[...] morro a E. do monte do Moreno e a S. da estrada da bahia do Espírito Santo”.

⁸³ Segundo Elton (1986), a Avenida Capixaba foi formada pelo alargamento da Rua Cristóvão Colombo, que se estendia da Rua do Rosário à Barão de Monjardim.

Figura 22 – Morro da Penha encimado pelo Convento de Nossa Senhora da Penha.



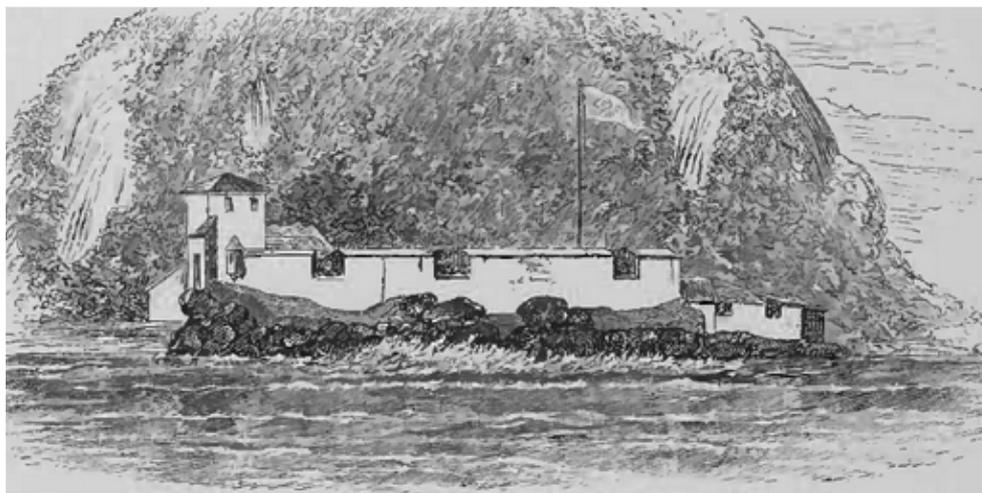
Fonte: Hartt (1870, p. 71). Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00165100#page/3/mode/1up>.

Figura 23 – Pedras dos Ovos



Fonte: Hartt (1870, p. 69). Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00165100#page/3/mode/1up>.

Figura 24 – Fortaleza de Piritininga.



Fonte: Hartt (1870, p. 69). Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00165100#page/3/mode/1up>.

Ao final do intervalo estudado, observa-se uma última contribuição ao estudo da paisagem de Vitória e arredores, tomada, assim como as demais, por meio de um passeio marítimo. Outros elementos foram descortinados e elencados como constituintes dessa diversificada paisagem, conforme destaca o autor do texto: “[...] si o aspecto não variasse tanto deste centímetro de paisagem para aquelle millimetro, a abstração seria longa [...]” (SOARES, 1916, p. 1), realizando uma riquíssima descrição do trajeto da Baía de Vitória, da sua entrada até o porto de Vitória.

Impressões de Victoria

A sahida é o contrario da entrada!

Para entrar no porto de Victoria, o navio, safo dos pacotes, demanda o canal, tendo o **pharol, o pequeno e bonitinho pharol de Santa Luzia** [...]

Segue-se o morro, elevando-se aqui para abaixar-se mais adiante, afim de não cançar a vista de quem olha Singular gentileza dessa natureza de privilégios!

Isso á esquerda, Á direita, para boreste, primeiro uma **vasta bahia**, adivinhando-se por baixo do morro, a tocar a água, uma longa praia; para cima e um pouco para avante, o vulto mássico, infundindo respeito, do **Mestre Álvaro**, que já se vem vendo desde muito fora. Á flor d’agua, para dentro mais, esbarra a vista com **ilhas, ilhotas, ilhotas e ilhas** para alli atiradas ao acaso como si fossem fragmentos de terra fertil [...]

A curva para a direita faz-se. Á esquerda, mais um encanto: um recanto delicioso com **praia** seguida de gramado sempre verde, mas em diferente tonalidade, como o resto do que é vegetal. Ha porém, ahi uma cousa grande e bonita, completando o encanto do recanto, que é verde, mas não é vegetal: é o **edifício da escola de aprendizes marinheiros** com as suas dependências num conjunto harmonioso de prédios a terminar numa ponta, por onde ainda se esfrega o navio, e por onde termina, vindo de cima, uma das muitas elevações do terreno, içada a cabeça e dirigido o olhar para o alto, **divisa-se, com a bocca aberta, a coroa desse reinado de fadas: lá**

no morro mais alto, no píncaro mais escarpado, dominando tudo, como a moral do edifício conteano, um velho convento.

[...]

Uma edificação simples, de largas mássicas feitas de cal, pedras e muita pertinácia e amor ao trabalho – **uma edificação, que se vê de longe, do mar largo, e cuja vista magestosa inspira pensamentos tão largos, que vão longe, sobrepujando todos os outros que d’outras vistas se originaram.** Por muito tempo os pensamentos se elevam dessa simples construção antiga para outros cimos mais imperfeitamente definidos e se espriam por mysterios indefinidos.

[...]

À esquerda, lado dos pharoes vermelhos, descobre-se dentro de uma enseada calma, a **Villa-Velha** silenciosa, **grupo de casas a alinhadas em ruas, paredes envelhecidas, pintadas de manchas pretas pelo tempo. Tudo vivendo mansamente, no meio da vegetação,** triste á hora da tarde, alegre á hora da manhã, protegido tudo pela serenidade magestosa daquelle... daquelle simples convento.

Do outro lado, numa curva, lado dos pharóes verdes, á entrada de um canal, **umas embarcações, dragas, e mais além uma espécie de estaleirozinho, tudo das obras do porto.**

No mais phantasias da natureza: recortes de praias, rendilhados de pedras, feixes e tufos de verdura, sinuosidades de elevações, salpicadas de casinhas, vivendas, fabricas e fazendolas; mais para o interior, morros altos, bonitos, pedras – o Leopardo preparando felinamente um salto, coberto tudo de copas verde-negra.

[...]

Uma passagem estreita, tendo ainda, a meio uma bóia vermelha a limitar-lhe o canal profundo: - **de um lado o colosso, pedra negra enorme, a vir lá de cima em vasta parede vertical,** cortando numa linha recta horizontal a superfície espalhada da água, ou a vir lá de baixo, das profundezas, em bloco mássico espinhando para o ar, com a sua cabeça enormemente negra, pregada ao (ilegível); do outro lado, no alto, uma (ilegível) **de bondes electricos.**

Alargou-se tudo o bastante para formar um porto, em cuja margem direita foi edificada a cidade, a Victoria.

O navio entrou no porto de Victoria por toda essa via sinuosa e apertada

[...] (SOARES, 1916, p. 1, grifo nosso).

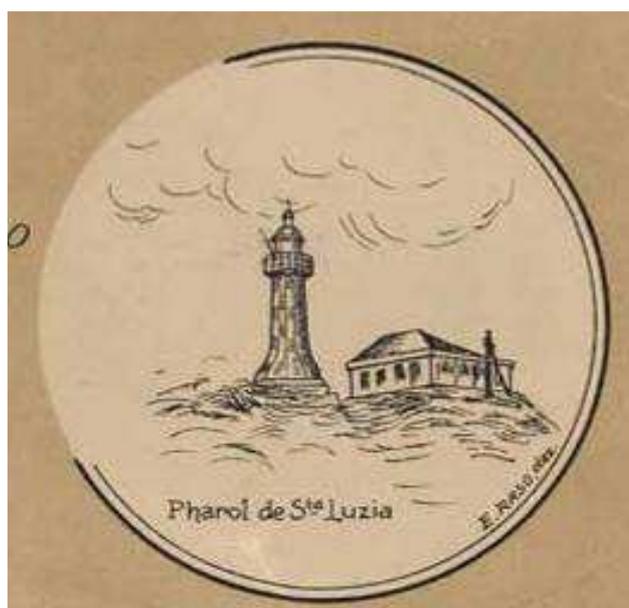


Figura 25 – Trecho do mapa do Estado do Espírito Santo Barra e Porto de Victoria (1928).

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>

Além do Farol de Santa Luzia, mencionado no relato anterior, entram em cena outros artefatos construídos, como a Escola de Aprendizes de Marinheiros, um conjunto de casas e ruas do perímetro urbano da cidade de Vila Velha, além de fábricas e fazendas que se entremeiam entre a vegetação que se sucede ao longo do percurso, ainda não mencionados nas citações anteriores, bem como o Convento da Penha, destacado em outras ocasiões, todos localizados na antiga cidade de Coutinho. Do lado de Vitória, são destacados o perímetro mais denso de ocupação da urbe e o porto associado a elementos afins, como embarcações, dragas e estaleiro. Curiosamente, o autor destaca um elemento referente à infraestrutura existente na cidade, o bonde elétrico.

Entre as belezas naturais, a baía, as ilhas salpicadas e o Penedo são mais uma vez citados, além do Morro do Frade Leopardo ou Jucutuquara⁸⁴ e do Morro Mestre Álvaro⁸⁵, que também ganham destaque no texto. Considerando-se o conjunto de relatos encontrados ao longo desta pesquisa, cumpre destacar que esse se constitui a primeira menção textual realizada por cidadão aos morros Mestre Álvaro e Leopardo, objetos de destaque em narrativas de alguns estrangeiros que por aqui estiveram. Isso não significa dizer que não tenham sido objeto de fruição pelos moradores locais, somente que este percurso específico, iniciado antes da entrada da baía, tenha permitido a apreensão de tal panorama.

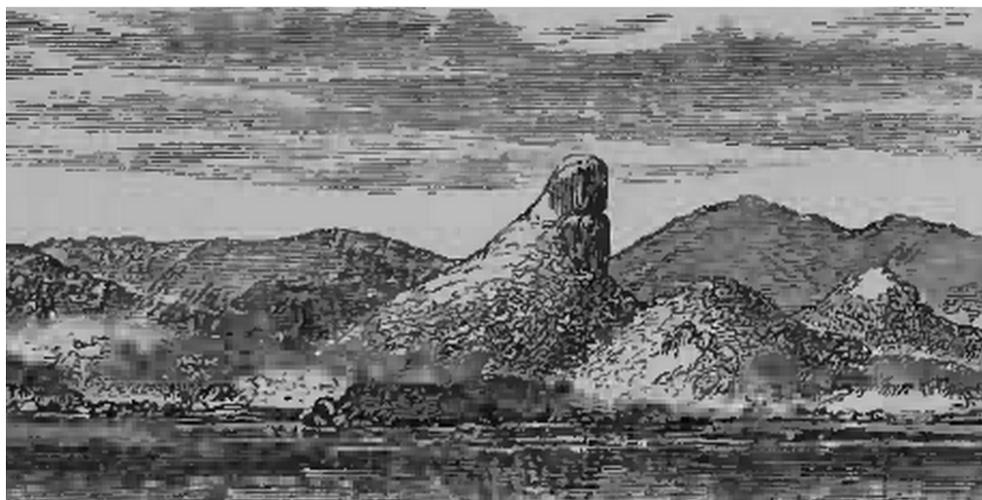
Alguns elementos constituem-se o centro de interesse das narrativas, comparecendo na maioria delas, enquanto outros, a depender do destaque na paisagem ou do trajeto realizado via mar, são citados em menor escala.

⁸⁴ Refere-se ao Morro do Frade Leopardo ou “Jucutuquara”, conforme indica o Mapa do Estado do Espírito Santo Barra e Porto de Victoria, datado de 1928 (Figura 10). Hartt (1941, p. 93) descreve-o mais sucintamente, afirmando: “[...] erguendo-se num anfiteatro, entre belas montanhas, e vista em cheio de mar, forma um guia precioso para o navegante essa montanha cônica, sustentando no topo uma massa semelhante a uma torre, cuja face externa é escavada a leste por considerável caverna, na qual, dizem em tempos passados, se refugiavam os escravos fugitivos; tal é a monhanha chamada Jutuquara ou Frade de São Leopardo, de acordo com Monchez. Sua altura deve ser de 70 pés, no mínimo, provavelmente mais”. Atualmente é identificado como Pedra dos Dois Olhos.

⁸⁵ O Mestre Álvaro é considerado uma das maiores elevações litorâneas da costa brasileira, constituído por uma formação rochosa com cerca de 833 metros de altitude, localizado no município de Serra, no Espírito Santo. Sua presença na paisagem não passou despercebida a Marques (1878), que assim o descreve: “Morro. Na azulada cordilheira, que primeiro se oferece e sobrepua às terras, que se estendem em paralelo ao correr da costa do mar do Espírito Santo; o seu ponto mais elevado é o morro deste nome, que põe termo para o lado do nascente á corda de montanhas, que vem da Serra Geral.

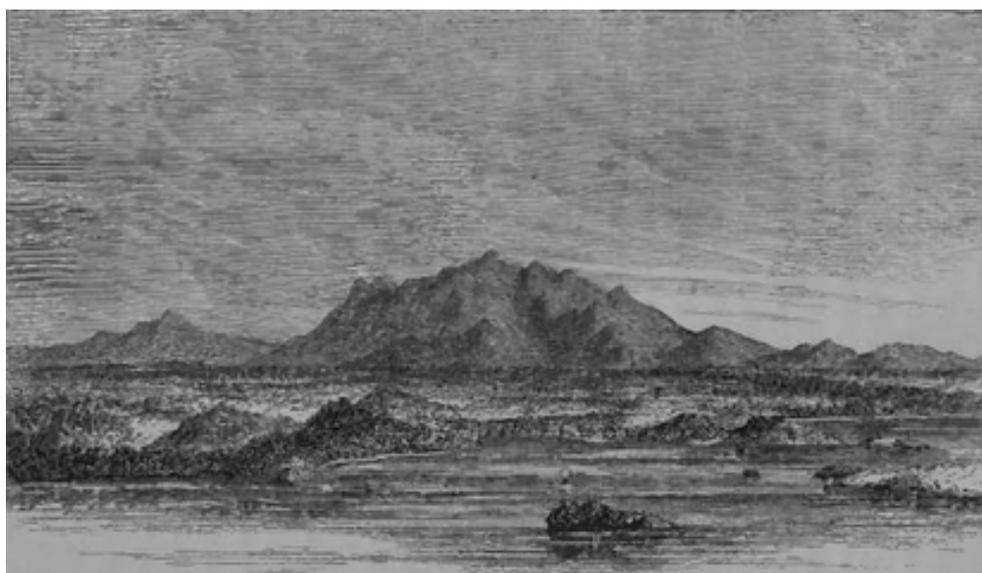
É elle que com suas fórmias collossaes, talhadas na summidade em vários grupos, que estão quase em contato com as nuvens, denuncia primeiro, que o sol, a latitude de 20º áquem do Equador” (MARQUES, 1878, p. 182).

Figura 26 – Vista do Monte “Jutuquara” e dos morros de gnais próximos de Vitória.



Fonte: Hartt (1870, p. 67). Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00165100#page/3/mode/1up>.

Figura 27 – Morro Mestre Álvaro.



Fonte: Hartt (1870, p. 81). Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00165100#page/3/mode/1up>.

Diante do exposto, nota-se que a proximidade com o mar e o desenvolvimento de atividades de caráter lúdico em suas margens ou em seu interior permitiram a apreciação dos panoramas circundantes por parte da população local. De certo, algumas atividades tiveram maior contribuição nesse aspecto, como os banhos de mar sem caráter terapêutico, excursões em grupo que tinham como destino final praias e ilhas locais e os passeios de barco. Não obstante terem sido encontrados relatos que relacionavam as procissões e os esportes náuticos à paisagem, estes,

se comparados às demais práticas mencionadas, participaram em escala mais reduzida do processo.

Os locais onde ocorriam tais práticas, no geral, não careciam de infraestrutura para oportunizar o lazer contemplativo. Em alguns casos, as paisagens que suscitavam descrição apareciam em locais ermos, com pouca atuação humana, onde a obra divina parecia revelar-se em toda a sua grandeza. O deslumbramento e o encanto da natureza “*in natura*” eram geralmente traduzidos sob uma visão poética.

As belezas naturais do local podem ser observadas em todas as descrições, independente da prática recreativa realizada. Observa-se que o tema principal é o aspecto geral da natureza. A cidade, no entanto, não é esquecida como elemento das narrativas paisagísticas, sendo mencionada e em alguns casos detalhada nos relatos referentes aos passeios de barco, nos quais há um destaque a inúmeros elementos constituintes da cena urbana tanto de Vitória quanto de sua vizinha Vila Velha.

Por se tratar de descrições de moradores locais, não somente os marcos mais destacados na paisagem quer por seu porte quer por sua importância no contexto da cidade (como as igrejas e os edifícios públicos, por exemplo) são mencionados, mas também edificações particulares que faziam parte do dia a dia da população.

Nesses casos, sempre vista à distância, a cidade parecia não desmerecer as narrativas encontradas, uma vez que suas fragilidades e mazelas se diluíam no contexto.

Sem dúvida, entre as práticas recreativas relacionadas ao mar, que se destacam como propícias a descrições mais detalhadas, podem-se citar os passeios de barco, talvez por permitirem diferentes visadas ao longo dos trajetos realizados.

O desenvolvimento de atividades na orla era, por assim dizer, potencialmente capaz de estimular a poética do olhar, oportunizando a fruição estética do território. Era o “cenário” ideal.

2.2 O MORRO DO CONVENTO DA PENHA – DE MARCO A MIRANTE

A montanha, entre os elementos naturais, foi um dos que mais se revestiram de sacralidade ao longo dos tempos. As elevações rochosas assumiram, ao longo dos séculos, significados profundos. Seu encanto e imponência sempre desafiaram as limitações físicas do homem e estimularam, sobretudo, sua razão e sensibilidade.

Distinguindo-se como formas naturais marcantes na paisagem, as elevações rochosas incorporaram historicamente um desafio persistente, tanto ao domínio quanto ao entendimento humanos.

Os aspectos da relação homem-montanha surgiram frequentemente como tema na literatura, pela qual transparece a evolução dos sentimentos daquele sobre esta, atestando a secular atração exercida pelas alturas. De certo, a montanha suscita associações simbólicas, que ultrapassam muitas vezes a existência física de suas formas naturais.

Segundo Eliade (1992), a montanha, para o homem religioso das sociedades arcaicas, ilustrava a capacidade da natureza de exprimir algo que a transcendia e figurava entre as imagens que manifestava a conexão entre o Céu e a Terra, o que, em termos cosmológicos, traduz-se pela projeção do território privilegiado no Centro do Mundo, portanto uma terra santa.

Para Tuan (1983), certos atributos da natureza, como as montanhas,

[...] desafiam a capacidade de controle humano. Constituem, por assim dizer, elementos fixos do mundo do homem, quer este queira ou não. A estes obstinados aspectos da natureza, o homem tem tendido a responder de uma maneira emocional, tratando-os por, um lado, como sublime – a morada dos deuses – e, por outro, como feio e desagradável: o refúgio dos demônios (TUAN, 1983, p. 101, tradução nossa).

O mesmo elemento natural foi o escolhido por Francesco Petrarca na descoberta da fórmula da experiência paisagística que marca o Ocidente, conforme afirma Besse (2006), dando uma nova perspectiva às relações práticas entre o homem e o mundo visível no século XIV.

Segundo Corbin (1989, p. 150),

[...] a colina, freqüentemente designada por montanha, torna-se palco privilegiado da contemplação; ela substitui pouco a pouco o gracioso vale da pastoral clássica; faz esquecer a melancólica solidão dos bosques. A celebração do lugar engendra um novo prazer de escrever. O poeta sobe a colina para ascender ao panorama que polariza seu passeio, estimula seu esforço e permite seu repouso. Cresce o desejo de usufruir da visão de um panorama e de encerrar num quadro a paisagem assim descoberta.

Dessa forma, a atuação de escritores e pintores do século XVIII e, posteriormente, de fotógrafos, a partir de 1850, no processo de desmitificação da montanha, tornou-se fundamental para alçá-la de “país pavoroso” a “sublimes horrores”, segundo relata Roger (2000), transformando-a em objeto da mais alta admiração estética.

O Outeiro da Penha, como intensificador da profundidade do campo de visão, favorecia a fruição da *prospect view*⁸⁶. Por possibilitar o descortinamento das paisagens locais, devido à elevação do ponto de vista do observador, comparece nos periódicos locais antigos como um relevante promotor de práticas contemplativas durante o período em estudo.

Na verdade, observa-se que o Morro da Penha acaba assumindo dois papéis: enquanto que, nas descrições anteriores, aparece como objeto a ser vislumbrado, tomado como elemento constituinte e referencial da paisagem de Vitória, nos textos que seguem, demonstra, conforme menciona Mendonça (2006, p. 7), “[...] o seu potencial ao inverso: no lugar de ser visto passa a ponto de vista; no lugar de marco passa a mirante”.

A primeira narrativa paisagística encontrada durante o período pesquisado remonta ao início da década de 1870 e relata uma experiência visual ocorrida durante as festividades de Nossa Senhora da Penha. A presença de inúmeras embarcações ao longo da Baía, devido à celebração da Virgem, é destacada pelo autor. As festividades eram responsáveis pelo deslocamento de uma parcela considerável da população vitoriense para Vila Velha durante esse período.

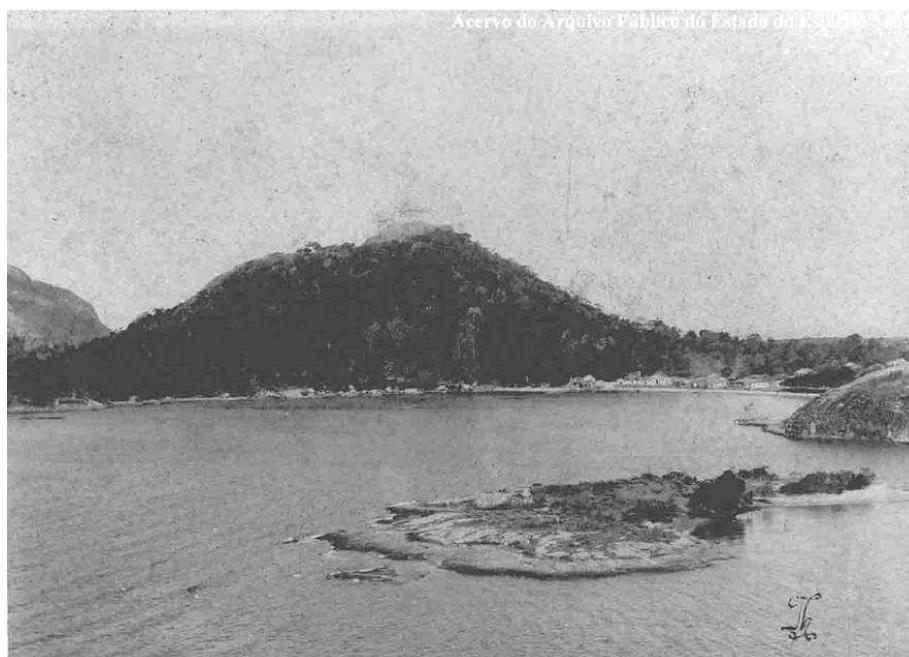
A Bahia fica encantadora, repleta de navios, lanchas, canoas &, que de combinação com as verdejantes campinas e as cumiadas das montanhas

⁸⁶ Termo utilizado por Corbin (1989).

refulgem com os raios do sol, que alli pairão, **constituindo assim um lindo panorama.**

[...]. A igreja fica collocada e proxima ao Morro Moreno, que, demora a barra em uma altura de 1;700 pés do nivel do mar, igreja essa levantada sobre uma rocha em tempos remotos; é um convento, obra primorosa, monumental, que honra a terra do Espírito Santo. **Que deliciosa vista, que sentimentos despertão-se ao coração, ao contemplar-se a natureza risonha, prodiga de maravilhas [...]** (A FESTA de... 1871, p. 1, grifo nosso).

Figura 28 – O Convento de Nossa Senhora da Penha sobre o Morro da Penha (1906)



Fonte: Arquivo Público Estadual do Estado do Espírito Santo.
Nota: À direita, a Prainha em Vila Velha.

O panorama experienciado é capaz, segundo o autor, de despertar inúmeros sentimentos diante do desfrute das maravilhas generosamente oferecidas pela natureza. O texto, em tom ufanista, celebra não só as belezas naturais como também as belezas construídas na terra natal, enfatizando a monumentalidade e a importância do Convento para a Província do Espírito Santo.

Vinte e sete anos após a descrição anterior, observa-se outra realizada sob o mesmo ponto de vista. As impressões do autor acerca da vista que se descortina no alto do Morro da Penha aproxima a narrativa do retrato fotográfico entremeado pela poética das lembranças visuais. Nota-se que o local é elencado pelo autor como um

ponto que não pode deixar de ser visitado por pessoas vindas de fora; a paisagem é apontada como uma de suas atrações principais.

Quem vem á Victoria, e não tira um dia na semana para visitar o Convento da Penha, podese gabar de falta de bom gosto.

[...]

Perto do céu, a alma não tem outras preocupações senão o sonho da bemaventurança, quanto a gente attinge o pinaculo da montanha.

Que doçura de paisagem !

De um lado, soberano e magestoso o oceano e depois o horisonte infinito, esfumando-se ao longe, purpureando-se ali numa nesga de nuvem que um raio de sol atravessa; de outro lado, **a paisagem tem os tons verdes da vegetação em baixo da terra**, e fica-se contemplando, quando a vista desce, **a cidade infinitamente suggestiva**, a cidade – berço e templo do povo espirito-santense (X.Y., 1898, p. 1, grifo nosso).

A proximidade com o céu parece incitar o sentimento religioso da transcendência e o desejo pela bem-aventurança ou felicidade eterna. A narrativa leva a crer que a montanha, em pleno século XIX, ainda figurava como uma conexão entre o céu e a terra.

O uso do Morro da Penha como espaço para repouso e apreciação apresenta-se também em um relato datado de 1909. Nele o autor deixa transparecer, além do interesse religioso em sua ida ao cume do Morro, relacionado ao ato de assistir à missa, o claro interesse na apreciação estética do lugar e de seu entorno proporcionada pela localização privilegiada desse espaço.

[...]

Quando me dispunha a gosar do esplendido e surpreendente panorama, que lá se descortina, dirigia-se o padre ao altar. Ia começar a missa. Resolvi primeiro contentar a alma, para depois deleitar o espirito.

[...]

Fui então, admirar o espectáculo grandioso que se offerece ao espectador. Um encanto, uma maravilha! Dum golpe de vista percorreram os meus olhos tudo que ficava a meus pés.

Lá embaixo: O mar, o mar alto, largo, immenso, sem limites... Estava sereno, as ondas vinham, com menos estridor, quebrar-se nas praias alvíssimas a beijar a face rigida dos rochedos...

Um ponto negro mal se percebia além: era algum **vapor que desaparecia no horizonte longínquo**... A entrada da bahia por certo, uma das mais encantadoras do Brasil; [...] para me servir da phrase de distincto escriptor luziano; os valles verdejantes; o perfil alcantilado das serras; [...] tudo descortinava. **Dir-se-ia que o gênio d'algum artista invisível, que a alma sonhadora de algum Apelles⁸⁷ ignoto⁸⁸, disposéra todo esse painel soberbo, que me fazia crer que tudo era phantastico, chimerico.**

⁸⁷ Apeles de Kos foi um renomado pintor da antiga Grécia.

⁸⁸ Significa desconhecido.

Fiquei deslumbrado deverás, fiquei mesmo <<cego de assombro e extático de gozo>> (SOUZA, 1909, p. 2, grifo nosso).

A transfiguração da paisagem em arte ou, melhor dizendo, em pintura é visível ao final da narrativa. O fascínio que o observador experimenta é destacado nas expressões “cego de assombro” e “estático de gozo”. Refere-se à paisagem como a um painel de um artista.

Uma última experiência paisagística tomando o Morro como ponto de vista é datada de 1912. Além das belezas naturais e construídas, destacadas nas demais descrições, é curioso perceber a menção do autor a um possível “desejo ardente por panoramas”. Ao que parece, no seu entendimento, o local tinha uma potencialidade de mirante capaz de atrair um público que demanda a prática da contemplação como atrativo.

[...]

Bellissimo passeio é o do outeiro da Penha, na Vila Velha, [...].

Magestoso panorama esse que meus olhos fitaram e finalmente alcancei um dos meus ideaes, qual o de visitar o bellissimo e tradicional convento.

[...]

Felizes creaturas essas que, residindo perto, podem visitar a santa da Penha e gozar a belleza e **a poesia daquellas paysagens**, onde a mão da Natureza espargiu tantos encantos!

O mar, ao longe, nos dá o prazer de **fitar os navios** que em desmanda de **nossa formosa Bahia** [...]

O espectáculo é devéras maravilhoso [...] e, a meus olhos, com o poder da phantasia, surgiu então a nova, a outra Villa-Velha do futuro uma linda cidade de verão, com seu sumptuoso balneário, naquella formosa praia, atrahindo os veranistas de todos os logares, **ávidos de panoramas deslumbrantes como os nossos, e sequiosos de fé**, podendo fitar, ao surgir das manhãs formosas e ao cahir da tarde, cheios de doçuras e suavidade, o bello convento, onde N. S. da Penha fita com misericórdia [...] (MARCO, 1912b, p. 1, grifo nosso).

Nos relatos realizados a respeito do cume do Morro, são destacados, dentre os elementos naturais, a vegetação circundante e a Baía de Vitória e seu acesso, em alguns casos associada a elementos náuticos. No que tange aos artefatos construídos, observa-se uma ênfase no próprio Convento, além da menção à cidade de Vila Velha, localizada ao pé da elevação.

2.3 VITÓRIA SOB DIFERENTES OLHARES E VISADAS: OUTROS REGISTROS DA PAISAGEM NATURAL E URBANA

2.3.1 O Forte São João como Mirante Natural

A antiga fortificação colonial, na verdade reduto ou bateria, denominada Forte São João, cuja construção no canal de acesso a Vitória remonta ao século XVI, de acordo com Souza (2008), constituiu-se, até o início do século XIX, um dos elementos defensivos da então Vila.

A localização em trecho de estrangulamento da Baía de Vitória, visando promover, quando da construção do Forte, melhor defesa do acesso via mar à cidade, garantiria à antiga fortaleza uma aproximação com o Penedo não observada em nenhum outro ponto de Vitória, conforme se pode constatar na Figura 10. Souza (2008, p. 7) afirma que o Morro do Penedo “[...] foi considerado o bastião contra as incursões estrangeiras, pois, em sua base havia um argolão que sustentava uma corrente que se estendia até o forte de São João [...]”.

Passada a fase de invasões, a estrutura do antigo Forte, que perdeu a finalidade inicial, passou por processo prolongado de arruinamento e de alteração de função dentro da urbe observada essencialmente ao final do século XIX. Sua localização e sua proximidade com o Penedo faziam do Forte um local considerado privilegiado para a apreensão das belezas locais.

Dois dos relatos sobre o Forte São João datam da virada do século XX e do final da primeira década desse século, respectivamente, num período em que o Forte ainda se constituía um dos limites do perímetro urbano da cidade de Vitória. O primeiro deles atesta que o lugar era comumente procurado como forma de entretenimento contemplativo e para descanso, prática que se dava de maneira aparentemente informal, uma vez que o autor menciona o fato de os usuários comumente se deitarem na relva para prosear e apreciar os panoramas. A narrativa, no entanto, dá conta de que sua frequência já não era mais a mesma:

Foi o chronista vagando pela cidade em fora dar o costado no antigo forte de S. João – outr'ora sentinella vigillante da cidade, hoje ruinaria deserta e abandonada, onde dorme enferrujados canhões. Quem por alli fosse, tempos atraz, áquella hora da tarde, encontraria **sempre** um grupo de alegres cavaqueadores⁸⁹ mollemente estendidos no veludo verde da relva, **na pequena esplanada que domina o forte, gosando a frescura da viração de nordeste e o pittoresco da paisagem que se descortina em torno [...]** (M., 1899, p. 1, grifo nosso).

Figura 29 – O Forte São João (à direita) e o Penedo (à esquerda).



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Ao centro, embarcação adentrando pelo estrangulamento da Baía de Vitória entre a antiga fortaleza e o Morro.

O autor da segunda publicação realizou um percurso a pé, iniciado na Avenida Capixaba, onde residia, à época ainda em formação, com destino à nova estrada em construção para Maruípe, movido pelo desejo de ver de perto o melhoramento da cidade, de acordo com seu relato.

Apesar das inúmeras reclamações acerca do trajeto até a estrada, repleto de mosquitos e enlameado, ao retornar em direção ao Centro o autor realizou uma parada no Forte São João, por não ter conseguido resistir ao desejo de conhecer o local. Os trechos então transcritos são referentes à experiência paisagística realizada por ele durante o período em que esteve no local, o qual lamenta não poder registrar.

⁸⁹ Refere-se às pessoas que gostam de cavaquear ou conversar.

[...]

O panorama que d'alli se desfructa é verdadeiramente pittoresco! Nunca lamentei tanto não saber manejar o lápis do artista, ou não dispor de uma boa machina fotografica!

Não me foi possível resistir ao desejo de **conhecer de perto a antiga fortaleza de são João**, em cujo recinto penetrei, seguindo pela vereda que contorna o lado direito da estrada, que nessa parte está muito bem construída [...] (ARISTOPHANES, 1899a, p. 1, grifo nosso).

Em que pese à informação prestada na primeira nota, passados dez anos, tem-se o registro de outra versão, que confirma a utilização habitual do lugar para fins contemplativos e acrescenta o fato de tal prática ser realizada por pessoas mais abastadas.

[...]

O forte, é por excellencia, um logradouro publico **bastante freqüentado pela elite victoriense**, que ah vae **fruir as tardes fagueiras ao soprar da brisa**, na velha **fortaleza**, de onde se **descortina o bello panorama de nossa magestosa Bahia** [...] (CARVALHO, 1909, p. 2, grifo nosso).

Testemunho da morfologia urbana da herança colonial da cidade, o Forte São João passou a comparecer, ao final do século XIX, como um local pittoresco e bucólico de descanso, com forte potencial paisagístico, constituindo-se um mirante das paisagens locais, conforme atestam os periódicos estudados.

2.3.2 Vitória como Espetáculo – Paisagens da Memória

As narrativas acerca da paisagem local, tomadas como resultado do processo de apreensão da cidade por seus moradores, têm como ponto fundamental de apoio a transmissão de vivências. A maioria dos relatos encontrados nos periódicos locais apresenta associação e influência direta do lugar no qual tais vivências ocorreram. Algumas abordagens, no entanto, foram realizadas de forma independente. As descrições ora transcritas resultaram, por sua vez, não do contato direto com o local, mas da memória do observador relator.

As paisagens de Vitória foram, em alguns casos, retratadas em poemas e crônicas locais que ganhavam lugar de destaque em colunas literárias, geralmente

publicados na primeira página dos periódicos antigos. A literatura, na medida em que expressa de forma sutil e apropriada o contexto em que se passa, foi também considerada fonte relevante para a pesquisa.

Os dois primeiros textos abaixo transcritos remontam a meados da década de 1870 e ao ano de 1890, respectivamente. O datado de 1875 constitui a segunda narrativa paisagística encontrada referente ao período pesquisado. Em ambos são destacados elementos naturais da cidade de Vitória e de seu entorno, como a profusa vegetação que a cerca, o oceano e a cúpula celeste. Quanto à cadeia montanhosa, apenas um elemento aparece em destaque, o Penedo, enfatizado de modo a evidenciar o seu posicionamento na entrada da baía, em seu trecho mais estreito, sendo comparado, nos dois relatos, a uma sentinela.

A cidade de Victoria
 Vim do bulício do mundo,
 Onde rebrama o tufão,
 Pedir ás tuas **florestas**
 O silencio e a solidão:
 E tu, formosa sultana,
 De teu solar soberana
 Em régio throno sentada,
Abres-me a tua belleza
Nas pompas da natureza
De que te vejo cercada.
Por entre as verdes florestas,
 Que gemem á viração,
Tens o oceano a teus pés
- Como um submisso sultão,
Como as ilhas encantadas,
 D'aquelles contos de fadas,
 - De sonhos e phantasias;
Surges formosa ao viajante
Como princeza radiante
 A palpar harmonias!
 [...]
Tens o formoso Penedo,
Um mimo da natureza.
 A namorar-te os encantos
A reflectir-te a belleza.
Tens a Vigia a teu lado
Que já serviu no passado
De sentinella constante;
- Tud isto, e um céu formoso -
E de teus filhos o goso,
E o assombro do viajante.
 [...] (A., 1875, p. 3, grifo nosso).

‘Um sonho’

[...]

O Penedo, o gigante silencioso **que vela a entrada da cidade**, o interprete de Neptuno que ergue-se garboso para oscular o espaço, **o guarda altaneiro da pittoresca bahia espírito-santense**, conservava-se nesse dia, com sua longa madeixa de parasitas verdejante, mais magestoso, mais nobre.

A Victoria inteira formava um leito augusto, tendo por cupula, as regiões azuladas do infinito, e por travesseiro o altivo Penedo!!

(FREITAS, 1890, p. 1, grifo nosso).

Outra narrativa considerada relevante foi extraída de uma coluna de caráter provisório, publicada no jornal O Diário, que recebia o título “Impressões de Victoria”. Essa coluna trouxe à tona uma série de artigos que descreviam aspectos da cidade através do olhar de inúmeros autores, em geral correspondentes advindos de outras localidades. Esse texto, especificamente, é de autoria de uma conterrânea que respondia pelo nome de Julia Cesar de Marco. A prática contemplativa nele destacada tem como ponto de visada a varanda de uma edificação localizada em Vitória, conforme afirma a autora.

Impressões da Victoria

[...]

Sendo possuidora de um espírito ainda muito sonhador e cheio de poesia, **forçosamente, o que mais prenderia a minha atenção, derramando em minh’alma inspirações sublimes, deveria ser a encantadora paisagem dessa adorável capital, e assim acontece agora.**

D’aqui do alto desta varanda, que espectáculo maravilhoso se descortina a meus olhos ávidos de curiosidade! A’esquerda, **esta ideal bahia**, onde Deus, o supremo Senhor, espargiu sem parcimônia, **todos os encantos** para prender o ente mais despreocupado que aqui tenha a ventura de viver, ou aquelle que possa ter a feliz idéa de visitá-la.

[...]

Aqui, o pintor conhece que su’alma fica presa a estas **paragens encantadoras**, podendo **fazer telas magestosas**, como já se faz nesta capital, sendo bastante admiradas por aquelles que comprehendem a belleza de um quadro, o encanto da poesia morta!

[...]

Ha panoramas que, para serem apreciados torna-se preciso vel-os e admirá-os com os próprios olhos, pois dão à vista um salutar, encanto de prazer, e é o que acontece á minha formosa terra!

Como é lindo o amanhecer nestes recantos, e cheio de poesia, o cahir da tarde!

[...]

A noite desce, e o luar já domina o **bello panorama, illuminado completamente o lindo penhasco, onde o magestoso outeiro da Penha é a estrella brilhante que inspira aos crentes...**

[...]

(MARCO, 1912a, p. 1, grifo nosso).

A autora deixa claro o interesse em apreciar as paisagens locais que, segundo ela, prendiam sua atenção.

Considerando os trechos acima transcritos, vê-se que são novamente enfatizados elementos que se tornaram icônicos em outros relatos, como a Baía de Vitória e o Outeiro da Penha. A associação dos panoramas existentes à obra Divina e a sua potencialidade como objetos passíveis de serem retratados por pintores em face do deslumbramento que suscitavam são também destacadas pela autora. Não obstante o mencionado, ela também reitera a importância de serem vivenciados e não apenas retratados.

Fora do contexto literário, outras abordagens sobre o tema em estudo foram observadas, revelando, através da experiência cotidiana, uma capacidade de concentrar a visão em elementos comuns da cidade e de seu entorno.

A alusão ao Porto de Vitória denota sua relevância para a localidade. O trajeto de acesso à cidade e o efeito visual que causava ao observador local ou mesmo estrangeiro são com constância destacados. Em que pese à descrição de um percurso marcado por surpresas e encantos, devido à variedade de formas e de elementos nele dispostos, o autor da descrição que segue contrapõe a beleza inerente à Baía de Vitória às questões referentes à acessibilidade ao Porto, deixando claro que a navegação não era comprometida, corroborando a importância que tinha para o cenário econômico da região. O posicionamento da cidade sobre elevação montanhosa também é destacado como elemento que atribui valor estético ao lugar.

O porto da Victoria é um dos mais bellos do Brazil. A'sua entrada descortina-se um panorama de efeitos surprehendedentes. Apesar de rodeado de alterosas montanhas, cujas rochas e lages se extendem em caprichosas fórmias até o canal da entrada, a navegação se faz facilmente até para os grandes transatlânticos.

O aspecto da cidade, construída sobre a montanha da margem direita, é também bellissimo [...] (O PORTO..., 1904, p. 2).

[...] contempla admirado o panorama attrahente da nossa graciosa bahia, [...] e as maravilhas sublimes de que nos legou a natureza desde o entrar a barra até o ancoradoiro ante a ineffavel placidez das aguas da nossa poética bahia.

[...] (LYRIO, 1909, p. 3).

O Porto era mencionado de forma a evidenciar seu caráter paisagístico, de modo que não foram encontradas descrições acerca de sua estrutura física propriamente dita, como os ancoradouros, por exemplo. Os textos, no geral, dão um tom mais poético, enaltecendo a forte relação da cidade com a natureza.

Seu porto, um dos ornamentos em evidencia, de toda a costa brasileira, deslumbra o viajante que tem o prazer de ahi aportar! E'que, **a natureza aqui no seu mais elevado requinte d'arte teve um supremo momento de inspiração e esmerou se em formal-o,** espalhando profusamente pelos flancos, lindos penhascos e extensos mattagaes, apresentando assim um panorama soberbo, digno do observador que o contempla!...
(L.L., 1910, p. 1, grifo nosso).

Em que pese à contribuição do desenvolvimento de práticas recreativas em determinados locais no incentivo às práticas contemplativas, conforme observado nos relatos referentes ao mar e ao Forte São João, foram também verificados relatos extrínsecos a esse contexto. Dentre eles podem-se destacar os passeios ao Convento de Nossa Senhora da Penha, que tinham como objetivo principal o ato religioso e outros esporádicos desvinculados de um espaço específico, realizados a partir da vivência e do conhecimento da cidade.

As narrativas paisagísticas observadas ao longo deste Capítulo parecem não carecer de uma infraestrutura física para acontecerem, apesar de o Morro da Penha e o Forte São João contarem com artefatos construídos. Na verdade, não se pode afirmar se o Morro da Penha, por exemplo, seria objeto de escalada visando à fruição da paisagem, se não fosse o Convento. O fato é que, à época, nenhuma outra experiência desse tipo foi descrita por moradores em outras elevações localizadas na cidade de Vitória, tendo em vista a diversidade de elementos dessa natureza.

Quanto ao Forte São João, não é possível afirmar categoricamente que a existência da construção no local influenciou a procura do espaço para tal prática, visto que as narrativas encontradas não deixam isso explícito. Há de se considerar ao menos duas hipóteses: a primeira, a de que o Forte se encontrava arruinado, o que leva a crer que, num primeiro momento, o local parecia não ter nenhum outro atrativo que não fosse o desejo de contemplar os panoramas locais. No entanto, conforme afirma Meneguello (2003), não se pode desprezar o fato de que, ao longo do século XVIII,

as ruínas constituíam um tema estético e moral especialmente divulgado e valorizado pela literatura e pela pintura, sendo a visita a lugares históricos considerada uma

[...] forma de aprendizado e de refinamento cultural, talvez [...] uma das mais intrigantes da civilização moderna, originada, como se viu, no culto das ruínas clássicas ou na *grand tour*, viagem realizada pelos arquitetos e artistas do século XIX em busca do contato com as paisagens que despertariam suas emoções. O nascente turismo parecia oferecer, de certo modo, uma sensibilização cultural pelo contato com o passado; dos lugares, como que desprendiam os eflúvios capazes de projetar, momentaneamente, os visitantes para o passado, para ali assumirem identidades escolhidas. O passado é reinventado em função do presente como algo a ser fruído e consumido nesse exercício de reatualização. Não obstante, no século XX, as ruínas são progressivamente transformadas em atração turística: o passado se torna um lugar a ser visitado (MENEGUELLO, 2003, p. 4).

Esses apontamentos levam à segunda hipótese, ou seja, a de que as ruínas do Forte poderiam ser consideradas um atrativo, dado seu potencial pitoresco em face do gosto estético característico da sensibilidade do século XIX e XX observado à época dos relatos.

Cabe mencionar, no entanto, que essas avaliações não passam de conjecturas, haja vista a ausência de dados que possam embasar um maior detalhamento desses argumentos até o presente momento.

No geral, os espaços analisados apresentavam uma capacidade espontânea em incentivar a apropriação da paisagem. Em alguns relatos, observou-se que a prática contemplativa constituía-se o objetivo principal. Nesses casos, as práticas que levaram a ela, como uma excursão, um passeio de barco ou a ida à missa, por exemplo, foram utilizadas como instrumentos para o desenvolvimento do ensejo de fruição.

Por fim, foi possível constatar que tanto os elementos naturais quanto os artefatos construídos compareceram nas narrativas então apresentadas, nas quais são comumente destacados em tons de enaltecimento à beleza do panorama experienciado, a despeito de os relatos sobre a cidade sempre serem realizados sob um ponto de vista distanciado.

Objetivando aprofundar o tema proposto no presente trabalho, o Capítulo seguinte busca analisar os espaços “moldados” e/ou transformados, quando do processo modernizador a que a cidade foi submetida em fins do século XIX e início do XX, e a influência dessas intervenções no modo como a população passou a apreender a cidade a partir desse período.

CAPÍTULO 3

3 O ESPAÇO PÚBLICO ABERTO REMODELADO E A ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DE VITÓRIA

Este Capítulo tem por objetivo a análise de espaços existentes na urbe os quais sofreram remodelação e aformoseamento de suas estruturas originais nos primeiros anos da República, contribuindo para a modificação da paisagem local e, em consequência, para o modo como a população local passou a se relacionar com esse novo cenário. São eles: a Rua e *Boulevard* do Comércio, a Praça João Clímaco e a Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont.

A partir da análise realizada no Capítulo 1, pode-se observar que os referidos espaços tiveram uma participação relevante no cotidiano da população local durante o intervalo estudado e, apesar de terem desempenhado papéis múltiplos e muito distintos no tecido urbano, tiveram em comum o fato de terem sido elencados pelo Governo como pontos estratégicos para a irradiação de um novo ideário de cidade que se desejava imprimir e incentivar a partir da adoção de uma nova fisionomia. Apesar de se terem formado em intervalos de tempo diferenciados, constituíam trechos da cidade ainda muito ligados à história pregressa da urbe, cujos vestígios se desejava apagar.

Conforme afirmam Novais e Sevcenko (1998, p. 514), “nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações que vieram entre o final do século XIX e o início do século XX do que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades”. Segundo os autores, a experiência em viver em sociedades urbanas planejadas ou alteradas em função de novos fluxos e marcadas pelas novas técnicas influenciou e alterou de maneira drástica a sensibilidade de seus habitantes.

A Proclamação da República legitimou a necessidade de mudanças inevitáveis e irreversíveis como marcas de um novo tempo, rumo ao ansiado progresso. Araújo

(1993) enfatiza o papel desse fato na transformação do cenário urbano a partir das ações de remodelação empreendidas nesse período e destaca sua influência direta na intensificação do uso da rua e na valorização de novas formas de interação social. Dessa forma, o alargamento de ruas, as melhorias da infraestrutura com a promoção da limpeza e do saneamento das cidades, as intervenções estéticas no tecido urbano e na arquitetura, bem como a criação de jardins e parques arborizados incentivaram a fruição do espaço físico urbano, instaurando novas possibilidades de percepção desse espaço.

No Brasil, a demanda pela incorporação de uma nova paisagem urbana mais adequada ao espírito republicano teve como base o exemplo cultural europeu, considerado capaz de selar de uma vez a sorte de um passado vazio de possibilidades em prol da abertura de um mundo novo, liberal, democrático e progressista. O mote do final do século XIX condenava a sociedade fossilizada do período anterior e tudo aquilo a que ela estivesse ligada. Como bem discorrem Novais e Sevcenko (1998, p. 522), coube ao Rio de Janeiro, sede do Governo, o papel de “[...] ditar não só novas modas e comportamentos, mas acima de tudo sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima”. Valendo-se dessas coordenadas, o Capítulo em tela pretende destacar a experiência de transformação da apreensão da cidade de Vitória a partir da análise dos espaços anteriormente mencionados.

3.1 A RUA E O *BOULEVARD* DO COMÉRCIO: UM CAMINHO À BEIRA MAR

3.1.1 A Formação do Espaço e sua Aparência

A Rua do Comércio correspondia à região do antigo Porto dos Padres, que comparece em publicações de periódicos locais com a denominação original desde o ano de 1848⁹⁰.

O cruzamento dos mapas de 1895 e de 1767⁹¹ (Figura 31) permite verificar que a região que abrigou o referido espaço foi conquistada ao mar por meio de aterro. Conforme Muniz (2001), durante a gestão de Francisco Alberto Rubim (1812-1819) foi realizado um aterro parcial da área entre o Porto dos Padres e a Santa Casa de Misericórdia⁹² objetivando promover acesso a esta última.

No que se relaciona a isso, Derenzi⁹³ (1995, p. 103) complementa afirmando ainda:

[...] os alagadiços do caminho do Pôrto dos Padres ao hospital em construção, rua Dr. João Santos Neves, o banhado dos Palames, as lagoas de águas pluviais e pontas de mar do Largo da Conceição, receberam os primeiros lençóis de terra, facilitando a caminhada dos pedestres a pé.

Segundo Muniz (2001, p. 27), “este aterro fechou a área do Campinho, impedindo assim que o movimento da maré fizesse seu trabalho natural de limpeza”. Como consequência, a área tornou-se depósito de lixo e dejetos humanos, obrigando a realização de inúmeros aterros posteriores.

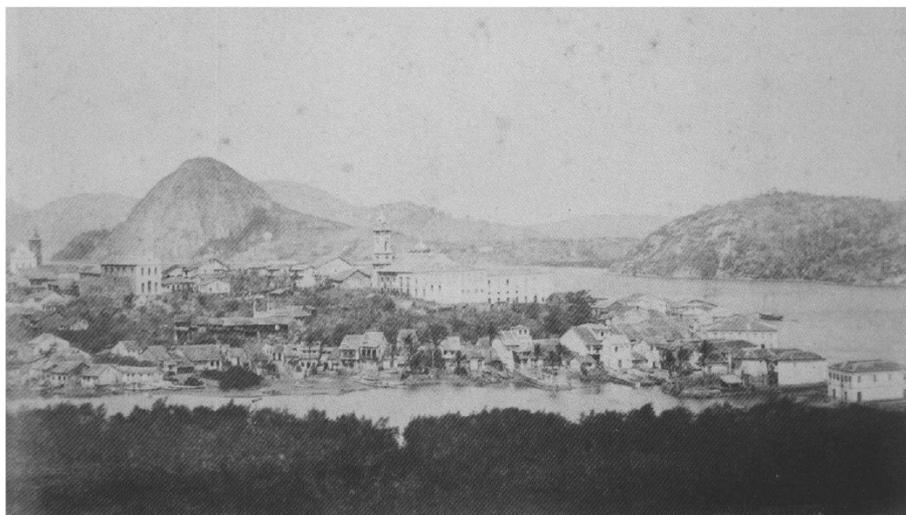
⁹⁰ O ano de 1848 corresponde à data mais antiga da qual se têm periódicos microfilmados referentes à cidade de Vitória. Não foi possível realizar pesquisas em períodos anteriores utilizando-se como fonte os Relatórios de Governo, visto que os mais antigos também datam da década de 1840.

⁹¹ “Prospecto da Vila de Victoria”, de autoria de José Antônio Caldas, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional.

⁹² Segundo Daemon (1879, p. 220), a Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 1813, localizando-se “[...] em collina que se acha no Campinho [...]”.

⁹³ Luiz Serafim Derenzi (1898-1977), capixaba cuja obra se constitui como de grande valor para a historiografia local, era engenheiro civil. Atuou como topógrafo, astrônomo, Diretor Municipal de Obras e Viação da Prefeitura de Vitória, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem no Espírito Santo, construtor de ferrovias. Foi um intelectual de destaque no Estado, membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Figura 30 – Vitória fotografada do Hospital da Misericórdia (1860).



Fonte: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Provincia_ES_1860.pdf

Nota: Ao centro, área alagada atrás da colina de habitação de Vitória, onde se estabeleceria, através de aterro, o Campinho, mais tarde Parque Moscoso. À direita, a faixa de terra que constituía o Porto dos Padres. Autoria de Víctor Frond.

Nota publicada no ano de 1888, que divulgava o resultado de estudos técnicos sobre as condições do terreno do Campinho, informa que havia uma diferença de “[...] um metro do nível do mangal ao caes da rua do Commercio [...]” (FERREIRA, 1888, p. 1), corroborando a afirmação de Muniz (2001), uma vez que o aterro que deu origem a área em tela agia como uma barreira artificial das águas que antes adentravam livremente naquela região.

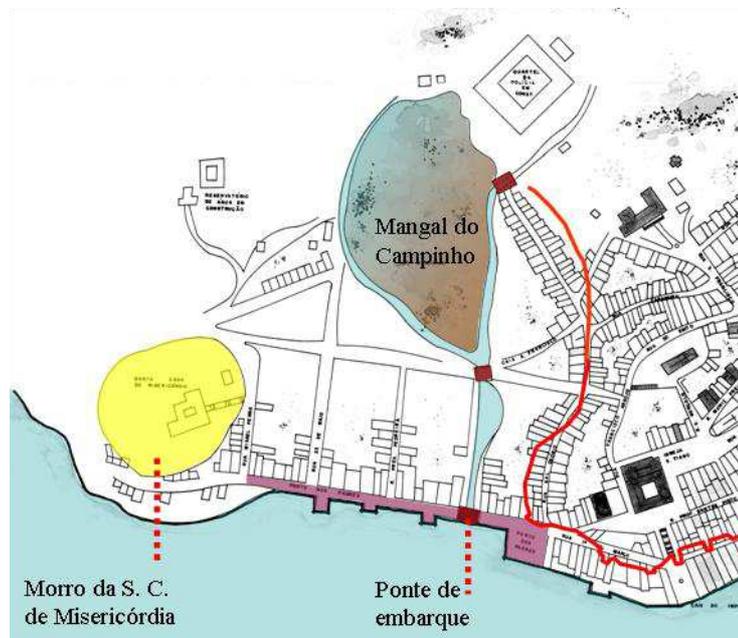
De acordo com os relatos encontrados, após esse aterro o intercâmbio entre as águas foi reduzido a uma abertura existente na faixa de terra que abrigava o Porto dos Padres, seccionando-a em duas partes. A travessia entre os lados resultantes era realizada por meio de uma ponte de madeira ainda presente em 1895, conforme ilustra a Figura 31. Derenzi (1995, p. 87) confirma os relatos ao afirmar que “[...] para vencer o canal, hoje ocupado pela avenida República, havia uma ponte com altura bastante para passagem de canoas com seus tripulantes agachados. Todo o Parque Moscoso era pantanal marítimo”.

O Porto dos Padres⁹⁴ tangenciava ao sul a Baía de Vitória. Sua extremidade leste fazia limite com a Ladeira do Palácio e com a Rua Primeiro de Março, e a oeste, com

⁹⁴ Vale ressaltar, a título de curiosidade, a existência, na mesma época do Porto dos Padres, de uma rua com o mesmo nome. Apesar de receberem a mesma denominação, tratava-se de áreas diferentes: enquanto o primeiro correspondia à Rua do Comércio, constituindo a atual Avenida Florentino Ávidos, a segunda correspondia à atual Rua General Ozório, conforme Lei n.º 3.445/1887.

o Morro da Santa Casa da Misericórdia. Ao norte encontrava-se a região alagadiça do antigo mangal do Campinho.

Figura 31 – Reprodução parcial do mapa de Vitória em 1895 (1947).



Fonte: PMV - SEDEC/GPU/CRU.

Nota: Em destaque (roxo), a rua denominada Porto dos Padres; à esquerda (amarelo), o morro que abriga a Santa Casa de Misericórdia; acima, o terreno alagadiço do antigo Campinho. Em marrom, as pontes de passagens que interligavam os terrenos secos e não alagadiços da região. Destaque para o contorno da ilha de Vitória (em vermelho), baseado no mapa da Vila de Vitória datado de 1767 (autoria de José Antônio Caldas), que indica que a região à esquerda da linha corresponde a área aterrada. Reproduzido com base no mapa original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército. Adaptado pela autora.

De acordo com Marques (1878), o Porto dos Jesuítas, chamado Porto dos Padres, era um dos principais pontos de desembarque na Capital, juntamente com o Cais novo das Colunas, o do Asambuja, o Cais Grande, o do Santíssimo e o do Batalha. Conforme regulamento portuário datado de 1857, o Porto dos Padres enquadrava-se como ancoradouro para as embarcações mercantes de carga e descarga, ou seja, era destinado aos navios que tivessem que “[...] carregar depois de finalizada a descarga de todo seu carregamento, ou entrando em lastro com destino de carregar para outros portos” (RIBEIRO, 1857, p. 3).

A mudança da denominação Porto dos Padres para Rua do Comércio foi observada a partir do ano de 1864, quando esta última passou a comparecer no material pesquisado.

A cartografia da cidade de Vitória referente ao século XIX, a que se teve acesso ao longo deste trabalho, não fornece subsídios que permitam o entendimento pleno das etapas de aterramento da área em questão, responsáveis pela formação da rua em estudo e dos quarteirões a ela contíguos. No entanto, a análise da Figura 30, em conjunto com a dos periódicos antigos, permite afirmar a existência, ao menos desde a década de 1860, de faixa de terra na face oposta à Baía de Vitória, uma vez que foram observadas inúmeras citações que confirmam a presença de edificações ao longo da rua.

De acordo com os periódicos pesquisados, as melhorias na Rua do Comércio, antes de serem concretizadas, já haviam sido pleiteadas, por vários anos consecutivos. Durante a administração de Pindahyba de Mattos⁹⁵, no ano de 1864, um periódico local registrou a intenção do Governo em realizar obras visando ao aformoseamento dessa rua, a partir da construção de um *boulevard* nessa área, e informou a existência de um projeto desenvolvido por um engenheiro, cuja descrição segue abaixo:

Boulevard Pindahyba – Constatamos que o Exm. Sr. Vice Presidente tenciona mandar construir um boulevard na rua do commercio desta cidade. No projecto, que foi apresentado á S. Ex. pelo Engenheiro Dr. Soido⁹⁶ vê-se que o **boulevard terá em toda a extensão da rua, e terá de largura mais duas braças do que atualmente tem a dita rua; o parapeito construído do lado do mar será guarnecido de assentos ladrilhados e a 15 palmos destes assentos correrá uma linha de arvores plantadas com distancias convenientes [...]** (BOULEVARD..., 1864, p. 3, grifo nosso).

Nas décadas que se seguiram, foram constantes os pedidos remetidos à Assembleia Provincial visando à inclusão no orçamento municipal do “[...] aformoseamento e construção de um caes à rua do Commercio” (NOTÍCIAS..., 1888, p. 3), pedidos que passaram a ser negados, sob alegação de ausência de recursos para tal.

⁹⁵ Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos foi o primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, tendo assumido o Governo entre os anos de 1864-1865. Não foram encontradas referências à Rua do Comércio no Relatório de Governo do referido Presidente, no período em que esteve à frente do Governo da Província do Espírito Santo.

⁹⁶ A nota refere-se ao Engenheiro Capitão Pedro Cláudio Soído, a quem é atribuída a autoria do projeto.

Conforme registros encontrados, no ano de 1896, durante o governo do então Presidente de Estado, Graciano dos Santos Neves, a municipalidade oficiava à alfândega a determinação como de utilidade pública de uma área frontal à Rua do Comércio, encontrada, à época, em fase de aterramento.⁹⁷

[...] a inscrição no respectivo livro n'essa repartição, como logradouro publico municipal, da marinha fronteira á rua do Commercio d'esta cidade, compreendida entre o extremo da casa do cidadão Emilio da Silva Coutinho e a ponte de embarque na mesma rua existente, **com área de 1.207m², 80,58 metros, de extensão e 153m 30 de perímetro [...]** (PEREIRA, 1896, p. 1, grifo nosso).

Nesse mesmo ano, um periódico local divulgou: “[...] execução **ao Boulevard paralelo á rua do Commercio**, devendo ficar desde já amurada e aterrada uma area de 1.207,50m² destinada para logradouro publico, como se verifica da planta que apresenta confeccionada pelo engenheiro municipal” (GOVERNO MUNICIPAL, 1896a, p. 1, grifo nosso).

As descrições encontradas sobre o referido *boulevard* indicam que este e a Rua do Comércio propriamente dita não constituíam um mesmo espaço, uma vez que o primeiro foi construído paralelamente ao segundo, como uma complementação, um apêndice.

A área e o perímetro descritos no ano de 1896 indicam que a região que constituía o referido *boulevard* correspondia ao trecho ilustrado na Figura 32, demarcado no mapa datado de 1910, ou seja, correspondia a uma ampliação da área cujo aterramento já havia sido iniciado antes de 1896. Apesar de os registros textual e cartográfico mencionados possibilitarem a identificação do posicionamento do *boulevard*, o periódico de 15 de julho de 1896 informava ainda que o trecho em execução correspondia a apenas uma etapa da obra:

Esta municipalidade tem propósito de construir em toda a marinha ao longo d'aquella rua – um boulevard para logradouro publico; não podendo, porem levar a effeito de uma só vez todo o projecto, vae fazel-o

⁹⁷ Acredita-se que a referida área corresponda à porção de terra à direita do mapa de reprodução da cidade de Vitória no ano de 1895, de André Carloni (Ver Figura 31), cujo aterramento já havia sido iniciado antes de 1896, ampliando-se parcialmente o antigo Cais Porto dos Padres. Por se tratar de uma reprodução da cidade realizada 52 anos após a data que se desejava registrar, é provável que a região aterrada tenha sido retratada com dimensões não equivalentes às da área real, à época.

por partes, tendo já começado a executá-lo no local justamente indicado na planta que este acompanha [...] (PEREIRA, 1896, p. 1, grifo nosso).

Nota publicada no ano de 1898 corrobora essa informação, mencionando:

Uma outra obra, que é conveniente não adiar é a terminação do Boulevard do Commercio. [...] **não devendo a municipalidade abandonar a execução do resto do projecto, - que é o prosseguimento do Boulevard até o extremo da rua;** melhoramento **planejado desde a administração Pindahyba de Mattos** e que muito concorrera para embelezar a cidade [...] (PEREIRA, 1898, p. 1, grifo nosso).

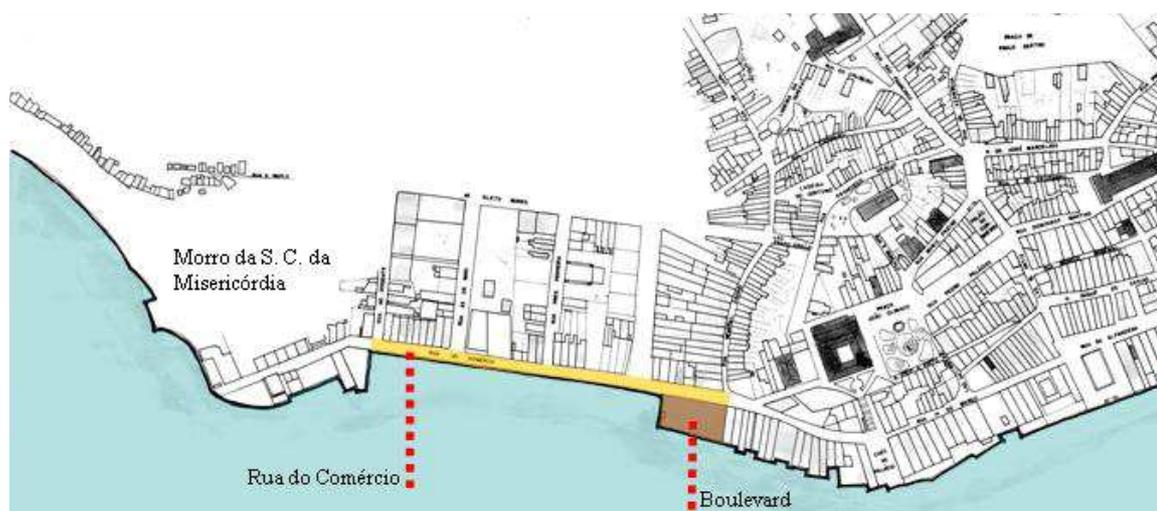
Apesar de citado nos relatos, não foram encontrados registros físicos do projeto do *Boulevard* do Comércio. Não há como afirmar se o projeto mencionado na nota datada de julho de 1896 correspondia ao citado em abril de 1864, desenvolvido pelo engenheiro Pedro Cláudio Soído, considerando-se o largo intervalo de tempo entre os dois, 32 anos. Em contrapartida, a citação de maio de 1898 levanta suspeitas, ao mencionar a participação da administração de Mattos no processo. Coincidentemente, ambos os projetos intencionavam a construção de um *boulevard* ao longo de toda a Rua do Comércio.

Registros iconográficos que ilustram a real aparência da Rua e *Boulevard* do Comércio entre os anos de 1909 e 1910 demonstram que, até o fim da primeira década do século XX, o propósito de ampliação do *boulevard* inicialmente idealizado não havia sido efetivado, permanecendo restrito à primeira etapa executada.

Em publicações encontradas, há registros textuais da instalação, na região do *Boulevard*, de um chafariz de ferro, doado à municipalidade pela Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros do Rio de Janeiro, em 1898.

A área contava com iluminação pública desde, pelo menos, 1886, ano em que foram encontradas as primeiras menções acerca da implantação do referido serviço na região. Referentes aos primeiros anos do século XX são observados relatos que dão conta de sucessivas reformas na região em tela, as quais incluem o calçamento da rua com paralelepípedos. Ao final da primeira década do mesmo século, as obras de aterramento do mangal do Campinho apresentavam-se em fase adiantada. Pecebe-se a eliminação da abertura anteriormente existente na rua e, em consequência disso, a ponte de madeira.

Figura 32 – Trecho do mapa de Vitória (1910).



Fonte: PMV- SEDEC/GPU/CRU.

Nota: Em amarelo, a Rua do Comércio; em marrom, o *Boulevard* da Rua do Comércio, região onde foram implantados quiosques. Reproduzido pela Coordenação de Revitalização Urbana com base no mapa original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Figura 33 – Rua e *Boulevard* do Comércio (1909)



Fonte: Biblioteca Central da UFES.

Nota: No primeiro plano, parte do *Boulevard* homônimo. Autor desconhecido.

Figura 34 – Trecho do *Boulevard* do Comércio (1909).



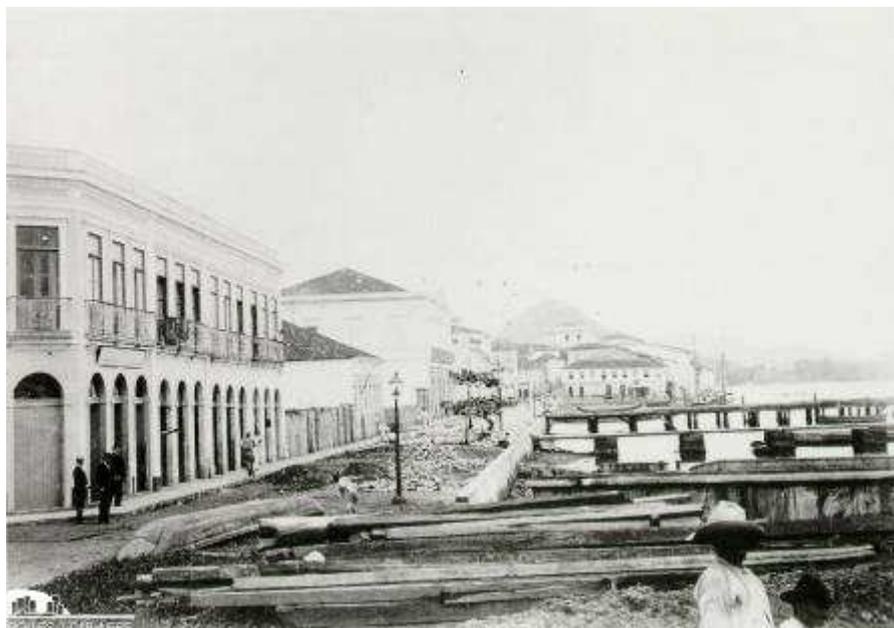
Fonte: Biblioteca Central da UFES.

Nota: Antigo Porto dos Padres, com seus quiosques. À direita, a Rua homônima, atual Avenida Florentino Avidos. Autor desconhecido.

Considerando a extensão original proposta para o *boulevard*, em 1896, ano em que as obras foram iniciadas, fez-se pública pela municipalidade a abertura de propostas “[...] para a construção de 20 kiosques dos dois typos existentes n’esta directoria e destinados a mercado de fructas, hortaliças, legumes etc, no Boulevard da Rua do Commercio” [...] (ATHAYDE, 1896, p. 2). Não se encontraram registros textuais de quantos quiosques efetivamente foram implantados na região. Pode-se precisar, no entanto, com base em registros iconográficos datados de 1909, a instalação de pelo menos dois. No entanto, de acordo com Derenzi (1995, p. 144), “[...] houve uma

invasão desses originais botequins, hexagonais ou redondos, de madeira, cobertos de zinco e pintados a óleo. O Cais do Mercado e o Porto dos Padres se povoaram rapidamente deles”.

Figura 35 – Rua do Comércio e *Boulevard* homônimo (1909).



Fonte: Biblioteca Central da UFES.

Nota: O *Boulevard* aparece ao fundo, à direita. Autor desconhecido.

Figura 36 – Porto de Vitória (1925).



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcu0042.jpg>

Nota: À esquerda, o aterro do Porto de Vitória em construção. À direita, a Rua do Comércio e o *Boulevard* homônimo com seus quiosques. Ao fundo, a Santa Casa de Misericórdia e o Mochuara. Autor desconhecido.

Visando à realização de melhoramentos do Porto de Vitória, no final de 1912, a Delegacia Fiscal do Estado do Espírito Santo foi oficiada a tomar as providências nesse sentido, conforme publicado em jornal local: “[...] para que sejam retiradas as pontes e rampas de atracação existentes na zona da rua do Comercio, denominada – Porto dos Padres – afim de em breve iniciar a construção do caes e aterro marginal correspondente” ([SEM...], 1912a, p. 2).

Segundo descrição do engenheiro Arthur de Lima Campos, publicada no Jornal Diário da Manhã no ano de 1912, acerca dos melhoramentos do Porto, a retirada da infraestrutura de atracação então existente na Rua do Comércio fazia-se necessária, uma vez que se pretendia aterrar a região contígua a ela para a criação de uma

[...] explanada do caes, que avançará, em media, 85 metros de littoral, será aterrada com areia proveniente da dragagem, sugada dos batelões pela bomba de sucção e lançada atravez da muralha na área conquistada.

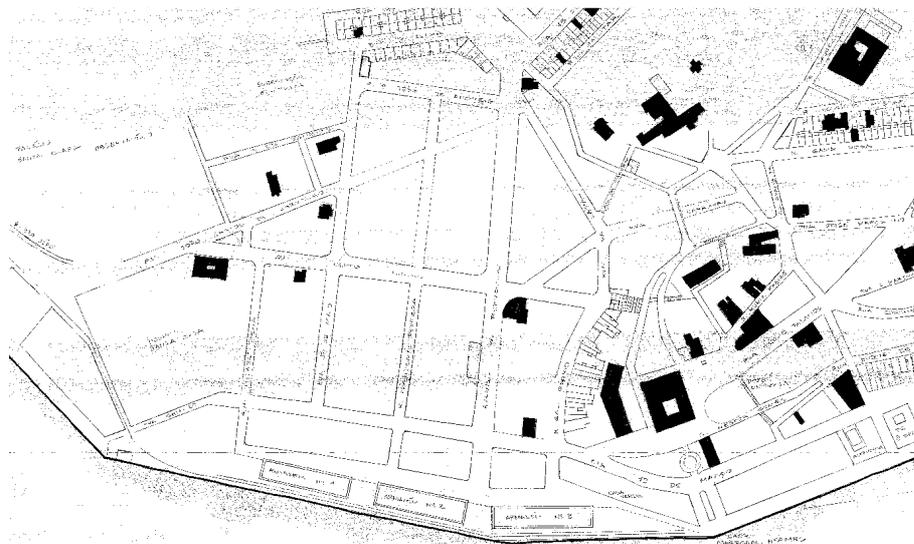
Sobre essa explanada **serão construídos 6 armazens com 75x15 metros casa um**; três de um só pavimento e destinados a exportação e três de dois pavimentos, destinados conjunctamente a importação e exportação, alem de um edifício para a estação terminal da linha térrea da Companhia Leopoldina.

O caes será dotado de guindastes, guinchos titães, linhas férreas para o serviço de carga e descarga dos armazéns, escadas, bollards, rampas e etc, alem **de uma avenida de 30 metros de largura, em toda a extensão do alinhamento do caes, arborisada, calçada e illuminada a luz electrica, entre a face interna dos armazéns e o extremo do aterro nas proximidades do actual littoral** (CAMPOS, 1912, p. 1, grifo nosso).

Contudo, conforme Freitas (2004, p. 3), “as obras do porto [foram] interrompidas em 1914 devido à crise financeira experimentada pelo estado em decorrência da Primeira Guerra Mundial, tendo sido reiniciadas apenas na administração de Florentino Avidos (1924-1928)”.

A Figura 36 ilustra as obras de contenção do aterro do Porto no ano de 1925, as quais iriam alterar definitivamente a relação da Rua do Comércio com o mar, afastando-os física e visualmente. O mapa da cidade de Vitória datado de 1928 (Figura 37) atesta essa mudança e ilustra a criação de uma faixa de terra entre a antiga Rua do Comércio e os primeiros armazéns do Porto.

Figura 37 – Trecho do mapa de Vitória (1928).



Fonte: PMV- SEDEC/GPU/CRU.

Nota: Reproduzido pela Coordenação de Revitalização Urbana, com base no mapa original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército.

3.1.2 Práticas na Rua à Beira Mar e População Usuária

A Rua do Comércio comparece na dinâmica da cidade de Vitória como um relevante ponto comercial durante o intervalo estudado.

Os anúncios publicitários analisados pertencentes à segunda metade do século XIX referem-se a estabelecimentos situados na Rua do Comércio, que ofereciam serviços de diversas naturezas, como lojas de secos e molhados, de fazendas, armarinhos, agências de seguro de vida e de transportes marítimos, escritórios de odontologia e de advocacia, empórios, firmas de comércio de artigos diversos (que vendiam desde couros a colchões), aluguel de canoas, livrarias, loja de roupas, hotel, além de abrigar a sede da Empresa de Saneamento da cidade de Vitória, a fábrica de cerveja, o colégio Batista Americano de Vitória, bem como algumas residências.

A proximidade com o mar parecia oferecer alguma vantagem quando da venda ou do aluguel de imóveis situados na área, visto que essa característica, vez em quando, era ressaltada nos anúncios.

Figura 38 – Nota de Jornal – Rua do Comércio.



Fonte: Vende-se (1897, p. 2).

Nesse mesmo período, a região da Rua do Comércio permaneceu como ponto de entrada e saída de mercadorias advindas da baía, conforme mencionam alguns periódicos e atestam registros iconográficos nos quais se observa a presença de pequenos *piers* de madeira e de embarcações.

Cabe então reconhecer a existência de um determinado fluxo de pessoas, ao longo do dia, fossem essas empregadas ou usuárias dos estabelecimentos lá situados, além do movimento advindo das atividades portuárias cotidianas, que não podia ser desprezado.

Em decorrência desse estado de coisas e visando compreender a abrangência da utilização desse espaço, cabe mencionar que, conforme os arts. 277 e 278 do Código de Posturas Municipal datado de 1901, todas as casas comerciais da Capital, inclusive os quiosques, deveriam fechar suas portas às dez horas da noite, sob pena de multa, à exceção dos estabelecimentos que dispunham de licença especial para encerrar suas atividades à uma da manhã. Os horários da uma às cinco da manhã, durante a semana, e os do domingo, até o meio dia, eram negociáveis, o que possibilitava a ampliação do período de utilização da Rua e *Boulevard* do Comércio, considerando-se que o desenvolvimento de atividades comerciais era uma característica marcante do espaço.

No que tange à utilização dos quiosques, as fontes pesquisadas não elucidam se algum deles foi destinado aos usos propostos em 1896. Sabe-se, no entanto, que pelo menos um abrigou outro uso, destinando-se à venda de bebidas, fumo e café, conforme atestam os periódicos da época.

Segundo Derenzi (1995, p. 144, grifo nosso), os quiosques lá instalados eram comumente utilizados por

[...] **canoeiros de Nova Almeida e, em particular, os do porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, tripulantes de embarcações das ricas casas Vervloet, C. Muller e Reisen.** [...] O último quiosque desapareceu em 1925. Situava-se no prolongamento da rua General Osório, [...]. Das seis da tarde até o “tiro das oito”⁹⁸, **esses lugares eram perigosos para transeuntes pacatos.** A “temperatura” se elevava e aos palavrões sucediam-se lutas de corpo-a-corpo e não raro com uso de achas de lenha e canivetes de marinho.

A despeito do relato de Derenzi (1995), que aponta uma possível incidência de conflitos na região da Rua do Comércio devido à frequência noturna oportunizada pela presença dos quiosques no local, observa-se a utilização do espaço em diferentes momentos do cotidiano da cidade. Dentre eles, pode-se citar sua apropriação como suporte para a observação da prática de esportes náuticos, quando acomodava a população ao longo da baía por ocasião da realização de regatas.

Desde muito antes da hora prefixada para ter início a bella festa a cidade apresentava um aspecto verdadeiramente encantador, **com a sua formosa bahia coalhada de embarcações, umas ancoradas a receber em seus bojos o escol da nossa população, outras em movimento crusando o porto em todas as direções, algumas despertando com os seus silvos agudos o maior entusiasmo da disputa.**

Em todo littoral, desde o caes do Eden Parque **até as extremidades da rua do Comercio era extraordinária a concurrencia de espectadores do brilhante espectáculo que se nos ia offercer** [...]. Os bondinhos da Suá, insufficientes sem duvida para conterem a vasta mó de gente avida de tão raro divertimento, ainda assim faziam o que podiam, despejando aqui e alli ondas de curiosos que **especialmente no Boulevard disputavam um logarzinho, d’ onde mais a commodo podessem gozar as delicias da incruenta luta que se ia travar** (A REGATA..., 1908, p. 1, grifo nosso).

Outra apropriação do espaço está diretamente relacionada à utilização da rua como palco para festividades religiosas: “Teve hontem logar á rua do commercio a festividade a S. João. Apezar da muita chuva esteve bastantemente concorrida aquella paragem. [...]” (FESTIVIDADE, 1879, p. 2) e pagãs: “Os moradores e commerciantes da rua 1º de Março e rua do Comercio, preparão grandes surpresas para hoje e dois dias subseqüentes de Carnaval, preparando, ataviando,

⁹⁸ Segundo Derenzi (1995), o “tiro das oito” marcava o horário estabelecido para fechamento do comércio local.

embelesando e enfeitando parte da rua ao sair ao Porto dos Padres” (ENTHUSIASMO!, 1885, p. 2).

3.1.3 O Potencial Paisagístico e os Indícios de uma Intenção Governamental para o Local

Com a criação da Rua do Comércio, inaugurava-se uma fase na qual a urbe, como estrutura física, “abria-se para o mar”. Esse novo olhar distinguia-se do olhar antes voltado para a defesa do território, quando do início de sua ocupação e, mais tarde, para o comércio advindo da navegação.

Ao longo de três séculos e meio desde a sua fundação, Vitória se contém em torno de seu núcleo histórico. As partes baixas da ilha são de difícil ocupação, devido não apenas aos constantes alagamentos – influência direta das marés – mas ao risco de ataques e invasões indígenas e estrangeiras. Esta realidade faz com que a orla tenha ocupação rarefeita, visto que as partes mais altas da ilha oferecem condições naturais mais favoráveis, onde estão localizadas construções oficiais e religiosas (MENDONÇA et al., 2009, p. 42).

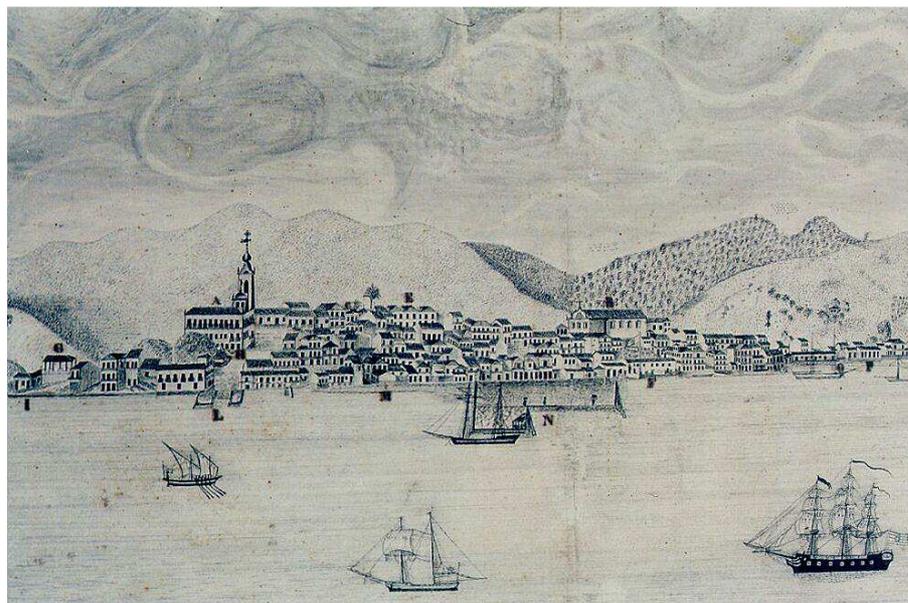
Segundo Mendonça e outros (2009), findo o risco de invasões, a cidade foi descendo da elevação, passando a ocupar também as partes baixas, assumindo uma vocação portuária.

Quando isso aconteceu, as construções que ocupavam as regiões próximas ao mar passaram a refletir, em sua tipologia arquitetônica, a forte relação econômica da cidade com o mar, que incentivava a reprodução de construções com fachadas contíguas aos cursos d’água, objetivando facilitar o trâmite comercial e a entrada de mercadorias para o interior das edificações, em geral constituídas por casas comerciais exportadoras, que funcionavam como atracadouros.

Conforme é possível observar na Figura 39, datada de 1805, que ilustra uma perspectiva da cidade de Vitória e seu Porto ainda no início do século XIX, as infraestruturas existentes contíguas ao mar constituíam-se de um conjunto de edificações dispostas lado a lado que formavam uma barreira física e visual em

relação à baía e de alguns cais, como os do Imperador, da Alfândega, da Imperatriz e o Porto dos Padres. No primeiro caso, a implantação das edificações não favorecia a aproximação direta com o curso d'água; no segundo, as estruturas eram constantemente citadas como depósitos de imundícies.⁹⁹

Figura 39 – Porto de Vitória. Perspectiva da Vila de Vitória. Capitania do Espírito Santo (1805).



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Feita por Joaquim Pantaleão Pereira da Costa, copiada do original no ano de 1811 por José Castanheda.

No que se refere ao período de ocupação da Rua do Comércio, ainda no início da segunda metade do século XIX, observa-se a presença de edificações com endereços à beira mar, o que denotava uma mudança paulatina no que tange à relação da sociedade com a baía de Vitória.

Essa alteração foi aprimorada pelo Código de Posturas de Vitória, de 1890¹⁰⁰, que estabelecia, em seu art. 133: “Todos os proprietários da capital, cujos prédios oferecerem fundos para o mar, são obrigados, no prazo de três anos, a dar aos fundos dos mesmos predios, o aspecto de frente” (INTENDENCIA MUNICIPAL DA

⁹⁹ Os Relatórios de Governo do século XIX mencionavam a necessidade de medidas higiênicas, em caráter emergencial, em todo o conjunto de cais localizado ao longo da baía.

¹⁰⁰ Cumpre mencionar que não se trata do primeiro Código de Posturas da capital do Espírito Santo, uma vez que os periódicos datados de 1850 já mencionavam a existência de uma legislação dessa natureza. Apesar de citado em diversas ocasiões antes de 1890 (ano em que foi encontrado na íntegra), os periódicos consultados não registraram o teor dos códigos anteriores.

CIDADE DA VICTORIA, 1890, p. 1), demonstrando o interesse do Poder Público em fazer voltar a cidade para a baía.

Figura 40 – Porto de Vitória, antigo Cais Schimidt na Rua do Comércio (1910).



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/ijs1977.jpg>

Nota: Atualmente, espaços onde se localizam os armazéns 1 e 2 do Porto de Vitória. Autor desconhecido.

Segundo essa premissa, no ano de 1896, a administração pública proibiu, por meio do Decreto n.º 43, de 25 de agosto desse ano, a edificação de casas térreas¹⁰¹ nas ruas que margeavam a baía. Além disso, a construção de armazéns destinados a trapiches¹⁰² dependia de prévia apresentação do projeto à municipalidade, o que denota uma aparente preocupação estética com o espaço que se pretendia aformosear e modernizar.

De fato, a Rua do Comércio iria constituir-se, em fins do século XIX, como a primeira rua à beira-mar da cidade de Vitória, em relação à qual se via uma intenção clara de

¹⁰¹ Conforme Reis Filho (2004), segundo uma característica que remontava ao Período Colonial, o tipo de habitação tinha uma relação direta com os estratos sociais: o sobrado demonstrava riqueza e a casa térrea, uma condição menos afortunada dos proprietários.

¹⁰² Segundo Pinto (1832, p. 133), a palavra trapiche refere-se a “casa de guardar gêneros para embarque, com os aparelhos próprios para carregar, e descarregar”.

mudança por parte do Governo, a partir do desenvolvimento de projeto específico para tal finalidade.

Vale aqui a ressalva de que, nos documentos consultados, não foi constatado nenhum relato sobre a paisagem em que esse espaço aparecia como ponto de observação, não obstante a potencialidade que oferecia para tal prática, em face da sua localização privilegiada.

Ainda assim, parecia haver uma intenção, mesmo que não explícita, de oportunizar tal prática. Essa argumentação fundamenta-se na descrição do *Boulevard*, cujo projeto foi atribuído ao governo de Pindahyba de Mattos (1864), no qual se previa a construção de parapeito guarnecido de assentos e a inserção de árvores ao longo de sua extensão, o que garantiria, caso o projeto tivesse sido efetivado, a presença de recantos sombreados capazes de possibilitar algum repouso e possíveis momentos de contemplação aos transeuntes. Carece lembrar, entretanto, que tal análise é inconclusiva, haja vista o desconhecimento até o presente momento de dados mais incisivos e convincentes a esse respeito.

3.2 DE LARGO DA MISERICÓRDIA A PRAÇA JOÃO CLÍMACO – POR UMA PAISAGEM REMODELADA

3.2.1 Lapidando uma Pequena Joia – O Processo de Aformoseamento do Espaço

Ao longo dos séculos, o espaço recebeu inúmeras denominações, desde Largo do Palácio a Largo da Misericórdia¹⁰³, que faziam referência aos principais edifícios que lhe faziam frente, passando posteriormente a Largo ou Praça de Affonso Brás, “[...] nome do venerando jesuíta, construtor do colégio e catequista dos índios que habitavam a região [...]” (DERENZI, 1995, p. 82). Finalmente, em 1883, teve seu nome alterado de “[...] Praça Affonso Braz, para o de Largo do Dr. João Clímaco¹⁰⁴” (DAEMON, 1883, p. 1), denominação que permanece até os dias atuais.

A sua formação remonta à presença da Ordem da Companhia de Jesus em solo capixaba, em meados do século XVI, com a implantação do Conjunto Jesuítico de São Tiago, no platô da cidade Alta, sítio a partir do qual se desenvolveu o núcleo urbano de Vitória, conforme a “[...] interpretação de um sistema de conceitos urbanísticos cujas raízes recuam até os obscuros tempos da Idade Média [...]” (SANTOS, 2001, p. 76).

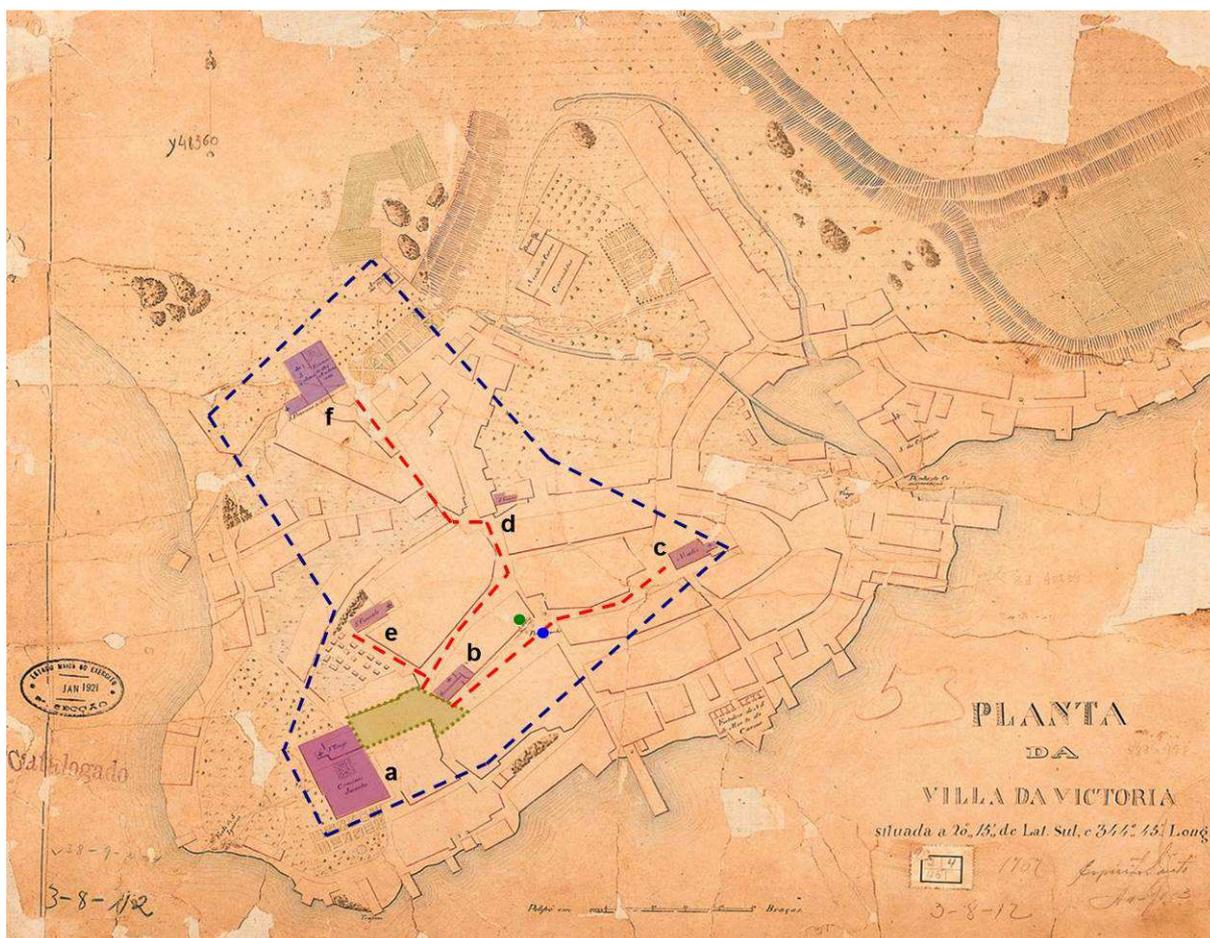
¹⁰³ A mudança do nome Largo da Misericórdia para Affonso Brás é citada no Jornal Correio da Victoria, n. 44, publicado em 23 de abril de 1872. Não obstante essa informação, o Relatório de Governo do ex-Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. João Thomé da Silva, datado de 1873, menciona: “Reclama, como de urgente necessidade, o calçamento das praças de Palacio, Municipalidade, e Largo da Misericórdia” (GOVERNO..., 1873, p. 2), fazendo crer que a Praça do Palácio e o Largo da Misericórdia correspondiam a dois espaços distintos.

Segundo artigo publicado no periódico Estado do Espírito Santo, datado de 1893: “[...] foram cercadas [...] as entradas do mesmo Largo da Misericórdia, ruas da Assembléa, de Pedro Palácios, ladeira de Palacio, rua de S. Gonçalo e rua da Imprensa, estacionando a procissão [...]” (GAMA, 1893, p. 2). A despeito da hipótese formulada por estudiosos de que o Largo da Misericórdia seria localizado na área alargada da atual Rua Pedro Palácios, o trecho transcrito cita-os como locais diferentes.

¹⁰⁴ A alteração da denominação do espaço de Affonso Brás para Dr. João Clímaco, em homenagem ao Padre João Clímaco de Alvarenga Rangel, no ano de 1883, é confirmada em periódico local, a despeito do que afirma Derenzi (1995), que menciona o ano de 1850 como sendo a data de ocorrência do referido fato. Segundo o mesmo autor, Clímaco era padre, doutor em leis e direito canônico e deputado da Assembléa Provincial desde sua instalação, em 1835, tendo mantido o mandato por mais de trinta anos.

Segundo Souza (2000), o Largo Afonso Brás, que correspondia ao espaço em frente à sede da Companhia de Jesus, adquiriu o aspecto formal que a implantação dos primeiros templos religiosos determinou.

Figura 41 – Planta da Vila da Victoria (1767).



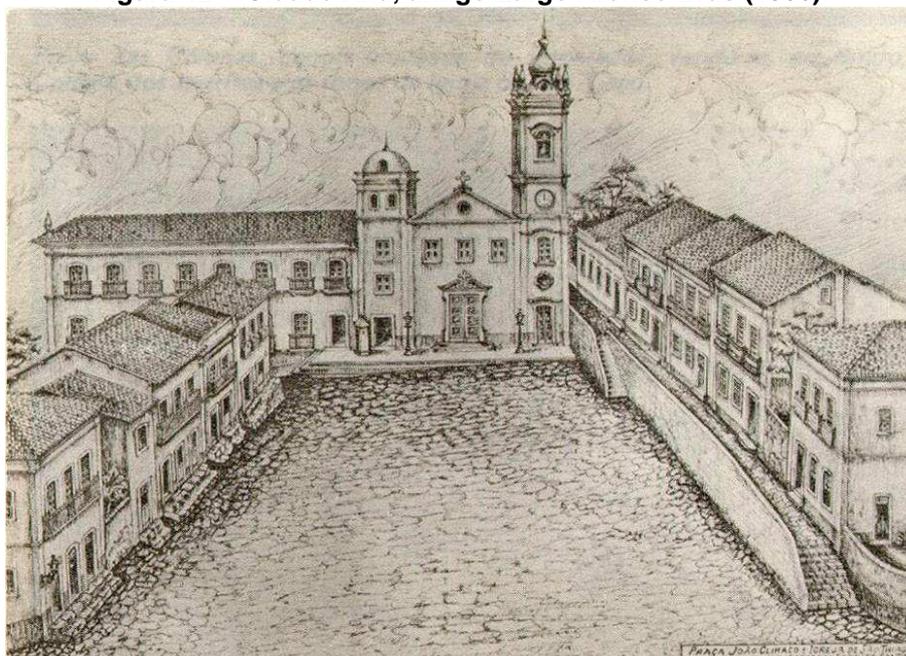
- | | | | |
|---|--|---|------------------------------|
|  | Edificações religiosas localizadas na colina |  | Largo Afonso Brás |
| a - Igreja e Convento de São Tiago | |  | Casa de câmara e cadeia |
| b - Igreja da Misericórdia | |  | Pelourinho |
| c - Igreja Matriz de N. S. da Vitória | |  | Vitória – colina Cidade Alta |
| d - Capela de Santa Luzia | |  | Acessos a outros templos |
| e - Igreja de São Gonçalo Garcia | | | |
| f - Convento de São Francisco | | | |

Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>
 Nota: Autoria do Engenheiro José Antônio Caldas com intervenção da autora.

O Largo Colonial apresentava um formato poligonal relativamente regular. Dois edifícios principais se defrontavam, um em cada extremidade: o Colégio e Residência de São Tiago e a Igreja da Misericórdia. As demais extremidades eram ladeadas por quarteirões formados pelo casario existente, numa conformação típica que seguia os preceitos da colonização portuguesa. Devido à sua privilegiada posição ante a urbe, o antigo Largo também mantinha estreito contato, por meio de ruas estreitas e tortuosas, com outras edificações religiosas localizadas em seu entorno imediato, como a Igreja de São Gonçalo Garcia, a Capela Santa Luzia, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória e o Convento de São Francisco.

O templo jesuítico adotou, no intervalo de décadas, para sua efetiva conclusão, uma arquitetura imponente, especialmente se comparada às demais existentes, de aspecto bastante simplório. Juntamente com outros edifícios religiosos mencionados, além do Pelourinho e da Casa de Câmara e Cadeia – que complementavam a configuração do entorno do Largo –, contribuiu para a definição do papel que o espaço viria a desempenhar ao longo de sua existência “[...] tanto no plano real quanto simbólico – de centro de irradiação dos poderes político-administrativo e religioso da capitania” (PRADO, 2002, p. 158).

Figura 42 – Cidade Alta, antigo Largo Afonso Brás (1906).



Fonte: Elmo Elton. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria>

Nota: Ao fundo, o antigo Colégio de São Tiago, já Palácio do Governo, com seu aspecto colonial. À esquerda, o conjunto de casas que viriam a ser demolidas para ampliação e ajardinamento da Praça João Climaco. Autoria de André Carloni.

Durante a gestão do então Presidente da Província, Luiz Pereira do Couto Ferraz (1846-1848), conforme Relatório de Governo datado de 1848, “deu-se principio ao **aformoseamento da praça em frente ao palacio**, e á construcção de uma rampa em logar das antigas escadas já muito arruinadas, pelas quaes se desce da mesma praça para a parte baixa da cidade e para o caes da Columnas” (ESPÍRITO SANTO, 1848b, p. 39 e 40, grifo nosso). O documento, no entanto, não explicita quais os melhoramentos realizados no local propriamente dito. A Figura 42, de autoria de André Carloni, que retrata o espaço no ano de 1906, ilustra a existência de um largo com características formais ainda de origem colonial, bem próximas das observadas na “Planta da Vila da Victória” datada de 1767 (Figura 41).

A configuração original do espaço pouco foi alterada ao longo dos séculos que se seguiram à sua formação, conforme atesta a cartografia histórica de Vitória até fins do século XIX. Esse espaço permanece encerrado dentro de um perímetro constituído de edificações construídas lado a lado, nos moldes da arquitetura colonial, à exceção dos pontos onde desembocavam as ruas de acesso a ele. Em que pese à posição privilegiada do largo assentado sobre a colina, a conformação do espaço tangenciado por edificações comprometia, de certa forma, a relação visual entre este e a parte baixa da cidade, e, conseqüentemente, a Baía de Vitória.

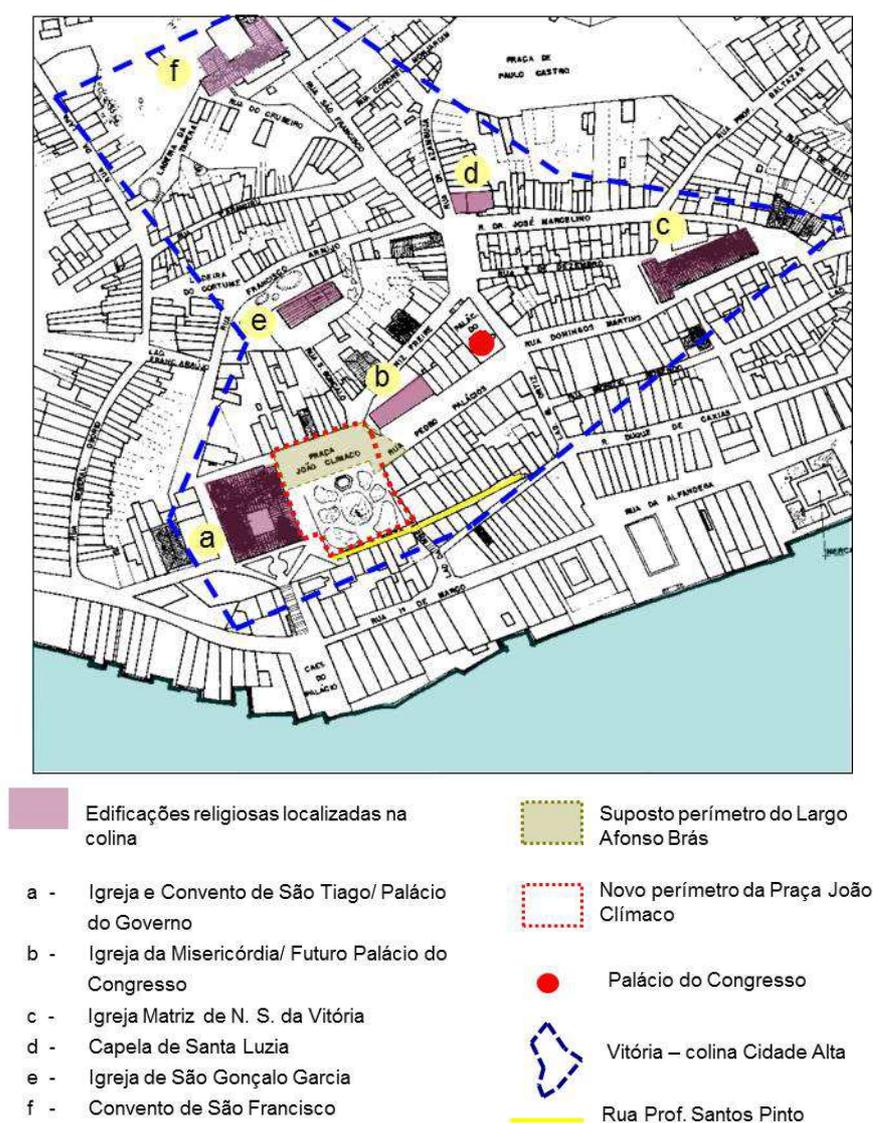
Consta no Relatório de Governo do então Presidente de Província, Francisco Ferreira Coelho (1870-1872), encaminhado à Câmara da Capital no ano de 1872, solicitação de auxílio para a realização de calçamento no Largo da Misericórdia. Ainda que esse melhoramento tenha sido efetuado, não há indícios de nenhum tipo de tratamento paisagístico no referido espaço durante esse período.

Na administração do Coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-1908), “[...] com o intuito de sanificar o logar e de fazer desaparecer da Praça Dr. João Climaco, fronteira ao Palacio do governo, o quarteirão de casas velhas quasi em ruinas, que tão mau aspecto dão á nossa Capital” (ESPÍRITO SANTO, 1907, p. 9), foi decretada a desapropriação por utilidade pública do quarteirão ali localizado, visando à construção de um jardim público.

Somente na administração de Jeronymo Monteiro, em 1908, levou-se a cabo a demolição das edificações desapropriadas na gestão anterior, e o “[...] largo sofreu

transformação radical em planta e perfil. Para aplainá-la, construiu-se muro de arrimo, coroado por balaustrada, fronteiro à atual rua Nestor Gomes que não é outra senão o final da antiga rua Professor Santos Pinto”, conforme descrição de Derenzi (1995, p. 81).

Figura 43 – Trecho do mapa de Vitória (1910).



Fonte: PMV - SEDEC/GPU/CRU.

Nota: Detalhe para a área constituída pela Praça João Clímaco. Reproduzido pela Coordenação de Revitalização Urbana com base no mapa original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército. Adaptado pela autora.

A ereção de muro de arrimo visando nivelar a área, que seria ajardinada, com o largo já existente fez-se necessária devido à topografia acidentada do local, responsável pelo desnível existente entre este e a Rua Professor Santos Pinto, situada muito abaixo do nível da Praça João Clímaco.

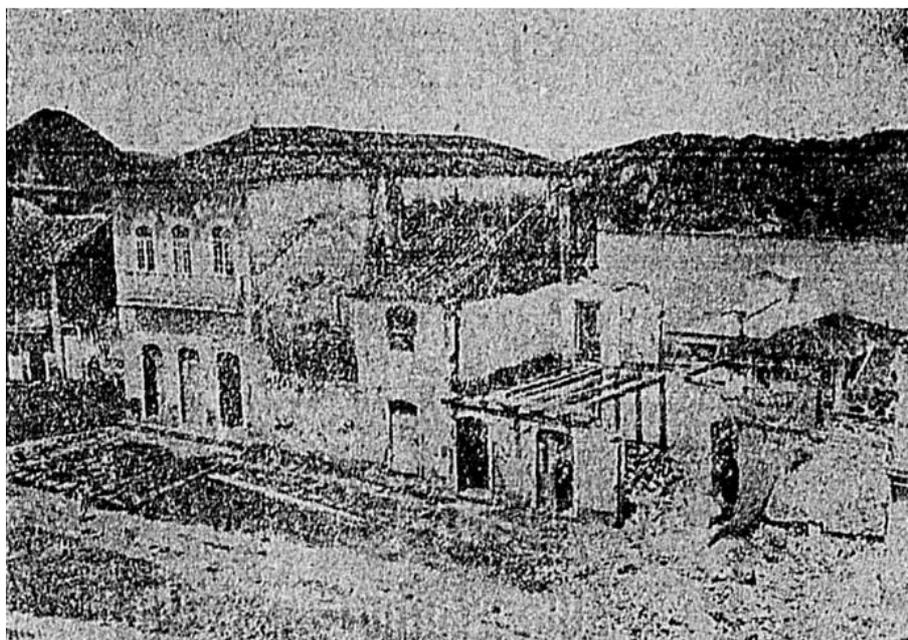
O partido urbanístico adotado possibilitou a criação de um “terraço”, nos termos de Derenzi (1995), garantindo a abertura de novas perspectivas ainda não exploradas daquele ponto de vista.

Depois de nivelado, o espaço tornou-se “[...] um largo ajardinado, onde se vê um bello pavilhão no centro e uma fonte luminosa [...]” (MELHORAMENTO..., 1909, p. 1). O pavilhão mencionado no periódico local correspondia ao coreto, de formato hexagonal, assentado sobre base de concreto, ladeado por balaustrada de madeira e encimado por cobertura adornada, cujo acesso se dava por pequena passarela protegida por guarda-corpo de concreto imitando troncos de árvore, conforme modelo à época em voga, ao gosto romântico inglês.

O espaço criado sobre a área, resultante da demolição do casario existente então desapropriado, não só ampliava como também modificava sobremaneira o traçado do largo outrora colonial, desafogando-o em uma de suas faces. A remodelação e inclusão do jardim, constituído por canteiros orgânicos dispostos de maneira simétrica, vinha ao encontro da tendência já observada, desde a metade do século XIX, de “[...] multiplicação de jardins residenciais, praças, parques e iniciativas de arborização viária em diversos centros urbanos pelo Brasil afora” (HETZEL; NEGREIROS, 2011, p. 57).

A princípio iluminado a querosene e, posteriormente, a gás, em 1909 o espaço recebeu iluminação elétrica logo após ser remodelado. Ainda durante a administração de Monteiro, foram instalados dezesseis “[...] bancos de ferro com encostos e assentos de madeira” ([SEM...], 1909a, p. 3) que convidavam à permanência. Todos esses artifícios iam induzir novas formas de ocupação do espaço.

Figura 44 – A Praça João Clímaco antes da reforma.



Fonte: O Diário, 14 abr. 1912, p. 2, n. 103.

Nota: Destaque para o conjunto de casas a serem demolidas para fins do ajardinamento da Praça.

Figura 45 – Praça João Clímaco ajardinada (1910).



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: Em primeiro plano, o coreto; ao fundo, balastrada sobre muro para o nivelamento do trecho da praça. Autor desconhecido.

Figura 46 – Praça João Clímaco ajardinada (1910).



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: À esquerda, chafariz localizado no interior da praça; à direita, o coreto; ao fundo, muro de arrimo do logradouro de acesso ao casario elevado, localizado em frente à praça. Autor desconhecido.

Figura 47 – Trecho da Praça João Clímaco.



Fonte: Tatagiba (2008, p. 163).

Nota: Em primeiro plano, observam-se os jardins e o muro de arrimo com balaustrada. Atrás, o antigo Colégio de São Tiago, sede do Governo e residência do governador, com a Igreja São Tiago anexa, em 1908, antes da reforma, com acesso ainda realizado pela Praça João Clímaco.

3.2.2 Práticas no Espaço e População Usuária

De acordo com Souza (2000, p. 9), a Praça João Clímaco foi considerada o principal espaço público da vida de Vitória durante muitos séculos, local para onde convergiam os habitantes “[...] para a orientação espiritual, para o socorro das enfermidades, para a coexistência social”. Em verdade, conforme observado no Capítulo 1, o antigo largo participou ativamente das práticas cotidianas da população vitorense, atuando como palco principal de atividades de diversas naturezas, em especial as vinculadas aos principais agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras: a Igreja e o Estado, de acordo com Souza e Ribeiro (2009). A presença de ambos, coexistindo nas edificações que lhe faziam frente e entorno, foi fundamental para garantir sua utilização como cenário singularmente dotado da capacidade em agregar festividades desde religiosas até cívicas, além dos regozijos populares que geralmente as acompanhavam. Era também constante destino de procissões religiosas bem como de folguedos infantis, sendo, durante muito tempo, local onde os habitantes buscavam “[...] amparo físico e espiritual – em função da presença da Santa Casa, junto a Misericórdia” (PRADO, 2002, p. 159). O espaço, nesse sentido, permitia, até meados da primeira década do século XX, o convívio de diferentes camadas sociais, na medida em que as práticas que nele ocorriam eram destinadas à população de um modo geral.

A remodelação foi acompanhada da introdução de outras formas de apropriação do espaço, em especial as que remetiam ao novo modo de vida e de socialização que vinha sendo adotado no território brasileiro em face das recentes expectativas de civilidade e de modernidade advindas com a República.

Introduziu-se a prática do curso. Nota, em periódico datado de 1908, ano em que foram empreendidas as obras de aformoseamento do espaço, ilustra a prática em dias preestabelecidos, terças e sábado, nos quais se observava maior concorrência de frequentadores quando da participação comumente anunciada de bandas de música no local.

O Corso

[...]

Dir-se-ia que a remodelação por que na hora presente passa o estado nos diversos ramos do serviço publico, renunciando-lhe um grão de prosperidade sobremodo lisonjeiro, há influído como incentivo efficaz e por isso mesmo estimulado os habitantes d'esta futura Capital, que assim se nos afiguram dispostos a imitar os grandes centros civilizados, no que concerne ao refugio de quanto coopere para a nossa, felizmente agonizante, apparencia de povo retrogrado.

Cedendo a novos costumes moldados nos progressos das capitaes adeantadas, desapparecem os velhos hábitos, que só o carrancismo de eras remotas justificava, e á monotonia que d'antes se apoderava da população, por seu próprio gosto encarcerada nos lares, assim deixando em completo abandono excellentes logradouros públicos onde lhe estão reservadas horas amenisadoras das contrariedades inherentes aos labores quotidianos, succede o desejo de dar combate ao tédio e procurar aquelles pontos em que, inútil dizel-o, se desfructam momentos deleitosos.

Graças a essa attitude louvavel da familia espirito-santense, chegamos insensivelmente a adoptar, entre nós, o passeio semelhante ao que todas as quartas-feiras leva á Avenida Beira Mar o pessoal *smart* do Rio de Janeiro.

Quer isso dizer que já temos o nosso Corso modesto, sem o rodar das carruagens e automoveis que circumdam a praia de Botafogo, mas nem por isso menos cheio de atractivos, mercê dos encantos de nossas gentis patrícias e da suavissima, confortavel aragem que sopra na praça João Clímaco e, não raro, falta no bellissimo logradouro carioca (O CORSO, 1908, p. 1).

A alusão ao Rio de Janeiro e a tudo o que lhe dizia respeito como sinônimo de progresso teve influência direta não apenas na produção de espaços urbanos como também nas questões referentes ao comportamento, aos costumes, sendo também percebida no modo como a sociedade vitoriense passou a se relacionar entre si e com o meio. Nesses moldes, observa-se que a ocorrência dessas práticas de certa forma incentivava uma elitização do espaço. Com frequência noticiava-se a elevada concorrência do espaço por famílias e pessoas mais abastadas, especialmente as do sexo feminino que, conforme Araújo (1993), tinham as formas de socialização ampliadas e diversificadas à medida que se intensificava o processo de urbanização e desenvolvimento socioeconômico das cidades brasileiras.

Vae impressionando agradavelmente o concurso crescente de familias á praça fronteira ao Palacio do Governo, [...]

Afagada pela frequencia das representantes do sexo amado a selecta reunião tornou-se uma realidade na Victoria e não pode nem deve passar desapercibida á Penna do noticiarista que satisfeito consigna a instituição do Corso no nosso meio. [...]

Era de ver o aspecto soberbo que revestia a praça João Clímaco banhado por um luar lindíssimo e **engalanada por grupos de senhoritas** qual d'ellas mais trahindo na expansão da physionomia, no riso chrystillino, que de quando em vez se lhes escapava dos labios, a alegria emanada do

convívio das amigas de envolta com as bellezas emocionantes que a natureza emprestara á noite de terça-feira [...] (O CORSO, 1908, p. 1, grifo nosso).

Tivemos o ccasião de vel-os hontem, e podemos affirmar que a obra é bem trabalhada, de apparencia elegante e digna, por isso, de figurar no apreciado logradouro publico onde, **nas noites de corso, se reune o smartismo espirito-santense** ([SEM...], 1909a, p. 3, grifo nosso).

Essa praça **constitue o passeio favorito dos moradores de Victoria, é onde se reúnem**, em determinados dias da semana, **peessoas da elite**, que vão ouvir musica postada em elegante coreto [...] (NOTICIAS circunstanciadas..., 1911, p. 2, grifo nosso).

O espaço passou a ser mencionado como “[...] um ponto aprasivel, de excellente recreio [...]” (MELHORAMENTO..., 1909, p. 1, grifo nosso). De fato, ele já se destacava como palco privilegiado do convívio social dos moradores de Vitória. No entanto, as práticas diferiam-se das originais e passaram a coexistir. As características peculiares de constituição do espaço conferiram-lhe um caráter cívico e religioso não atribuído a nenhum outro da cidade até aquele momento. Em que pese ao desenvolvimento de outras formas de apropriação do espaço lançadas a partir do século XX, o lazer nesse espaço foi historicamente relegado a segundo plano, como complementaridade às funções consideradas principais.

3.2.3 O Cenário do Poder Republicano e os Novos Olhares sobre a Paisagem Remodelada

O escopo de melhoramentos promovidos no início da administração de Jeronymo Monteiro, que se estendiam da instalação e melhoria dos sistemas de infraestrutura às intervenções de caráter estético-salubrista que estavam sendo empreendidas em vários pontos de Vitória, incluindo a Praça João Clímaco, foi responsável por introduzir novos ares de civilidade à cidade.

Com o advento da República, a imagem demasiadamente ligada à autoridade religiosa impressa na Praça João Clímaco desde sua gênese mostrou-se inadequada a esse novo ideário. Nessa perspectiva, considerando-se o papel preponderante desse espaço na urbe, é compreensível que ele tenha sido entendido

como ponto estratégico para a legitimação e irradiação do imaginário republicano, tornando-se um dos maiores alvos das intervenções realizadas na gestão de Monteiro.

A alteração de seu aspecto colonial conferiu-lhe uma imagem mais condizente com o espírito republicano e o ensejo do progresso da elite capixaba. Como seria de se imaginar, as intervenções empreendidas no antigo largo repercutiram na paisagem e não passaram despercebidas pelos moradores locais.

Como todas as cidades do Brasil, a Victoria tem sido muito sacrificada pela politicagem. Mas nem por isso Ella tem deixado de progredir. De lá, embarquei para o Rio a 20 de março de 1909; e quando, de regresso, lá cheguei a 8 de dezembro, **a diferença que notei foi extraordinária.**
 [...] **A praça João Clímaco, outr'ora, de aspecto sordido e sedição, apresentava agora uma physionomia risonha, com o seu esmerado ajardinamento e a sua bizarra fonte luminosa**
 [...] (D'AGUIAR, 1910, p. 2, grifo nosso).

Apesar da ação positiva atribuída aos melhoramentos, as novas feições adquiridas pela Praça João Clímaco clamavam por uma modificação em seu entorno, então considerado destoante aos olhos da população, conforme atestavam os periódicos locais.

Realmente, um paredão de construção primitiva e de aspecto horrendo, esboroado em diversos pontos, em um largo ajardinado, onde se vê um bello pavilhão no centro e uma fonte luminosa, que por estes dias deverá ser inaugurada, é, **não há negal-o, uma nota dissonante, uma velharia que o adeantamento da nossa capital não mais deve tolerar.**
 [...] **não é decente que continue a ostentar o seu estado de quasi ruinas o archaico paredão, que terá de receber brevemente o clarão da luz electrica da praça!**
 [...] Se não puder ser levada a effeito uma obra luxuosa, faça-se ao menos o que for possível para melhorar o que está, **dando-lhe feição condigna dos melhoramentos que apresenta a praça de palacio**
 (MELHORAMENTO..., 1909, p. 1, grifo nosso).

Necessário se fazia, portanto, aumentar o raio de abrangência da operação de aformoseamento. Dessa maneira, a remodelação das edificações localizadas em seu entorno, dotadas do despojamento e da simplicidade característicos das construções coloniais, constituiu-se a segunda etapa da estratégia de alteração do aspecto indesejado do espaço, considerado inconvenientemente ligado ao passado.

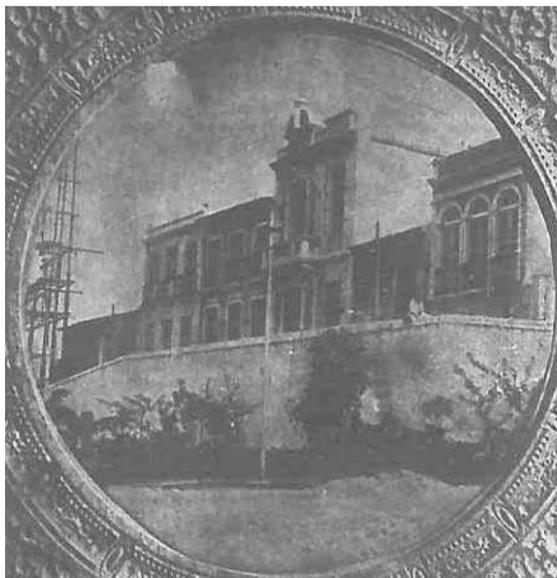
Sob a condução de Monteiro, entre os anos de 1908 e 1912, providenciou-se a contratação de projetos direcionados às edificações contíguas à Praça, os quais tinham como principal objetivo a remodelação do patrimônio edilício de propriedade do Governo de acordo com a estética arquitetônica à época em voga. Esses projetos propunham uma nova feição aos edifícios existentes, num esforço claro em apagar as marcas de um passado de domínio português e em criar ícones capazes de legitimar o regime republicano e a imagem de uma Vitória civilizada.

Entre as intervenções realizadas, têm-se as melhorias empreendidas no “paredão” a que se refere à nota de setembro de 1909, o qual correspondia ao muro de arrimo da rua de acesso às edificações situadas em cota mais elevada, localizadas ao lado do Palácio do Governo, no extremo oposto da Praça João Clímaco, conforme ilustram as Figuras 48 e 49. Remodelado nos padrões de estética urbana que estavam sendo instaurados, recebeu escadaria com gradil metálico, acomodada sobre uma gruta ao sabor romântico.

Em sequência, juntaram-se a essa intervenção as obras de demolição da Igreja de São Thiago e a remodelação do Palácio do Governo, que, de acordo com Jeronymo Monteiro, não podia continuar “[...] com a sua vetusca feição conventual, em contraste com as linhas de architectura dos edifícios novos e em flagrante infracção das posturas municipaes” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 243). Dessa forma, o edifício recebeu roupagem ecletizante, em especial as fachadas voltadas para a baía e para a Praça João Clímaco, de maneira a obter maior suntuosidade, culminando na transferência de sua entrada principal, antes orientada para a Praça e agora, para a escadaria.

No mesmo contrato foi incluída a reconstrução da escadaria de acesso ao Cais do Imperador, agora fronteira à entrada do Palácio do Governo, que passou a adotar uma roupagem referenciada na linguagem clássica de matriz barroca e caráter monumental em contraste com a anterior ali existente, conforme intencionava o Estado: “em substituição á antiga escadaria, recta e simples, foi construida alli uma nova, de bella perspectiva, capaz de fazer honra a qualquer centro civilisado” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 244).

Figura 48 – Muro da Praça João Clímaco (1910).



Fonte: Espírito Santo (1913a, p. 320).

Nota: Localizado ao lado do Palácio do Governo.

Figura 49 – Muro da Praça João Clímaco (1912).



Fonte: Espírito Santo (1913a, p. 172). Biblioteca Central da UFES. (Coleção Mário Aristides Freire).
Disponível em: <http://web2.ufes.br/arteeducadores/projeto/imagens.html>

Nota: Localizado ao lado do Palácio do Governo. Aos fundos, as edificações já com roupagem eclética.

No conjunto desses empreendimentos, a Escola Normal teve também uma participação relevante na renovação do visual anterior. Assim como as outras edificações mencionadas, foi ampliada e adquiriu uma nova roupagem estilística.

Figura 50 – Fachada lateral do Palácio do Governo com escadaria de acesso ao Cais do Imperador (1908).



Fonte: Espírito Santo (1913a, p. 255). Biblioteca Central da UFES (Coleção Mário Aristides Freire). Disponível em: <http://web2.ufes.br/arteducadores/projeto/imagens.html>

Figura 51 – Palácio do Governo remodelado, com acesso principal orientado para a escadaria frontal reconstruída (1912).



Fonte: Espírito Santo (1913a, p. 256). Biblioteca Central da UFES (Coleção Mário Aristides Freire). Disponível em: <http://web2.ufes.br/arteducadores/projeto/imagens.html>

Nessa perspectiva de renovação, outro símbolo da cidade colonial foi eliminado em nome da desejada modernização do conjunto arquitetônico e urbano: a Igreja da Misericórdia (figuras 52 e 53), desapropriada e demolida em 1911, visando à edificação do novo Congresso Legislativo ([SEM...], 1911b, p. 2).

Esse conjunto de iniciativas embelezadoras¹⁰⁵ realizadas pelo Estado tinha em comum a “[...] expressão arquitetônica da negação do mundo luso-brasileiro, [...], e sua substituição pelo ecletismo europeu” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 515).

Com efeito, as mudanças empreendidas pelo Estado para modernização de seu patrimônio edilício foram sendo lentamente acompanhadas por mudanças nas edificações particulares localizadas no entorno da Praça, iniciando-se o processo de transformação do aspecto simplório das construções coloniais da arquitetura civil privada existente.

O desejo de construir uma imagem modernizada da urbe a partir da renovação de sua paisagem foi evidenciado por Jeronymo Monteiro na “Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1908 a 1912”, documento datado de 1913, no qual se registraram convenientemente as intervenções realizadas ao longo dessa gestão, sempre associadas a fotografias que retratavam a situação do espaço no período anterior ao da ação do Estado.

Prado desenvolve esse pensamento ao afirmar: “[...] necessário se fazia construir ícones republicanos representando a liberdade, fruto do novo modelo de governo frente ao passado de subjugação a Portugal” (PRADO, 2002, p.163). Para a autora, a descaracterização e/ou demolição de antigos templos religiosos em consequência do propósito de remodelação do Palácio do Governo e de construção de uma nova sede para o Congresso Legislativo representavam o enfraquecimento dos signos tradicionais de poder “[...] frente às mudanças de valores ideológicos, morais e estéticos que impuseram novos referenciais [...]” (PRADO, 2002, p. 148).

A estratégia adotada pelo Estado de imposição dessas duas edificações na Praça João Clímaco, conformando praticamente um paço, fez com que esse trecho da cidade passasse a “[...] concentrar toda a arquitetura representativa do Estado, que detinha o poder simbólico projetado pela sociedade, estrutura essa destinada a preservar a ordem” (PRADO, 2002, p. 164).

¹⁰⁵ Conforme Relatório de Exposição sobre negócios do Estado 1908 a 1912, datado de 1913, a remodelação das fachadas do Palácio do Governo, da Escola Normal e do muro localizado em frente à Praça, bem como a reconstrução da escadaria de acesso ao cais, promovidas por Monteiro, são de autoria do engenheiro francês Justin Norbert. Quanto ao edifício do Congresso Legislativo, seu projeto foi realizado por André Carloni.

Figura 52 – Praça João Clímaco em dia de festividade cívica (1910).



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: À direita, a praça já ajardinada, na qual aparece o coreto; à frente, a Igreja da Misericórdia, que seria demolida para a construção do edifício do Congresso Legislativo; aos fundos, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória.

Figura 53 – O Congresso Estadual, construído no local da antiga Igreja da Misericórdia (1912).



Fonte: Espírito Santo (1913a, p. 446).
 Nota: À direita, vista parcial da praça ajardinada com o coreto.

O esforço conjunto de remodelação da paisagem local teve diferenciadas repercussões no seio da sociedade. Grande parte dos relatos encontrados acerca da Praça João Clímaco e do seu entorno correspondia a menções de

embevecimento ante as alterações realizadas, que resultaram em uma profunda transformação do espaço, entendida como algo belo e grandioso.

A diferença entre o “antes e o depois” das intervenções era a tônica das abordagens, nas quais a primeira situação era em geral relatada como negativa, feia e indesejada, ao contrário da segunda, descrita de maneira oposta.

O fato de o espaço ter recebido tratamento paisagístico era destacado positivamente, sendo em grande parte atribuído aos jardins o caráter mais festivo e alegre como o local passou a ser descrito.

[...] a photographia supra, que representa o passado e o presente da **“Praça dr. João Clímaco”**, outrora, de feio aspecto, um montão de casarias em ruínas, e hoje bellissimo logradouro publico com ajardinamento moderno, ponto escolhido de passeio pelo nosso mundo elegante [...] (O QUE FOI..., 1912, p. 2, grifo nosso).

Um dos logares mais aprazíveis que temos visto é a soberba praça João Climaco,delicioso jardim entrecruzado de alamedas, fechado ao fundo pelo palacio do governo.

[...] Admirando as arvores bem cuidadas que margeam o passeio, dirigimo-nos vagorosamente á residência [...].

[...] (NOTICIAS circunstaciadas..., 1911, p. 2, grifo nosso).

As impressões acerca da paisagem então renovada destacavam que esta permanecia em mudança devido às iniciativas não apenas do Governo, como também de particulares, dando a entender que o espaço se havia transformado em um “canteiro de obras”.

Esse processo foi ilustrado em periódico local e retratava as constantes alterações na fisionomia do espaço durante a administração de Monteiro, sempre observadas de perto pelos cidadãos.

Ao lado de uma demolição surgiu logo uma construção, reoccupando o logar vasio.

Os melhoramentos publicos, arborisações, canalisação de agua para a rega das plantas ornamentaes e abastecimento das moradias, estendem-se cada vez mais, seguindo com vantagem o desenvolvimento saliente de Victoria [...] (NOTICIAS circunstanciadas..., 1911, p. 2, grifo nosso).

A cidade da Victoria tem já movimentação; é hoje uma capital alegre, a que os parques floridos, freqüentados pela população que augmenta dia a dia, dão uma nota festiva. **Há ali uma actividade febril em construcções e reconstrucções, não só por iniciativa particular, como pela do governo, que no distincto engenheiro Justin Nobert encontrou o mais**

competente e probo auxiliar [...] (QUARESMA JUNIOR, 1912, p. 1, grifo nosso).

As intervenções a que as edificações institucionais adjacentes à Praça foram submetidas contribuíram sobremaneira para a transformação do local e instigaram diferentes posicionamentos quanto à renovação da paisagem. Algumas impressões registravam o caráter monumental e a opulência das construções, demonstrando certo deslumbramento por parte dos observadores, que atribuíam um tom positivo às mudanças. Nesses casos, combinava-se a percepção burguesa, no que tange às realizações do Estado, e o senso da ordem civilizada do período inicial republicano.

[...]

O palacio do governo é uma obra phantastica de riqueza e arte. É vasto, é immenso, é grandioso. Nelle fica instalado o governo com o maximo de commodidade e conforto.

O palacio do Congresso é um verdadeiro assombro. Deslumbra.

O palacio das Escolas é um edificio grandioso, vasto, confortavel, em que ficam installadas a bem organizada Escola Normal, a Escola Modelo e a Escola de Bellas Artes.

[...] (AINDA..., 1912, p. 2, grifo nosso).

O ex-collegio dos jesuitas, inteiramente remodelado, **tornou-se um imponente palacio do governo,** cujo acesso **se faz por uma escadaria monumental.** [...] (MOURÃO, 1916, p. 1, grifo nosso).

No entanto, também foram observadas abordagens negativas, em especial demonstrações de pesar quanto à perda do acervo patrimonial anteriormente edificado, denotando uma sensação de pertencimento da população quanto a esse acervo.

Venha, venha depressa, meu bravo e valente patricio. Se correr, ainda chegará a tempo de enxotar os modernistas iconoclastas **que estão destruindo a antiga igreja da misericórdia.**

Um dos mais queridos padrões do precioso acervo das nossas tradições... (MACHADO, 1911a, p. 3, grifo nosso).

Não há um só dia que se passe, nestes últimos **tempos de dolorosas provações, que as tradições capichabas não soffram ou não sejam ameaçadas de tremendos golpes.**

Ora são as demolições de velhos marcos de avançada idade, como a **igreja da Misericórdia,** o edificio da Santa Casa, ousado e atrevido **attentado do modernismo, contra o precioso acervo das cousas tradicionaes...** [...] Enfim uma infinidade de invencionices que nos vão fazendo encarar á força [...]

(MACHADO, 1911b, p. 3, grifo nosso).

Derenzi (1995), que presenciou a metamorfose do espaço nesse período, também imprime um tom saudosista e de indignação em seu testemunho.

O belo conjunto, formado pela escadaria, palácio e igreja, enobrecido pela missão que desempenhara na vida heróica da cidade, foi despido do singelo estilo colonial para receber vaidosa roupagem, de mau corte, da arquitetura Luís XVI. O plano conservou, reformada, a torre maior da igreja [...] (DERENZI, 1995, p. 165).

Foi um atentado inqualificável, cometido contra os testemunhos históricos da cidade, um erro sacrílego, que germinaria frutos amargos. Sob o mesmo critério, outros poucos monumentos de fé, de trabalho e de heroísmo seriam desfigurados por cirurgias plásticas, para que não mais se os identificassem com aqueles que à história pertenciam (DERENZI, 1995, p. 164).

As ações de modernização da paisagem local foram encobrendo com sucesso os vestígios do Brasil Colônia ainda muito presentes no tecido da Praça no início do século XX, dotando-a de uma aparência mais “moderna”.

As melhorias realizadas no antigo largo colonial, somadas às remodelações nas edificações contíguas, atuaram na construção de um cenário que, por um lado, cumpriu o objetivo de legitimar o imaginário republicano, na medida em que apagou os vestígios físicos da paisagem colonial existente que, por outro lado, não se extinguiu da memória dos que presenciaram o processo de transformação do local. Portanto, o que essa visão funde é uma realidade contraditória: em parte, ostenta o desejo de mudança, em outra, certo saudosismo em relação ao que se perdeu.

A paisagem então transformada revestia-se de uma elegância e de uma ostentação ainda não experimentadas no espaço urbano de Vitória até aquele momento, se comparada à austeridade e singeleza da anterior.

A despeito da manutenção das antigas funções conquistadas pelo espaço ao longo dos séculos, observava-se uma tentativa de elitizá-lo com a agregação de novas práticas sociais mais requintadas.

Nesse nascente contexto, repleto de novas imagens e informações no qual o local foi transformado em um curto espaço de tempo, permitiu-se o lançamento de novos olhares, que ansiavam por prazeres refinados como marca característica de uma cidade que se civilizava, ainda que para alguns o processo tivesse sido conduzido de forma questionável.

3.3 A RUA DA ALFÂNDEGA E A PRAÇA SANTOS DUMONT COMO VITRINES DA CIDADE

3.3.1 A Formação do Espaço

O Cais da Alfândega comparece, desde 1767, na cartografia histórica que registra a capital do Espírito Santo. Não se sabe ao certo quando foi criado. Entretanto não corresponde ao mesmo espaço que chegou ao final do século XIX¹⁰⁶. Ao sobrepor a linha de preamar referente ao mapa cadastral de Vitória datado de 1767, de autoria do Capitão José Antônio Caldas, com a do mapa datado de 1910, nota-se que a porção de terra que abrigou o Cais, a Rua e a Praça da Alfândega neste último período foi constituída de terreno conquistado ao mar por meio de aterro (Figura 54). Embora não se tenha conhecimento do exato momento em que o aterro ocorreu, é possível apontar o ano em que a Rua foi criada, 1849, a partir de informações constantes em periódico local, no qual é mencionado: “para prestar-se a requisição da camara municipal da cidade afim de alinhar a parte da rua da alfândega, a qual acaba de ser aberta” (SECRETARIA DO GOVERNO, 1849, p. 1).

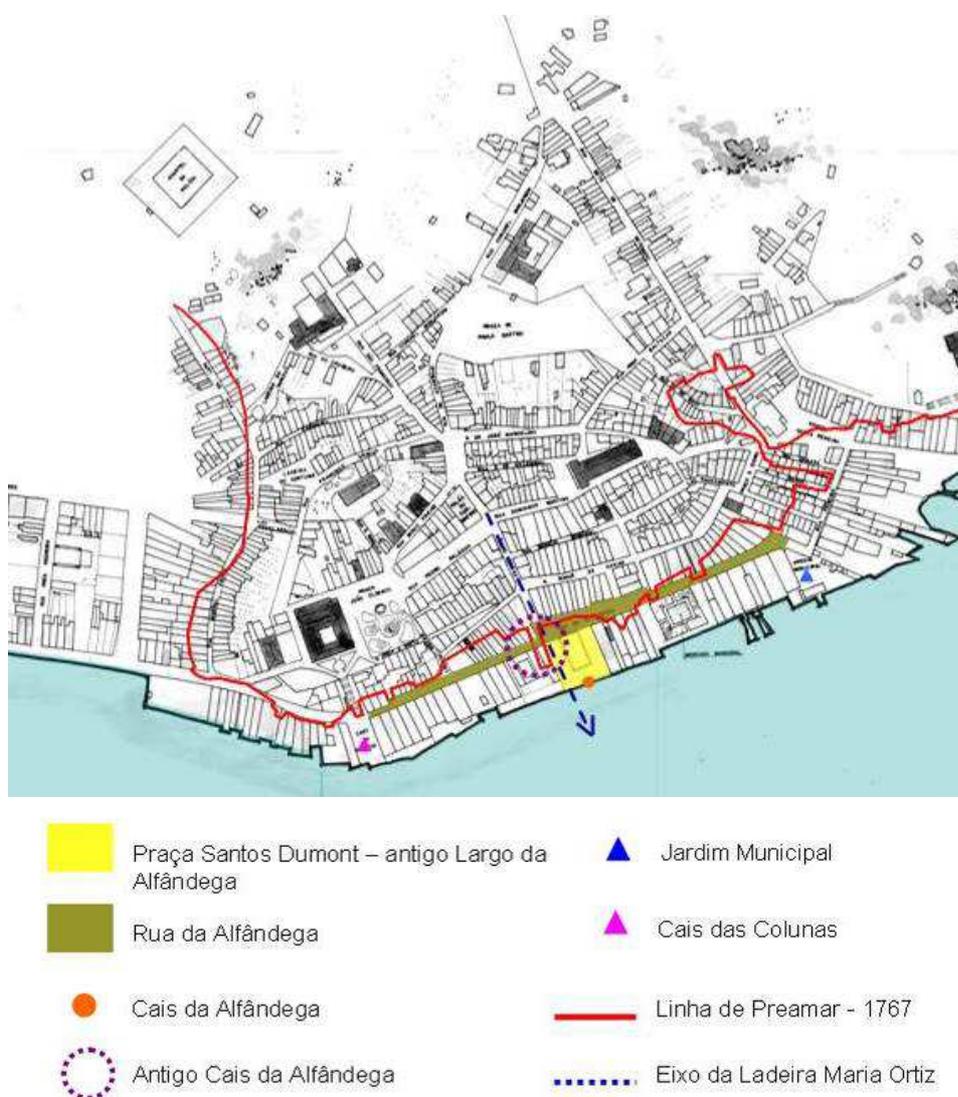
De acordo com Elton (1986), a Rua da Alfândega passou a chamar-se Rua Conde D'Eu em 1872, voltando à denominação anterior quando do advento da República. Sua primitiva extensão alongava-se do Cais das Colunas até as proximidades do Jardim Municipal. Segundo Derenzi (1995, p. 151), durante o início da administração de Jeronymo Monteiro, a Rua da Alfândega “[...] era a melhor rua. Um tanto estreita, com as fachadas das casas mal alinhadas, apresentava-se suficientemente reta”. Central e plana, conforme descrição do mesmo autor, era considerada uma “rua de futuro”, na qual se localizava grande parte do comércio relevante da Capital.

O Cais da Alfândega, então transferido para as proximidades da rua recém-criada, foi mencionado em Relatório de Governo ao final da década de 1870 como em estado de arruinamento, assim como os demais cais localizados em Vitória. No ano

¹⁰⁶ Este aterro já havia sido executado no ano de 1895. O Cais, a Rua e o espaço da Praça já aparecem no mapa cadastral que registra esse período.

de 1882 foi noticiada a criação de um chafariz no local (DAEMON, 1882a, p. 1). Neste mesmo período, a situação de abandono do Cais da Alfândega foi destacada em outro Relatório de Governo, no qual se enfatizava a necessidade urgente de reparos. O Cais foi objeto de pequenas intervenções nos anos que seguiram. Esta situação somente seria alterada ao final da primeira década do século XX, quando da reforma de sua estrutura e aformoseamento da área contígua, que recebia o nome de Praça ou Largo da Alfândega.

Figura 54 – Trecho do Mapa de Vitória: Rua da Alfândega e Praça Santos Dumont (1910)



Fonte: PMV- SEDEC/GPU/CRU.

Nota: Reproduzido pela Coordenação de Revitalização Urbana com base no mapa original pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do Exército, adaptado pela autora.

A Praça da Alfândega correspondia a uma área de traçado regular e formato quadrangular localizada entre a Rua e o Cais homônimos. As outras duas laterais

eram ladeadas por edificações. O espaço constituía-se basicamente de um alargamento da Rua da Alfândega no alinhamento com a Ladeira Maria Ortiz, logradouro responsável por formar com a Rua um eixo perpendicular, ligando-a diretamente ao topo da colina, ou seja, ao núcleo fundacional da cidade.

Devido à sua contiguidade com o Cais, possibilitava, juntamente com outros poucos pontos da artéria, como o Jardim Municipal e o Cais das Colunas, um contato direto com o mar a partir de sua face sul, que o tangenciava (Figura 55).

No ano de 1903, passou a comparecer nos periódicos locais com o nome de “Praça Santos Dumont, antigo Largo d’Alfandega” ([SEM...], 1903, p. 2). Em 1908, recebeu calçamento em paralelepípedo (OFFICIOS..., 1908, p. 1).

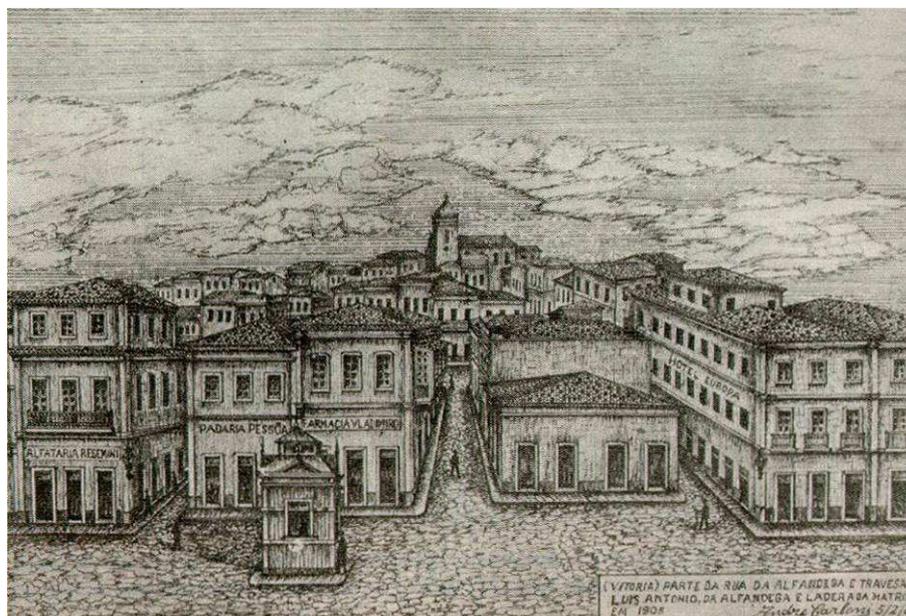
Diante da sua importância no cenário comercial da cidade, a Rua foi elencada pelo Governo como um dos espaços a receber projeto de aformoseamento, visando dotar a área de uma aparência mais moderna. O plano de embelezamento da Praça, que foi inaugurada no dia 2 de outubro de 1909, foi “[...] projectado pelo dr. Arthur Thompson, director de obras da prefeitura” ([SEM...], 1909b, p. 3).

Figura 55 – “Alfandega da Victoria – E. E. Santo” a partir da Baía.



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/Nota>:
À direita, o Cais e a Praça da Alfândega; ao fundo, as torres da Igreja de São Tiago em 1902. Autor:
J. F. Oliver.

Figura 56 – Rua da Alfândega (1905).



Fonte: Elton (1986). Disponível em:

http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/resultado.asp%C2%BFtipo=autor&p_arquivo=&autor=Andr%C3%A9+Carlioni.html

Nota: À frente, as Travessas Luis Antônio e Alfândega; à esquerda, em frente ao sobrado em que se lê Alfaiataria Resemini, a Praça Santos Dumont; ao centro, um dos quiosques antes localizados na rua. Autoria de André Carlioni.

O projeto apresentava traços simples, dando à Praça um formato retangular e conformando duas ruas entre seu perímetro propriamente dito e as edificações que antes a faceavam nas laterais. Era constituído basicamente por dois canteiros ajardinados dispostos de maneira simétrica nas extremidades da composição e ao centro, sobre um pedestal circular, situava-se uma fonte de ferro, posteriormente revestida de uma camada de brita e pó de pedra e água denominada macadame: “Deve se concluir, amanhã, o levantamento do monumento artistico da praça Santos Dumont. Sabemos que para maior effeito do embellesamento daquelle logradouro será elle completamente macadamisado” ([SEM...], 1909e, p. 2).

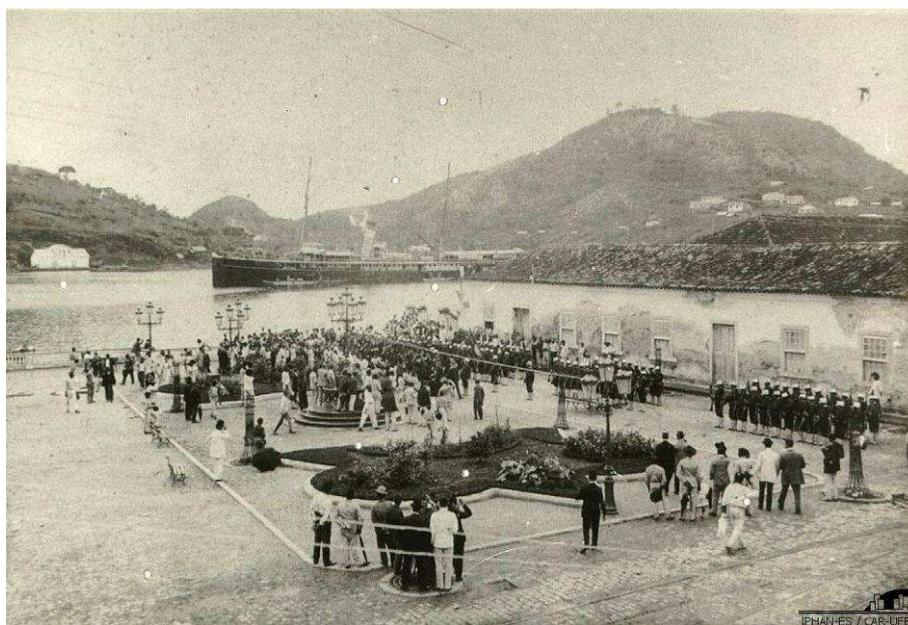
O Cais continuou recebendo melhoramentos que visavam à modernização de sua estrutura, complementando as obras da Praça. A intervenção nele foi realizada a partir de detalhamento da Prefeitura Municipal, no qual se destacavam as seguintes características, conforme publicação em periódico local:

A – As obras constarão da construção de 2 escadas de cantaria lavrada escopo com 5 degráos. De 2” de largura de cada lado, de um patamar também de cantaria com a mesma largura e 2, “5 de comprimento rejuntado a cimento.

B – Reparo do muro do caes e juntamento e reboco na face aparente do mar.

C – Construcção de balaustrada de cimento armado por vergalhões de ferro, entre pilares em toda a extensão do caes, de acordo com o projeto, contendo 5 balaustres por metro corrente, do typo acceto por esta directoria. [...] (THOMPSON, 1909, p. 3).

Figura 57 – Aspecto da Praça Santos Dumont (1910).



Fonte IPHAN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/iph0074.jpg>

Nota: Chegada do General Siqueira de Menezes ao Cais da Alfândega onde se achava o Corpo Militar da Polícia, que lhe prestou honras. Ao fundo, a Baía de Vitória e a geografia montanhosa de Vila Velha. Autoria de Arcesilau Soares.

As melhorias empreendidas no Cais tornaram-se assunto na mídia local, que destacava sua nova aparência, além da ampliação das condições de segurança para os passageiros que o utilizavam como ponto de embarque e desembarque, condições possibilitadas com a intervenção.

O caes onde termina a praça foi corrido de pilastras e ornatos, dragado o porto a fim de que nas marés de vasantes possam as embarcações chegar facilmente á escadaria de pedra, saltando o passageiro sem o menor incidente e commodamente. [...] (PRAÇA..., 1909a, p. 2).

A Praça Santos Dumont foi um dos primeiros espaços a receber iluminação elétrica desde sua criação, uma vez que esse serviço foi entregue pela primeira vez ao uso público dias antes de ela ser inaugurada. Contava com posteamentos com “cinco fócios, para o centro da praça, 5 lindos candelabros de 3 fócios para parte da rua da alfândega e balaustrada do caes [...]” ([SEM...], 1909b, p. 3) importados pela

municipalidade, especialmente “[...] destinados ao embelezamento da rua da Alfândega e praça Santos Dumont” ([SEM...], 1908b, p. 2).

Figura 58 – Aspecto da Praça Santos Dumont com sua balaustrada e escadaria de acesso ao Cais (1910).



Fonte: Espírito Santo (1913a). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.

No ano de 1911, a Praça foi escolhida “[...] para a fundação do monumento a 8 de Setembro, sendo nessa ocasião lançada a pedra fundamental do referido monumento á histórica data [...]” ([SEM...], 1911c, p. 3). Nesse mesmo ano, seu nome foi alterado para Praça Oito de Setembro. A despeito da alteração, passou a comparecer nos periódicos, a partir dessa data e até o final do intervalo pesquisado, com as duas últimas denominações.

3.3.2 Práticas no Espaço e População Usuária

Segundo o regulamento portuário datado de 1857, o Cais da Alfândega enquadrava-se como ancoradouro para as embarcações mercantes de carga e descarga, não obstante a informação em periódico de que seria utilizado como ponto de partida de regatas (PROGRAMMA..., 1877, p. 4) e, pelo menos no início do século XX, como principal ([SEM...], 1909b, p. 3) “[...] porto de embarque e desembarque de

passageiros da nossa capital [...]” (PRAÇA... 1909a, p. 2). Não foi possível determinar, pelas fontes consultadas, quando houve essa alteração de uso.

Assim como outros pontos da cidade, a Praça Santos Dumont abrigava alguns quiosques, que foram removidos do local no ano de 1908 (GOVERNO MUNICIPAL, 1908, p. 2). Não se sabe que destinação tiveram.

Conforme Derenzi (1995), a Rua da Alfândega era em grande parte tomada por edificações de uso comercial, destacando-se edifícios, como a sede dos telégrafos, a Casa Morgado Horta, a Alfaiataria Resemini, as principais farmácias da cidade, os Cafés Globo e Rio Branco, entre outros.

As firmas importadoras Manoel Evaristo Pessoa, Viana Leal, Casa Garantia e representantes comerciais preferiam-na por ter o mar a bater-lhe nas portas dos fundos, por onde recebiam as cargas desembarcadas dos saveiros e alvarengas. J. Zinzen, principalmente com sua casa de café e artigos europeus, ocupava grande frente, com edifício magestoso anexo ao armazém [...] (DERENZI, 1995, p. 152).

Devido à sua importância no cenário da cidade, a Rua era servida por um sistema de transportes público realizado por meio de bondes, abrigando linhas relevantes, que ligavam a área central ao Forte São João e ao arrabalde do Suá. A Praça da Alfândega, por sua posição central e privilegiada, era considerada o “[...] ponto principal dos bondes [...]” (EMPRESA de..., 1910, p. 4).

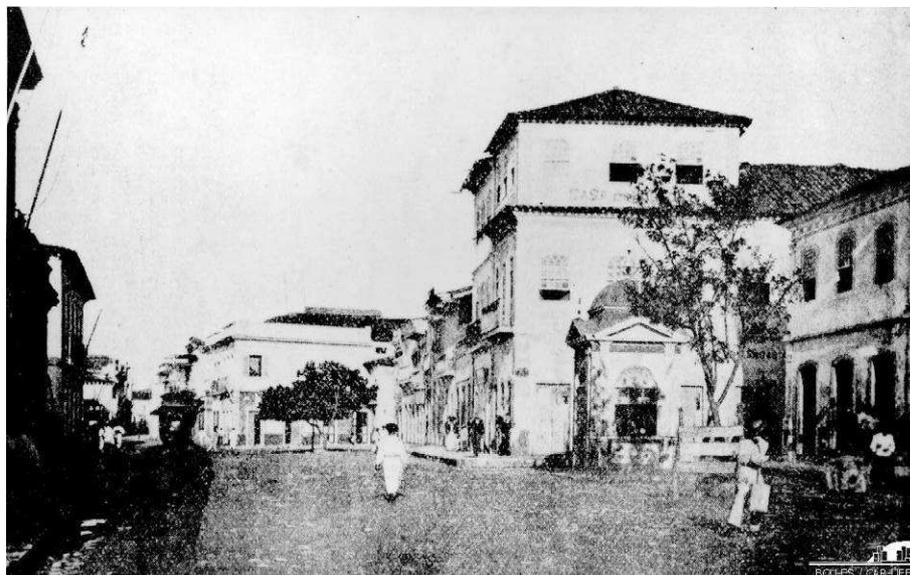
Em que pese à presença de edificações comerciais e de serviços importantes para a Capital ao longo da Rua, conferindo-lhe um movimento constante de transeuntes, conforme ilustravam os periódicos locais, ainda na primeira década do século XX o Cais era vez ou outra utilizado como ponto de lançamento de dejetos: “[...] péssimo e imundo costume, transformando a escada do porto d’aquella praça em verdadeira sentina, o que obriga as pessoas que nos visitam a levar o lenço ao nariz [...]” ([SEM...], 1909d, p. 2), convertendo “[...] aquella excellente logradouro em *water closer* [...]” ([SEM...], 1909c, p. 2), prática já a essa época considerada condenável. Os periódicos do período dão conta de que foi necessária a disponibilização de guardas municipais no local visando coibi-la.

Figura 59 – Rua da Alfândega com os trilhos de bonde ao centro (1908).



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: Autor desconhecido.

Figura 60 – Vista da Rua da Alfândega (1908).



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: À direita, um quiosque antes localizado na referida Rua. Autor desconhecido.

Os melhoramentos empreendidos na Praça incrementaram a concorrência da região da Alfândega, então devidamente aformoseada e iluminada, possibilitando a ampliação do horário de utilização do espaço para além do período diurno, mediante a oferta de programação cultural periódica: “Durante a noite de ante-hontem a praça Santos Dumont e adjacências tiveram grande movimento de povo, fazendo ali retreta as applaudidas bandas Caramurú e Rosariense” ([SEM...], 1910, p. 1).

Convertendo-se a cada ano em um dos pontos mais procurados pela população, a região passou a comparecer nos periódicos como palco de eventos de maior porte, agregando um número maior de usuários, como as festividades carnavalescas de rua. Com a virada do século XX, em especial após os melhoramentos aos quais alguns pontos da cidade foram submetidos, observa-se que práticas antes consideradas mais populares, como o carnaval de rua, evitadas pela população mais abastada, passaram por um processo de ascensão quando da infiltração nas camadas mais favorecidas.

Continua num crescente de entusiasmo e alegria os folguedos carnavalescos.
A praça Santos Dumont, ponto predilecto da elite da nossa sociedade offerecia, hontem, um aspecto deslumbrante.
As senhoritas, que sempre dão a nota chique, divertiam-se com aquella expansão propria da juventude.
Travavam-se verdadeiros combates dez confetti e lança perfumes.
[...] ([SEM...], 1911a, p. 2).

Alguns estabelecimentos eram especialmente responsáveis por uma procura maior da Praça Santos Dumont e suas imediações como pontos de lazer. Dentre eles destacam-se as lojas de artigos femininos e os Cafés Globo e Rio Branco, situados defronte à praça, ampliando o uso do logradouro pelas paradas obrigatórias em frente às vitrines ou mesmo pela utilização de mesas ao longo das calçadas “[...] às tardes e aos domingos, feriados e noites, na área das ruas que contornam a fonte e jardim da praça Santos Dumont [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL, 1909, s/p).

Alegra-se-nos, entretanto a vista ante o prazer de múltiplos gourmets, sentados pelos *cales e restaurants*, num devorar de iguarias denotadoras de arte culinária e, o que é melhor do voraz apetite peculiar aos sãos, aos fortes.
Doutro lado exultamos ao deparar com bandos de moças que constantemente infestam as casas de moda na aquisição de pequeninos nadas que são os seus encantos e o próprio prazer do sexo forte.
À noite, então, o espetáculo é bellissimo. Sopitando o frio, desdenhando a chuva, as nossas patricias pontuam as ruas de multicores graças, fazendo, defronte às vitrines, verdadeiros pasteis dignos de eméritos artistas.
Na praça 8 de Setembro, principalmente, o mais spleenico observador há de confessar, junto a *montre dernier* criada ‘A Primavera’ que vitória é *chic*, que é encantadora, progressista (PETIT, 1912, p. 1).

O local tornou-se um dos símbolos da cidade civilizada, exibindo uma população cada vez mais elitizada em busca dos prazeres da *flânerie*, prática já consolidada

nos grandes centros europeus e na Capital Federal. Para Araújo (1993), apesar da elitização do espaço, a exemplo do observado na Rua do Ouvidor e na Avenida Central – paradigmas cariocas utilizados para esse fim –, logradouros com essa natureza não impeliam o usuário menos favorecido ao consumo, uma vez que “[...] se não podiam consumir vestuários da moda e exibir a elegância das boas maneiras, não eram impedidos de participar das festas populares [...]” (ARAÚJO, 1993, p. 327).

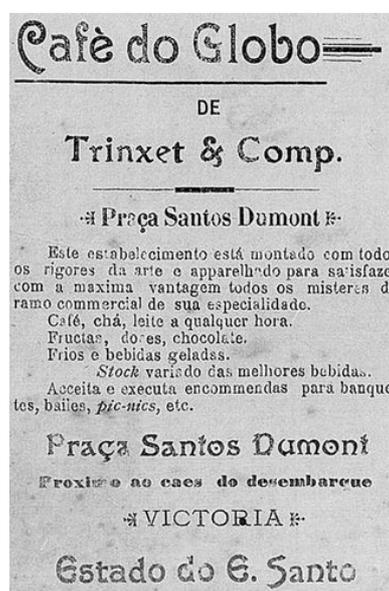
Figura 61 – Casa Verde, estabelecimento comercial na Rua da Alfândega.



Fonte: Cassas do high-life (1891, p. 4)

Nota: Estabelecimento comercial especialmente frequentado pela população de fino trato.

Figura 62 – Anúncio do Café do Globo à Praça Santos Dumont.



Fonte: Café do Globo (1908, p. 3).

Ainda no que tange à população usuária, observam-se com certa constância menções à frequência do espaço por uma população mais jovem, que se valia dos estabelecimentos locais e do ambiente aprazível que se constituiu com o aformoseamento da região da “[...] praça Santos Dumont, ao sabor do *moka*, sob o vozerio alegre da rapaziada e ao suspirar da brisa que da bahia nos vinha com uma certa parcemonia [...]” (PALESTRANDO, 1911, p. 2).

Em que pese à possibilidade de utilização democrática do espaço, as recém-chegadas benesses do consumo iriam distanciar cada vez mais os despossuídos dos mais afortunados, identificados, por suas vestes e pela maneira de agir, com um determinado padrão funcional ou estrato cultural e social.

Figura 63 – Café Rio Branco na Rua da Alfândega.



Fonte: <http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com.br/>

Nota: Localizado defronte à Praça Santos Dumont, com suas mesas ao longo da rua.

De acordo com Novais e Sevcenko (1998, p. 538), “o momento é o de afinar-se com o tempo, com as notícias rápidas, com a circunstância europeia atualizada pelo *dernier bateau*¹⁰⁷ ou, em breve, a americana do último filme. A cena agora pertencia ao individualismo exibicionista”. Ao final da primeira década do século XX, flunar pela Rua da Alfândega e pela Praça Santos Dumont era estar *up to date*. Os grupos beneficiados com a remodelação do espaço não demoraram em ocupar a passarela urbana recém-consolidada para o desfile ostensivo da nova sociedade.

3.3.3 A Paisagem Local como Espelho da Civilidade

A remodelação da Praça Santos Dumont veio consolidar a utilização do espaço como vitrine de práticas sociais próprias da primeira fase da República. O aformoseamento do espaço, ainda que realizado de maneira relativamente simples, foi considerado uma mudança significativa: “a inauguração da praça Santos Dumont,

¹⁰⁷ Última moda.

hoje radicalmente reformada e aformoseada [...]” (PRAÇA..., 1909b, p. 2), seria responsável por imprimir um sopro de vivacidade e progresso às proximidades da Rua da Alfândega.

A cena urbana privada, tentando adaptar-se às intervenções no tecido urbano promovidas pelo Governo, buscou moldar-se ao novo ideário de progresso a partir da remodelação das fachadas das edificações localizadas na Rua da Alfândega, adotando uma aparência mais condizente com o espírito da época. A rua e suas imediações passaram a oferecer um cenário para o “desfile de pompas e vaidades” da nova sociedade, instigando a animação do consumo.

Figura 64 – Pharmácia Aguirre na Rua da Alfândega.



Fonte:

<http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com.br/>

Figura 65 – Alfaiataria Resemini & Leone na Rua da Alfândega.



Fonte:

<http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com.br/>

Nota: Estabelecimento especializado em roupas sob medida, importadora de casemiras e artigos para alfaiates.

Aos poucos a antiga cidade foi desaparecendo deixando, por mutação, emergir outra. Como na montagem de um cenário, a região da Alfândega foi ganhando uma nova roupagem, sendo esse rearranjo urbanístico e arquitetônico um grande incentivador da apropriação do espaço por parte da população local para fins de lazer.

Figura 66 – Aspecto da Praça Santos Dumont – Praça Oito de Setembro (1908).



Fonte: Arquivo Geral de Vitória. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/agv5338.jpg>
 Nota: Autoria de Photo Paes.

As abordagens acerca do novo panorama que se descortinava eram impregnadas de menções que destacavam o caráter transformador da intervenção e a nova relação que se estabelecia com o local a partir de então. Em alguns casos, teciam-se comparações entre o “antes e o depois”, creditando-se sempre à segunda situação uma condição mais agradável e um interesse maior pelo local por parte da população. A impressão negativa que o espaço causava aos olhos dos visitantes antes da intervenção é destacada de forma incômoda pelo autor da nota que segue, preocupação justificada, visto que o Cais da Alfândega constituía uma das principais portas de entrada da cidade via mar.

[...] praça Santos Dumont que acaba de passar por grandes reformas que a tornaram um dos mais atrahentes e aprasiveis logradouros públicos.

[...]

Porto de embarque e desembarque de passageiros da nossa capital, muito bem julgou o governo não deixal-o na sua primitiva forma, com um aspecto desgracioso, provocando a critica acerca dos que nos visitam (PRAÇA..., 1909a, p. 2).

As descrições pós-aformoseamento davam uma tônica de elegância e pompa ao espaço, garantindo uma impressão positiva, bem diferente da anterior, que se desejava eliminar: “[...] o luxo e as ostentações do caes da alfândega [...]. [...]

saltando no caes da alfândega e dando logo com aquella balaustrada branca e com aquelles jardins e aquella monumento de bronze [...]” (MACHADO, 1910, p. 3).

A Praça passava a ser descrita com destaque para os elementos ali construídos, que ganhavam um caráter superlativo, comparecendo na mídia local como sinais de urbanidade, refletindo “[...] mais uma conquista do nosso progresso [...]. Hoje aquella praça fartamente illuminada, com dois canteiros bellissimos e uma fonte artística, dá um tom agradável, a toda a cidade, visto como Ella está collocada no seu coração” (PRAÇA..., 1909a, p. 2).

A menção à cena urbana então descrita difere das menções negativas constantemente observadas antes da gestão de Jeronymo Monteiro. Essa mudança se deveu não a uma intervenção específica, mas a um conjunto de ações realizadas pelo Poder Público. Em verdade, as “[...] importantes e radicaes modificações” ([SEM...], 1909f, p. 2) atribuídas às obras da Praça Santos Dumont trabalharam de maneira associada à melhoria da infraestrutura da cidade, sendo essa condição, imbricada de esforços, sentida e relatada por um morador de Vitória: “[...] basta dizer que a Victoria é hoje uma cidade hygienica. Com magníficos bondes electricos, ruas limpas, praças bem ajardinadas, etc. A praça Santos Dumont é uma miniatura do nosso caes Pharoux¹⁰⁸, um lindo ponto de desembarque” (LAVRADOR, 1911, p. 2). Como era de se esperar, a analogia com a Capital Federal como ícone de civilidade almejada se fez mais uma vez presente quando a praça foi comparada ao Cais Pharoux.

A presença dos bondes elétricos, vistos como um reflexo da evolução tecnológica e possibilidade de ampliação do espaço urbano, é mencionada como um atestado poderoso do crescente índice de urbanização da cidade. Para Novais e Sevcenko (1998, p. 548), “a rede de bondes passou a ser não apenas o principal referencial da especulação imobiliária, mas também um dos mais distintos elementos de status, para a população que não dispunha de veículos próprios”.

¹⁰⁸ Trata-se de cais de meados do século XIX localizado na cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades do Largo do Paço – que viria a chamar-se Praça XV. Recebeu essa denominação devido ao antigo Hotel Pharoux, construído em suas imediações.

O Estado, ao assumir seu papel de interventor, favorecia um sentimento de adiantamento cultural, em face dos intervalos anteriores, como se o período de desenvolvimento da cidade finalmente tivesse chegado, aproximando-a de certa maneira dos centros mais adiantados.

Ora, a nossa Victoria!

Vae a galernos ventos pela rotina do progresso, com um timoneiro intemerato, tendo por bussola o critério e o bom senso, a gloriosa mao do estado.

Já o bafejo vivificador dos grandes centros nos mimosea, trazendo-nos alento e vida nova.

Aqui já se sente um *que* e um grande *que* do bulício tempestuoso das grandes cidades.

Se duvidar alguém, haja vista a praça Santos Dumont, notadamente nos domingos.

Nesta aprazível praça é um turbilhão de gente que se reúne, alegre e paroleira, moços e moças, enfim, pessoas de toda idade, abarracada nas mezinhas da *terrasse*, discutindo alegremente e sorvendo um refrigerante qualquer para auxiliar a brisa e amenisar o calor.

[...]

Enfim, Victoria vae, e vae bem, singrando um mar bonançoso, velas enfunadas ao vento, em demanda do porto seguro que o progresso lhe oferece (TULLIO, 1911b, p. 3).

Em que pese à condição de “respiradouro” da Praça, diante da disposição do corredor da Rua da Alfândega, dando àquela a conformação de um terraço voltado para a Baía de Vitória, não foram observadas menções a essa paisagem, o que não significa dizer que não aconteceram, haja vista o potencial do local como mirante, atestado na iconografia da época (Figura 57).

Em contrapartida, são constituintes dessa nova paisagem, destacada pelos moradores locais, não apenas a cidade, com suas construções e espaços urbanos então remodelados, mas também as pessoas, o movimento, o murmurinho de acontecimentos, irradiando as características de uma cidade em pleno processo de modernização e progresso.

Diante do exposto, ao analisar conjuntamente os espaços objetos deste Capítulo, é possível observar, nas três situações, a mão do Poder Público como iniciadora das transformações e propagadora de um desejo de mudança, incentivando iniciativas particulares no raio de abrangência desses locais que, em conjunto com as primeiras, acarretariam a alteração da paisagem local, ainda que em diferentes escalas.

O conjunto de ações governamentais iniciadas no âmbito da infraestrutura urbana, que culminaram com a criação de novos cenários modernizados, incentivou o desejo de aproximação com a rua como prática cotidiana.

Quanto à apreensão da paisagem local, verifica-se que a tônica dada pelos observadores/relatores, além de enfatizar as mudanças físicas promovidas com as intervenções, também se fixa nos aspectos culturais e nas formas de apropriação desses espaços em mutação, determinados pela influência direta da sociedade no território.

Outras intervenções ocorridas nesse intervalo de tempo também desempenhariam um papel importante no estímulo à fruição da paisagem local, ainda que por estratégias diferentes das observadas neste Capítulo, que serão detalhadas na sequência.

CAPÍTULO 4

4 A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS COM INTENÇÃO DE USUFRUTO DA PAISAGEM EM VITÓRIA DE 1860 A 1916

No Capítulo que se inicia, propõe-se compreender a contribuição dos jardins e parques públicos, criados em Vitória entre os anos de 1860 e 1916, especificamente voltados para o lazer, e sua influência no processo de consolidação de uma intenção consciente de usufruir a paisagem na capital capixaba.

Conforme abordado no Capítulo 1, os espaços aqui analisados são o Jardim Público Municipal e o Parque Moscoso. Objetivando melhor entendimento da participação desses espaços no modo como a população passou a se relacionar com a paisagem local depois de implementados, propõe-se a dissecação do tema a partir das seguintes etapas: no primeiro momento, entender o processo de formação desses espaços, visando avaliar o impacto que trouxeram para a cidade; em sequência, analisar as práticas e a população usuária, no intuito de avaliar o público beneficiado e as formas de utilização do espaço; no terceiro momento, observar as práticas contemplativas no local; por último, realizar uma analogia com experiências cariocas, como as do Passeio Público e do Campo de Santana, visando entender até que ponto estes espaços foram utilizados como norteadores para a elaboração dos projetos do Jardim Municipal e do Parque Moscoso, respectivamente.

Para tanto, faz-se necessária uma breve explanação acerca da influência externa no avanço da presença do verde em diversas cidades brasileiras, a partir da segunda metade do século XIX.

O desenvolvimento da cultura paisagística na América do Sul, entre o século XIX e as duas primeiras décadas do XX, em muito se deu pela presença estrangeira, em especial a francesa, de jardineiros e paisagistas nesse território, conforme afirma Dourado (2011).

Segundo o autor, a grande repercussão internacional da reforma urbana parisiense alçou definitivamente a capital francesa ao posto de uma das mais belas cidades verdes do mundo aos olhos das elites locais e, em consequência, selou o prestígio desses profissionais, que se tornaram os mais requisitados na tarefa de atualizar a fisionomia de inúmeras cidades sul-americanas mediante a criação de “[...] parques, praças, programas de arborização viária, dirigindo departamentos municipais de áreas verdes, desenhando jardins residenciais e, mesmo, incrementando o comércio continental de plantas ornamentais” (DOURADO, 2011, p. 21).

Para empreender a expansão verde de Paris, utilizou-se como estratégia a democratização do acesso e a difusão dos jardins por toda a cidade, a fim de que esses espaços pudessem exercer uma nova função social: civilizar as massas. Hetzel e Negreiros (2011) complementam, mencionando que o ideário difundido desde o século XVIII pregava o contato com a vegetação por meio da vivência em espaços ajardinados como meio necessário ao aprimoramento coletivo e individual.

Dourado (2011, p. 31) expõe:

Educar o comportamento da massa urbana era uma motivação central – mas não a única – que inspirava e direcionava a experiência parisiense. A implementação de ambientes verdes visava atender aos anseios de uma classe alta, que vinha assimilando o gosto pelas amenidades da vida ao ar livre. Enriquecida e orgulhosa de si, a burguesia industrial e financeira estava ávida por dispor de mais cenários para reproduzir comportamentos que foram característicos da aristocracia, como os passeios a cavalo em meio às árvores, as conversas e os encontros nos parques, o jogo de se fazer ver e ser visto, a exibição de trajes elegantes, o desfile em carruagens.

Outro motivo considerado relevante para que se levasse adiante o programa verde da “Cidade Luz” foi o reconhecimento das qualidades benéficas das árvores como recurso a serviço da salubridade urbana. Dourado (2011) esclarece que, no início da segunda metade do século XIX, o emprego de vegetação de grande porte era recomendado, visando ao favorecimento da renovação do ar e à dispersão das emanções nocivas, de maneira a combater lugares considerados pútridos, de acordo com a teoria dos miasmas.

Além dos motivos elencados, outro selaria de vez a importância do verde, justificando a condução de trabalhos de ajardinamento da Capital, o embelezamento

urbano. O *embellissement public* se afirmaria como símbolo distintivo da civilização urbana, conforme afirma Dourado (2011), tornando-se o grande fomentador da propagação de jardins em Paris.

Em verdade, a experiência parisiense transformou-se em um influente produto de exportação cultural que não tardou a avançar para além dos limites da cidade, repercutindo nas mais remotas localidades, inclusive no território brasileiro.

No final do século XIX, a cultura sobre o papel da vegetação já se havia consolidado com base no desenvolvimento da medicina científica, e o conceito de rua e de parque arborizados como “pulmões urbanos” estava amplamente assimilado, de acordo com Segawa (1996, p. 70), que também afirma que a árvore passava a ser vista como “[...] um símbolo de civilidade, de cultura, de patriotismo”.

O início do século XX viria testemunhar grandes transformações na fisionomia urbana das cidades brasileiras, em especial as maiores, período no qual se desejava superar as mazelas da herança colonial, conforme já mencionado anteriormente. A busca pela ruptura com o passado encontrou resposta na repaginação de todas as esferas do cotidiano, tendo como paradigma o desenvolvimento das adiantadas nações europeias. Nessa perspectiva, nada se mostrou mais eficiente em sedimentar tais objetivos de civilidade e de progresso, que se espelhar na radiante Paris de Haussmann. Assim, conforme discorre Dourado (2011, p. 62),

[...] consolidou-se e alastrou-se uma francofilia, com expressão notável no campo do paisagismo, que impulsionou a realização de parques, jardins públicos e programas de arborização, revolucionando as feições dos principais centros urbanos locais, difundindo novos espaços e hábitos [...].

Em Vitória, na década de 1870, já se observava uma preocupação incipiente com a introdução do verde na cidade como aliado às questões referentes à salubridade pública, cujas benesses eram enfatizadas nos periódicos locais: “Arborização. - Já começou o plantio de palmeiras na capital. O que com isto ganha a salubridade publica desta cidade é facto que salta aos olhos dos mais myopes” (ARBORISAÇÃO, 1872, p. 3).

Alguns anos mais tarde, em 1882, foi implementada a primeira área verde de Vitória de que se tem notícia: o Jardim Público Municipal (a ser detalhado na sequência).

No ano de 1890, foi publicada uma série de artigos que manifestavam a importância da arborização para a higiene pública das cidades. Nos comentários realizados pelo autor do texto que segue, nota-se o tom científico com que chega a orientar sobre quais os tipos de árvores mais indicados para situações específicas, como praças, jardins, ruas bem como para as margens da baía. O autor do artigo deixa clara a urgência do plantio de árvores na Capital, considerando o tempo hábil para que se pudesse efetivamente usufruir de suas vantagens.

D'estes meus já alongados dizeres conclue-se que **o plantio de arvores em uma cidade tropical**, em que tão grande se faz sentir o rigôr do estilo, **tem a tríplice vantagem de seccar o sólo, moderar a temperatura e activar a producção do oxygeneo, agente indispensavel ás combustões organicas e, portanto, á manutenção da vida humana.**

[...]

A arborização completa de uma grande cidade não é obra para dias. Das arvores que agora se plantar, não se ha de tirar proveito rápido e immediato.

O seu plantio será, porém, em tempo não muito remoto, **o trabalho mais fecundo que se poderá realizar a bem da salubridade d'esta capital** (PIZARRO, 1890, p. 2, grifo nosso).

Apesar da presença exuberante da vegetação localizada no entorno da cidade, inúmeros relatos dão conta da aparência árida dos espaços urbanos, o que justifica a preocupação do autor do texto acima.

Ao final do ano de 1911, instituiu-se a Lei n.º 776¹⁰⁹, que autorizava o Governo a desapropriar, para utilidade pública, as matas existentes na circunvizinhança da cidade de Vitória, visando conservá-las “[...] a bem da salubridade desta capital” (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 1912a, p. 1). No ano seguinte, a maior área verde implantada em Vitória durante o período estudado seria criada – o Parque Moscoso – aos moldes da experiência parisiense, que vinha sendo reinterpretada em solo brasileiro em várias cidades, em especial no Rio de Janeiro.

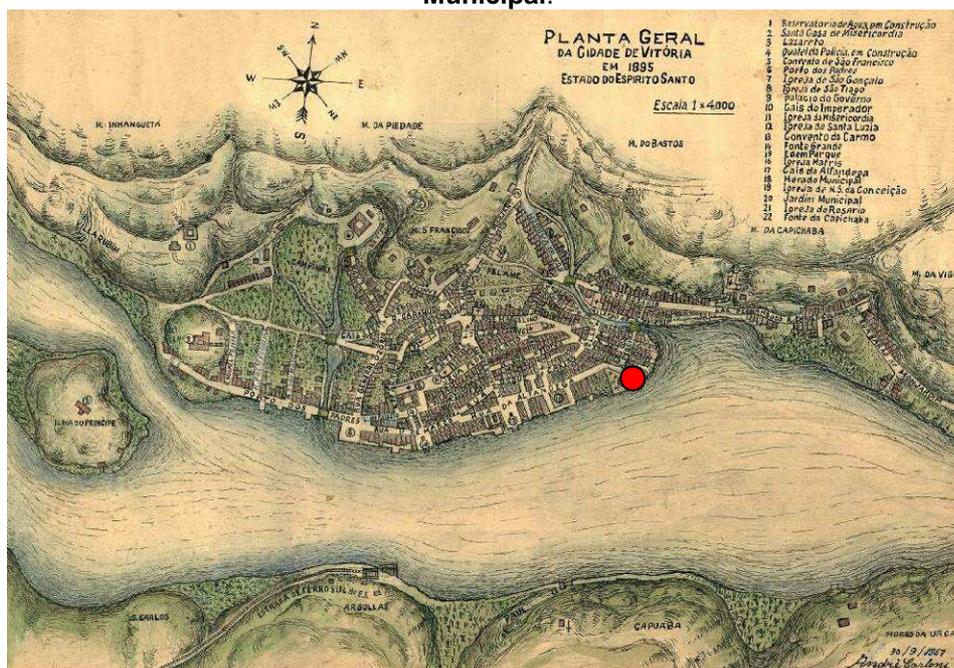
¹⁰⁹ Lei n.º 776, de 30 de dezembro de 1911.

4.1 O JARDIM PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA

4.1.1 Imagens do Jardim: Reminiscências

No final do século XIX, ainda se observava na cidade de Vitória uma escassez de áreas públicas urbanizadas. Um dos poucos espaços públicos abertos a receber tratamento, mencionado ao longo do intervalo estudado, foi o Jardim Público Municipal, criado exclusivamente para a prática do lazer.

Figura 67 – Registro da cidade de Vitória em 1895, realizada por André Carloni (1947) – Jardim Municipal.



Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Em destaque, a localização do Jardim Público Municipal às margens da Baía de Vitória.

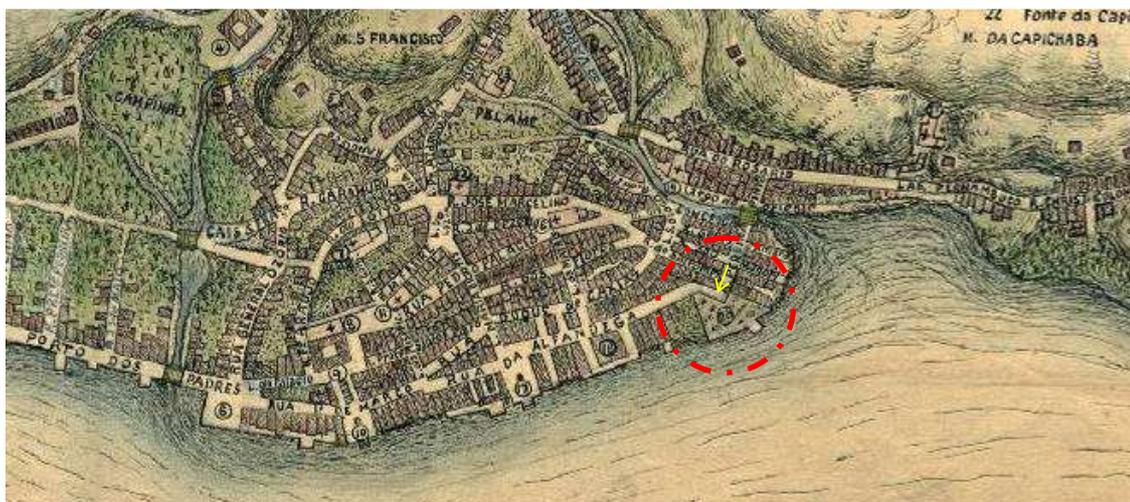
Contíguo ao Cais do Sacramento, também conhecido como Cais da Imperatriz¹¹⁰, inaugurou-se, em 2 de fevereiro de 1882, oito anos antes da Proclamação da República, o “elegante” Jardim Municipal, com a presença do Presidente da Província e autoridades locais, bem como de famílias e muitos cidadãos de Vitória,

¹¹⁰ No ano de 1878, no Relatório de Governo apresentado pelo então Presidente da Província, Manoel da Silva Mafra, menciona-se que os cais da capital, de maneira geral, encontravam-se em estado de ruínas; apenas o Cais da Imperatriz apresentava melhores condições: “[...] é o que mais se presta a embarque e a desembarque” (ESPÍRITO SANTO, 1878, p. 33).

conforme publicado em periódico da época, segundo o qual o espaço viria a suprir a “[...] necessidade de **um lugar onde á tarde pudessem recrear-se as famílias [...]**” (INAUGURAÇÃO..., 1882, p. 2, grifo nosso).

Pouco se conhece sobre esse espaço. Não foi encontrado, durante a pesquisa realizada, nenhum indício da existência de um projeto original visando à sua construção, e tampouco se têm informações acerca da autoria dele. Os únicos registros cartográficos de que se teve conhecimento, nos quais o Jardim Municipal é mencionado, foram as plantas cadastrais que registram a cidade de Vitória entre os anos de 1895 e 1910.

Figura 68 – Detalhe do registro da cidade de Vitória em 1895 (1947).



Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Em destaque o Jardim Municipal. A seta em amarelo indica a posição do portão de acesso ao Jardim. Desenho de André Carloni.

A análise do registro de 1895, de autoria de André Carloni, indica que o Jardim Público Municipal ocupava um terreno com cerca de 2.400m², conquistado ao mar por meio de aterro¹¹¹, com formato aproximadamente trapezoidal, irregular, inserido na malha urbana existente de acordo com as condições do arruamento local. Quanto ao perímetro do terreno, pode-se observar que se limitava ao sul com a Baía de Vitória, em sua face mais extensa (com aproximadamente 73m), a partir da qual se projetava parcialmente sobre o mar por meio de um cais. O contato com a cidade

¹¹¹ Ao comparar o mapa de Vitória de 1767 (desenhado pelo Capitão José Antônio Caldas em 1761 e copiado por João Fonseca Bittencourt) com o de 1895, observa-se no último que a porção de terra que abrigava a Rua da Alfândega e os terrenos contíguos voltados para a baía, inclusive o do Jardim Municipal, não existia no mapa anterior. Conclui-se, portanto, que foi constituída através de aterro.

propriamente dita ocorria em sua face norte, pelas ruas da Alfândega e Pereira Pinto. Lateralmente era delimitado por terrenos vizinhos.

Relatório de Governo do primeiro Vice-Presidente da Província, Alpheu Adelpho Monjardim D'Andrade e Almeida, datado de 1882, traz à tona, ainda que de maneira parcial, alguns aspectos da aparência do Jardim Municipal no ano de sua inauguração:

Caes da Imperatriz – [...]

Este cães **será em breve o ponto mais attrahente d'esta Capital por quanto está hoje convertido em uma praça fechada a gradil de ferro, com uma linda entrada, um repuxo com bacia e muitas arvores plantadas e dividida em diversas figuras geometricas** que lhe dão um aspecto agradável [...] (ESPÍRITO SANTO, 1882a, p. 23, grifo nosso).

O relato evidencia a presença de um “repuxo com bacia”, dando a entender que havia um ponto com fornecimento de água no interior do Jardim. Nota de 1894 confirma a presença de um chafariz: “[...] juntando conta de concertos feitos por Salvador Ribeiro nos chafarizes do Jardim Municipal e da Villa Moscoso” [...] (GOVERNO MUNICIPAL, 1894, p. 2).

Relato datado de 1896, publicado três anos depois de escrito, fornece maiores indícios sobre o aspecto do Jardim Municipal em fins do século XIX por meio de uma descrição relativamente detalhada:

No Jardim Municipal

Não ha n'esta cidade quem desconheça **o pequeno terreno arborisado e cercado de grade de ferro**, que **fica no começo ou no fim da rua Pereira Pinto**, em frente ao grande sobrado em que funciona o famoso Club Athletico [...].

Oito frondosas e copadas castanheiras, duas palmeiras imperiaes, duas viçosas carnahubeiras, dois grandes pés de acácia, uma touceira de paty, uma palmeira indiana e um grupo de assahy ou de juçareiras, **plantadas todas sem ordem nem symetria, entre canteiros triangulares sem flores e cobertos de relva, formam ou constituem a arborisação do alludido terreno, baptisado com o nome pomposo de Jardim Municipal**, não sei si pelo povo d'esta Capital, ou si pelo governo municipal.

Eu dar-lhe-ia nome mais adequado, **cha-mal-o-hia Mira-mar**, ou conferir-lhe-ia outra denominação, se não fosse o receio que tenho de attentar contra a historia, apagando da mente do povo a lembrança de factos ou de acontecimentos que se acham ligados á sua existencia, ao seu progresso e desenvolvimento.

[...] Victoria, 6 de setembro de 1896

(ARISTOPHANES, 1899b, p. 1, grifo nosso).

Os dois textos ora transcritos, que descrevem o espaço, complementam-se e trazem à tona a imagem de um Jardim Municipal arborizado, com a presença de canteiros geométricos de formato triangular e paisagismo assimétrico. O primeiro qualifica o lugar como agradável; o segundo critica o nome dado ao espaço, considerando-o demasiadamente solene para a realidade encontrada, e menciona o nome entendido pelo autor como o mais adequado: “Mira-mar”, indicando sua contiguidade com a Baía de Vitória e seu potencial visual em relação ao mar. Vale destacar, no entanto, que o primeiro texto compõe um dos trechos do Relatório do Vice-Presidente de Província do governo responsável pela criação do Jardim, enquanto o outro é de autoria de um colunista do periódico citado, o que pode justificar o tom de enaltecimento de um e de crítica do outro.

Outra nota menciona a existência de alamedas: “O Jardim Municipal, hoje, á tarde, terá por entre suas **alamedas** [...]” (A’ DUAS..., 1882, p. 1, grifo nosso), indicando a configuração de percursos visando à condução ou orientação do passeio.

Tanto o Relatório de Governo de 1882 quanto a nota do periódico publicado em dezembro de 1899, inicialmente mencionados, informam que o referido espaço tinha o perímetro gradeado. Conforme o art. 61 do Decreto n.º 75, de 11 de março de 1901, que corresponde ao Código de Posturas do Município de Vitória desse ano, os jardins deveriam ser disponibilizados ao público das seis horas da manhã às dez horas da noite e nenhum estranho à pessoa do guarda poderia ali permanecer após o horário permitido, devendo os portões ser fechados. Nota publicada no ano de inauguração do Jardim Municipal confirma a existência de guarda específico para o local e a necessidade de fechamento do espaço após o horário estabelecido.

Quando estão todos a brincar, a rir em meio de uma animada proza, ouvimos a voz do guarda Rangel – que nos ultima neste tom:

- São horas, quero fechar o portão.

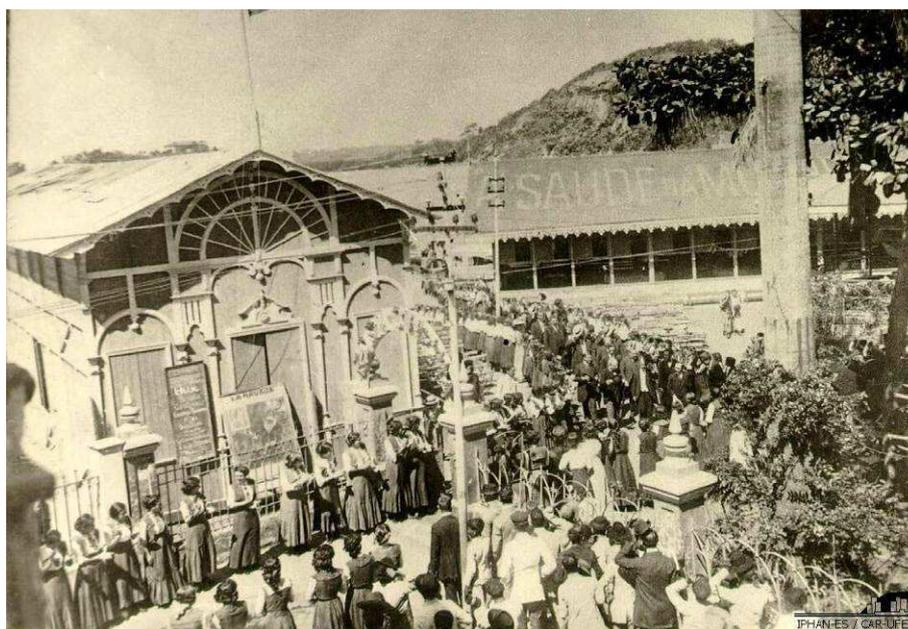
Não ha razões nem protestos, e somos obrigados a sahir, **ao toque das 10 horas**... [...] (COSTA, 1882, p. 2, grifo nosso).

Não foram encontrados registros iconográficos ilustrando a real aparência do antigo Jardim Municipal até a década de 1910. A Figura 69, datada de 1912, mostra uma visada parcial do espaço, na qual é possível observar o cercamento constituído por gradil de ferro, estruturado por pilaretes adornados, e, ao centro, a entrada do

logradouro em tela, ao final da Rua Pereira Pinto, mencionada no texto de 1899, conforme demonstrado na Figura 71.

Há menção à existência de uma murada no Jardim Municipal na face contígua à Baía de Vitória: “As flores, os arbustos verdejantes, o barulho das **ondas que beijão, ao sopro da viração, a murada do jardim** [...]” (COSTA, 1882, p. 2, grifo nosso). A ausência de informações mais detalhadas impossibilita precisar, no entanto, se o relato se refere a um muro de arrimo para a sustentação do terreno ou a algum anteparo que pudesse resguardar o usuário em relação ao mar. Contudo, uma citação de 1899 aponta a existência de uma grade na porção do terreno voltada para o mar: “O estreito e profundo braço de mar que banha o caes, **sobre que descança a grade do jardim**, concorrendo grandemente para o seu embellezamento, é causa da constante viração que lá sopra” (ARISTOPHANES, 1899b, p. 1, grifo nosso).

Figura 69 – Antigo Jardim Municipal (1912).



Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Já denominado Éden Parque, tinha à direita (em destaque) a entrada do terreno por meio de portão de ferro, voltada para a Rua Pereira Pinto. Autor desconhecido.

A consulta aos periódicos tornou possível o conhecimento da existência de bancos no local, embora estes fossem insuficientes, conforme as menções encontradas (JARDIM..., 1882b, p. 3), indicando que existiam, mas de maneira insatisfatória. Outra fonte de 1883 refere-se à limitada iluminação do local (D'OLIVEIRA, 1883, p.

1). Nesse período, o sistema de iluminação pública da cidade era a gás e a situação do Jardim não se diferenciava da encontrada nos demais pontos da cidade, nos quais se observou uma constância nos problemas referentes à iluminação pública até o final da primeira década do século XX, conforme relatado no Capítulo 1.

Seis anos após sua inauguração, o Jardim Municipal sofreu as primeiras alterações em sua configuração interna, no que tange à sua ocupação por algumas construções. Essa prática também foi observada nos anos que seguiram até a década de 1910.

Citações datadas de 1888 descrevem a existência, no interior do Jardim Municipal, de um *chalet* com frontispício “bordado”, no qual eram oferecidas “[...] cerveja marca barbante, abacachina, groseira, orchata e tudo quanto fabrica o acreditado estabelecimento” (JARDIM..., 1888a, p. 2).

Ao final de 1892, a Câmara Municipal aprovou a construção, no mesmo terreno, de outro quiosque em forma de *chalet* com concessão por um prazo de cinco anos. Em 1895, foi deferida uma solicitação para implantação de “botequim no Jardim Municipal”. Dados do ano seguinte, há registros da existência de petição solicitando a instalação de “[...] um pavilhão, que sirva não só para diversões públicas como ainda para a venda de bebidas [...]” (GOVERNO MUNICIPAL, 1896d, p. 2).

Imagem datada de 1912 (Figura 70) ilustra a presença, no interior do Jardim, de um coreto metálico de formato hexagonal e guarda-corpo adornado.

O mapa de Vitória datado de 1910 (Figura 71) ilustra a ocupação interna do Jardim Municipal por edificações que em muito se assemelham às mostradas na Figura 69, na qual aparecem duas construções: uma próxima ao portão de acesso (possivelmente um dos quiosques ou o pavilhão, mencionados nos relatos anteriores) e outra, mais ao fundo, paralela à Baía e contígua ao Cais, com inscrição parcialmente legível no registro fotográfico: “Saúde da mu(...)”, sobre cujo uso não se tem conhecimento. Ao centro, o mapa indica a presença de um volume em formato hexagonal, semelhante ao do coreto registrado em 1912.

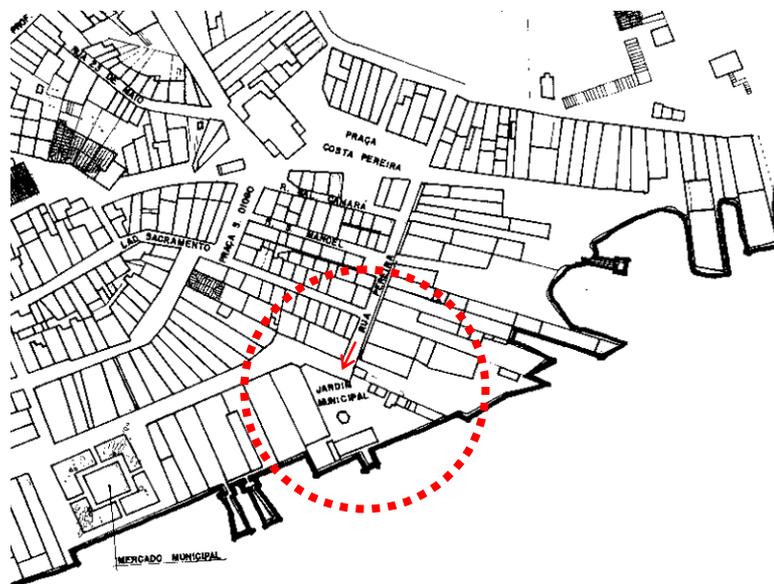
Figura 70 – Grupo de mascarados no Jardim Municipal no carnaval de 1912.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Nota: Governo de Jerônimo Monteiro. Segundo a fonte, a cena ocorreu no Éden Parque, denominação com a qual o lugar passou a ser conhecido na primeira década do século XX. Ao fundo, destaque para a presença do coreto no interior do espaço.

Figura 71 – Detalhe da planta geral da cidade de Vitória (1910).



Fonte: SEDEC/GPU/CRU - PMV.

Nota: Em destaque, o Jardim Municipal, cujo acesso, indicado pela seta vermelha, era realizado pela Rua Pereira Pinto. Cópia do mapa original existente no Arquivo Histórico do Exército. Adaptado pela autora.

Publicações datadas de 1904 fazem menção ao Cais do Jardim Municipal como o “[...] caes, d’ Antigo Jardim Municipal, [...]” (MONSENHOR..., 1904, p. 1), indicando a alteração do nome do espaço.

Referências a partir de 1908 associam o Édén Parque¹¹² ao Jardim Municipal. Não foi possível precisar a data na qual o estabelecimento se transferiu para o terreno do Jardim Municipal, no entanto, registro datado de 1917 menciona esse fato como já consumado.

S. Exa. chegara a bordo do paquete Brasil, que ancorou no porto desta capital, ás 12 horas do dia, sendo transportado na lancha a vapor Santa Cruz, do sr. major Eugenio Pinto Netto, **para o caes do Jardim Municipal, hoje Eden Parque**, onde desembarcou com a comissão de sacerdotes e de [...] (PEREIRA, 1917, p. 3, grifo nosso).

No mapa que registra Vitória em 1895, ambos os espaços são referenciados na legenda de maneira ainda dissociada, levando a crer que, pelo menos até esse período, esses espaços constituíam dois pontos distintos localizados na mesma cidade.

Pelos registros encontrados, em 1907 inaugurou-se o cinematógrafo denominado Édén Cinema, localizado no Édén Parque. Os registros do ano seguinte já fazem menção à realização de embarque de passageiros nesse local: “O embarque do

¹¹² Publicações de 1900 mencionam a inauguração, no dia 24 de fevereiro desse ano, do “[...] **novο jardim Eden Parque**, situado **também á rua Sete de Setembro**, na aprazível chácara do nosso amigo major Víctor de Oliveira” ([SEM...], 1900, p. 1, grifo nosso). Uma publicação do ano de 1904 informa: “Os dignos proprietários do único lugar onde vamos deixar o sple que é o Eden Parque, comemoram o 7º aniversário de sua instalação. [...]” (EDEN..., 1904, p. 1), dando a entender que o referido estabelecimento foi aberto no ano de 1897.

A menção ao novο Édén Parque na nota datada de 1900 confirma que o mesmo estabelecimento já existia. Essa nota indica ainda que este se situava também na Rua Sete de Setembro. Outra nota informa que o estabelecimento comercial fornecia “[...] bebidas finas de toda a espécie, [...], bebidas geladas, sorvetes, flores e musica” (EDEN PARQUE, 1900, p. 3). O mesmo periódico informa ainda o nome do proprietário do estabelecimento: “[...] abre-se hoje o Eden Parque de propriedade do sr. João Pedro Neves de Freitas” (EDEN PARQUE, 1900, p. 3).

Não há registros de quando o Édén Parque foi transferido para o Jardim Municipal. No entanto informações constantes no jornal Estado do Espírito Santo, de 24 de fevereiro de 1903, indicam seu endereço, nesse período, ainda na Rua Sete de Setembro (NOVO EDEN, 1903, p. 3). Outras notas de 1907 fazem menção aos serviços prestados pelo estabelecimento à população, os quais incluíam um cinematógrafo denominado Édén Cinema, salão de jogos e outras diversões, estabelecimento localizado na Rua Pereira Pinto. Insta mencionar que há um intervalo de tempo entre 1905 e 1906 no qual não foram encontrados registros no periódico microfilmado que pudessem dirimir essa dúvida.

Cabe mencionar ainda que os registros encontrados a partir do ano de 1907 não associam o Édén Parque ao primeiro endereço, na Rua Sete de Setembro, o que leva a crer que o estabelecimento instalado no Jardim Municipal não era uma filial daquele, confirmando uma transferência desse espaço.

distinto cavalheiro teve lugar no Eden Parque, comparecendo diversos amigos que o levaram até a bordo do parquete Brasil [...]” ([SEM...], 1908a, p. 2), indicando a transferência do referido espaço, antes localizado na Rua Sete de Setembro, para um terreno situado próximo à baía.

Nota datada de 1912 confirma a localização desse estabelecimento na Rua Pereira Pinto, ou seja, na mesma rua onde se localizava o Jardim Municipal: “No Eden Parque: O aprazível centro de diversões da **rua Pereira Pinto** todas as noites facultam magníficos films a seus inumeros habitués. Ao ‘Eden Parque’ !” (NO EDEN..., 1912, p. 2, grifo nosso), corroborando a informação, contida na nota de 1917, de que o antigo Jardim passou a ser denominado Éden Parque, o que certamente ocorreu na primeira década do século XX, de acordo com o histórico de informações encontradas nos periódicos antigos.

Figura 72 – Cais do Éden Parque, antigo Cais do Jardim Municipal.



Fonte: Acervo de José Tatagiba. Disponível em:

<http://salasdecinemadoes.blogspot.com.br/2012/07/cine-eden.html>

Nota: À esquerda, atrás do barracão, o bate-estaca trabalhando na fundação do edifício do Teatro Glória (1928).

Ao final da década de 1880, após apenas quatro anos de existência, o Parque começou a ser alvo de reclamações quanto à falta de manutenção: “O Jardim Municipal está em estado de completo abandono. As (ilegível) estão em ruínas, os

arbustos completamente estragados [...]. Aquilo ja não é mais jardim!” ([SEM...], 1886, p. 4).

Num período em que a escassez de áreas públicas tratadas era dominante, a ausência de conservação do único espaço da cidade com essa característica resultaria em inúmeras queixas nos periódicos da época. Curioso notar, em algumas dessas queixas, o aparente constrangimento que a imagem negativa a que a cidade de Vitória estava sujeita causava nos visitantes quando da utilização do referido espaço, devido ao abandono e ao aspecto de desleixo comumente relatados pelos moradores locais.

Causa lastima vê-lo, tal é o seu estado de ruína.
Sobre a maioria da camara municipal pesa a responsabilidade do abandono e desleixo em que se vê esse logradouro publico.
É uma vergonha para nós, todas as vezes que pessoas extranhas nos visitam e que vão ter ao Jardim Municipal!
Seria muito melhor fechal-o, de que expor ao publico taes misérias!...
(JARDIM..., 1888b, p. 3).

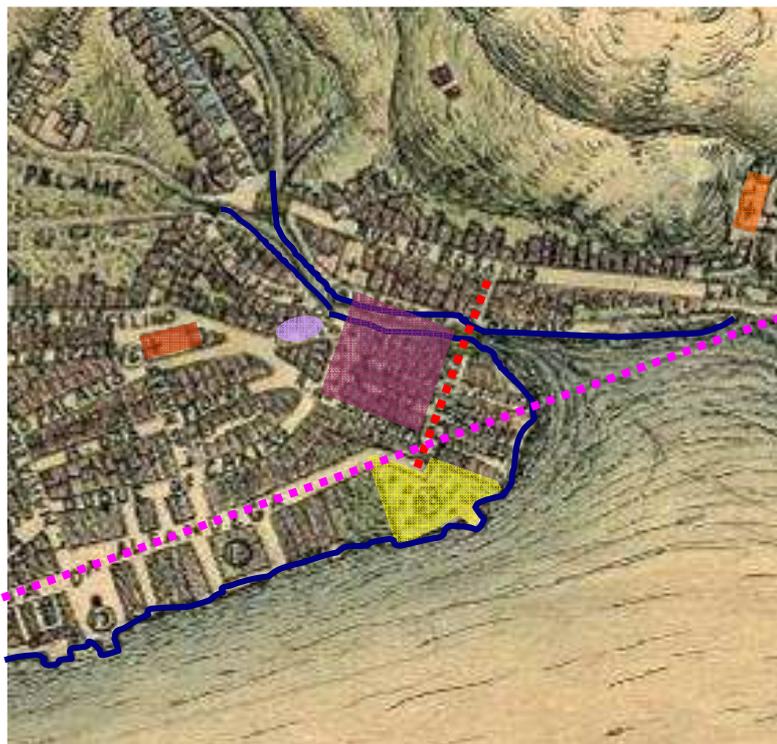
Jardim Municipal
Temos pessoas estranhas na capital e muito desagradável se torna para todos nós o máo juízo que possam fazer do estado em que se acha aquelle logradouro (JARDIM..., 1890, p. 3).

Relatos da imprensa local relativos aos anos de 1887, 1888, 1891 e 1894 informavam sobre a realização de reparos no Jardim Municipal: “Demais, o jardim não foi apenas reparado, por que aquillo que alli estava parecia-se tanto com jardim como eu com um guarda-louça. Elle foi restaurado [...]” (J., 1894, p. 1).

Relativas ao ano de 1926 ainda foram encontradas referências ao Éden Parque nos periódicos estudados. Nota datada de agosto de 1927 informava: “[...] está em construcção no **antigo terreno do Eden Parque**, com vista para a Avenida Capichaba e Rua 7 de Setembro, no ângulo desta rua com a Avenida o edificio em que será installado o cinema Glória [...]” (A IMPRESSÃO..., 1927, p. 17, grifo nosso), edificio inaugurado em 20 de janeiro de 1932 (CHAVALIER, 1932, p. 1). Não foi possível precisar a data em que o espaço foi extinto. Sabe-se certamente que esse fato se deu entre os anos de 1926 e 1927, concluindo-se que ele tenha existido por cerca de 42 anos.

Tomando-se como base a Figura 74, datada de 1928, e a ampliação do mapa da cidade de Victória retratada em 1895 (Figura 73), é possível perceber que o terreno foi também ocupado pela Rua Marcelino Duarte, lateral ao edifício Glória, parte da Avenida Jerônimo Monteiro, antiga Rua da Alfândega, e o edifício Primo.

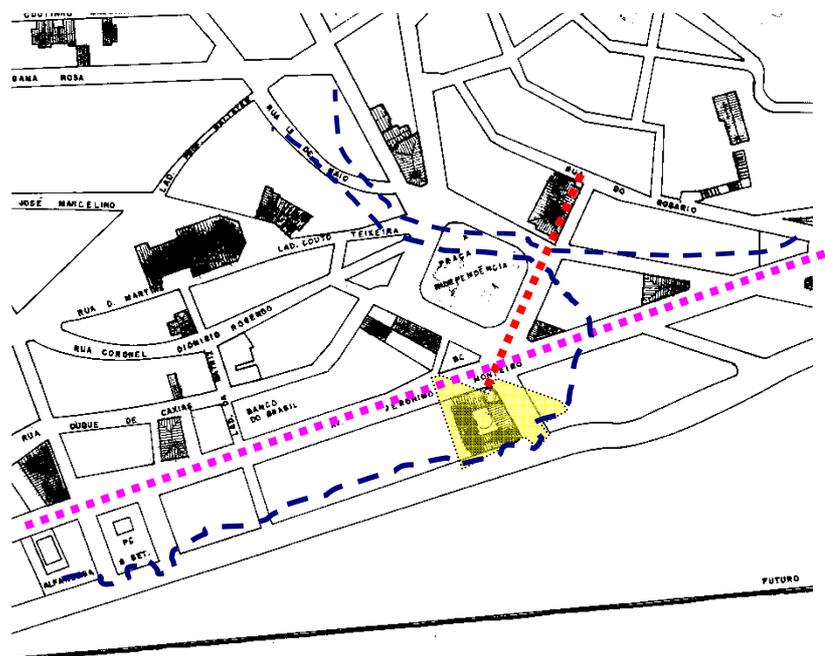
Figura 73 – Detalhe da planta geral que registra a cidade de Vitória em 1895 (1947).



Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Em destaque, o Jardim Municipal (amarelo) e a Rua Pereira Pinto (vermelho), o polígono e a linha que representam o que futuramente viria a se tornar a Praça Costa Pereira e a Avenida Jerônimo Monteiro, bem como a Igreja Matriz (à esquerda) e a do Rosário (à direita) e a Escadaria São Diogo (ao centro). Desenho original de André Carloni, modificado pela autora.

Figura 74 – Detalhe da planta geral da cidade de Vitória (1928).



Fonte: SEDEC/GPU/CRU – PMV

Nota: Em destaque, o Teatro Glória, instalado no local do antigo Jardim Municipal (mancha amarela sobreposta). Cópia do mapa original existente no Arquivo Histórico do Exército. Adaptado pela autora.

4.1.2 Práticas no Jardim e População Usuária

Apesar da simplicidade física com que o Jardim Público Municipal era comumente descrito, diferentes fontes citam-no como um reflexo do progresso, responsável por introduzir um ar civilizador à cidade. O melhoramento teve como justificativa proporcionar à população local e adventícia “[...] um loggar comodo, decente e agradável para o recreio publico” (JARDIM..., 1883, p. 3), fundamentado em razões à época apoiadas pela ciência e exigidas em função de questões higiênicas.

Fonte dos mais gratos elogios por parte da imprensa local, apesar de apresentar alguns problemas, conforme afirmava a mesma fonte, parece ter sido uma das mais aclamadas e aguardadas intervenções urbanas das duas últimas décadas do século XIX, inaugurando um espaço “criado” exclusivamente para a fruição do lazer, até então inexistente.

A mais grata recompensa que V. Ex. poderia ter, **revelou-se toda ella na expansão publica e na expressão característica com que todas as classes applaudiram a'quelle melhoramento**. Ainda resente-se de algumas obras para satisfazer a todas as commodidades publicas [...] (JARDIM..., 1882a, p. 2, grifo nosso).

É difficil calcular a **sensação agradável e civilisadora** que ali se experimenta. Não é um paradoxo os lugares públicos, onde se reúnem relações para conversar, rir, folgar, são (ilegível) importantes do **progresso** (NOTÍCIAS... 1882a, p. 2, grifo nosso).

A intervenção custou aos cofres públicos o terceiro maior recurso de toda a província do Espírito Santo, equivalente a quase cinco vezes mais que o que se gastou com as demais obras empreendidas na Capital, autorizadas naquela Administração, além de contar com o auxílio de recursos provenientes de alguns moradores locais.¹¹³

Ao final do ano de 1882, incluíram-se artigos aditivos ao Código de Posturas à época vigente, estabelecendo, entre outros: “[...] é prohibido tocar nas plantas o causar outras quaesquer avarias nos objetos do Jardim Municipal, pena multa de dous a dez mil réis” (CESIMBRA, 1882, p. 4), o que indica alguma importância atribuída ao referido logradouro para a cidade quando de sua inauguração.

No que tange à utilização do Jardim, pode-se observar que o espaço, antes descrito como “[...] um pasto de cavalos que, até então pastavam [...] em todas as ruas” (DINIZ, 1924, apud PRADO, 2002, p. 179), com os melhoramentos realizados passou a atrair a população com programação diversa, em algumas ocasiões inspirada no que se via em espaços abertos localizados na Europa, conforme mencionam os periódicos locais da época.

Jardim Publico

[...] do dia 26 em deante haverá **musica no Jardim Municipal** todos os dias santificados.

Tambem vae adecorar **distrações gratuitas para familias como existem nos jardins d'Europa** para o que já mandarão vir do Rio de Janeiro, assim como plantas afim de aformosar o jardim.

Começará já domingo (26) as distrações de sorteios de flores como existe na Capital Federal nos Bello-dromos. **O publico agora terá diariamente aonde passar algumas horas** (QUINTAES; QUINTAES, 1895, p. 2, grifo nosso).

¹¹³ Informação extraída do jornal A Província do Espírito Santo, de 10 jan. 1883, e do Relatório de Governo datado de 1882, p. 23-24.

A programação incluía apresentações musicais nas tardes de domingo e dias comemorativos, realização de quermesses, caracterizando o lugar como um dos poucos espaços públicos existentes à época, adequado ao uso familiar, que serviria como ponto de encontro para a sociedade capixaba, palco para momentos de descanso, folguedos infantis e discussão sobre assuntos em voga: “Falla-se da política, das modas, da estrada de ferro e dos futuros queijos de minas” (COSTA, 1882, p. 2). “O exercicio é muito conveniente, mas no fimou em meio delle, numa tarde calmosa, **nada mais conveniente do que o descanso ao ar livre e puro [...]**” (ELIO, 1893, p. 2, grifo nosso).

Além dos usos descritos, relatos confirmam a permanência no local do cais anteriormente conhecido como Cais da Imperatriz, que passou, com a implantação do logradouro público e com as melhorias realizadas, a ser conhecido como Cais do Jardim Municipal. Não obstante a permanência deste, tolerou-se a utilização do espaço como ponto de embarque e desembarque de embarcações de passageiros advindos do exterior ou de outros portos do Brasil, sendo, no entanto, proibida a entrada e a saída de mercadorias (JARDIM..., 1894, p. 3).

A contiguidade com o mar fazia com que o Jardim, mais precisamente o seu cais, fosse também comumente utilizado como ponto de partida ou chegada de regatas esportivas, procissões marítimas de cunho religioso e passeios marítimos, com grande concorrência da população local.

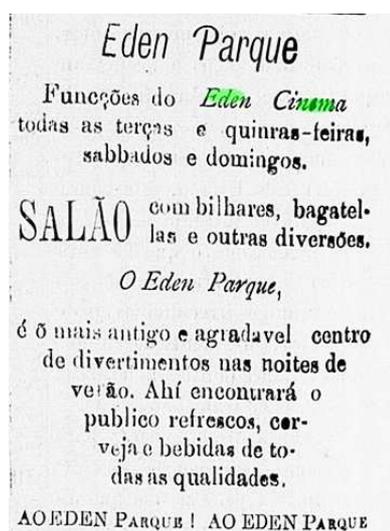
Realizaram-se no sabbado e domingo últimos os festejos consagrados a Santa Catharina pelos devotos zelosos da tradição. Grande foi o concurso de povo no dia da regata, pois o Jardim Municipal, caes d’Alfandega e Mercado estavam de tal modo atonetados de gente que difficil se tornava a passagem dos transeuntes [...] (MANUMISSÃO, 1883, p. 3).

Durante a primeira década do século XX, a infraestrutura do interior do Éden Parque era utilizada para a realização de bailes, jogos, apresentações teatrais e seções periódicas de cinema, em dias predeterminados, o que levou este último espaço a ser usualmente mencionado como um “[...] esplendido centro de diversões da nossa capital” (EDEN..., 1910b, p.1). Derenzi (1995, p. 152) complementa afirmando:

O Jardim Municipal, agora chamado Éden Parque, reúne à tarde famílias do Rosário, da Capixaba e da Fonte Grande. Bebe-se. Vez por outra assiste-se

a espetáculos de variedades, de “troupe” que não podem alcançar o Melpômene. Sessões de café-cantante muito em voga na época. Jogam-se bilhares, “sargento”, “pires”, “bagatela” e, à medida que a noite vai ficando madrugada, o pano verde congrega os parceiros, que, ao se despedirem, juram não mais jogar.

Figura 75 – Imagem de anúncio do Éden Parque.



Fonte: Eden Parque (1910, p. 3).

Figura 76 – Baile de carnaval realizado no interior do Éden Parque (1912).



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Quanto ao público usuário do Jardim Municipal logo após sua inauguração, são comuns as citações sobre a frequência de famílias, em especial de mulheres e crianças, o que o diferenciava das demais áreas da cidade, geralmente associadas à insalubridade, à desordem e à insegurança. O cercamento do Jardim e a presença constante de guarda específica no local poderiam promover uma sensação de maior segurança aos usuários, possibilitando maior contato das famílias com o espaço público aberto no cotidiano da cidade.

[...] **alamedas povoadas das risadas crystallinas das crianças felizes!**
[...] (A' DUAS..., 1882, p. 1, grifo nosso).

Foi uma agradável variante á monotonia das nossas tardes domingueiras. Embora não esperada, logo que soube-se da estada da musica no jardim, **acudiu aquelle pittoresco sitio grande numero de passeiantes, sobressaindo senhoras e uma tumba inquieta rosada e jovial de meninas e meninos** (NOTICIAS..., 1883c, p. 2, grifo nosso).

Outros registros confirmam uma grande frequência no espaço, nos primeiros anos de sua existência, em geral, de pessoas pertencentes à classe mais abastada, responsáveis por desfilar posses e roupas importadas, ditando costumes e novas

formas de sociabilidade contemporâneas por meio da exposição pública: “**No Jardim Municipal**. Tem sido alli o lugar do idyllos nessas noites de esplendido luar, **onde reúne-se a melhor sociedade da Victoria e os rapazes fashionables**. [...]” (COSTA, 1882, p. 2, grifo nosso).

A criação de uma área como a do Jardim Municipal, voltada para o convívio das pessoas, em especial para o lazer, seria capaz de promover a realização das novas práticas sociais e a utilização do espaço público por diversas faixas etárias: “O Jardim é, pois, **o lugar onde a mocidade se expande nas azas da inspiração, onde os velhos pensão na morte, as donzellas** nas esperanças fugitivas que acalentão seus corações [...]” (COSTA, 1882, p. 2, grifo nosso).

Há relatos da década de 1890 sobre a utilização do espaço, de forma compartilhada, por moradores locais e estrangeiros que desembarcavam no cais do Jardim: “[...] graciosas **creanças** brincando livremente, as falas dos **nacionaes e dos europeus** [...]” (ELIO, 1893, p. 2, grifo nosso).

Não obstante os relatos encontrados em periódicos publicados a partir de 1886, acerca da manutenção deficiente do espaço e da constante necessidade de reparos no local, somente no ano de 1899 é que se observam as primeiras menções sobre a diminuição da frequência de usuários no Jardim. Contrariando as frequentes reclamações registradas nesse período acerca da ausência de espaços na cidade aptos à recreação familiar, um relato menciona que o Jardim passou a ser mais frequentado durante os dias úteis por estrangeiros, e mais utilizado pela população local nos fins de semana, em especial nos dias em que se promoviam eventos visando ao entretenimento dos usuários.

[...] **a concurrencia é pequena**, não corresponde á expectativa, nem está de harmonia com o que se observa em outras cidades, em casos idênticos; **não sei si por falta de habito, ou si por insufficiencia de diversão**, porque ninguem se conforma com pouco, e é infinito o numero dos que não se contentam com cousa alguma, nem com o pouco nem com o muito!

O que posso asseverar, é que se não o frequento a miúdo, porque não posso, **sou quasi infallivel nas tardes em que a banda de musica do corpo de policia faz retreta**.

Nos dias uteis a concurrencia é de um brasileiro para três estrangeiros. Em taes dias estão na ponta o turco, o arabe, o hespanhol e o italiano.

Nos outros dias observa-se o contrario: é o brasileiro que fica na ponta!

N'um dos ultimos domingo a concurrencia foi mais que regular e mais consideravel do que de costume o numero de representantes do bello sexo [...] (ARISTOPHANES, 1899b, p. 1, grifo nosso).

Contudo, observou-se uma intenção clara das autoridades locais em direcionar o usufruto desse recinto¹¹⁴ ajardinado a uma população mais selecionada, uma vez que se constatou a existência, no Código de Posturas Municipal de 1901, de artigos específicos visando a um controle mais rígido da conduta dos usuários. Nesse sentido, eram proibidos de entrar “[...] os ébrios, os descalços, os que não estiverem decentemente trajados ou trajarem por modo offensivo ao decoro publico. Também não serão admittidas as pessoas que levarem consigo grandes volumes, cães e outros animais [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 20).

De acordo com o Código, era ainda absolutamente proibido: “[...] deitar-se sobre os bancos ou em outros logares; andar sobre a gramma ou penetrar nos grupos de vegetações; [...], fazer algazarra; usar de palavras obsenas; praticar actos offensivos ao decoro publico; [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 20). Ao tentar afastar ou coibir a entrada de pessoas consideradas inadequadas ao espaço, buscava-se incentivar a adoção de uma postura mais condizente, visando à criação de uma atmosfera civilizada para o desenvolvimento de práticas de sociabilidade ao ar livre.

Com a implantação do Éden Cinema, em 1907, no interior do antigo Jardim, passou a ser registrada uma frequência maior de usuários no lugar, mas não foi possível identificar alguma distinção de classe social quanto ao uso do espaço nesse período: “Eden Cinema. Continua a funcionar **registrando grandes enchentes**. O Eden Cinema está exibindo fitas variadas, despertam interesse atrahindo a atenção do publico” (EDEN..., 1910a, p. 2, grifo nosso).

Observa-se que o Cinema foi utilizado até o ano de 1926, sendo constantemente citado como alvo de grande concorrência de usuários.

¹¹⁴ Recinto no sentido de espaço fechado, espaço ou terreno murado, ou seja, área compreendida dentro de certos limites.

4.1.3 O Jardim Municipal e a Fruição da Paisagem Local

Apesar de a Rua e *Boulevard* do Comércio e de o Jardim Municipal se caracterizarem pelo pioneirismo em Vitória, no que tange a uma aproximação mais planejada do litoral por meio da utilização de espaços abertos tratados e contíguos ao mar, para a realização de práticas sociais, o último espaço se destaca notadamente do primeiro quanto ao registro de práticas contemplativas associadas à paisagem marítima, oportunizada em ambos os casos.

O Jardim Municipal constituiu-se num dos mais evidentes laboratórios onde essa prática era realizada em Vitória, durante o intervalo de tempo estudado. Tal prática foi ilustrada em crônica divulgada em periódico local pouco após a inauguração do logradouro:

O Jardim Municipal [...]. E ali, quando a leitora, **cravando o seu olhar luminoso na cupula azulada e profunda do bello céu de maio, admirar-lhe, as bellas incomparáveis; estender mais além a vista e apreciar o lindo panorama do Penedo, incendiado no resicler cambiante da tarde que se vai...** [...] (A' DUAS... 1882, p. 1, grifo nosso).

O contato íntimo com o mar dentro da cidade possibilitou, a partir do uso cotidiano do Jardim, a apropriação visual de seu entorno, do ponto de vista estético, e a formação de uma narrativa paisagística que retratava a natureza idílica da ilha por meio de uma visão muitas vezes romântica da realidade. Interessa aqui também enfatizar o valor dado à posição do Jardim, em destaque no texto que segue, como palco para a apreensão da paisagem local.

No Jardim Municipal

[...]

Quando a lua vislumbra as orlas do cume do **Penedo**, surgindo radiante de magicos esplendores, e depois se eleva, airoza, esbelta, no vasto campo do cerúleo espaço, **ainda mais surpreendente torna-se a posição do Jardim...**

O horizonte cheio de luz, as ondas ligeiramente conglobadas e pshesher ssendes pelos raios do astro que se espelha nas aguas, onde as estrellas tambem brilhão e as nuvens passão impetuosas pelo rijo vento – **tudo isso representa a synthese do bello e de todos os primores da natureza!**

A isso accrescentamos: - uma canoa com as vellas brancas, enfunadas pelo ciclo brando da fagueira viração, siagrandando suavemente **as aguas da nossa magestosa bahia**, ouvindo-se já ao longe os descantos saudosos do altivo pescador – que faz-se ao alto mar, em busca da vida ou da morte!

[...] (COSTA, 1882, p. 2, grifo nosso).

Os observadores traduzem em palavras as imagens da realidade encontrada. Alguns relatos demonstram admiração quanto às belezas naturais do entorno, enaltecendo elementos, como as águas da Baía de Vitória e o acesso a ela, os acidentes geográficos, dentre os quais se destaca o Penedo, e a vegetação abundante dos morros que contornam a paisagem local.

Outras abordagens retratam o Porto ou elementos marítimos, como as embarcações utilizadas em suas diferentes escalas. Em alguns casos, os relatos ultrapassam o visível, perpassando sensações que também compõem a cena descrita e se relacionam com outros sentidos, como os sons do Porto, os odores, a brisa, todos enfatizados através da percepção do cidadão.

A despeito das reclamações acerca do espaço, este seguiu sendo o lugar inserido no perímetro da urbe considerado propício, inspirador e por vezes predileto para a fruição da paisagem.

Quando sinto o espirito cançado, vou espaiar-me á sombra daquellas arvores, respirar no ambiente de emanações marinhas, **admirar as bellezas naturaes** do nosso porto, atrahente imponencia do arvoredado dos morros **avistaveis do meu ponto de vista predilecto**.

[...]

Depois **aprecio** o movimento do mar, o reboliço em terra: vapores transatlânticos e costeiros, barcos de cabotagem, lanchas movidas á elice, remos impellindo escaleres, e canoas: um sarilho interesseiro e interessante; o apito de bord, o canto monotono dos carregadores, o siciar da brisa atravez da folhagem, [...], bandeirinhas firmadas no ápice do Penedo e outros apices, indicadores (as bandeirinhas) dos estudos do melhoramento da barra e porto... Aprecio e comparo muito contente, por concluir que as prophcias dos pessimistas não se realisam (ELIO, 1893, p. 2, grifo nosso).

Relevante registrar, no entanto, que não foram encontrados relatos, em todo o período pesquisado, que fizessem menção ao aspecto da cidade, tomando-se como ponto de observação o Jardim Municipal.

No Jardim Municipal

[...]

A vista que se desfruta, que se olhe na direcção do Penedo e barra, quer na direcção opposto, e quer finalmente par o lado a margem fronteira, **é sobremodo bella e agradavel**.

A cidade da Victoria póde gabar-se de possuir uma entrada verdadeiramente bonita e ecantadora; e força é convir, que si n'este particular o Estado do Rio de Janeiro excede o Espirito Santo, nenhum dos outros o iguala!

Como ha sempre sombra e ventillação, nunca falta fresca. O ar que alli se respira é livre e empregnado de sal marinho, cujos benefícios e saltares effeitos não ha quem desconheça.

[...]

E' por algum destes motivos, ou por todos elles, que frequentam o jardim, não só os que buscam refrigério ao calor abrasador e suffocante, que reina n'esta estação incommoda e enervadora, sinão ainda os que necessitam de espairecer, **os que não se contentam apenas com a vida do corpo e procuram na contemplação da natureza retemperar e avigorar a força do espirito**

(ARISTOPHANES, 1899b, p. 1, grifo nosso).

O Jardim parece não se encaixar nas descrições encontradas sobre o restante da cidade, como se dentro do perímetro urbano o seu interior fosse capaz de possibilitar a apreciação do “prazer estético” dos panoramas existentes, pouco presente nas narrativas realizadas sobre outros pontos centrais da cidade.

O cercamento do local sugere uma necessidade inconsciente de separação entre um “espaço civilizado” e o restante da cidade, ainda considerada inadequada aos novos parâmetros de higiene e civilidade impostos em fins do século XIX.

A diferenciação entre o Jardim e a cidade é claramente percebida quando um dos autores dos textos anteriores menciona, por exemplo, que o “ar” do Jardim Municipal era livre, puro e salutar, citando-o como um dos motivos para o usufruto do lugar. Ocorre que, conforme é sabido, o Jardim não se localizava fora do núcleo central da cidade, pelo contrário, situava-se dentro do perímetro da urbe, ponto focal das inúmeras reclamações encontradas ao longo da pesquisa, nas quais eram mencionados o odor fétido e a constante sujeira e feiúra ali percebidos. Insta lembrar, todavia, que seu terreno tinha um limite marítimo, o que pode justificar parcialmente a sensação de salubridade mencionada, uma vez que foram encontrados relatos descrevendo a presença da brisa marinha, ou seja, tratava-se de um ambiente constantemente ventilado.

Em contrapartida aos registros de reclamações acerca do Jardim Municipal, outras abordagens sobre esse espaço sugerem sua semelhança a um “oásis”, se comparado às demais áreas situadas no perímetro da urbe, uma vez que a sombra de suas árvores e a ventilação, em contraste com a elevada sensação térmica de

outros pontos mais áridos da cidade, favoreciam a busca e a preferência pelo espaço por parte dos usuários: “[...] mas, não nos privem daquellas arvores, sem nos darem, em substituição, outro ponto arborizado [...]” (ELIO, 1893, p. 2).

Percebe-se que os panoramas descritos nos textos são capturados em um espaço cuja localização era considerada privilegiada e incentivava a permanência de usuários.

Além dos destaques aqui apresentados, cumpre mencionar que, a despeito da progressiva presença de construções de médio e pequeno porte no interior do Jardim, as quais poderiam cercear o contato físico e visual originariamente existente com o mar, não houve impedimento à prática de apreciação da paisagem.

Os textos apresentados corroboram o interesse de observação da paisagem por parte dos cidadãos e a capacidade do local de instigar ou promover a prática contemplativa.

4.1.4 O Jardim Público Municipal e o Passeio Público do Rio de Janeiro: Espaços para Olhar o Mar – Aproximações e Diferenças

Segundo Segawa (1996), a apreciação paisagística despertada em território brasileiro pela criação intencional de espaços voltados para o recreio da população foi inaugurada com o Passeio Público do Rio de Janeiro, que conheceu derivações ao longo do século XIX, entre elas o Jardim Municipal de Vitória.

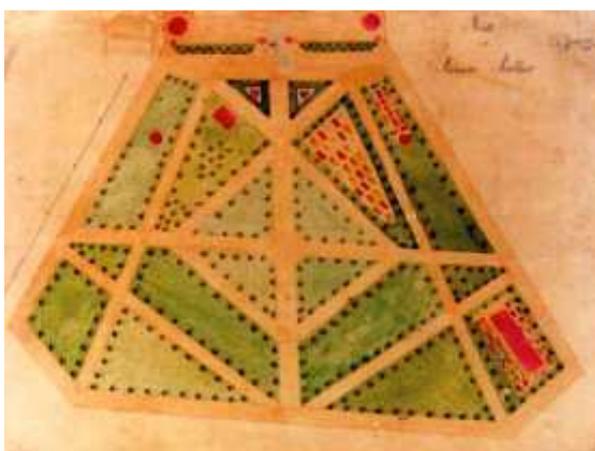
Seguindo essa premissa, esta etapa da pesquisa visa levantar subsídios objetivando traçar um paralelo entre o Passeio Público do Rio de Janeiro e o Jardim Municipal de Vitória, buscando identificar suas características comuns bem como as diferenças. Dessa maneira, a pesquisa sobre o Passeio se deu de forma a apenas alcançar tal objetivo. Não se pretendeu realizar um registro desse espaço.

Diante do exposto, faz-se necessária uma breve digressão acerca do Passeio Público, com vistas a entender até que ponto este serviu como norteador para a construção do Jardim Municipal.

Conforme Segawa (1996), estudos contemplando o Passeio Público informam que este foi implementado entre 1779 e 1783. Seu projeto original é de autoria de Valentim da Fonseca e Silva – o Mestre Valentim. Derivado do aterramento da Lagoa do Boqueirão da Ajuda, decorreu de uma estratégia de aproveitamento e melhoramento de áreas alagadiças, objetivando a conquista de terrenos firmes numa cidade marcada por elevações e baixadas pantanosas, como a do Rio de Janeiro.

Segawa (1996) e Carneiro e Bertruy (2009) indicam que o Passeio do Rio de Janeiro se inspirou, possivelmente, ao menos no plano das ideias, no Passeio Público do Rossio, em Lisboa (1755-1880)¹¹⁵, permanecendo com o traçado original até o início da década de 1860, quando D. Pedro II resolveu intervir no espaço, reinaugurando-o em 1862, após encomendar sua remodelação segundo um plano de autoria do paisagista bretão Auguste François Marie Glaziou.

Figura 77 – Aquarela do Passeio Público do Rio de Janeiro anterior a 1862.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Nota: Ao centro (abaixo), o portão principal ligando a rua à alameda principal; na parte superior da imagem, o terraço contíguo ao mar. Executada por J. C. Andrade.

Figura 78 – Planta do Passeio Público no século XIX



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Nota: Desenho atribuído a Auguste Glaziou.

¹¹⁵ De acordo com Segawa (1996, p. 87), “[...] no final do século 18, o Passeio do Rio de Janeiro estava formado; o de Lisboa era apenas uma pálida materialização”.

De acordo com os relatos acerca do Passeio, realizados por visitantes estrangeiros à capital carioca entre o final do século XVIII e início do XIX¹¹⁶, durante o período em que vigorava a intervenção de Mestre Valentim, observa-se que esse espaço foi descrito como

[...] pequeno, perfeitamente plano, [...], reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio. A entrada para esse retiro favorito é pela Rua das Marrecas, através de um belo portão... Pela frente desse portão, a alameda principal se estende até um terraço, no lado oposto do jardim, elevado de cerca de dez pés [cerca de 3 metros] acima do nível natural do terreno (LUCCOCK, 1951, apud SEGAWA, 1996, p. 88).

Corroborando algumas informações, outra descrição do Passeio destaca: “Um grande terraço na parte final do jardim, mirando uma parte da enseada, dominava uma encantadora vista das orlas emergindo das águas, em toda parte redilhadas com matas [...]” (BARROW, 1806, apud SEGAWA, 1996, p. 88), e complementa: “[...] este terreno é disposto com arbustos, gramados, alamedas e canteiros”. Barrow, citado por Segawa, falava ainda da presença de caramanchões e de várias plantas nativas e de uma veemente vontade de cultivar plantas de origem europeia, apesar de apresentarem uma aparência pouco apreciável, contrariadas em face da inadequação ao clima local.

Somada às descrições dos estrangeiros, tem-se a do cônego Luís Gonçalves dos Santos¹¹⁷, destacando outros detalhes do Passeio Público:

[...] é cercado de um muro, que de espaço a espaço tem janelas com grade de ferro, e para ele se entra por um portão [...]. Todo o terreno do passeio está dividido em duas bordadas de arvoredo, e termina com um terraço, que olha para o mar, [...]. Sobe-se para o terraço por quatro escadas, das quais duas estão nas extremidades, e as outras duas no meio, ficando entre elas uma cascata, na qual estão dois jacarés de bronze enroscados entre si, lançando pela boca cópia de água em um tanque semicircular, que rodeia a mesma cascata [...]. Nos dois ângulos do terraço estão dois mirantes de figura quadrada com duas portas de cada lado, e todas com vidraças.

¹¹⁶ As descrições mencionadas referem-se às impressões sobre o Passeio Público do Rio de Janeiro de autoria do navegante inglês Jonh Barrow, datadas de 1806, onze anos após a inauguração do recinto, e do comerciante, compatriota de Barrow, John Luccock, que descreve o referido espaço a partir de lembranças quando de sua estadia na capital brasileira entre 1808 e 1818. Outros visitantes, além dos mencionados, retrataram a aparência do Passeio, dentre os quais se pode citar Ernest Ebel (1824), Carl Seidler (1820/1830), Thomas Ewbank (1846), Charles de Ribeyrolles (1858), e da mesma forma o analisaram. Insta mencionar que todos os relatos acerca do Passeio Público foram extraídos de Segawa (1996), do livro *Ao amor do público: jardins no Brasil*.

¹¹⁷ De acordo com Segawa (1996), os relatos do Padre Perereca, como era conhecido, constam em seu livro *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, publicado em Lisboa e datado de 1825.

Finalmente este terraço, do qual se goza a mais bela vista da barra, é todo lajeado de pedra mármore e tem assentos, por um e outro lado, também de pedra (SANTOS, 1981, apud SEGAWA, 1996, p. 89).

Figura 79 – O Passeio Público em litografia aquarelada de Alfredo Martinet (1847).



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Nota: Ao centro, o obelisco em granito, de autoria de Mestre Valentim; ao fundo, à esquerda, vista parcial do pavilhão localizado no terraço.

O navegador inglês fornece maiores informações acerca do terraço, mencionando que tinha uma extensão de “cerca de 100 jardas [cerca de 91,40 m]” (LUCCOCK, 1951, apud SEGAWA, 1996, p. 89). Outra contribuição esclarecedora sobre os aspectos físicos do Passeio Público do Rio de Janeiro é o testemunho de Manuel Duarte Moreira de Azevedo¹¹⁸, datado de 1877, dado após a remodelação proposta por Glaziou. Segundo Azevedo, “[...] compreende o Passeio um espaço de 5.040 braças (cerca de 24.4000m²) [...]” (AZEVEDO, 1969, apud SEGAWA, 1996, p. 107).

A análise da planta baixa do Jardim, de autoria de J. A. Andrade, anterior a 1862 (Figura 77), que retrata, portanto, a proposta de Mestre Valentim, possibilita verificar que o espaço apresentava uma morfologia trapezoidal, disposta em canteiros com desenhos geométricos, orientados pelo eixo de simetria da composição constituído pela alameda principal. As demais alamedas formavam linhas paralelas ao muro do

¹¹⁸ Conforme SEGAWA (1996), Azevedo publicou seu primeiro livro sobre o Rio de Janeiro em 1862 (revisado em 1877), intitulado *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, no qual registra fatos da época.

acesso principal e ao limite marinho, e algumas diagonais se cruzavam dando origem ao formato dos canteiros. A alameda/eixo, perpendicular ao acesso principal, criava uma trajetória perspectivada com a Rua das Marrecas.

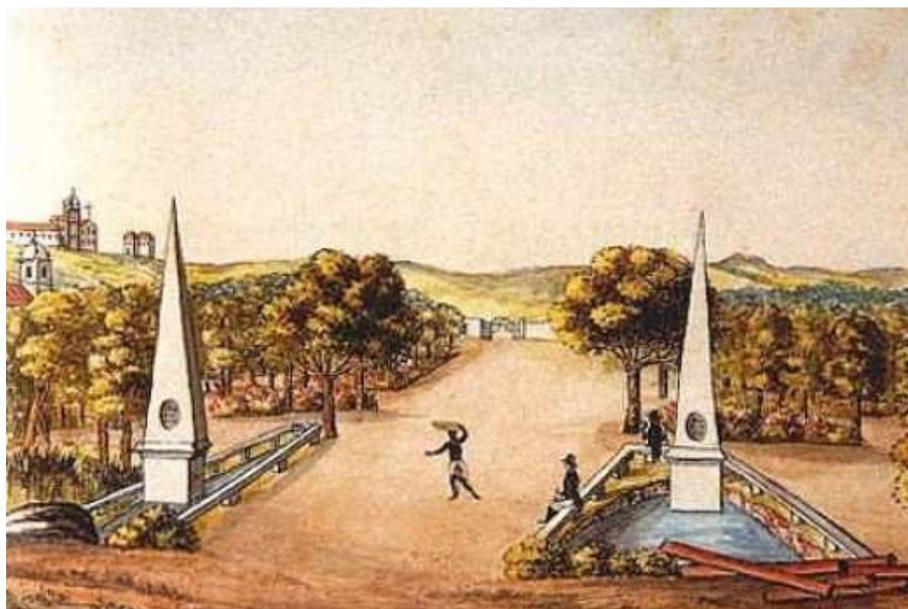
De acordo com Carneiro e Bertruy (2009), o Passeio foi construído numa forma geométrica incomum em projetos urbanos criados nesse período – o trapézio –, resultante das condições do arruamento local.

Figura 80 – Terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro voltado para o mar - Século XIX.



Nota: Atualmente, após sucessivos aterros, o Passeio encontra-se longe do mar e perdeu o seu uso de belvedere.

Figura 81 – Passeio Público do Rio de Janeiro (1817-1818).



Fonte: Ferrez (v. 2, 2001).

Nota: Vê-se a imagem dos dois obeliscos de granito e, ao centro, a alameda principal. Ao fundo, o acesso principal. Autoria de Franz Josef Fruhbeck.

Figura 82 – Litogravura do Passeio Público.



Fonte: Museu do Primeiro Reinado.

Nota: Em primeiro plano, um parque com árvores; em segundo, à direita, um dos obeliscos de granito; por trás do obelismo, a vista parcial da escadaria de acesso ao terraço; ao fundo, à esquerda, um dos pavilhões localizados no terraço. Autoria de Pieter Godfred Bertichen (Século XIX).

Carneiro e Bertruy (2009) fazem menção à importância do conjunto escultórico, de autoria de Mestre Valentim, executado na primeira fase do referido espaço. Além de outros elementos que não cabe aqui detalhar, destacam-se dois obeliscos de granito que ladeiam a alameda principal e, mais à frente, a Fonte dos Jacarés, também conhecida como Fonte dos Amores, localizada, segundo os relatos estudados, ao final da mesma alameda, em frente às escadarias de acesso ao terraço. Na parte de trás dessa peça, ao nível do terraço, encontra-se outro conjunto escultórico constituído por um menino com asas, à semelhança de um cupido.

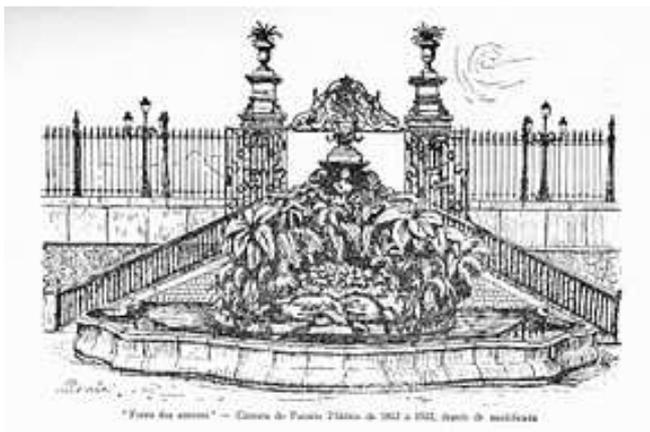


Figura 83 – Fonte dos Jacarés – Passeio Público.

Fonte: Corrêa (1939).

Nota: Acima, com acesso pela escadaria lateral, o terraço do Passeio Público.

Os autores mencionam ainda que o Passeio Público do Rio de Janeiro se constituiu num projeto arrojado para a época em que foi construído

[...] quer seja pelo traçado original e solução urbanística, quer pelas obras de arte implantadas e pelos trabalhos de engenharia para o aterramento da lagoa e a construção do terraço à beira mar, mas, principalmente pela possibilidade de oferecer à população carioca um “jardim de prazer” (CARNEIRO; BERTRUY, 2009, p. 50).

A reforma do Passeio Público, realizada na década de 1860, assinada por Glaziou, rompeu por completo com as formas rígidas e simétricas do projeto de Valentim, preservando alguns elementos do desenho original, como o terraço sobre o mar, as fontes e os obeliscos de granito mencionados. Segundo Carneiro e Bertruy (2009, p. 52) o novo projeto tinha “[...] como inspiração os jardins parisienses do século XIX, sobretudo os executados durante as obras empreendidas pelo barão Haussmann (1853-1868), sob a supervisão de Jean-Charles-Adolphe Alphand”¹¹⁹.

Esses espaços foram a materialização em solo francês de um novo modelo de jardim, iniciado na Inglaterra no século XVIII, influenciado pelo movimento contrário ao racionalismo, [...] e valorizava idéias onde a emoção predominava sobre a razão (CARNEIRO; BERTRUY, 2009, p. 53).

Ao buscar traçar um paralelo entre os projetos do Passeio Público e do Jardim Municipal, nota-se que ambos foram construídos sobre área conquistada ao mar por meio de aterros. Diferentemente dos espaços abertos do urbanismo colonial, o Passeio e o Jardim inauguraram, em suas respectivas cidades, guardadas as devidas proporções, espaços insubordinados da hierarquia colonial, não se prestando para emoldurar nenhum monumento. Como afirma Segawa (1996), eram monumentos à vegetação, à natureza, monumentos a si mesmos.

No que concerne à morfologia dos terrenos utilizados, percebe-se que nos dois casos foram adotadas formas trapezoidais, pouco convencionais para a época, sendo resultantes de uma situação local posta, na qual os terrenos se ajustavam às condições preexistentes.

¹¹⁹ De acordo com Carneiro e Bertruy (2009), Jean-Charles-Adolphe Alphand (1817-1891) era engenheiro francês, arquiteto paisagista e administrador. Foi convidado pelo Barão Haussmann a participar da reforma de inúmeros espaços verdes da cidade de Paris em meados do século XIX.

Outras características comuns aos dois recintos podem ser destacadas, como a linguagem compositiva utilizada em ambos. Insta mencionar, no entanto, que o Jardim Municipal se aproxima da linguagem utilizada por Mestre Valentim no século XVIII, no que tange à adoção de um traçado geométrico e rígido, apesar de ser contemporâneo à intervenção realizada por Glaziou, na qual foram utilizadas formas mais orgânicas e fluidas.

Foi também possível observar o cercamento dos referidos espaços por meio de muro e gradil de ferro, com a presença de portão de acesso, possibilitando o fechamento de ambos. Dessa forma, assim como o Passeio, o Jardim Municipal se constituiu um recinto ajardinado inserido no interior do perímetro urbano, através do qual permeavam alamedas, com presença de arborização e sombreamento abundantes e elementos que remontavam à água, como a presença de chafarizes, tomadas as devidas proporções. Não se pode ignorar o fato de que a escala e a importância das intervenções eram bastante diferentes.

Interessante destacar o fato de ambos terem sido igualmente descritos como “pequenos”, apesar de o Jardim Municipal ter cerca de 2.400m² e o seu congênere carioca compreender uma área de aproximadamente 24.400m², dez vezes maior que a do primeiro.

Ambos os terrenos estabeleciam limites com a malha urbana e com o mar. Ocorre que, considerando as diferenças de área e de formato de cada um, nota-se que, ao contrário do observado no Jardim Municipal, no qual a face voltada para o mar era a mais extensa, ampliando dessa forma o contato com o corpo d'água, o limite marítimo do Passeio se fazia por sua menor face. Apesar disso, verifica-se que esta área ainda assim era maior em extensão (91,40m) que a do limite contíguo ao mar observada no Jardim (cerca de 73m).

Outra diferença observada é a forma como se dava a apreensão da paisagem marítima a partir do interior dos recintos em tela. O Passeio era constituído por dois níveis distintos: o do jardim propriamente dito, que ficava no nível da rua, e o do terraço, apresentando entre si um desnível de cerca de três metros. Dessa maneira, os visuais eram apreendidos aos poucos, na medida em que o observador caminhava por entre as alamedas e se aproximava do terraço elevando-se ao seu

nível. No congênere capixaba, a partir dos relatos que contemplam o referido espaço e das poucas imagens (ainda que parciais) obtidas, depreende-se que a apreensão do visual em relação ao mar podia ser realizada até mesmo extramuros, uma vez que todas as fontes encontradas levam a crer que o terreno do Jardim era plano.

Importante lembrar outra função exercida pelo Jardim Municipal na face contígua ao mar, a de cais. Assim, o espaço não se prestava unicamente como belvedere; recebia, além disso, um fluxo contínuo de embarcações para embarque e desembarque de passageiros, configurando-se dessa forma também como uma porta de entrada e de saída para a cidade. No Passeio, ao contrário, o terraço era tido como um mirante, função potencializada pela sua elevação em relação ao nível do jardim.

Não obstante as semelhanças e diferenças observadas, a contiguidade com o mar e a possibilidade de apreciação da paisagem circundante são as características comuns mais relevantes entre os dois espaços. Segundo Segawa (1996, p. 93), “o Passeio Público do Rio de Janeiro espelha o surgimento, no século 18, de lugares especificamente desenhados para a apreciação da paisagem marítima”, o que de fato também ocorreu em Vitória com o Jardim Municipal, no final do século XIX.

A função de belvedere do mar, constatada em ambas às intervenções, constitui-se um grande diferencial dos dois projetos. A localização privilegiada contígua aos cursos d'água permitiu que inúmeros observadores apreciassem o visual que se descortinava em ambos os casos, estimulando a prática da contemplação.

4.2 PARQUE MOSCOSO: OS DELEITES DE UMA PAISAGEM CONSTRUÍDA

4.2.1 Do Pântano ao Éden – A Formação do Terreno e as Intenções Governamentais

Procurae explicação da anemia que persegue a população victoriense, principalmente as louras creancinhas, e a encontrareis no envenenamento palustre.

D'esses focos de emanações pútridas e palustres era o mais importante em nossa capital o denominado Mangal do campinho, infeccionador permanente das ruas adjacentes, já em más condições pelas exalações das praias do sul (SANEAMENTO..., 1890e, p. 2, grifo nosso).

A região que, no início do século XX, veio a abrigar o Parque Moscoso, objeto desta etapa da pesquisa, era popularmente conhecida como Lapa do Mangal, Mangal do Campinho ou Campinho. Era constituída de um alagado formado por braço de mar, reconhecidamente apontado pela ciência como o foco de infecção mais nocivo à salubridade pública da capital do Espírito Santo, objeto de inúmeros aterros realizados ao longo do século XIX até a primeira década do XX.

De acordo com Freitas (2004), o aterro do Campinho estava diretamente associado ao aterro inicial realizado no Porto dos Padres entre 1812 e 1819, responsável por originar a Rua do Comércio, conforme mencionado na etapa anterior: “Não fosse este, a Lapa do Mangal não teria se deteriorado tornando ‘necessário’ o aterro que deu origem ao Campinho. [...] No conjunto, a idéia que fica é a de que um aterro parece resultar de outro e tornar necessário um seguinte” (FREITAS, 2004, p. 3).

O primeiro Relatório de Governo microfilmado que menciona a realização de obras na região é datado de 1848. Nele é relatado: “[...] promptificou-se o **aterrado do Campinho**, tendo sido feito com muito bons alicerces de pedra e cal, e calçado em toda sua extensão [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1848b, p. 35, grifo nosso). Mais tarde, no ano de 1861, o então Presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior (1861-1863), relatou a autorização da Assembleia Provincial, na lei de orçamento vigente, para a realização do “aterrado da Lapa”, “[...] cujo fim é impedir que nas grandes marés seja inundado o caminho que da rua da Lapa¹²⁰ d’esta capital se dirige ao Campinho” (ESPÍRITO SANTO, 1861b, p. 61).

Apesar das incisivas menções apontando o caráter de urgência do aterro do Mangal do Campinho, visto tratar-se de área na qual “os miasmas deletérios que d’ali se desprendem corrompem a atmospheria em detrimento da saude das pessoas que residem na circumvisinhança [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1872a, p. 75), os serviços de

¹²⁰ De acordo com Elton (1986), a antiga Rua da Lapa corresponde à atual Thiers Velloso, localizada nas imediações do Parque Moscoso. Conforme Pereira (1914), esta rua era originalmente formada por mangue e mato, constituindo-se como um dos acessos à região do Campinho. O aterro dessa via garantiu o acesso à região, que ficava comprometida durante os períodos de maré cheia.

aterramento da região foram realizados de maneira gradativa, a cada Governo, justificada pelo estado precário das finanças da Província do Espírito Santo, mencionado com frequência nas décadas que seguem, nos Relatórios de Governo pesquisados.

Até o ano de 1872, os Relatórios de Governo não demonstram ter havido qualquer outro interesse no aterramento da região senão por razões saneadoras. Nesse ano, o Presidente da Província em exercício, Francisco Ferreira Correa (1871-1872), evidenciou oficialmente, pela primeira vez, a vantagem topográfica da região do Campinho e vislumbrou ali a capacidade que nenhuma outra área da cidade teria em abrigar, no futuro, um Passeio Público e possível loteamento.

[...] para que se melhore assim as condições hygienicas desta capital, e se **possa esta estender em uma longa área toda plana e apropriada** para novas edificações. Accresce, que d'ahi resultará também o **aformoseamento da cidade, na qual não existe um lugar em proporções e capacidade para nelle se instituir um passeio publico**" (ESPÍRITO SANTO, 1872a, p. 76, grifo nosso).

Em maio de 1882¹²¹ foi noticiado o prosseguimento do aterro do Mangal do Campinho, a respeito do qual mais uma vez se salientava a vantagem material de acréscimo de terrenos, aventando-se a possibilidade de a área tornar-se o bairro mais elegante da cidade. Considerando que até fins do século XIX o perímetro urbano da cidade se limitava ao entorno da Santa Casa de Misericórdia até o Forte São João, era de se esperar que a região do Mangal fosse vista como uma possibilidade palpável de expansão de seu território.

As fontes pesquisadas demonstram que as alterações na fisionomia da região, com os sucessivos aterros, não passaram despercebidas aos olhos da população local, que aguardava com expectativa os resultados das melhorias advindas da limpeza e aterramento da área.

O mangal do Campinho

[...] Vae ser cortado todo o mangal que circunda as marinhas das ruas do Commercio, Lapa e Campinho, e **um novo e bonito panorama será descortinado aos olhos dos passei-mercio** [...] (NOTÍCIAS..., 1882b, p. 2, grifo nosso).

¹²¹ Informação extraída do jornal A Província do Espírito Santo, datado de 14 de maio de 1882.

Mangal do campinho [...]

A vista já passeia desafogada sobre aquelle lago, que breve será um bello aterrado, e onde mais tarde serão lançados os alicerces de uma cidade nova, alegre, commercial, cortada pelo movimento do cambio e pelas malas de carne sêcca [...] (NOTÍCIAS..., 1883b, p. 2, grifo nosso).

Em 1889, a área que, de acordo com Pereira (1914), apresentava uma ocupação rarefeita de casas com aparência modesta, recebeu o nome de Vila Moscoso, em homenagem ao Presidente da Província à época em exercício, Henrique de Ataíde Lobo Moscoso (1888-1889), que veio a falecer nesse mesmo ano. Algumas fontes creditam à sua administração a extinção do Mangal do Campinho. No entanto, sabe-se, como já mencionado, que o aterro da região foi iniciado cerca de setenta anos antes e que ele não fora o responsável por sua conclusão, que só viria a ocorrer cerca de vinte anos após esse período. As informações levantadas conduzem a crer que Moscoso tenha sido responsável pelo aterramento de uma grande parte da região, possivelmente maior que a dos aterros realizados até então, o que poderia justificar o crédito dado ao seu governo.

A extinção d'este poderoso agente de nossa adversidade foi empreendida pela administração Moscozo, e só a falta de recursos do nosso thesouro tem obstado que prosiga nos trabalhos o illustre espírito-santense que dirige os destinos do Estado (SANEAMENTO..., 1890e, p. 2, grifo nosso).

Não obstante a indicação acerca do potencial da área em se transformar em um Passeio Público aventada pelo Presidente Corrêa em 1872, até a última década do século XIX as fontes oficiais consultadas confirmam que as intenções da Administração para a referida região estavam sendo direcionadas à formação de um novo bairro, a partir do loteamento da faixa de terra que vinha sendo conquistada.

[...] taes melhoramentos resultará não só a utilidade do capital já despendido como do que ainda é necessario despendere com o aterro da Villa Henrique Moscozo, **transformando em aprazível arrabalde o antigo mangal, e dando-lhe renda importante pelos aforamentos e décimas** [...] (SANEAMENTO..., 1890f, p. 2, grifo nosso).

Segundo Campos Júnior (1996), em 1895, durante a administração de Moniz Freire (1892-1896), foi realizado pela Companhia Brasileira Torrens um plano de arruamento para a Vila Moscoso. O projeto introduzia um novo padrão urbanístico

em Vitória, prevendo um parcelamento que se diferenciava do modelo colonial existente. Terminado o governo de Freire, as obras para a efetivação da Vila Moscoso ainda não tinham sido realizadas, devido especialmente à crise financeira que assolou o Estado nesse período, conforme relatado no Capítulo 1.

Figura 84 – Região da Vila Moscoso (1906).



Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Região do Antigo Campinho parcialmente aterrada, ao fundo, abaixo da colina da Igreja de São Gonçalo. Autor desconhecido

Na gestão do Coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-1908), contratou-se “[...] a abertura de varios drenos e de uma larga valla collectora, por onde se fizesse o escoamento das aguas com que a maré cheia e as chuvas inundavam o Campinho” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 131) e dividiu-se toda a área em lotes aforados. Segundo documento oficial do governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912), datado de 1913, dando continuidade ao processo iniciado na administração anterior, concluiu-se esse grande coletor e sua cobertura e reconstruíram-se “[...] os varios drenos que para elle convergem, conduzindo as aguas para o mar e operando o seccamento do velho mangal [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 131). Além disso, foram desapropriados os lotes aforados por meio do Decreto n.º 659, de 21 de maio de 1910.

Nesse mesmo ano, foi realizado um projeto de novo arruamento de Vitória, no qual o desenho original do Parque Moscoso já constava. Como se vê, os planos para a região seriam redirecionados por Monteiro ao menos a partir desse período.

Figura 85 – Projeto do novo arruamento de Vitória – Vila Moscoso (1910).

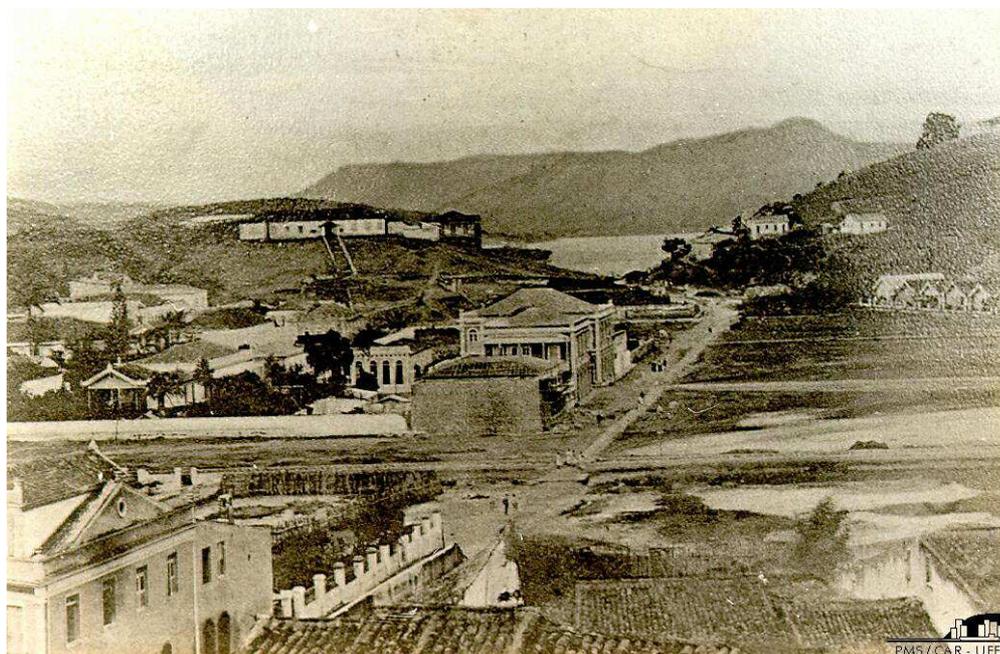


Fonte: Espírito Santo (1913a).

Na Mensagem de Governo datada de 1911, Monteiro confirmou o novo destino traçado para a área em questão, justificando-o pela limitação do terreno: “A praça ‘Moscoso’, o melhor ponto para um vasto jardim, onde a população possa buscar distracção, em passeios, não se prestando para edificações pela inconsistencia do seu terreno, não podia encontrar melhor applicação” (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 17 e 18).

Conforme Campos Júnior (1996), após o ano de 1908 a arrecadação estadual tornou a crescer, caracterizando um período de superação da crise. Diante desse novo cenário, Jeronymo Monteiro (1908-1912) operou a expansão do núcleo urbano de Vitória em direção ao Campinho e seus arredores.

Figura 86 – O descampado da Vila do Moscoso (1907).



Fonte: Acervo Patrícia Sepulcri. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> Nota: Ao fundo, à esquerda, o morro da Santa Casa da Misericórdia; ao fundo, vista parcial da Baía de Vitória e do caminho que dava acesso à região da Vila Rubim, antiga Cidade de Palha. Autor desconhecido.

Figura 87 – Vista parcial do descampado da Vila do Moscoso (1908).



Fonte: Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> Nota: Em segundo plano, as residências simples edificadas no entorno; ao fundo, à direita, a torre da antiga Igreja de São Thiago, atual Palácio do Governo. Autor desconhecido.

De fato, o governo de Monteiro viria a alterar de forma incisiva não apenas a antiga região do Campinho como também toda a cidade de Vitória. Inauguradas entre os

anos de 1909 e 1911, as obras consideradas essenciais para o pleno desenvolvimento da cidade, como água, esgoto, iluminação elétrica e introdução do bonde elétrico, o Governo voltou-se para o aformoseamento da região.

[...] que, tempos depois, por contracto de 27 de agosto de 1910, com o Sr. Coronel Antonio José Duarte, e de 26 de fevereiro de 1911¹²² com o Sr. Paulo Motta, mandei aterrar e ajardinar convenientemente, transformando assim esse local de foco perigoso de infecção em um dos pontos mais bellos e aprazíveis da cidade (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 131).

Seguindo essa premissa, Monteiro providenciou a contratação de Paulo Rodrigues Teixeira da Motta visando à edificação do Parque da Vila Moscoso, de acordo com o projeto que este apresentou¹²³, conforme o Termo de Contrato celebrado entre Motta e o estado do Espírito Santo, datado de 16 de fevereiro de 1911. Dizia o referido documento: o contratado “[...] se obriga também a entregar o parque inteiramente prompto, dentro do prazo de quatro meses, a contar da assignatura do presente contracto, pela quantia de RS. (22:620\$000 vinte e dous contos seiscentos e vinte mil réis) [...]” (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 1911a, p. 1), o que de fato veio a ocorrer somente quinze meses após a celebração do contrato, gerando a expectativa de um futuro promissor para a cidade com a transformação da área.

O Eden, o Paraíso da Victoria!

Vós que me ledes talvez achais singular que affirme ter a nossa capital o **jardim das delicias** do qual foram expulsos os Paes da humanidade pela transgressão, pelo peccado original.

De facto, agora o não temos, mas em breve...

E se me não quereis dar credito é só terdes a bondade de acompanhar-me até ali, **ao Campinho, á Villa Moscoso**, e então haveis de ver que não sou um embusteiro, um contador de rodellas.

[...]

Enfim, mil vezes melhor do que o Paraíso terrestre há de, em breves dias, ser o parque que se está construindo no Campinho [...] (TULLIO, 1911a, p. 2, grifo nosso).

¹²² Observa-se uma inconformidade na informação referente à data de contratação de Paulo Motta em dois documentos oficiais, uma vez que um documento menciona o dia 26 e o termo de contrato, o dia 16 de fevereiro de 1911.

¹²³ O projeto apresentado por Paulo Motta é datado de 1910 e é o mesmo que aparece no projeto de novo arruamento de Vitória desse mesmo ano. No entanto, insta mencionar que não foram encontrados relatos sobre o contrato entre Motta e o Governo do Estado, veiculados em periódicos locais, no período anterior a fevereiro de 1911.

4.2.2 O Parque Moscoso – Novos Ares para a Cidade

Na primeira década do século XX, Vitória finalmente experimentaria os ares do progresso aproximando-se, e o Parque da Vila Moscoso seria alçado a ícone máximo da modernidade, símbolo da inovação urbanística e indutor da formação de um bairro elitizado.

Essas constatações são calcadas nos inúmeros relatos sobre o espaço realizados antes mesmo de sua inauguração. O entorno do Parque, em decorrência das alterações promovidas na paisagem local advindas de sua construção, passaria a sofrer profundas modificações em suas feições. Assim, o espaço passou a ser ocupado por edificações de propriedade de pessoas mais abastadas, bem como por residências subsidiadas pelo Estado, naquele período, direcionadas ao funcionalismo público.

Mas o enorme lodaçal foi aterrado. Ao centro, o dr. Jeronymo Monteiro fez construir um amplo jardim para recreio do publico e em torno mandou levantar construcções elegantes.

Esse trecho da Victoria é actualmente um encanto [...] (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 1912b, p. 3).

Enche-se de entusiasmo quem se aventura a um passeio pela nossa capital tal o fervet opus que se nota por toda a parte.

Para o lado de oeste, desde o longínquo bairro de S. Antonio até a Praça Moscoso, hoje metarphoseada n'um dos mais bellos parques do Brasil, circumdada de edificações modernas, chics, que dão ao magnífico logradouro um encanto todo novo, ha como que uma febre de melhoramento que entontece, que enleva.

Dir-se-ia que a obra da actual administração injetou em todos os habitantes um philtro de maravilha que lhes faz aspirar grandezas sem par, progresso ininterrupto [...] ([SEM...], 1912b, p. 2).

[...]

É isso tudo surprehendente.

E não sei mesmo comprehendere como se fez tanto em tão pouco tempo e com tão poucos recursos.

A transformação do campinho é obra admirável.

Surgio d'aquelle lamaçal um magnífico jardim rodeado de edificios modernos e cheio de luses!

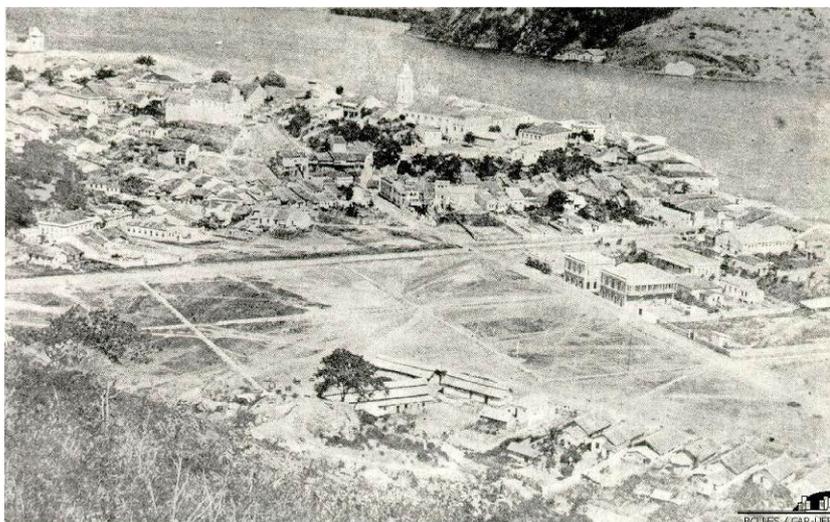
Como isto é sublime! Como isto é grandioso!

[...] (BARBOSA, 1912, p. 2).

Antes dos serviços empreendidos, a região era, portanto, considerada um dos signos representativos de atraso e pobreza material da Capital. Esse estereótipo

impresso na antiga estrutura urbana deficiente somente poderia ser superado com a instituição de uma nova ordem, mediante a ação física sobre o espaço urbano, cujo papel fundamental era redesenhar a cidade por meio de inúmeras reformas urbanas, impulsionando de forma direta a adoção de novos conceitos de comportamento e civilidade: “Emfim, a obra de Jeronymo Monteiro é admirável e immorredora, elle infiltrou vida no corroído organismo da velha capital do Espírito Santo, transformando uma cidade colonial archaica, em uma cidade moderna [...]” (SENRA, 1912, p. 1).

Figura 88 – Vista aérea do descampado da Vila do Moscoso (1909).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Ao centro, a Cidade Alta e ao fundo a Baía de Vitória. Autor desconhecido.

Concluídas as obras de aterramento da região e de construção do Parque, Vitória pôde enfim usufruir do espaço havia muito aguardado. O Parque Moscoso foi inaugurado no dia 19 de maio de 1912. No local onde antes fora lançada a pedra fundamental da obra, foi erguido um monumento em memória a Henrique Moscoso.

Victoria amanheceu hontem em festa, e sua vida começou com intensidade que não se nota em os dias de labor commum.

A alegria se retratava em todas as physionomias e todas as classes se germinava na mais intima das amisades, sem poder deixar n'alma escondido o contentamento que a enchia.

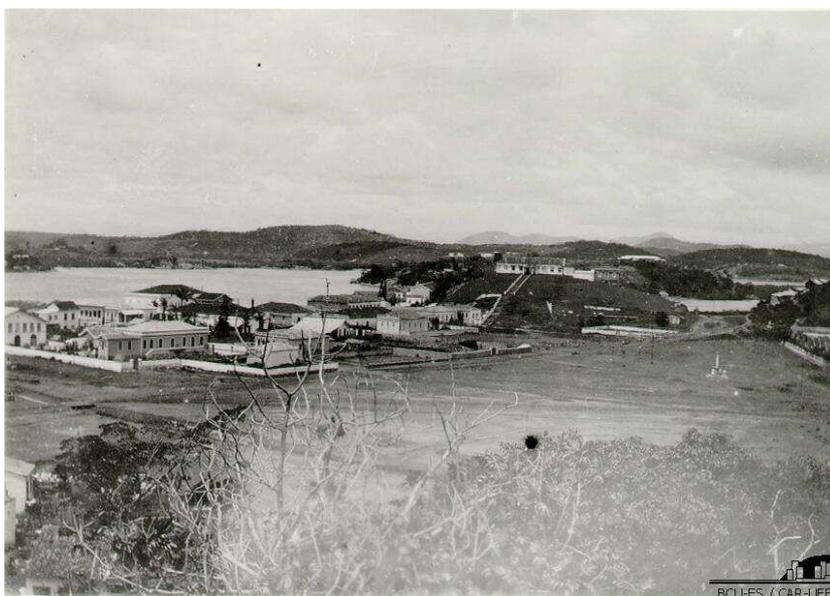
Empós, ss. exs. seguidos de grande massa popular encaminharam-se ao Parque Moscoso, que foi inaugurado pelo dr. representante¹²⁴ do sr. Marechal presidente da República [...] (MARECHAL..., 1912, p. 1).

O contentamento com a inauguração do Parque foi retratado em periódico local conforme ilustrado abaixo:

Nunca vimos em Victoria o povo tão delirante de entusiasmo, como agora, em plena graça, [...].

A fina flor espírito-santense, de ambos os sexos, em enthudiastica promiscuidade com a honrada classe proletaria, tomou parte nessa esplendida festa popular que semelhante se não registrou jamais em Victoria (MARECHAL..., 1912, p. 1).

Figura 89 – Descampado da Vila do Moscoso (1909).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Ao fundo, a cadeia montanhosa pertencente ao município de Vila Velha; à esquerda, o morro da Santa Casa de Misericórdia. Autor desconhecido.

Não obstante a existência, nesse período, dos demais espaços estudados, as modificações promovidas no antigo Campinho confiavam “[...] finalmente à Vitória um local apropriado para uma prática de convívio em sociedade, típica da vida moderna, que era o lazer em espaço aberto, apreciando a natureza domesticada” (PRADO, 2002, p. 178). O Parque constituía-se também um elemento modernizador como instrumento saneador e introdutor de uma nova estética.

¹²⁴ Refere-se ao Sr. Álvaro Teffé, representante do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente do Brasil, quando da visita ao Espírito Santo, durante o conjunto de inaugurações realizadas em Vitória empreendidas na administração de Jeronymo Monteiro ao final de seu mandato.

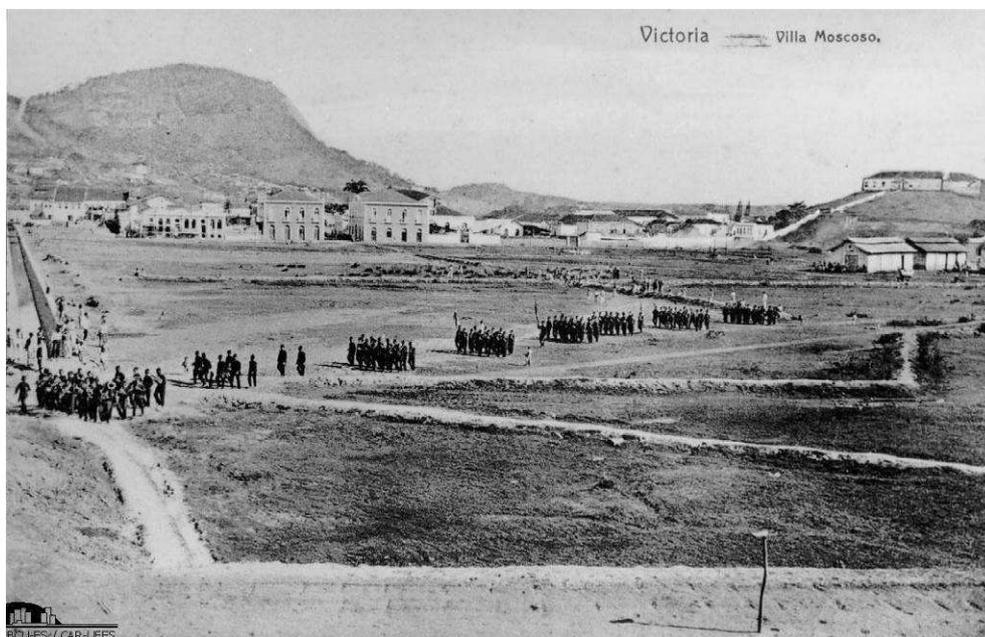
Figura 90 – Descampado da Vila do Moscoso encimado pelo Maciço Central (1909).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: À esquerda, ao fundo, o morro da Santa Casa de Misericórdia. Autor desconhecido.

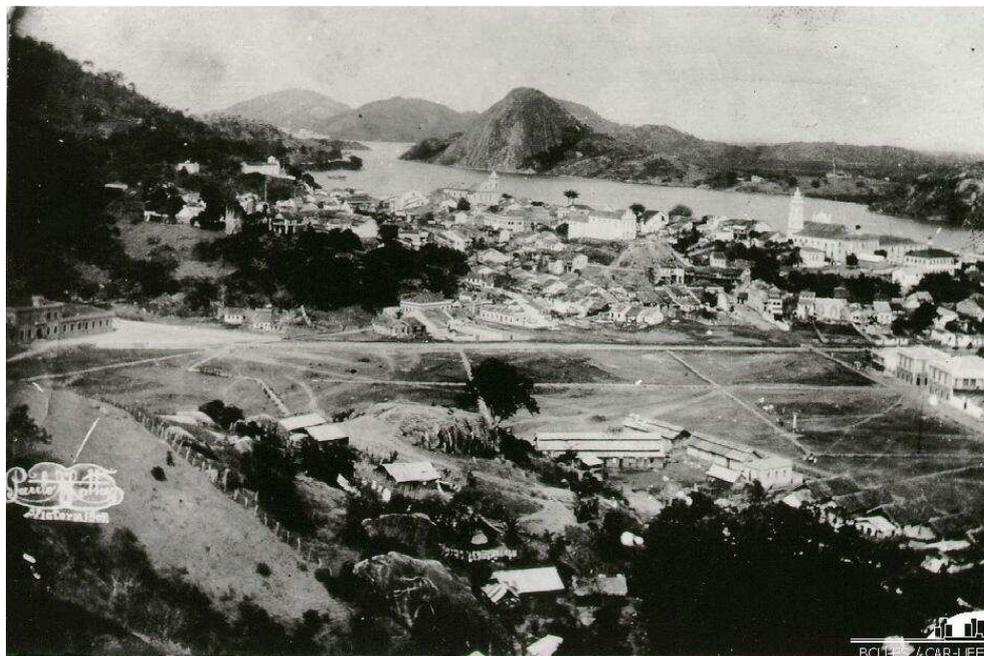
Figura 91 – Descampado da Vila do Moscoso (1909).



Nota: Ao fundo, a cadeia montanhosa pertencente ao município de Vila Velha; à esquerda, o morro da Santa Casa de Misericórdia. Autor desconhecido.

Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Figura 92 – Descampado da Vila Moscoso (1909).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>. Nota: À esquerda, o extinto quartel militar; ao centro, no topo da colina, a Igreja de São Gonçalo e a da Matriz; à direita, a torre da antiga Igreja de São Thiago, atual Palácio do Governo. Autoria de Paulo Motta.

Figura 93 – Residência dos funcionários públicos nas proximidades do Parque Moscoso (1912).



Fonte: Acervo de Francisco Moraes. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: Ao fundo, o extinto quartel da Polícia Militar. Autor desconhecido.

A construção da “Praça Moscoso” materializava a formação de recintos da sociabilidade distinta daquela dos espaços públicos já consolidados e vinha para suprir, naquele momento, a evidente necessidade de aprimoramento da cidade para o lazer.

O ideário de sua implementação contrapunha-se, portanto, à proposta de ocupação como espaço popular, permeado pelo universo do riso ou da festa, tendo também uma dinâmica distinta da cultura religiosa ou cívica. Seu projeto reforçava o objetivo de civilizar-se. Assim, diferia-se dos demais espaços “[...] pelas peculiares formas de sociabilidade que desfilam à sombra das árvores: fazer-se público de sua presença, exhibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos [...]” (SEGAWA, 1996, p. 15).

Do ponto de vista imagético, o grande jardim projetado por Paulo Motta cumpriu seu papel de signo de modernidade, na medida em que agregou à cidade um espaço voltado às horas livres, considerado adequado ao grau de civilidade almejado.

4.2.3 A Criação de uma Paisagem Domesticada

Durante o intervalo estudado, nenhuma descrição acerca do Parque Moscoso a que se teve acesso salientou a organização urbanística da área em questão. No entanto, a análise do mapa do novo arruamento de Vitória, datado de 1910 (Figura 85), revela uma intenção ordenadora não apenas da área que viria a abrigar o Parque, mas também de todo o perímetro central da cidade.

Mencionando esse mapa, no ano de 1913 Monteiro revelou ter solicitado, durante o seu mandato, a elaboração de um projeto de novo arruamento para a cidade, a partir da carta cadastral de Vitória desenvolvida no mesmo período, visando “[...] estabelecer-se um plano uniforme de melhoramentos e de embelezamento da Victoria” (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 473). Expressa assim uma intenção clara voltada ao desenvolvimento de um projeto mais amplo de modernização e

aformoseamento da cidade, que não se limitaria exclusivamente à região do Parque Moscoso.

Este plano compreende o alargamento das ruas e praças existentes e a abertura de outras novas ruas, modificando completamente o mau aspecto da nossa Capital. [...] – a Victoria dentro de pouco tempo perderá o seu aspecto de cidade colonial, de ruas estreitas e tortuosas (ESPÍRITO SANTO, 1913a, p. 473, grifo nosso).

Embora não mencionado explicitamente nos documentos oficiais, o projeto do Parque se encaixava como uma peça determinante no plano de Monteiro, que pretendia a introdução de um novo modelo urbanístico para a cidade, caracterizado pela adoção de um traçado mais ortogonal na área recém-conquistada e pela retificação do perfil tortuoso e estreito das ruas existentes.

O projeto previa a inclusão do Parque em uma quadra única em terreno plano de formato discretamente retangular, com sua menor extensão nas faces norte e sul.

O Parque foi projetado de forma a ser tangenciado por quatro ruas: ao sul, pela estrada que dava acesso à Vila Rubim, antiga Cidade de Palha, denominada Cleto Nunes; ao norte, pela Rua Padre José de Anchieta; a leste, pela Avenida República, antiga Rua da Vala¹²⁵; a oeste, pela Rua Vinte e Três de Maio¹²⁶.

O desenho de Motta organizava-se em torno de dois eixos estruturantes, duas alamedas principais, que cortavam assimetricamente o Parque, conduziam o olhar do observador e permitiam a ligação entre os logradouros que o circundavam: a primeira delas, que o cortava longitudinalmente (sentido norte-sul), possibilitaria um eixo visual com a Rua Presidente Pedreira¹²⁷; a segunda, diagonal a esta, interligar-se-ia à Rua Marcos de Azevedo¹²⁸. No projeto, o Parque interagiu com seu entorno, adequando-se à malha viária existente, e, por vezes, orientava e induzia o desenho

¹²⁵ De acordo com Elton (1986), o logradouro em questão iniciava-se primitivamente na Rua do Comércio, terminando na Avenida Cleto Nunes. Com a urbanização da região do Parque Moscoso, o espaço estendeu-se até as imediações da Praça do Quartel (atual Misael Pena). O logradouro resultou do fechamento do canal ali existente, originado quando do aterramento da faixa de terra que deu lugar à Rua do Comércio, antigo Porto dos Padres, conforme se pode observar na planta cadastral de Vitória, datada de 1895.

¹²⁶ Segundo Elton (1986), esta rua tinha início na antiga Rua do Comércio, prolongando-se até a Rua Henrique Coutinho. Foi construída após a conclusão do aterro da região do Campinho.

¹²⁷ Logradouro originalmente iniciado na Rua do Comércio encerrando-se na Avenida Cleto Nunes.

¹²⁸ Rua aberta na época em que a Companhia Torrens deu prosseguimento ao aterro do Campinho, ligando a região à Vila Rubim, conforme afirma Elton (1986). Foi denominada durante algum tempo Rua José Carlos de Carvalho.

de sua extensão, fazendo crer ser uma continuidade do bairro convidando ao passeio.

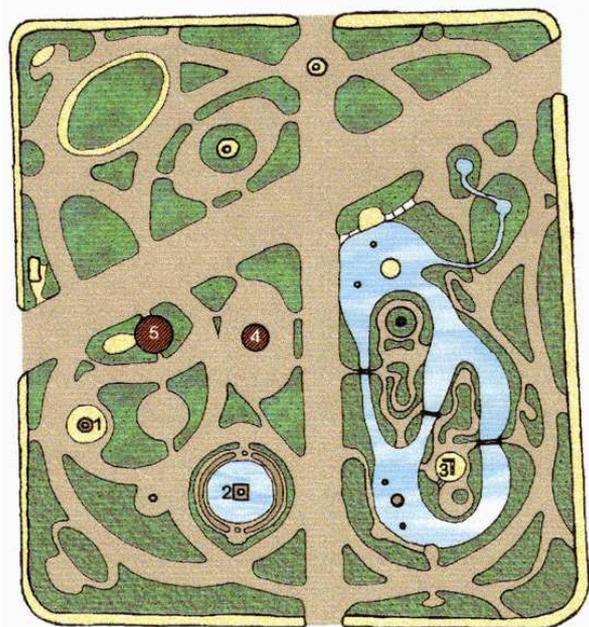


Figura 94 – Projeto original do Parque Moscoso (1910).

Fonte: SEDEC/GPU/CRU – PMV

Nota: Autoria de Paulo Motta. Colorizado.

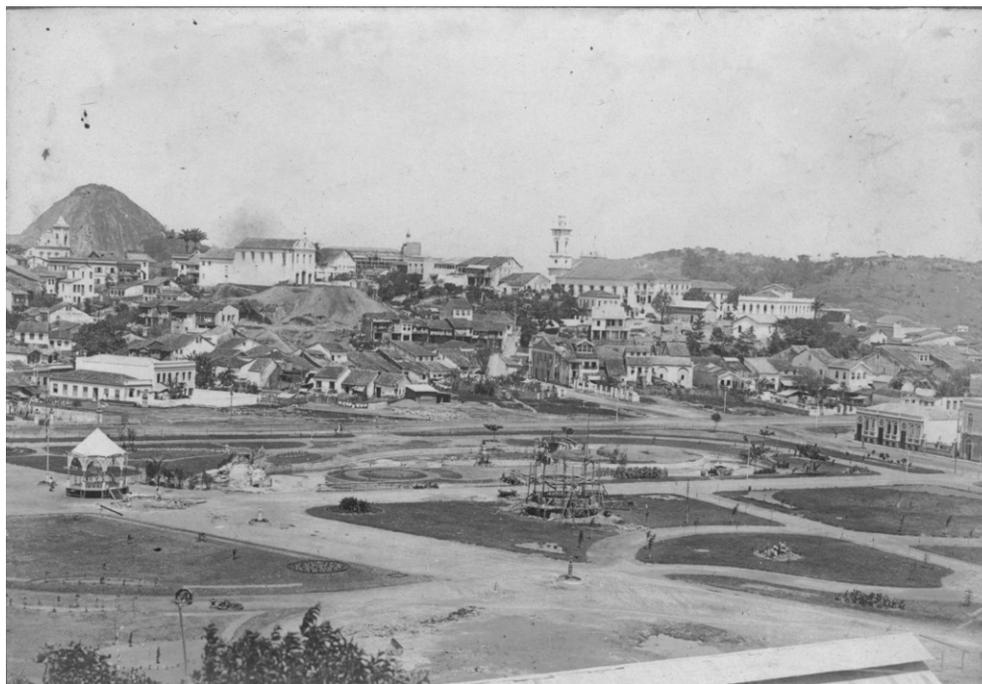
Legenda: 1 - Fonte dos Cavalos, 2 - Fonte, 3 - Ruína, 4 - Coreto, 5 - Orquidário.

A ideia de prolongamento da malha urbana era reforçada pela inexistência de gradil que isolasse a área do restante da cidade. Em contrapartida, internamente, onde havia uma ruptura da geometria, os percursos secundários permitiam a fruição do passeio com a adoção de linhas mais orgânicas, fluidas, e a inclusão de surpresas e recantos. O passeio não se evidenciava em sua totalidade num primeiro olhar. A paisagem então construída necessitaria de tranquilidade para ser descortinada e usufruída.

Entre as alamedas projetadas com larguras distintas, foram previstas áreas ajardinadas. O Parque, dividido em quatro partes pelas alamedas cruzadas em ângulo, distribuía construções, como coreto, fonte, orquidário, lago e ruínas, nas duas partes maiores mais ao sul. “Já as duas menores, ao norte, abrigavam espaços para contemplação e descanso” (MENDONÇA, 2000, apud PRADO, 2002, p. 179).

Descrito como “uma praça bellissima e immensa” (ALMEIDA, 1912, p. 2), o espaço ocupou uma área de aproximadamente 24.000 m², dez vezes maior que a do único logradouro público da cidade com funções semelhantes até aquele momento, o Jardim Municipal.

Figura 95 – Parque Moscoso em obras durante a implementação do projeto paisagista de Paulo Motta (1912).



Fonte: Arquivo Público Estadual.

Nota: À esquerda, no centro da alameda diagonal, construção não identificada no projeto; aos fundos, sobre a elevação, a Igreja de São Gonçalo; em destaque, a torre da antiga Igreja de São Thiago.

Figura 96 – Aspecto do Parque Moscoso: vista de uma das alamedas principais (1912).



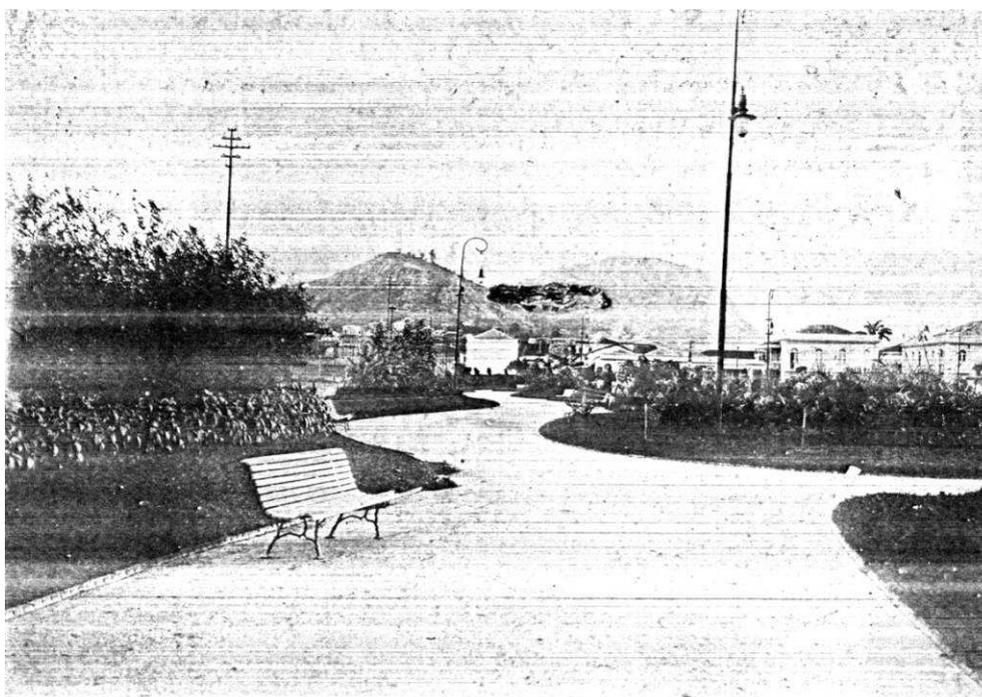
Fonte: Espírito Santo (1913a). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm> Nota: À esquerda, o coreto; ao fundo, o Maciço Central.

Figura 97 – Parque Moscoso: vista de uma das alamedas principais (1912).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
 Nota: Autor desconhecido.

Figura 98 – Parque Moscoso (data desconhecida).



Fonte: Willis de Faria

Nota: Aspecto de uma das alamedas orgânicas localizadas no interior do Parque. Ao fundo, a cadeia montanhosa pertencente ao município de Vila Velha.

O Termo de Contrato firmado entre o Governo do Estado do Espírito Santo e Paulo Motta, em 16 de junho de 1911, visando à “[...] construção de um lago no parque da

Villa Moscoso e outras obras de arte”, traz um descrição do projeto a qual permite compreender o espaço original com maior clareza. O projeto previa a execução de

[...] um lago com a forma irregular com setenta e cinco centímetros (0,75) de fundo, sessenta centímetros (0,60) abaixo do nível do jardim em uma área de dois mil trezentos e trinta metros quadrados (2330m²).

Segunda – Este **lago conterà dois repuchos artísticos** que poderão elevar a água à altura aproximada de cinco metros (5ms).; duas ilhas que ocupem aproximadamente a área de mil cento e setenta e oito metros, onde será construído um plano mais elevado, um **pavilhão em ruínas** com escadaria e balaustrada.

Terceira – Por entre os jardins destas **ilhas** serão colocadas dezenove figuras de ornamentação.

Quarta – **Três pontes, em cimento armado, diferentes e com a forma de madeira tosca que liguem as ilhas do jardim e uma grande fonte luminosa.**

Quinta – Para o curso das águas que vem de **uma cascata**, será construído um regato na extensão aproximada de quarenta metros (40ms)

[...]

Sétima – O fundo e as margens do lago serão de cimento armado. A altura do nível do terreno ao plano do fundo será de um metro e trinta e cinco centímetros (1,35) [...] (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 1911b, p. 1, grifo nosso).

Durante a pesquisa, não foi possível obter informações que confirmassem se as dezenove figuras de ornamentação mencionadas se referiam àquelas encontradas atualmente no interior do Parque ou se foram substituídas em uma das reformas ali empreendidas ao longo dos anos. Sabe-se, no entanto, que as mencionadas no Termo de Contrato foram efetivamente instaladas, tendo em vista a existência de publicação que menciona uma solicitação, realizada por Paulo Motta, de pagamento de uma quantia de “[...] 3:975\$540 proveniente de 19 figuras mandadas vir de Hamburgo para a ornamentação do mesmo parque” (DIRECTORIA DA..., 1912, p. 1).

Os termos do contrato não deixavam claro quais obras de arte estariam incluídas em seu escopo, não sendo possível identificá-las. Sabe-se somente que pertenciam exclusivamente aos jardins das ilhas localizadas no interior do lago, conforme mencionava o citado contrato.

Figura 99 – Parque Moscoso (1912).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: No centro da imagem, uma das ilhas localizadas no interior do lago, com inúmeros jatos d'água; ao fundo, à direita, uma das pontes de concreto que lembravam troncos de árvore, de acesso às ilhas; ao fundo da imagem, o Pálcio Governamental, antiga Igreja de São Thiago; à sua frente, a atual Escola Maria Ortiz. Autor desconhecido.

Figura 100 – Parque Moscoso: vista do interior do lago (1912).



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
Nota: Autor desconhecido.

Figura 101 – Parque Moscoso (data desconhecida).



Nota: À esquerda, a ruína localizada em uma das ilhotas do interior do lago; em segundo plano, edificações pertencentes a pessoas mais abastadas construídas no entorno do Parque; ao fundo, a cadeia montanhosa pertencente ao município de Vila Velha.

Fonte: Willis de Faria.

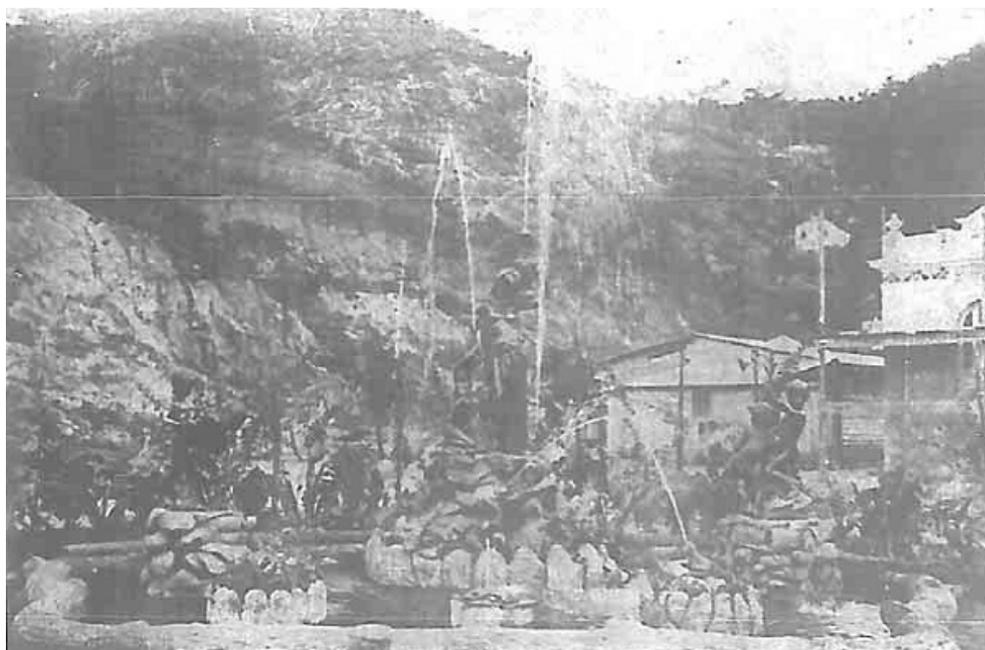
Os demais elementos mencionados no documento, como o lago com suas ilhas acessadas por pontes de cimento imitando troncos de árvores tombados sobre seus canais, o pavilhão em ruínas e a fonte luminosa podem ser observados nos registros iconográficos que ilustram o Parque no ano de sua inauguração.

Acredita-se que o lago e seus componentes tenham sido considerados elementos importantes do projeto, uma vez que receberam maior atenção e detalhamento que os demais, mediante a celebração de um contrato específico para sua construção. No entanto, pode-se aferir certo grau de complexidade em sua execução, o que de fato também justifica o ocorrido.

Os registros iconográficos indicam a existência de ao menos duas fontes localizadas fora do contexto do lago. Há, no entanto, a indicação de apenas uma no projeto de Paulo Motta. O material pesquisado não elucida se esta foi realmente implantada no local especificado pelo projetista, ou seja, na porção inferior à esquerda da planta. Uma delas (Figura 102), que parece não corresponder à mencionada no projeto, uma vez que a análise do posicionamento da imagem descarta essa

possibilidade¹²⁹, era constituída por singelo conjunto escultórico que se assemelhava a figuras humanas, das quais jorravam esguichos d'água, apoiadas sobre cenário de pedras artificiais. A outra, em ferro fundido, era composta por um conjunto de duas figuras femininas e duas infantis de corpo inteiro, sobre base constituída por volutas e elementos florais e sob bacia ornada de elementos figurativos da natureza e pequenas carrancas. Denominava-se Fonte Jeronymo Monteiro (Figura 103). Segundo Muniz (2001), esse conjunto escultórico teria sido implantado somente durante a primeira intervenção ocorrida no Parque Moscoso, na década de 1950. Entretanto, imagens datadas de 1936 confirmam a existência desse conjunto muito antes desse período. Não é possível determinar se essa Fonte foi implementada no intervalo estudado, devido à insuficiência de dados até o presente momento. Sabe-se ao certo que isso ocorreu durante a primeira fase de existência do Parque, ou seja, no período anterior à primeira reforma.

Figura 102 – Fonte no interior do Parque Moscoso (1912).



Fonte: Arquivo Público Estadual.
Documento: Espírito Santo (1913a, p. 295).

¹²⁹ O aforamento rochoso ao fundo da imagem não coincide com o entorno da fonte indicada no projeto, que estaria localizada nas imediações da Avenida Cleto Nunes.

Figura 103 – Parque Moscoso: Fonte Jeronymo Monteiro (1936).



Fonte: IJSN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
Nota: Autoria de Photo Paes.

Outras construções localizadas no interior do Parque, como o coreto e o orquidário, passíveis de identificação quando da análise dos registros fotográficos, não foram mencionadas nos termos de contratos encontrados, sendo somente citadas no projeto de Motta.

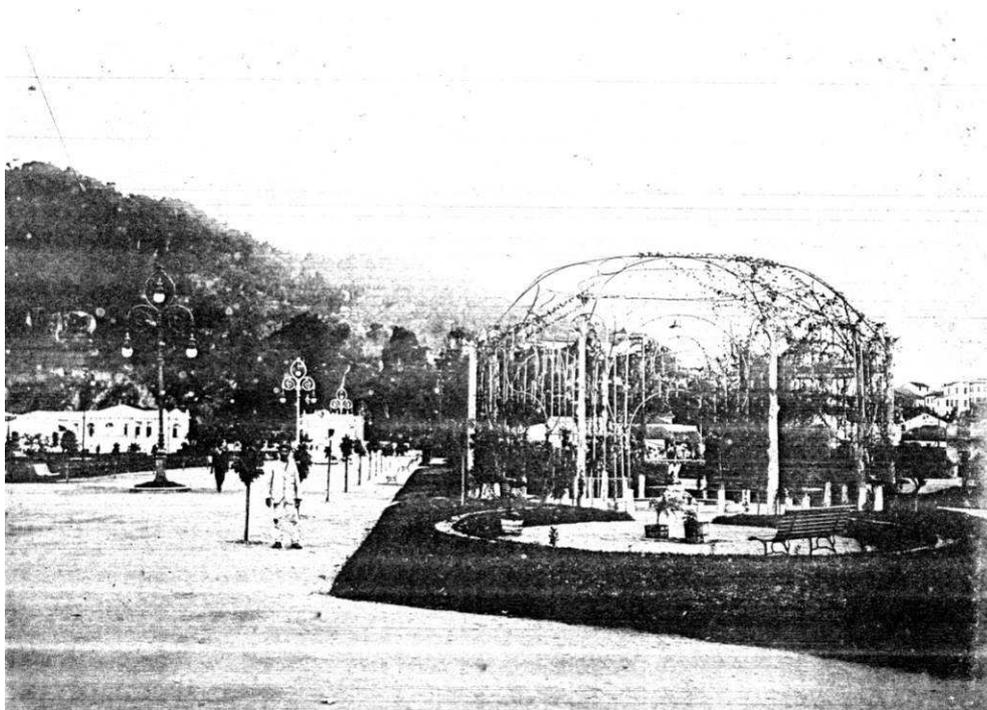
O aspecto físico do coreto foi mencionado em apenas duas ocasiões, nas quais foi descrito em periódico local como o “[...] elegante coreto de ferro, [...], para 60 músicos” (O PROGRESSO do..., 1912, p. 4), elevado em relação ao nível do Parque, de tal forma que possibilitava a presença de porão alto, sob o qual havia uma área que se destinava a depósito (SECRETARIA DO GOVERNO, 1912, p. 1). As imagens do coreto demonstram a opção de Motta por uma planta octogonal e a utilização de uma estrutura metálica delgada de suporte da cobertura, com guarda-corpo do mesmo material e escadaria de acesso anexa ao corpo da edificação. Não foram encontrados registros textuais sobre o orquidário nas fontes pesquisadas, exceto no projeto datado de 1910, atribuído a Motta.

Figura 104 – Parque Moscoso: o coreto (1912).



Fonte: Espírito Santo (1913a, p.299). Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>

Figura 105 – Orquidário no interior do Parque Moscoso (data desconhecida).



Fonte: Willis de Faria.

Nota: À esquerda, a alameda diagonal.

Acompanhando as mudanças que a cidade vinha sofrendo, o Parque recebeu iluminação elétrica por meio da inserção de postes metálicos ornamentais, dispostos axialmente nas alamedas principais e por entre os canteiros dos passeios

secundários. “Essa praça, que é hoje **um bello jardim fartamente iluminado** e onde foi erguida a estatua do presidente Moscoso, era um grande pântano que o Estado aterrou, tornando-o um bairro hygienico e bellissimo” (AINDA a..., 1912, p. 2, grifo nosso).

Os circuitos entrecruzados dos passeios, evocando os traçados curvilíneos bem delineados por Motta, foram complementados com a introdução de vegetação em profusão, diferentemente das demais regiões da cidade, em geral muito áridas e carentes desse artifício térmico e estético.

De acordo com Derenzi (1995), Motta foi o precursor do Horto na capital capixaba. Sua experiência no Parque Moscoso foi responsável por difundir o gosto pela jardinagem em Vitória, atestado pela quantidade de espécies arbóreas introduzidas no local. Da mesma forma, a preocupação com a inserção de um espaço como o orquidário no interior do logradouro corroborava a importância dada à vegetação no projeto, pois dotava o espaço de recantos sombreados e esconderijos poéticos que possibilitavam o repouso nos diversos bancos de ferro e madeira localizados ao longo dos percursos.

Ao final do intervalo estudado, foram encontradas citações sobre a instalação de um botequim no interior do Parque.

Sendo o Parque Moscoso o ponto mais aprazível de nossa Capital, era indispensável um estabelecimento dessa ordem, naquelle local, afim de seus habitués encontrarem mais conforto nas longas horas, que alli passam; ficou, portanto, preenchida essa lacuna, com a montagem do Bar Hanseatico (BAR..., 1916, p. 1).

Um novo princípio estético foi incorporado à cidade. A inserção de elementos como o coreto, a fonte, bancos, a ruína romântica, os panos d'água com ilhotas artificiais que se interligavam aos percursos por meio de pontilhões cujos parapeitos faziam menção a troncos de árvores, os canteiros ajardinados com plantas exóticas criavam paisagens nas quais a “natureza dominada” era fortemente empregada. Havia uma tentativa latente de materialização de uma paisagem considerada ideal, com enquadramentos que pareciam pertencer a uma pintura.

A reprodução de uma atmosfera pictórica disciplinada e salubre conduz para a importância da higiene e “constrói um novo referencial de vivência urbana, através da contemplação do belo associado à natureza” (PRADO, 2002, p. 141).

Cenário ideal para representar uma cidade civilizada, a região do Parque Moscoso, formada pelo parque, pelos quarteirões ordenados e pela vila operária, constituiu o mais perfeito exemplo de materialização física do pensamento higienista, simbolizando o avanço no nível de desenvolvimento moral e cultural da sociedade local.

A construção do Parque Moscoso teve como produto final a criação de uma nova paisagem, que figurou como uma cenografia à altura da República; desempenhou papel fundamental na remodelação das dinâmicas sociais, por lançar uma nova sensibilidade entre a população mediante a fruição de sua beleza e da natureza.

De acordo com Muniz (2001), o Parque Moscoso veio a sofrer a primeira intervenção em 1952, durante o governo de Jones dos Santos Neves, responsável pela alteração da fisionomia original.

4.2.4 Práticas no Parque e População Usuária

Na virada do século XX, a família capixaba intensificou a frequência aos passeios ao ar livre e o gosto por essa prática, em especial após as obras de remodelação da cidade, empreendidas durante a administração de Jeronymo Monteiro, que acabaram por arejar ideias e hábitos, promovendo interação social e a valorização desse tipo de lazer, segundo modelo observado em outras cidades do mundo e do Brasil.

Ao possibilitar momentos de distração fora do ambiente doméstico, o Parque Moscoso tornou-se palco de sociabilidades, convocando a família a participar da esfera pública de acordo com os princípios da respeitabilidade à época exigidos.

De acordo com Araújo (1993), na capital carioca os passeios aos parques, jardins e pracinhas configuravam-se como um ritual tipicamente familiar. Esses lugares eram

os preferidos para a distração de mães, babás e crianças e se constituíam num programa convidativo para os enamorados.

Aos moldes do observado no Rio de Janeiro, o Parque tornou-se o local preferido para o desenvolvimento de folguedos infantis, que ali eram realizados sem o receio de abalar o espaço doméstico.

O *footing*, ou seja, o passeio a pé para espairar, também era uma atividade realizada com frequência. Uma iluminação constantemente mencionada como profusa, possibilitava o desenvolvimento dessa prática durante o dia ou à noite. Da mesma forma, eram oportunizados momentos de repouso e de reflexão nos recantos e bancos dispostos ao longo das aleias, além de encontros e conversas informais.

O Parque Moscoso, é um desses logares, onde mais comoda e socegradamente, podemos soltar as nossas maguas ou guardar os excessos de alegria, nas verdes folhas dos seus delicados arbustos.[...]

Aqui, ali, acolá, grupos de dois três rapazes, preguiçosamente recostados nos bancos, das principaes áleas desse logradouro publico, discutiam sobre assumptos diversos.

[...]

Andei, duas ou três voltas dei pelo elegante parque e afinal sentei-me, num dos bancos mais retirados.

Precisava estar só, completamente só. Queria desabafar... falar ao céu, as estrellas e mesmo a Deus, se possível fosse lhe falar [...] (M.F., 1916b, p. 2).

Araújo (1993) também menciona os piqueniques como um dos programas favoritos do Rio de Janeiro “civilizado”, os quais incluíam *garden parties* ao meio dia e saraus à noite, organizados por senhoras de família e entidades de caridade. Seguindo esse modelo, o Parque Moscoso era frequentemente utilizado para a realização desse tipo de festa ao ar livre, especialmente nas ilhas localizadas no interior do lago.

Encantadora festa
No Parque Moscoso

[...]

A's oito e meia da manhã, entre o riso álaçre de um pugillo de graciosas senhoritas e de distintos cavalheiros, **foi servido, na Ilha dos Amores, em bello caramanchão adrede preparado, pingue repasto, composto de saboroso chocolate e finos doces** (ENCANTADORA..., 1912, p. 1, grifo nosso).

Sabemos que esse constará de **um excelente lunch, servido no Parque Moscoso**, alli onde tão bem se casam a arte humana com os esplendores da natureza opulenta do nosso paiz, alli naquelle recanto poeticamente encantador da nossa cidade (HOMENAGEM..., 1916, p. 1, grifo nosso).

Os relatos também fazem menção à utilização usual do espaço para a prática do ciclismo, atividade permitida no interior dos jardins mediante consentimento especial, conforme estabelecia o art. 61 do Código de Posturas Municipal de 1901. De acordo com nota em periódico local, a prática, criticada por alguns usuários locais devido aos riscos de atropelamento, passou a ser proibida no interior da área.

Eram **tantos os cyclistas** que ali faziam suas vertiginosas carreiras, que julgamos prudente desistir do almejado passeio.

O nosso intento era ver as **crianças**, que vivem presas em casa toda a semana, darem expansão festiva a sua natural alacridade, correndo e saltando livremente por algumas horas, mas vimol-as **correndo tanto risco** que, como dissemos, preferimos retorar-nos tristes e pezarosos por pensar que não mais lá ellas voltariam.

Felizmente, hoje disseram-nos que foi prohibida a entrada dos taes cyclistas naquelle magnífico jardim (C.M., 1912, p. 1, grifo nosso).

Figura 106 – Parque Moscoso (1936).



Fonte: IJSN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: Autoria de Photo Paes.

Segundo os periódicos pesquisados, o local contava ainda com apresentações frequentes, em especial aos domingos, de bandas de música, além do aperfeiçoamento das fanfarras militares que despertavam interesse da população.

Outras abordagens relatam o uso do Parque para a realização de eventos específicos que contavam com maior aglomeração de pessoas, como as festas carnavalescas e as missas campais.

Interessante também mencionar a ocorrência de práticas mais inusitadas visando atrair a população:

Parque Moscoso – neste aprasível jardim pretende um grupo de moços a cuja frente se acha o zeloso e incansavel conservador do Parque, capitão Paulo Motta, levar a efeito algumas diversões, sobresaindo entre ellas fazer erguer **hoje, ás 6 horas da tarde, um vistoso balão**, o que certamente attrahirá ao Moscoso uma grande concurrencia (PARQUE..., 1916, p. 1, grifo nosso).

No que concerne ao estrato social dos usuários, registra-se:

[...] os jardins, os passeios chamados públicos, as praças sombreadas de gameleiras, [...] se limitaram ao uso e gozo da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol – insígnias de classe e ao mesmo tempo de raça, mas principalmente de classe, no Brasil do século XIX e até dos princípios do século atual (FREYRE, 1981, p. 42).

Observa-se na sociedade vitoriense a reprodução desse hábito. A despeito da ausência de anteparos no entorno do Parque, frequentava-o comumente um grupo mais seleto de usuários, em geral formado por pessoas de fino trato. Tal prática pode também ser justificada pelas restrições impostas pelo Código de Posturas vigente (1901), que correspondia à mesma legislação que orientava o uso do Jardim Municipal anteriormente mencionado.

Foram também encontradas inúmeras abordagens ilustrando a frequência de crianças ao Parque, caracterizando-o como um ambiente essencialmente familiar.

E' um passeio delicioso esse em que se aprecia uma reunião agradável, **um curso encantador de moças graciosíssimas e cavalheiros distintos, podendo as familias** sentirem-se bem, num ambiente salutar ao espírito. [...] (MARCO, 1912b, p. 1, grifo nosso).

Promovida por um animado **grupo de rapazes e senhoritas da nossa melhor sociedade**, do qual se faz interprete o brilhante vespertino.

[...] Promette ser animadíssima a interessante festa, a que certamente comparecerá **tudo o que a sociedade victoriense tem de mais selecto** [...]

(CARNAVAL..., 1916, p. 1, grifo nosso).

Há tempos, **fomos acompanhados das crianças, fazer um passeio pelas lindas alamendas** do formoso parque da praça Moscoso.

(C.M., 1912, p. 1, grifo nosso).

Não obstante as transformações relativas às práticas sociais ao ar livre em Vitória, consequentes das melhorias urbanas empreendidas por Jeronymo Monteiro, contrariando as citações acerca dos usuários do Jardim Municipal, da Rua da Alfândega e da Praça João Clímaco, o Parque Moscoso, de acordo com nota publicada em periódico local, constituía-se um dos poucos programas realizados na cidade durante os quais pessoas do sexo feminino podiam divertir-se, dada a falta de opções de entretenimento possíveis para esse grupo social.

[...]

Quero me referir á absoluta falta de divertimentos próprios ao nosso sexo

[...]

Actualmente é o que se vê: cinemas, cinemas, mais cinemas e, quando a chuva quer, um curso até ás 8 horas no parque Moscoso.

Hás de convir que isto é uma desolação e que precisamos trabalhar para que saiamos deste marasmo que nos enerva. [...] (ODINETTE, 1912a, p. 2).

Apesar de a maioria das citações encontradas ilustrar uma utilização maior do espaço por famílias e pessoas pertencentes às classes sociais privilegiadas, durante o período estudado também foram observados relatos esporádicos sobre o uso do Parque por indivíduos pertencentes a diferentes camadas sociais durante eventos específicos de caráter mais popular, como o carnaval e as festividades cívicas ou religiosas: “Em noites de carnaval, que, quem olha o Parque Moscoso [...] **transbordando de pessoas de todas as classes, que se tocam, se ligam e se confundem no mesmo ardente desejo de folgar [...]**” (CARNAVAL, 1916, p. 1, grifo nosso).

4.2.5 O Parque e a Contemplanção da Paisagem Criada

O projeto do Parque Moscoso foi elaborado de modo a incentivar a vivência e a apreciação dos espaços por seus frequentadores, proporcionando-lhes ambientes lúdicos e de deleite por meio da inserção de elementos artificiais inspirados na natureza. Nessa perspectiva, o Parque traduziu-se como uma tentativa de materialização, se assim se pode dizer, de uma paisagem considerada ideal, como se o conhecimento do homem se colocasse a serviço da fruição.

Outra questão que deve ser levantada é o fato de que, na Vitória do início do século XX, a natureza se fazia ainda muito presente. A proximidade com o mar e com a vasta mata do Maciço Central fazia de ambas parte das referências essenciais à paisagem. A implantação de um jardim em um vazio urbano, outrora inútil e insalubre, significaria o reconhecimento da ação do homem sobre o território, com vistas à sua modernização e ao estabelecimento de um novo paradigma de expansão urbana desejado.

Além disso, “[...] a cultura oitocentista introduziu a noção de salubridade urbana, atribuiu à vegetação uma pragmática função, muito além do sentido pitoresco ou romântico que a arte impusera sobre a paisagem natural” (SEGAWA, 1996, p. 211). Isso, associado à perspectiva de valorização estética do território, faria com que Vitória não se furtasse a essa experiência. Interessante sublinhar que, antes mesmo de sua inauguração, a paisagem, ainda em fase de transformação, já era sentida e apreciada pela população local. O ensejo de transfiguração, tomando-se como exemplo paisagens criadas em outras cidades, em especial Paris, tidas como um ideal a ser imitado, era eventualmente mencionado.

Tanto assim é que, ha dias inaugurou um possante repucho, ao centro do jardim, e do qual pretende fazer uma bela cascata.

Existem já plantadas muitas arvores, escolhidas especialmente e a muito capricho para o bosque que virá, por certo, a ser um petit bois de Bologne; e depois, aquelle lago artificial, as ilhas, as grutas, tudo, tudo, trar-nos á á memória a lembrança de uma Venesa, de uma paysagem Suissa, de uma lacustrica cidade [...] (TULLIO, 1911a, p. 2).

As abordagens acerca do espaço após a criação do Parque são em geral voltadas à apreciação da natureza domesticada, em especial ao paisagismo criado, que evocou sentimentos associados ao júbilo, ao prazer. Em alguns momentos, a paisagem observada parecia refletir o estado de espírito do autor das citações:

Passeando por aquellas alamedas, no domingo á noite, eu não soube o que mais apreciar, se o encanto das flores, a poesia das águas a cahirem envoltas em cores de topasio, rubis, amethystas e esmeraldas, ou a graça encantadora de minhas patricias. O facto, e que, voltando para esta bella vivenda, que tanto me prende, sentia a alma feliz e o coração satisfeito [...] (MARCO, 1912b, p. 1).

Dirigi-me ao Parque Moscoso.
Tudo estava adormecido; as pequenas arvores, silenciosas, tristes e quietas, pareciam feitas de pedra, (ilegível) immobilidade de suas folhas.
As flores, semi-inclinadas, adormeciam também (M.F., 1916a, p. 2).

Figura 107 – Parque Moscoso: vista do lago (1936).



Fonte: IJSN. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
Nota: Autoria de Photo Paes.

Outras abordagens mesclam a observação de elementos da natureza com os inseridos pelo homem.

Era por uma dessas tardes de junho!...

O ceo, matizando de um azul sereno, offerecia um espectáculo encantador: no poente, nuvens de cores diversas: umas de um doirado vivo, outras de um vermelho sem manchas, outras multicores, annunciavam a aproximação da noite!

A essa hora passeava, eu, no Parque pelas suas alamedas, cobertas de um lençol de bellas flores, que desprendiam um perfume embriagador [...] (TOLEDO, 1916, p. 2).

Também foram encontradas citações sublinhando elementos edificados no interior do Parque, comparando-os com elementos fantasiosos do imaginário popular: “[...] a celebre ruína do Parque Moscoso, muito bem pintada e toda illuminada á electricidade, mais se parecendo com um palacio de fadas [...]” (OLHO..., 1912, p. 2).

Figura 108 – Parque Moscoso: vista do lago e da ruína grega (1936).



Fonte: Acervo de Francisco Moraes. Disponível em:
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>

Nota: À direita, ponte de acesso à ilha artificial. Autor desconhecido.

Devido à beleza de suas paragens, conforme relatos encontrados, as paisagens nele observadas passaram a ser retratadas por pintores locais. Nota inusitada datada do ano de sua inauguração retrata, segundo o autor da nota, a impossibilidade de capturar tamanha diversidade de elementos possíveis de serem contemplados no referido espaço, ante a riqueza de detalhes.

Como copia do natural – os deliciosos recantos do Parque Moscoso – os trabalhos de 3º ano foram apresentados. Mas, em que pese a franqueza,

tudo aquillo não é senão copia de copias photographicas, trabalho condemnado e cujos vícios de sombra e de detalhes ressaltam á primeira vista, pois não pode a retina humana gravar, conservar e transportar á tela tanta variedade de objectos [...] (ODINETTE, 1912c, p. 1-2).

Não obstante a proximidade com o Maciço Central, elemento natural de grande porte que emoldurava o Parque em sua face norte, não foram verificadas menções acerca desse espaço. Em contrapartida, observaram-se em várias ocasiões citações sobre a paisagem construída no seu entorno imediato, constituída de edificações: “um jardim esplendente, emoldurado de prédios modernos, onde ha pouco dominava um pantanal [...]” (FESTA do..., 1912, p. 2).

Insta também destacar citações sobre a paisagem local, que vão além das sensações visíveis ao olho humano, perpassando outros sentidos da mesma forma aguçados naquele espaço.

Tens em parte, alguma razão, pois que os accordes musicaes dão ao parque Moscoso um tom de bello, de encantador. [...] As flores, as luzes, o murmúrio dolente das águas e o ciciar da briza inconstante como os homens [...] (ODINETTE, 1912b, p. 3).

Figura 109 – Parque Moscoso: vista do lago e de uma das pontes de acesso às ilhotas localizadas no seu interior (1936).



Fonte: Francisco Moraes. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>
Nota: Autor desconhecido.

4.2.6 O Campo de Santana: Um Jardim Paisagista a Servir de Espelho

O projeto do Campo de Santana do Rio de Janeiro figurou como um dos mais importantes e ousados exemplos de utilização de uma nova tipologia exportada para os trópicos, conhecido como jardim paisagista, servindo de exemplo, no final do século XIX e início do século XX, para inúmeros projetos de espaços da mesma natureza em território nacional.

O Campo de Santana¹³⁰ era um dos limites da cidade do Rio de Janeiro no alvorecer do século XIX, de acordo com Noronha Santos (1944). Segawa (1996) afirma que a região era um típico *rossio*, ou seja, um vazio periférico à cidade destinado à pastagem e local de despejos de detritos, formado por terreno com características alagadiças e vegetação rasteira.

Sua história como logradouro iniciou-se no século XVIII, quando, segundo Carneiro e Bertruy (2009), foi realizado um aterro (1790) na área, gerando uma ocupação de suas imediações por edificações e fazendo com que passasse a ser incorporada ao perímetro e ao traçado urbanos. Quando a Família Real Portuguesa aportou no Rio de Janeiro, em 1808, a então alçada capital do Reino precisou urbanizar-se. Medidas incentivando a ocupação rumo ao oeste foram implementadas, preservando-se o espaço do Campo de Santana e criando-se a “Cidade Nova”, conforme afirma Segawa (1996), rompendo com os limites da urbe colonial.

A descrição do Campo, realizada na década de 1820 por Luís Gonçalves dos Santos, que atendia pela alcunha de padre Perereca, registra que o terreno tinha um comprimento de aproximadamente “[...] 286 braças [equivalente a 629,20 m], e de largura do oriente ao poente, 155 [341 m]; por três lados é cercado de casas [...].

¹³⁰ De acordo com Segawa (1996, p. 51), o espaço “[...] chamava-se Campo da Cidade, num passado remoto; no início do século 18, era conhecido como Campo de São Domingos; próximo ao período monárquico, próximo ao final desse século, os mapas o identificam como Campo de Santana; durante o período monárquico, essa denominação conviveu com nomes como Campo da Aclamação (o mais lembrado), Campo da Honra (durante a Regência) e até mesmo Campo de Marte (pelas manobras militares)”. Conforme Noronha Santos (1944), o jardim passou a se chamar Praça da República por ato da Intendência Municipal, em 1890 e, posteriormente, em 1934, Parque Júlio Furtado – que ainda hoje divide as preferências com a tradicional designação Campo de Santana.

Pela sua extensão [é] capaz de conter reunidos todos os moradores da cidade” (SANTOS, 1981, apud SEGAWA, 1996, p. 157).

Conforme os autores, em 1815 inaugurou-se um espaço destinado ao lazer, conhecido como Passeio do Campo, denotando uma nascente preocupação com o paisagismo do lugar. Este, no entanto, adquiriu um caráter transitório, uma vez que em pouco tempo foi destruído, sob alegação de dificultar as manobras militares que no espaço eram realizadas.

Figura 110 – Passeio do Campo retratado em pintura de Franz Josef Fruhbeck (1818).



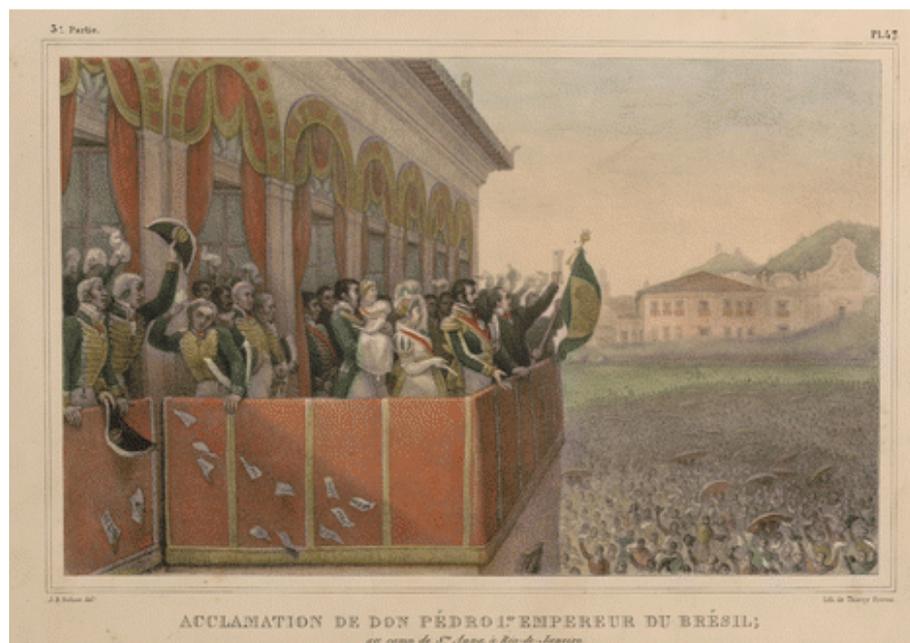
Fonte: Macedo (apud CARNEIRO; BERTRUY, 2009).

Por muitos anos, a vastidão do espaço possibilitou convivências múltiplas de uso. Além de servir a exercícios dessa natureza, permaneceu também como espaço para recreação popular e festas da Coroa, conforme afirma Dourado (2011). Serviu também como lavanderia pública, devido à construção de um chafariz, demolido em 1873, utilizado para a lavagem de roupas.

Segawa (1996) também menciona a utilização do espaço, a partir da segunda metade do século XVIII, como palco para comemorações religiosas de grande alcance na sociedade carioca colonial, devido à presença da Igreja de Santana em suas imediações e a construção de uma “praça de curro”, anfiteatro para festas públicas de cavalgadas e corridas de touros, no início do XIX. Segundo o autor, a Corte elegeu e a Família Imperial endossou o espaço como palco de suas exibições

de pompa em diversas oportunidades, por ser considerado à época o único local com amplitude suficiente para tais finalidades.

Figura 111 – Aclamação de Don Pedro I como Imperador do Brasil no Campo de Santana, Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/externo/busca.asp>
 Nota: Autoria de Thierry Frères, 1997-1826.

Em 1871, Glaziou apresentou uma proposta de remodelação do espaço ocupado pelo Campo de Santana à Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Figura 112), proposta aprovada no ano seguinte. Inspirado na obra de Alphand, em voga à época, por quem tinha profunda admiração, Glaziou adotou em seu projeto princípios do jardim paisagista moderno.

Conforme mencionado no Almanaque de Laemmert, de 1862, o Jardim, denominado inglês ou paisagista, constituía-se em gênero

[...] actualmente adoptado nos paizes de mais adiantada civilização, por sua natural e graciosa singeleza, poi nelle se esconde a arte sob as mais bellas formas da natureza, que é o seu mestre e modelo depois de tirar o maior partido possível do terreno em que opéra, e dos pittorescos sítios circumvizinhos, dos quaes como se apossa, pelo effeito das perspectivas, com o fim de alargar os horizontes de seus términos (LAEMMERT; LAEMMERT, 1862, p. 313).

Dourado (2011, p. 122) descreve a gramática do jardim paisagista do século XVIII adotada por Glaziou:

[...] fazia crescer a presença de caminhos sinuosos, enquanto elementos estruturadores dos arranjos espaciais, urdindo redes mais complexas de passeios que induziam à multiplicação de pontos de vista, recantos e experiências sensoriais. Ela enfatiza não somente o papel expressivo do conjunto, mas também das partes, recuperando a presença de canteiros com arranjos inusitados de espécies herbáceas e arbustivas exóticas, [...]. além disso, supervalorizava a profusão ornamental, na forma de ruínas artificiais, grutas, rocalhas, cascatas, lagos, pontes, fontes metálicas, bancos, postes de iluminação, gradis, bebedouros e toda a sorte de produtos para jardins, disponibilizados pela Revolução Industrial.

Figura 112 – Projeto para o Campo de Santana atribuído a Auguste François Marie Glaziou (entre 1870-1980).



Fonte: Acervo da Fundação Parques e Jardins, Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>.

Por constituir uma região enorme e descampada, de contornos difíceis de precisar, a área original ocupada pelo Campo de Santana gerou diferentes informações quanto à sua real dimensão. Segawa (1996) afirma que, nos anos de 1820, o padre Perereca mencionou uma área de cerca de 214.500m². Émile Allain, em 1886, estimava a dimensão do Jardim em 165.000m². Já a Inspetoria das Matas, Jardins e Pesca, em 1914, calculava-a em 146.421m². Independente disso, essa vastidão impressionava a todos. Tanto que, em 1909, o viajante português José Augusto Corrêa, que também indicou outra dimensão para aquela área, a comparou nesse

aspecto com outros espaços semelhantes em diferentes partes do mundo, destacando-o como o maior deles:

Ocupa o centro da maior praça do mundo, com superfície de 198.000 metros. O Campo de Marte, em Paris, tem 112.000 metros; a Praça Real, de Berlim, 100.000 metros; a Praça do Hotel de Ville, em Viena d'Austria, 90.000 metros, e a Praça da Concórdia, em Paris, 89.000 metros. E isto para citar só as principais. [...] A superfície plantada é de 86.000 metros; os lagos e os rios ocupam 18.000 metros e os arruados 43.522 metros (CORRÊA, 1909, apud SEGAWA, 1996, p. 173).

Conforme as cláusulas do contrato lavrado¹³¹ com Glaziou, o Jardim ocupava

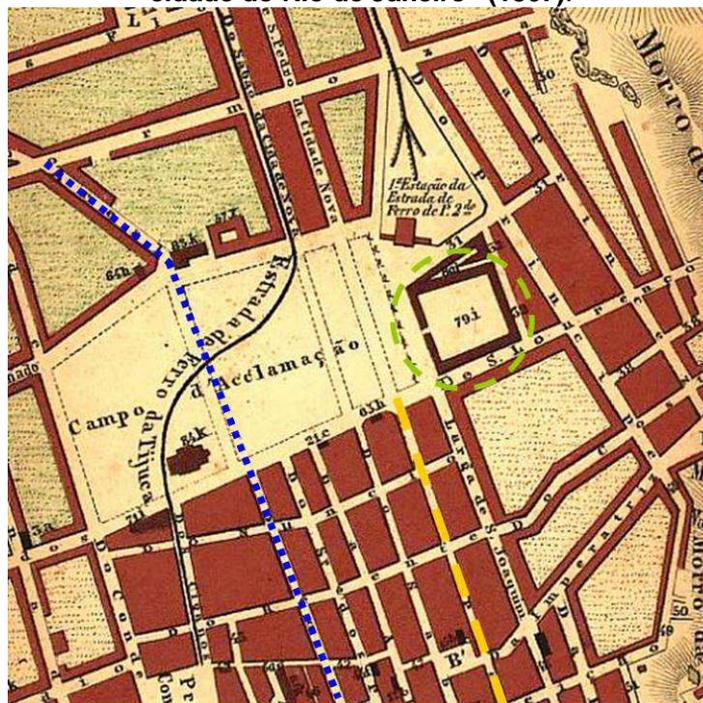
[...] uma área de cento e trinta e seis mil duzentas e quarenta e dois metros quadrados ou treze hectares e sessenta e dois ares e quarenta e dois centiares em paralelograma, com três faces para os edifícios a este, ao sul e a oeste do campo, e a quarta, ao norte, entestando com o seguimento da rua São Pedro, regularizando-se à face oeste por uma linha reta (CÂMARA MUNICIPAL do RIO DE JANEIRO, apud NORONHA SANTOS, 1944, p. 139).

Certamente a organicidade foi o mote do traçado de Glaziou, que chegou a marcar um eixo central não imposto por um traçado rigoroso, porém visível a partir da análise do projeto, que se interligava à malha viária do entorno, mais especificamente à rua denominada Areal do Hospício, conforme indicada na “Nova planta da cidade do Rio de Janeiro”, de Laemmert & Laemmert, datada de 1867 (Figura 113). A “Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando melhoramentos em execução (1905)” (Figura 114), elaborada durante a administração de Pereira Passos (1902-1906), na qual está incorporado o desenho do Campo de Santana de Glaziou, corrobora a formação do citado eixo e a presença de logradouros tangenciando todos os lados do espaço em tela.

A análise da planta de 1905 demonstra ainda a adoção de traçado mais geometrizado para a malha viária vizinha, além da proximidade deste espaço a um conjunto montanhoso formado pelos Morros do Senado, de Santo Antônio, do Cruzeiro, da Conceição, do Livramento e da Providência, que o circundava.

¹³¹ Refere-se aos termos do contrato firmado com Glaziou, constante no Livro n.º 11 – Jardins Públicos – 1864-1872 – Manuscritos – folhas 66 a 71 – Arquivo Municipal, a que se teve acesso por meio das transcrições realizadas por Noronha Santos em artigo publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 8, no ano de 1944.

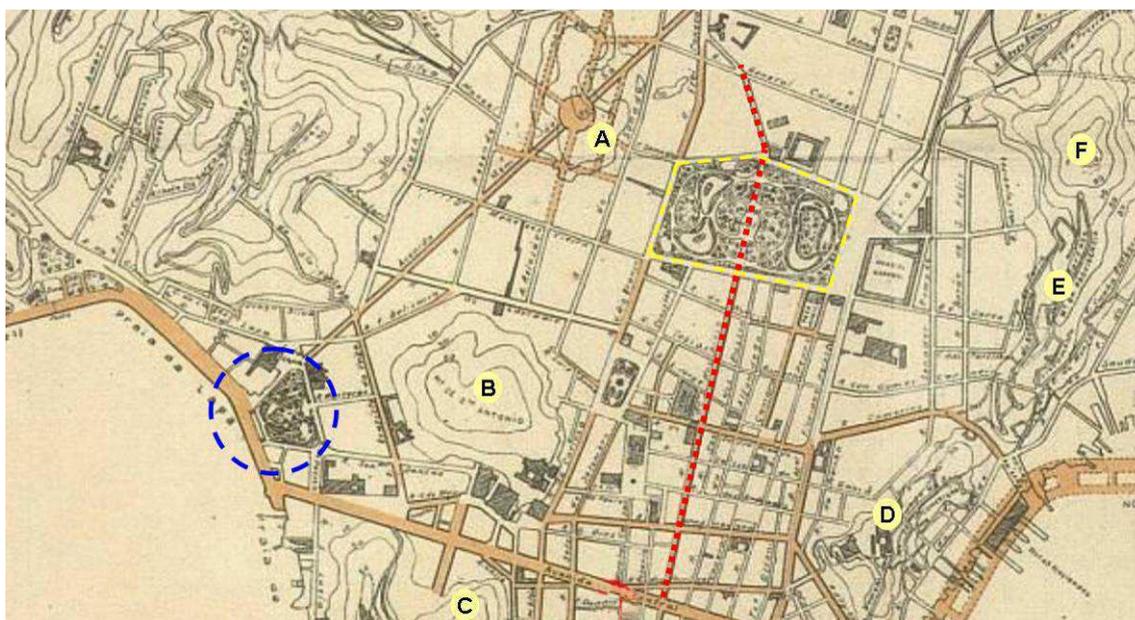
Figura 113 – Detalhe do Campo d'Acclamação (Campo de Santana) no mapa “Nova planta da cidade do Rio de Janeiro” (1867).



Fonte: Laemmert e Laemmert (1867). Disponível em: <http://www.loc.gov/resource/g5404r.br000055/>.

Nota: Em destaque, o local do futuro eixo a ser utilizado no projeto de Glaziou (azul), a Rua São Pedro (amarelo) e o Quartel do Campo (verde).

Figura 114 – Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando melhoramentos em execução (1905)”.



Fonte: Disponível em: <http://www.anpur.org.br/inicio/images/anais/ena13/ARTIGOS/GT7-320-266-20081217180931.pdf>

Nota: Em destaque (círculo azul) à esquerda, a localização do Passeio Público. Obras em execução durante a administração de Pereira Passos.

Legenda: A – Morro do Senado, B – Morro de Santo Antônio, C – Morro do Cruzeiro, D – Morro da Conceição, E – Morro do Livramento, F – Morro da Providência.

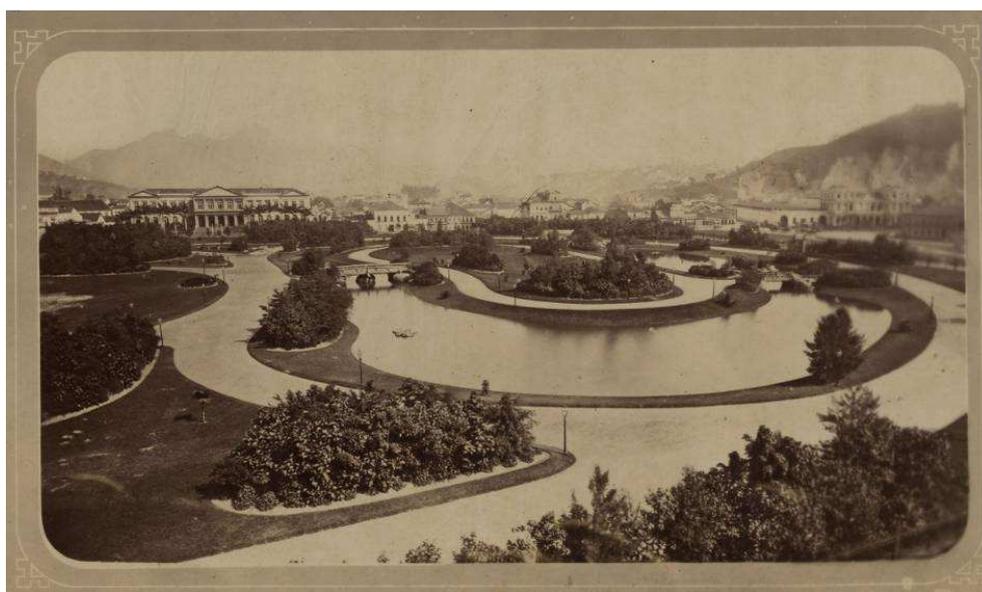
A análise do projeto desenvolvido por Glaziou para a área (Figura 112) possibilita visualizar algumas linhas básicas que norteiam o conjunto, como a formação de um alargado localizado no meio da composição, inserido em uma elipse formada por um conjunto de canteiros que o ladeavam, situados mais centralmente. Nota-se ainda a presença de uma alameda que simula uma elipse, contornando todo o espaço.

O projeto previa a construção de três lagos artificiais, dentro dos quais seriam dispostas ilhas acessadas por sete pontes de comunicação.

As quatro faces do jardim seriam cercadas por gradil de ferro de dez palmos de altura, com acesso restrito por meio de “oito ricos portões de ferro” (CÂMARA MUNICIPAL do RIO DE JANEIRO, apud NORONHA SANTOS, 1944, p. 145), conforme o Termo do Contrato.

As alamedas entrecruzadas, constituídas pelo serpenteamento de canteiros de formatos orgânicos diferenciados, eram revestidas de pedras quebradas sobrepostas com areia de água doce, visando à permeabilidade do terreno e à comodidade dos transeuntes, conforme citado na fonte supramencionada.

Figura 115 – Campo d’Aclamação, Rio de Janeiro.



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>

Nota: Para o Campo da Aclamação, Glaziou pensou um paisagismo que usava o Morro do Senado à direita, como fundo. Autoria de Marc Ferrez.

O periódico carioca *Jornal do Comércio*¹³², datado de 7 de setembro de 1880, dia de sua inauguração, publicou uma descrição paisagística do Jardim do Campo da Aclamação. Segundo o artigo publicado,

[...] como obra de arte tem êsse jardim uma cascata monumental de soberbo efeito vista pelo exterior, e cheia de episódios inesperados para o visitante que se embrenhar nas grutas que tem no interior; ornadas de estalactites e estalagmites, [...]. Todo o jardim é cortado por um extenso lago rasteiro onde a grama vai beber, ocultando graciosamente o trabalho da mão do homem. Sobre esta longa fila de água, há diversas pontes, imitando troncos de árvores. Todo este trabalho é feito de cimento, e tanto no desenho como na cor, imita com muita verdade o natural (*JORNAL DO COMÉRCIO*, apud NORONHA SANTOS, 1944, p. 155).

Os mesmos elementos foram destacados pelo alemão Carl Von Koseritz¹³³, ao visitar o lugar, em 1883:

[...] numerosos e largos caminhos, cobertos de areia fina, cruzam o parque; lindas árvores e moitas de arbustos das mais raras e em todas as direções atravessados por pontes que fingem, em pedra, tronco de árvores; lindas ilhas de pedra cobertas de vegetação exótica levantam-se no meio das águas; tritões de bronze atiram para o ar repuxos cristalinos; [...] – em uma palavra, tudo é belo e magnífico, mas o soberbo é este grande conjunto de pedra, de cujo cimo brota uma maravilhosa cachoeira que cai sobre um tanque de pedra, no qual nadam peixes dourados [...]. Por uma estreita passagem chega-se à entrada de uma grande caverna, que toma todo o interior do rochedo, rebrilhante de lindos cristais, enquanto descem do teto enormes estalactites (KOSERITZ, 1972, apud SEGAWA, 1996, p. 170).

Ambas as descrições enfatizam a presença de um conjunto rochoso projetado por Glaziou, conjunto que, segundo Dourado (2011), funcionou como a versão local do congênere existente no *Bois de Boulogne*, em Paris, a partir do qual se criou um cenário de pedras artificiais de cimento armado, incluindo gruta e cascata.

O Termo de Contrato anteriormente citado elenca também outros “objetos de arte” que figuravam no “Grande Jardim Nacional do Campo da Aclamação”, ainda não mencionados, como dois pavilhões para venda de refrescos, tabaco e jornais;

¹³² *Jornal do Comércio*, ano 59, n. 249, 7 set. 1880. Seção Gazetilha, p. 1.

¹³³ Segundo Segawa (1996), Koseritz chegou ao Brasil na tropa mercenária, para servir ao exército. Durante o período em que esteve no Rio Grande do Sul, escreveu suas impressões acerca de sua viagem ao Rio de Janeiro, publicadas na Alemanha em 1885. Insta mencionar que todos os relatos acerca do Campo de Santana foram extraídos do livro *Ao amor do público: jardins no Brasil*, de Segawa (1996).

restaurante; edifício para banhos, jogos de bilhar; torres para habitação de pássaros aquáticos e aéreos; um edifício destinado ao guarda e à detenção provisória e dois para habitação dos principais empregados; chalé para o restaurador; quiosque imperial, destinado ao repouso da Família Imperial na ilha que lhe era reservada; laboratório de “hortícula”; inúmeras estátuas de ferro fundido, entre outros.

Figura 116 – Cascata no interior do Campo de Santana.



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>

Nota: Glaziou trouxe da França artesãos exímios na imitação de pedras e cascatas artificiais, chamados cascadeiros. Autoria de Marc Ferrez.

Noronha Santos (1944) menciona que no interior do Parque se elevavam coretos destinados à música e caramanchões, aos visitantes, assim como bancos e oito fontes, quatro das quais próximas aos portões, e as demais, ao centro do ajardinamento.

Além dos elementos construídos, o paisagismo destaca-se como importante peça da composição, de modo que as citações o enfatizam com constância. Nelas evidencia-se, por exemplo, a ordenação das árvores, dispostas de maneira tal a fim de produzir uma composição de linhas que desenrolem “[...] diante dos olhos do visitante uma infinidade de quadros de paisagem” (JORNAL DO COMÉRCIO, apud

NORONHA SANTOS, 1944, p. 155). Nessa mesma publicação, figura como elemento em destaque a cor da vegetação: “[...] de forma que, pela diferença dos matizes, todos eles se destaquem e produzam um efeito conjunto de grande harmonia”.

Figura 117 – Sede do Parque da Aclamação (Campo de Santana).



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos3.htm>

Nota: O prédio é hoje ocupado pela Fundação Parques e Jardins (PCRJ). Autoria de Marc Ferrez.

Cenário que abrigou a confluência de inúmeros usos ao longo de sua existência passou a desempenhar, com o projeto de Glaziou, um papel definitivo: “O jardim de Glaziou liquidou essa rica sobreposição: instaurou uma norma, uma disciplina na qual o júbilo da festa, o temor do confronto, o ruído da manifestação popular dá lugar à celebração da natureza domesticada pelos humanos” (SEGAWA, 1996, p. 174).

Com a intervenção proposta para o Campo de Santana, Glaziou abriu caminho para a difusão dos cânones do jardim paisagístico moderno. Segundo afirma Dourado (2011, p. 130), “[...] num intervalo relativamente curto, o gosto por essas obras avançou tanto que elas já compareciam não somente nos grandes centros, mas também em paragens improváveis do Brasil”.

O Parque Moscoso iria retratar com fidelidade o gosto corrente no desenho de parques e jardins introduzido no Brasil em meados do século XIX, adotado no projeto do Campo de Santana.

Ao realizar uma análise comparativa entre o Campo de Santana e o Parque Moscoso, observa-se entre as semelhanças o fato de ambos os projetos se destinarem ao ajardinamento / aformoseamento de tradicionais vazios urbanos, anteriormente constituídos de terrenos alagadiços.

Não obstante a utilização nos dois projetos de eixos visuais associados à malha urbana circundante, nota-se que os autores o fizeram de forma diferente: enquanto Motta optou por destacá-los do conjunto de maneira mais incisiva, utilizando para isso um desenho com linhas retas, que se diferenciava do restante da composição, Glaziou preferiu adotar na totalidade do conjunto linhas orgânicas, não deixando de evidenciar, por essa razão, o eixo visual pretendido.

Afora a diferença quanto ao formato adotado para os dois espaços – pentagonal e retangular no Campo e no Parque, respectivamente –, é possível observar semelhanças no que tange à inserção de ambos na malha urbana, uma vez que ocupam terrenos circundados por ruas, formando um quarteirão.

Para Segawa (1996), na cartografia do século XIX, o Campo de Santana representou a articulação entre a Cidade Velha e a Cidade Nova, ou entre o núcleo colonial e a cidade imperial. Esse fato também pode ser observado no Parque Moscoso, que se configurou como a primeira grande expansão para fora do perímetro fundacional de Vitória com vistas à sua modernização e ao incremento da área, além de ser considerado o ícone de uma nova cidade à luz da República.

Outra característica em comum relevante foi a adoção de uma gramática compositiva de mesma origem: o jardim paisagista moderno e todo seu repertório, tendo como fonte de inspiração a natureza. Assim, nenhum dos autores se furtou à aplicação de redes de passeios sinuosas, entremeadas em favor da diversidade de pontos de vista e de surpresas, pontes em concreto armado com formas vegetais e construções simulando ruínas – componentes da arte rústica –, além de lagos, vasto e exuberante paisagismo, fontes, coretos, entre outros elementos.

Em complemento aos ambientes formados, o projeto tanto do Campo quanto do Parque cumpriram os itens programáticos da tipologia de jardim adotada, incluindo o emprego de equipamentos de ferro fundido. É oportuno lembrar que a escala na utilização desses elementos metálicos era muito diferente em cada um dos projetos. De acordo com Dourado (2011), Glaziou, tanto nos jardins públicos como nas obras privadas de sua autoria, foi um grande colaborador para a formação, no Rio de Janeiro, de um dos maiores acervos dessas peças fora da França.

Outros elementos de maior envergadura, como o conjunto rochoso artificial e uma série de edificações construídas para finalidades diversas, somente compareceram no projeto do Campo.

A extensão dos projetos constituiu-se em um grande diferencial. Enquanto o Campo de Santana ocupava uma área de 136.242m², conforme o Termo de Contrato, o Parque Moscoso tinha aproximadamente 24.000m², cinco vezes e meia menor que a primeira.

Sem dúvida, o projeto de Glaziou era mais complexo que o de Motta, possivelmente em virtude de sua maior extensão, da experiência do autor, além da diferença de recursos financeiros aplicados em ambos os casos. Não se pode esquecer, todavia, que o Campo se destinava à capital do Reino, enquanto o Parque, à capital de um estado que, além de não ter grande destaque em nível nacional, tinha uma população muito menor e vinha de um longo período de recessão.

Dentre as características que distinguiam os dois projetos, pode-se destacar o fato de um deles (o Campo) dispor de cercamento e o outro não (o Parque). Apesar de a cidade de Vitória já ter, à época, experiência em logradouros fechados, devido ao cercamento do Jardim Municipal, Motta optou pela não utilização desse artifício. É interessante refletir sobre o porquê de tal opção. O fato é que, apesar disso, o espaço iria configurar-se durante muito tempo como um lugar de uso bastante elitizado, conforme mencionado anteriormente.

Diante do exposto e observando-se as devidas proporções, verifica-se que ambos os projetos figuram a seu tempo como um signo da modernidade, ao qual uma nova mecânica do olhar foi incorporada, refletida na apreciação da natureza domesticada. Da mesma forma, destacam-se por se constituírem as maiores e mais ambiciosas

intervenções em suas cidades de origem até o momento em que foram implementadas.

Sem dúvida, a grande aproximação entre os dois projetos foi a criação de uma nova realidade em um espaço preexistente: a criação de um paraíso artificial cultivado pelo ser humano como incentivo à apreciação de uma paisagem domesticada.

Tanto o Campo de Santana como o Parque Moscoso são o resultado da modificação intencional de uma paisagem posta, sobre a qual o homem estabeleceu seu controle para torná-la mais favorável aos seus interesses, onde convinha ocultar o aspecto indesejado dos sítios. Na criação de uma paisagem domesticada como parte de um processo civilizador, a gramática do jardim paisagístico moderno figuraria como uma eficaz aliada, uma vez que o tratamento dado aos espaços lembrando a organização natural iria espelhar o novo paradigma de salubridade e de consciência do poder do homem sobre a natureza.

As análises do histórico e das condicionantes do Jardim Público Municipal de Vitória e do Parque Moscoso permitem constatar que ambos os projetos funcionaram, cada um a seu tempo, como um divisor de águas. Ambos podem ser considerados marcos importantes na introdução de áreas verdes na capital capixaba, criados a serviço do lazer e da fruição da paisagem. Enquanto o Jardim se destacava como uma iniciativa precursora na divulgação de uma nova tipologia verde, o Parque a consolidava.

Em que pese à utilização de gramáticas formais e de escalas bastante diferenciadas, os dois espaços, que coexistiram durante cerca de quatorze anos até a extinção do Jardim, cumpriram com êxito o papel de difusores da importância do elemento verde no interior da urbe, considerando-se o período em que foram criados, e instauraram, cada um à sua maneira, uma ideia de ordem e de disciplina da paisagem.

Igualmente inseridos no perímetro urbano, possibilitaram a apreciação de paisagens diferenciadas. A contiguidade com a baía fez do Jardim um espaço onde comumente se destacava a paisagem marítima. Sua fisionomia bem como a forma como foi apropriado foram também incluídas nas narrativas paisagísticas. Conforme mencionado anteriormente, a cidade parecia não despertar o interesse dos

observadores / relatores, ao menos desse ponto de vista. Há de se considerar que durante boa parte do período de existência do Jardim, a cidade foi relatada como inadequada e feia, em que pese ao fato de o espaço ter testemunhado uma fase de transformação durante a gestão de Jerônimo Monteiro.

Ao contrário, a posição mais recuada do Parque em relação ao mar, não fomentou menções à Baía de Vitória, se tomado esse espaço como ponto de vista. Não obstante a sua proximidade com o Maciço Central, as narrativas relativas ao Parque concentraram-se no seu interior, na apreciação da natureza domesticada, no deslumbramento que provocava, estendendo-se no máximo ao seu entorno imediato como paisagem que refletia uma nova condição urbana em construção.

O Parque e seu entorno, vistos como um experimento mais ousado, mais que o Jardim, passaram a atrair olhares desejosos por presenciar a “transformação” incisiva da paisagem, assumindo um viés também cultural, no sentido de enfatizar as novas formas de viver, de morar, de agir e de conviver em sociedade, promovendo um sentimento de pertença “[...] a um grau adiantado de ‘evolução social’” (PRADO, 2002, p. 138).

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista o interesse pelo usufruto do espaço público e pela apreensão do “olhar do cidadão” sobre a cidade de Vitória, especialmente quanto às suas impressões sobre a paisagem local entre os anos de 1860 e 1916, algumas fontes utilizadas mostraram-se fundamentais para a realização das pesquisas: os Relatórios e Mensagens de Governo e os periódicos locais.

Os primeiros permitiram a realização de uma leitura político-administrativa da localidade, especialmente no que tange à contribuição dos processos decisórios de Governo nos rumos que a cidade tomou durante esse período, bem como aos argumentos utilizados para definir algumas de suas ações. A utilização dos Relatórios e Mensagens de Governo como fonte também permitiu a identificação dos espaços públicos criados, ou que foram objeto de intervenção urbana ao longo do período pesquisado, e da época em que foram executados, tornando-se essenciais na orientação da consulta aos periódicos locais a partir dos anos neles indicados.

Já os periódicos foram capazes de transmitir fatos do cotidiano, costumes, demandas, modos de vida e práticas sociais e culturais da população vitorienne, permitindo identificar a evolução da cidade no que tange aos seus aspectos físicos bem como as sucessivas mudanças no modo como a população passou a se relacionar com o tecido urbano. A partir deles, corroborou-se a infiltração dos preceitos difundidos pelo Movimento Higienista no Espírito Santo e o incentivo à necessidade de mudanças na infraestrutura da capital, propiciando a ocupação nos espaços públicos e respectiva permanência, especialmente após os primeiros anos do século XX.

A gestão de Jeronymo Monteiro é considerada um marco incontestável na evolução urbana da cidade de Vitória, tendo contribuído sobremaneira para a aproximação da população com relação à cidade, incentivando seu usufruto bem como novas maneiras de “percebê-la” e “olhá-la”.

Em que pese à ênfase dada à falta de salubridade, de infraestrutura e à feiúra da Capital antes da administração de Monteiro, ao se tratar do tema descobriu-se que algumas práticas sociais conduziam a população ao uso do espaço público, ainda que com restrições. Algumas, inclusive, tiveram uma contribuição importante no que tange à fruição da paisagem.

Nesse contexto, compareceram como palco para a realização dessas práticas as praias localizadas nos arrabaldes da cidade, a Baía de Vitória, além do Morro da Penha e do Forte São João, tomados como mirantes por excelência, e o Jardim Municipal.

O Quadro 5, que ilustra os espaços públicos tomados como pontos de visada, sobre os quais foram observados relatos de exercícios contemplativos nos periódicos locais, demonstra a ocorrência dessas práticas ao longo de quase todo o período estudado, à exceção da década de 1860, em que não se verificou menção à paisagem.

O Morro do Convento e as praias destacaram-se na apreensão da paisagem, por permanecerem sendo utilizados para tal fim por um espaço maior de tempo em relação aos demais, oportunizando o desenvolvimento dessas práticas na altura de 1870 e 1880, respectivamente, até o final do período estudado.

O Jardim Público Municipal, que foi a primeira área a receber tratamento na Capital, desempenhou um papel relevante na urbe, apontado nos periódicos locais como o único espaço público localizado no perímetro central capaz de possibilitar um estreitamento da população com a cidade, considerado adequado aos padrões de civilidade à época almejados. Não se pode desprezar, portanto, o caráter simbólico de seu cercamento, uma vez que este apontava uma necessidade de distinção em relação ao restante da cidade.

Dentre os espaços localizados na área de maior densidade populacional da Capital, ou seja, no núcleo central, o Jardim destacou-se como o único sobre o qual foram encontradas menções às práticas contemplativas a partir da década de 1880, prestando-se a esse fim desde o ano de sua inauguração, em 1882, até o final da década de 1900. Já o Forte São João, localizado em um dos extremos da região central, passou a ser citado como tal somente ao final da década de 1890.

Quadro 3 – Espaços públicos utilizados para a fruição da paisagem entre 1860 e 1916.

Espaços	Décadas					
	1860	1870	1880	1890	1900	1910 (até 1916)
Morro do Convento						
Praias						
Jardim Municipal						
Baía de Vitória						
Forte São João						
Praça João Clímaco						
Praça Santos Dumont/ R. Alfândega						
Parque Moscoso						
Locais não identificados						

O Jardim parecia exercer uma atração especial para o desenvolvimento do ato contemplativo mesmo estando localizado às bordas da baía, no perímetro de mar, sobre os quais foram comuns os relatos acerca da insalubridade das praias centrais. Apesar disso, seu limite marítimo lhe conferiu uma capacidade em inspirar relatos paisagísticos nos quais a Baía de Vitória era um dos principais elementos ressaltados.

Outro espaço considerado importante em relação ao potencial de fruição das paisagens marítimas foi a Rua e *Boulevard* do Comércio, a despeito do seu não comparecimento em abordagens acerca da paisagem. Sua relevância residia no fato de refletir uma intenção nítida de transformação do espaço por parte do Governo,

que visava alterar a paisagem local, tendo em vista o desenvolvimento de um plano de urbanização para o espaço e a criação de instrumentos legais com o intuito de melhorar a face da cidade voltada para o mar, como primeira impressão. Esse espaço atuou de forma mais simbólica do que efetiva nesse sentido, uma vez que nenhuma intervenção foi levada a cabo em sua totalidade, permanecendo em grande parte no papel.

A importância do Governo no processo de aproximação da população com o espaço público e de tentativa de modificar as feições da cidade ligadas ao passado não pode ser menosprezada, tampouco o fato de seu projeto, conhecido por meio de descrições, parecer conduzir a uma contemplação maior do mar.

Como se pode notar, a pesquisa demonstrou a existência de uma prática consciente de contemplação, percepção e compreensão da paisagem, assumida e registrada nos periódicos locais, desde meados do século XIX.

Não se observou a ocorrência de relatos acerca da fruição da paisagem em espaços comumente associados à insalubridade ou descritos como malcheirosos e feios, como as áreas alagadiças e os logradouros públicos que não foram objeto de intervenção remodeladora. Espaços como a Praça João Clímaco e a Rua da Alfândega somente aparecem como palco de narrativas paisagísticas a partir do momento em que se tornaram objeto de aformoseamento, o que ocorreu na década de 1900, conforme demonstra o Quadro 5, que ilustra a presença de abordagens dessa natureza realizadas nesses locais.

Durante a década de 1900, mais precisamente ao final dela, delineou-se na cidade um conjunto mais incisivo de intervenções urbanas e arquitetônicas, o forjar de novos parâmetros estéticos e culturais a partir da ideia de construção de um “projeto de modernidade”, que contribuiu para fazer declinar as restrições ao uso do espaço público aberto, período no qual se observa uma ampliação das abordagens paisagísticas no perímetro da urbe para além do Jardim Público Municipal.

A análise da incidência das práticas contemplativas dentro do intervalo de 1860 a 1916 aponta que estas se iniciaram em 1871, estendendo-se até o final do período pesquisado, ocorrendo uma gradação crescente no que se refere à quantidade de

relatos sobre a paisagem, da primeira década em que foram encontrados até a última (Tabela 1).

Tabela 1 – Percentual de relatos observados no período entre 1860 e 1916.

Décadas	1860	1870	1880	1890	1900	1910 (até 1916)
Percentual de relatos sobre a paisagem	0%	3,5%	9,5%	21%	24,5%	41,5%

Dessa forma, espaços antes existentes, sobre os quais não foram encontrados relatos dessa natureza nas décadas de 1860 a 1890, como os mencionados anteriormente, quando remodelados e aformoseados passaram a comparecer nos periódicos estudados, com ênfase à contribuição de tais intervenções na alteração das paisagens locais, incentivando a sua fruição.

O caso do Parque Moscoso, no entanto, diferencia-se desses. Enquanto a Praça João Clímaco, a Rua da Alfândega e a Rua e *Boulevard* do Comércio tiveram suas feições iniciais adaptadas / transformadas visando ao incentivo às vivências públicas modernas e à apreciação da paisagem modificada, o Parque foi concebido para exercer essas funções com a criação de ambientes lúdicos e de deleite. Diferencia-se até mesmo do Jardim Municipal que, apesar de ter sido criado com esses objetivos, não se destacou, ao contrário do Parque, pela inserção de elementos artificiais inspirados na natureza, que dão a tônica à paisagem domesticada, ao menos não comprovada em nenhum dos vários relatos encontrados.

Foi possível perceber que os espaços que se destacaram quanto à fruição da paisagem coincidiram, na maioria das vezes, com os descritos nos periódicos como principais agentes fomentadores das práticas recreativas dos cidadãos. Apesar da maior incidência de abordagens paisagísticas sobre eles, também foram verificadas situações recreativas em que nem sequer se mencionava a paisagem. Nesses casos, observaram-se, sobre esses espaços específicos, como o Largo da Conceição, a Praça Paula Castro, as ruas de uma maneira geral, o Campinho e o Largo de São Gonçalo, constantes citações enfatizando a insalubridade e a falta de

atrativos estéticos. Não obstante essa constatação, infere-se que tinham alguma atratividade, como o posicionamento no tecido urbano, uma articulação com edificações consideradas importantes ou com outros espaços de destaque, visto que eram procurados para a realização de práticas recreativas.

Dessa forma, a hipótese inicial formulada de que as atividades voltadas ao lazer no espaço público tenderiam a incentivar o exercício do “olhar”, da contemplação da paisagem, por possibilitar ao sujeito experienciar o lúdico em sua vida, de certa forma não pôde ser totalmente confirmada, uma vez que nem todos os espaços em que ocorriam práticas recreativas suscitaram referências à contemplação da paisagem. Em contrapartida, referências dessa natureza estiveram presentes em relatos sobre ambientes não recreativos.

De modo semelhante, ao contrário do que se supunha inicialmente, foi também possível constatar que o uso do espaço público e a contemplação da paisagem independem da remodelação do espaço, não obstante ter-se percebido a sua contribuição em ambos os casos e o acréscimo das narrativas de paisagens após a ocorrência de tais intervenções na cidade.

Alguns espaços públicos incentivavam maior apropriação da paisagem, como as praias, a baía, o Morro do Convento e o Forte São João. Outros, como o Jardim Municipal, o *Boulevard* do Comércio, a Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont, a Praça João Clímaco e o Parque Moscoso, tiveram que ser criados ou modificados para incentivar a fruição do cenário. Nesses casos, a participação do Governo foi fundamental. Cabe lembrar que essa participação se deu de forma clara e intencional a partir de uma estratégia de impressão no território de signos da modernidade, pela qual se buscava induzir uma nova mecânica do olhar. A semelhança com projetos empreendidos no Rio de Janeiro indica que não se tratava de situações únicas nem pioneiras.

No que tange aos elementos destacados pelos moradores locais, verificou-se a constância, em inúmeros relatos, de alguns elementos hoje considerados marcos referenciais da paisagem local, como o caso da cadeia montanhosa, de maneira geral, notadamente o Penedo e o Morro do Convento, além da Baía de Vitória, o que atesta que eles já desempenhavam esse papel no período em estudo.

Por fim, outro ponto importante que não se pode deixar de mencionar é o fato de os relatos acerca da paisagem revelarem, através da experiência cotidiana, uma capacidade do morador / observador de concentrar a visão em elementos comuns da cidade e de seu entorno. Há uma riqueza de detalhes que perpassam as características visíveis, explorando outros sentidos, nas descrições que retratam a sensação refrescante da brisa passando, ou o incômodo provocado pelo sol, o frescor da sombra de uma árvore, os odores dos lugares, o murmurinho das pessoas conversando, o movimento ou a tranquilidade dos lugares. Enfim, percebe-se a paisagem apreendida de uma maneira completa. Os registros encontrados denotam o amor à terra natal, o orgulho por suas melhorias, a vergonha diante de suas mazelas. São capazes de demonstrar uma noção de território, de natureza, de arte e recordam uma imagem familiar, ou seja, há o reconhecimento do lugar.

O valor simbólico da paisagem pode ser percebido nos escritos, ainda que esse seja um processo subjetivo que o indivíduo constrói com o território.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BARTALINI, Vladimir. Arte e paisagem: uma união instável e sempre renovada. **Vitruvius – Arqtextos**, ano 9, n. 097.02, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.097/1330>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatômico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. 6 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/paisagem>>. Acesso em: 4 maio 2013.

BRANDÃO, Helena Câmara Lace; MARTINS, Angela Maria Moreira. O Rio de Janeiro do século XX: a expansão da cidade do centro para o sul. **Revista Tempo de Conquista** [online], n. 4, p. 1-10, 2008, semestral. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC4/HELENELACE2.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

BRITO, Saturnino de. **Projetos e relatórios**: saneamento de Vitória, Campinas, Petrópolis, Itaocara, Paraíba do Sul e Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1943. 5 v.

BURCKHARDT, Jacob Christoph. **A cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia de Letras, 2009.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória/Secretaria de Cultura e Turismo, 1996.

CARDOSO, Jerónimo. **Dictionarium latinolusitanicum & vice versa lusitanico latinu[m]**: ... Conimbricæ: Excussit Joan. Barrerius, 1570. 12 k. Disponível em: <https://bdigital.sib.uc.pt/bg5/UCBG-R-12-13/UCBG-R-12-13_item1/P180.html>. Acesso em: 23 maio 2013.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; BERTRUY, Ramona Pérez (Org.). **Jardins históricos brasileiros e mexicanos**. Recife: Ed. UFPE, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Armando Magalhães. **Terra carioca**: fontes e chafarizes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito-Santo**: sua descoberta, história, chronologia, synopsis e estatística. Victoria: Typographia do Espírito-Santense, 1879.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória/Secretaria de Cultura e Turismo, 1995.

DONADIEU, Pierre; PÉRIGORD, Michel. **Le paysage – entre natures et cultures**. Paris: Armand Colin, 2007.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2011.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones do Santos Neves, 1986.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 75, de 11 de março de 1901. Código de Posturas Municipaes. Vitória: Tipografia de A. Moreira Dantas, 1901.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. **Patrimônio cultural do Espírito Santo**. Vitória, 2009.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FERREZ, Gilberto. **Iconografia do Rio de Janeiro (1530-1890)**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

FREITAS, José Francisco Bernardino. **Aterros e decisões políticas no município de Vitória**: efeito cascata. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2004. v. 8, p.17. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1040>>. Acesso em: 7 out. 2013.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados & mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

GASPAR, Cláudia Braga; CORRÊA, Marcos Sá. **Orla carioca**: história e cultura. São Paulo: Metalivros, 2004.

GLACKEN, Clarence J. **Huellas en la Playa de Rodas**: natureza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996.

GOMES, Christiane Luce. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

HARTT, Charles Frederick. **Geology and physical geography of Brazil**. Boston: Fields, Osgood & Co, 1870. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00165100#page/3/mode/1up>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

HARTT, Charles Frederick. **Geologia e geografia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/121/Geologia-e-geografia-fisica-do-Brasil>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia (Org.). **Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Manati, 2011.

KUNSCH, Fernando S.; SALUSTIANO, Sérgio. **Clube de Regatas Saldanha da Gama**: lutas e glórias - 105 anos de Vitória (1902-2007). Vitória: GSA, 2007.

LAEMMERT, Eduardo; LAEMMERT, Henrique (Org.). **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1847. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 5 maio 2014.

MAGALHÃES, Clarice Rego. O uso de periódicos como fonte em pesquisa histórica e o caso do entusiasmo da sociedade pelotense com a sua Escola de Belas Artes. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 9., 2010, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://iad.ufpel.edu.br/prodart/artigos/ver/199>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935). Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARIA, Yanci Madeira. **Paisagem: entre o sensível e o factual** – uma abordagem a partir da geografia cultural. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/2010_YanciLadeiraMaria%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/2010_YanciLadeiraMaria%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 maio 2013.

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espirito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (Org.). **Vida divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, Victor Andrade de. O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 23, p. 41-71, 1999.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2088/1227>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Relatos e iconografias de viajantes até o século XIX na identificação dos atuais referenciais paisagísticos de Vitória. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2006. **Anais ...** Vitória: ANPUH-ES, 2006. p.10.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza et al. **Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória**. Vitória: Edufes, 2009.

MENEGUELLO, Cristina. Da construção das ruínas: fragmentos e criação do passado histórico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S22.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico**: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. 1983. 514 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Parque Moscoso**: documento de vida. 2. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

NASCIMENTO, Sandra do; BAUAB, Fabrício Pedroso. **Debate sobre as modernas concepções teleológicas de natureza**: repercussões na geografia de Karl Ritter. 2009. Disponível em: <enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/sanda_nascimento.pdf> Acesso em: 8 jan. 2013.

NEPOMUCENO, Luís André. Princípios da contemporaneidade: análise da carta fam. IV 1, de Petrarca. **Revista Letras & Letras**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2004.

SANTOS, Noronha. O parque da Praça da República antigo da Aclamação. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 102-163, 1944. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/pdf/parque_praca_repub.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

NOVAIS, Fernando A. ALENCASTRO, Luiz Felipe de; (Org.). **Império**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, v. 2).

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **República**: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, v. 3).

PEREIRA, AMÂNCIO. **Homens e cousas espírito-santenses**. Vitória-ES: Artes Graphics, 1914.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/5/mode/1up>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

PRADO, Michele Monteiro. **A modernidade e o seu retrato**: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) - 1890/1950. 2002. 292 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço**: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10 ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROCHA, Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: Editora de Brasília, 1971.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

ROGER, Alain. La naissance du paysage em occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). **Paisagem e arte**: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo: CBHA, 2000. p. 33-39.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). **Paisagem e arte**: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo: CBHA, 2000.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

SAYÃO, Thiago J. O despertar da fruição: a paisagem da Ilha de Santa Catarina vista através da literatura regionalista. **Revista Espacialidades** [online], v. 5, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v5n4/Thiago.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

SEGAWA, Hugo M. Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. **Revista Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, p.147-160, 1983.

SEGAWA, Hugo. **O amor ao público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa T. (Org.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas-SP: Papyrus, 1997.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza...** Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.usp.br/en/diccionario/2/pais%C3%A1gem>>. Acesso em: 9 maio 2014.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Covilhã: LusoSofia Press, 2009.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Florecultura: Cultural-ES, 1999.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 565-584, jul./dez. 2010. Disponível em:
<revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/5903/4254>. Acesso em: 15 ago. 2013.

SITTE, Camilo. **A constru o das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo:  tica, 1997.

SOUZA, Luciene Pessotti de. Sagrado, estratégia e espaço: o sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na constru o do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 2000. **Anais...**: ANPUR, 2000. v. 6. Disponível em:
<<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/833/808>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

SOUZA, Luciene Pessotti de. Vila de Nossa Senhora da Vitória: uma (possível) estratégia de defesa do território colonial. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 2008. **Anais...** Local: ANPUR, 2008. v. 10. Disponível em :
<<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1261/1235>>. Acesso em: 23 maio 2013.

SOUZA, Luciene Pessotti de; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org.). **Urbanismo colonial**: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD, 2009.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **Vida urbana**: a evolu o do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VITÓRIA (Cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Desenvolvimento da Cidade. **Planejamento urbano interativo do Centro**. Vitória, 1996.

VITÓRIA (Cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Esportes. **Nata o**: esporte Memória. Vitória, 1999.

VITÓRIA (Cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. **Lei n.º 3.445, de 12 de janeiro de 1887**. Vitória, 2004. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/1987/L3445.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

TATAGIBA, José. **A história das primeiras ruas, ladeiras praças e monumentos históricos** – Vitória, Cidade Presépio. Vitória, 2008, p. 163. Disponível em: <<http://web2.ufes.br/arteeducadores/projeto/imagens.html>>. Acesso em: 4 maio 2011.

TERRA, Carlos Gonçalves. **O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

RELATÓRIOS E MENSAGENS DE GOVERNO

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1848-1848: Monjardim). **Relatório de José Francisco de Andrade Almeida Monjardim em 1848**. Vitória: Typographia do Estado, 1848a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1846-1848: Ferraz). **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de Março de 1848**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1848b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1859-1860: Vellozo). **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1859**. Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1860-1861: Souza Carvalho). **Relatório com que o Exmº. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho, ex-Presidente da Província do Espírito Santo, passou a administração da mesma ao Exmº. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro, 1º Vice-Presidente, no dia 11 de março de 1861**. Vitória: [s.n.], 1861a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1861-1863: Costa Pereira Junior). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 [pelo] Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior**. Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1861b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1861-1863: Costa Pereira Junior). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 [pelo] Presidente Jose Fernandes da Costa Pereira Junior.** Vitoria: [s.n.], 1862.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1863-1863: Fleury). **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 20 de outubro de 1863.** Vitória: Typographia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1864a

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1863-1865: Mattos). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 [pelo] 1º Vice-Presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos.** Vitória: Typographia Liberal do Jornal da Victoria, 1864b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1863-1865: Mattos). **Relatório apresentado [pelo] Exmº. 1º Vice-Presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, na ocasião de entregar a administração da Província ao Exmº. Presidente Dr. José Joaquim do Carmo.** Vitória: Tipographia Liberal do Jornal da Victoria, 1865a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1865-1865: Carmo). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1865 [pelo] Presidente Dr. José Joaquim do Carmo.** Vitória: Typografia Liberal do Jornal da Victoria, 1865b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1865-1867: Chaves). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 [pelo] Presidente Dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves.** Vitória: Typografia do Jornal da Victoria, 1866.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1865-1867: Chaves). **Relatório apresentado [pelo] Exmº. Presidente Dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves por ocasião de passar a administração da província ao Exmº. Sr. 1º Vice-Presidente, Dr. Carlos de Cerqueira Pinto.** Vitória: Typografia do Jornal da Victoria de D. Araripe, 1867a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1867-1867: Cerqueira Pinto). **Relatório com que foi aberta a sessão Ordinária da Assembléa Legislativa Provincial [pelo] Exmo. Sr. Dr. Carlos de Cerqueira Pinto, 1º Vice-Presidente da Província, no anno de 1867.** Vitória: Typographia do Jornal da Victoria, 1867b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1868-1868: Valle Junior). **Relatório com que o Exmº. Sr. Dr. José Maria do Vale Junior entregou a presidência da Província do Espírito Santo, no dia 1º de setembro de 1868, ao Exmº. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.** Vitoria: Typographia do Jornal da Victoria de Araripe, 1868.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1868-1869: Pinheiro). **Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo [pelo] Exmº. Sr. Presidente, dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, no anno de 1868.** Vitória: Typographia do Correio da Victoria, 1869a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1868-1869: Pinheiro). **Relatório com que o Exm^o. Sr. Presidente, Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, passou a administração da Província do Espírito Santo ao 1^o Vice-Presidente, o Exm^o. Sr. Coronel Dionysio Alvaro Resendo, em 8 de junho de 1869, seguido do que pelo mesmo Exm^o. Sr. Vice-Presidente foi apresentado ao Exm^o. Sr. Presidente Dr. Antonio Dias Paes Lemeo ao assumir esse governo da Província em 16 de setembro de 1869, bem como do que foi lido pelo Exm^o. Sr. Presidente ao abrir a 2^a sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 6 de outubro do dito anno.** Vitória: Typographia do Correio da Victoria, 1869b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1871-1872: Correa). **Relatório lido no paço d'Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo [pelo] Presidente, o Exm^o. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa, na sessão ordinária do anno de 1871.** Vitória: Typographia do Correio da Victoria, 1872a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1872-1872: Fonseca). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo [pelo] Presidente da Província, o Exm^o. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1872b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1872-1872: Mascarenhas). **Relatório com que o Vice-Presidente da Província, Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, passou a administração ao Exm^o. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barboza, no dia 6 de novembro de 1873.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1874a.

ESPÍRITO SANTO (Estado) Presidente (1873-1874: Barbosa). **Relatório apresentado a S. Ex^a. o Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas [pelo] Exm^o. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da Província do Espírito Santo.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1874b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1873-1873: Mascarenhas). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo [pelo] Exm^o. Sr. 1^o Vice-Presidente, Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, na 1^a sessão da 21^a Legislatura.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1874c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1874-1874: Mascarenhas). **Relatório apresentado ao S. Ex. Dr. Domingos Monteiro Peixoto [pelo] Exm^o. Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas por ocasião da passagem da administração da Província do Espírito Santo, no dia 4 de maio de 1875.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1875a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1875-1875: Peixoto). **Relatório – Falla com que o Exm^o. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembléa Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1875b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1875-1875: Peixoto). **Relatório apresentado a S. Ex^a o Sr. 1^o Vice-Presidente, Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, [pelo] Exm^o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto por ocasião de**

deixar a administração da Província do Espírito Santo. Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1876a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1875-1875: Mascarenhas). **Relatório apresentado a S. Ex^a o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado [pelo] Exm^o Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, por ocasião de passar a administração da Província do Espírito Santo, no dia 3 de janeiro de 1876.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1876b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1876-1877: Prado). **Relatório apresentado pelo Exm^o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembléa Provincial do Espírito Santo, na sessão de 15 de outubro de 1876.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1876c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1876-1877: Prado). **Relatório apresentado [pelo] Exm^o Sr. Manoel José de Menezes Prado por ocasião de passar a administração desta província ao 1^o Vive-Presidente, Coronel Manoel Ferreira de Paiva em 1877.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1877a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1877-1877: Gama). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo na 2^a Sessão ordinaria da 21^a Legislatura Provincial [pelo] Presidente desta Província, Dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, aos 3 de março de 1877.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1877b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1877-1877: Gama). **Relatório com que S. Ex^a. O Sr. Dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama passou a administração da Província ao Exm^o Sr. 1^o Vice-Presidente, coronel Manoel Ferreira de Paiva / Officio com que o Exm^o Sr. Coronel Manoel Ferreira de Paiva passou a administração da Província ao Exm^o Sr. Affonso Peixoto de Abreu Lima / Falla com que foi instalada a Assembléa Provincial do Espírito Santo [pelo] Exm^o Sr. Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima na sessão extraordinária, em 28 de julho de 1877.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1877c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1878-1879: Mafra). **Relatório apresentado [pelo] Exm^o Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878.** Vitória: Typographia da Actualidade, 1878.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1879-1879: D'Andrade e Almeida). **Relatório apresentado pelo Exm^o Sr. Tenente Coronel, Alpheu Adelpho Monjardim d'Andrade e Almeida, 1^o Vice-Presidente da Província, à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo do dia 6 de março de 1879.** Vitória: Typographia da Gazeta da Victoria, 1879a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1879-1880: Martins). **Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembléa Provincial [pelo] Exm^o Sr. Presidente, dr. Eliseu de Sousa Martins, no dia 28 de outubro de 1879.** Vitória: Typographia da Gazeta da Victoria, 1879b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1879-1880: Martins). **Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. Eliseu de Souza Martins, no dia 19 de julho de 1880, passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm^o. Sr. Tenente-Coronel Alpheu A. Monjardim d'Andrade e Almeida, 1^o Vice-Presidente.** Vitória: Typographia da Gazeta da Victoria, 1880.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1880-1882: Tostes). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 [pelo] Presidente da Província, Exm^o. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes.** Vitória: Typographia da Gazeta da Victoria, 1881.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1882-1882: Andrade e Almeida). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo [pelo] 1^o Vice-Presidente, o Exm^o. Dr. Tenente-Coronel Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, em 21 de março de 1882.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1882a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1882-1882: Souza). **Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. Herculano Marcos Ingles de Souza entregou, no dia 29 de dezembro de 1882, ao Exm^o. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, a administração da Província do Espírito Santo.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1882b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1882-1883: Andrada Junior). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo [pelo] Exm^o. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, em 3 de março de 1883.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1883.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1884-1884: Rebello). **Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. José Camillo Ferreira Rebello, 3^o Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, passou a administração ao Exm^o. Sr. Presidente, Dr. Custodio José Ferreira Martins, no dia 17 de setembro de 1884.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1884.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1885-1887: Rodrigues). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo em 22 de outubro de 1885 [pelo] Presidente, Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1886a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1885-1887: Rodrigues). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo [pelo] Presidente da Província, Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1886b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1887-1888: Almeida). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da 1^a sessão da 28^a Legislatura em 9 de julho de 1888 [pelo] Dr. Antonio Leite de Almeida, Presidente da Província.** Vitória: Typographia do Espirito-Santense, 1888.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Discurso pronunciado pelo Exm^o. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente do Estado do Espírito Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte.** Vitória: Typographia do Estado, 1892.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo lida no Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893.** Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1893.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem lida pelo Exm^o. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo na instalação do Congresso Legislativo em 1894.** Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1894.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Exm^o. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo, em 17 de setembro de 1895.** Vitória: Typographia do Estado, 1895.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1896-1897: Neves). **Mensagem do Exm^o. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo, em 22 de setembro de 1896.** Vitória: Typographia do Estado, 1896.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1896-1897: Neves). **Mensagem do Exm^o. Sr. Vice-Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo, em 15 de setembro de 1897, juntamente com o Relatório do Exm^o. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves.** Vitória: Typographia do Estado, 1897.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1898-1900: Vasconcellos). **Mensagem lida [pelo] Exm^o. Sr. Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos, Presidente do Estado do Espírito Santo, na instalação do Congresso, em 7 de setembro de 1898.** Vitória: Papelaria e Typographia de A. Moreira Dantas, 1898.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3^a sessão da 3^a Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire.** Vitória: Papelaria e Typographia Dantas, 1900.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1^a sessão da 4^a Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901.** Vitória: Typographia Commercial de Aelson Costa & Comp., 1901.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 2^a sessão da 4^a Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 2 de outubro de 1902.** Vitória: Papelaria e Typographia Aelson Costa & Comp., 1902.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3^a sessão da 4^a**

Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903. Vitória: Papelaria e Typographia Aelson Costa & Comp., 1903.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª sessão da 5ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 7 de setembro de 1904.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp, 1904.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 2ª sessão da 5ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 11 de setembro de 1905.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp, 1905.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da 5ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 9 de outubro de 1906.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1906.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª sessão da 6ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 7 de setembro de 1907.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1907.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida ao Congresso Espírito-Santense na 2ª sessão da 6ª Legislatura [pelo] Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado.** Vitória: Papelaria e Typografia Nelson Costa, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na 3ª sessão da 6ª Legislatura [pelo] Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado.** Vitória: Imprensa Oficial, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida [pelo] Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª sessão da 7ª Legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1910.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida [pelo] Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª sessão da 7ª Legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1911.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem dirigida ao Congresso do Espírito Santo em sua 3ª sessão ordinária da 7ª Legislatura, [pelo] Presidente do Estado, Marcondes Alves de Souza.** Vitória: Sociedade de Artes Graphics de Victoria, 1912.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Exposição sobre negócios do Estado relativos ao quadriênio de 1909 a 1912 [pelo] Exm^o. Sr. Dr.**

Jeronymo Monteiro, Presidente do Estado durante o mesmo período. Vitória: [s.n.], 1913a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 1ª sessão ordinária da 8ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Marcondes Alves de Souza, em 22 de outubro de 1913.** Vitória: Papelaria e Typografia Pimenta & Comp., 1913b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 2ª sessão ordinária da 8ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Marcondes de Alves de Souza em 15 de outubro de 1914.** Vitória: Papelaria e Typografia Popular, 1914.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Marcondes Alves de Souza em 8 de setembro de 1915.** Vitória: Typografia do Diário da Manhã, 1915a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1912-1916: Souza). **Mensagem especial enviada ao Congresso Legislativo do Estado Espírito Santo [pelo] Presidente do Estado, Marcondes Alves de Souza em 18 de setembro de 1915.** Vitória: Typographia do Diário da Manhã, 1915b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1916-1920: Monteiro). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em sua 2ª sessão ordinária da 9ª Legislatura [pelo] Presidente do Estado, Dr. Bernadino de Souza Monteiro, em 12 de outubro de 1916.** Vitória: Sociedade de Artes Graphicas, 1916.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO), Presidente (1920 - 1924: Gomes). **Mensagem Estado do Espírito Santo Presidente Nestor Gomes em 23 de maio de 1924 (In: Anais do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo. Sessão ordinária 1924.** Victoria, 1924.

PERIÓDICOS

A. A cidade da Victoria. **O Espirito-Santense**, Vitória, 11 dez. 1875. Litteratura, p. 3.

A' DUAS pennas: chronica semanal. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 28 maio 1882. Folhetim da Província, p. 1.

A FESTA de Nossa Senhora da Penha em 1871 e a comissão... **O Espirito-Santense**, Vitória, 13 abr. 1871. O Espirito-Santense, p. 1.

- AGUA, luz e exgottos. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 19 jan. 1909.
- A ILLUMINAÇÃO publica. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 1.º out. 1882. Publicações a pedido, p. 4.
- A IMPRESSÃO geral da cidade. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 17, 18 ago. 1927.
- AINDA a sucessão presidencial. **O Diário**, Vitória, p. 2, 2 jun. 1912.
- ALFAVACA, Francisco Euterpe. [Sem título]. **O Espírito-Santense**, Vitória, 18 set. 1873. Editaes, p. 3.
- ALMEIDA, Affonso Lopes de. Ainda a sucessão presidencial: impressões da imprensa. **O Diário**, Vitória, p. 2, 1º jun. 1912.
- ALMEIDA, Julia Lopes de. Scenas e paizagens do Espírito Santo III. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 4, 22 out. 1911.
- A NOSSA capital. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 1º jan. 1893. Factos e boatos, p. 1.
- ARBORISAÇÃO. **O Espírito-Santense**, Vitória, 9 maio 1872. Secção noticiosa, p. 3.
- A REGATA de 30. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 1.º set. 1908.
- ARISTOPHANES. Da Capichaba a Maruhipe. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 10 dez. 1899a.
- ARISTOPHANES. No Jardim Municipal. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 17 dez. 1899b.
- ARISTOPHANES. Pirahem. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 4 fev. 1900a.
- ARISTOPHANES. Ilhas das Caieiras. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 18 mar. 1900b.
- AS RUAS. **O Espírito-Santense**, Vitória, 19 abr. 1883. Noticiario, p. 2.
- A SENTINELA. A nossa iluminação. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 14 fev. 1886. Publicações a pedido, p. 3.
- ASSEIO da cidade. **Correio da Victoria**, Vitória, 7 dez. 1859. Publicações a pedido, p. 3.
- ASSEMBLÉA provincial. **O Espírito-Santense**, Vitória, 22 out. 1870. Secção noticiosa, p. 2.
- ASSEMBLÉA provincial. **O Espírito-Santense**, Vitória, 7 dez. 1871. Secção noticiosa, p. 2.
- ATHAYDE, Antonio Francisco de. Construcção de kiosques. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 4 nov. 1896. Avisos e editaes, p. 2.

- BANHOS no Suá. **Diário da Manhã**, Vitória, 30 ago. 1910. Secção livre, p. 3.
- BANHOS de mar no Suá. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 4, 31 out. 1910.
- BAR hanseático. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 1 set. 1916.
- BARBOSA, Benevides L. Volteando. **O Diário**, Vitória, p. 2, 29 abr. 1912.
- BONDS do Suá. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 26 jul. 1907.
- BOULEVARD Pindahyba. **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 abr. 1864. Noticiario, p. 3.
- CAFÉ do Globo de Trinxet & Comp. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 3, 6 jun. 1908. Anuncios, p. 3.
- CAMPOS, Arthur de Lima. Melhoramento do porto da Victoria. **O Diário**, Vitória, p. 1, 9 dez. 1912.
- CARNAVAL. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 7 mar. 1916.
- CARNAVAL: batalha de confetti. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 2 mar. 1916.
- CARNAVAL de estrondo. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 5 fev. 1902.
- CARVALHO, João Chrysostomo de. [Sem título]. **Correio da Victoria**, Vitória, 24 set. 1859. Editaes, p. 4.
- CARVALHO, Manoel. Bar São João. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 5 mar. 1909.
- CASA DA INTENDENCIA MUNICIPAL DA CIDADE DA VICTORIA. Intendencia municipal: carnaval. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 6 fev. 1890. Avisos e editaes, p. 4.
- CASA na Praia do Suá. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 4, 11 maio 1911.
- CASSAS do *high-life*. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 5 abr. 1891. Secção anuncios, p. 4.
- CESIMBRA, Jose Pinto. Posturas municipaes. **O Horisonte**, Vitória, 25 nov. 1882. Editaes, p. 4
- CHEVALIER, Maurice. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 16 jan. 1932.
- CHRONICA local: a agua do Marinho deve ser utilizada para os diferentes misteres domesticos menos para ser bebida. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 9 abr. 1889a. *A Província do Espírito Santo*, p. 2.
- CHRONICA local. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 16 abr. 1889b. *A Província do Espírito Santo*, p. 2.
- CIRCO universal. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 19 jul. 1882. Secção de anúncios, p. 4.

C.M. Lembretes. **O Diário**, Vitória, p. 1, 11 jun. 1912.

COSTA, C. No Jardim Municipal. **O Espirito-Santense**, Vitória, 16 mar. 1882. Variedades, p. 2.

DAEMON, Basilio Carvalho. Obras feitas pelo Partido Conservador. **O Espirito-Santense**, Vitória, 19 jan. 1882a. **O Espirito-Santense**, p. 1.

DAEMON, Basilio Carvalho. Limpeza da cidade. **O Espirito-Santense**, Vitória, p. 1, 19 nov. 1882b.

DAEMON, Basilio Carvalho. Um pouco de tudo. **O Espirito-Santense**, Vitória, p. 1, 30 ago. 1883.

D'AGUIAR, Aristeu Borges. Victoria! **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 21 ago. 1910.

DESAPROPRIAÇÃO. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 21 maio 1896. Factos e boatos, p. 1.

DIRECTORIA de agricultura: despachos. **O Diário**, Vitória, p. 1, 4 mar. 1912.

D'OLIVEIRA, Tiburcio. Notas da semana. **O Espirito-Santense**, Vitória, 18 nov. 1883. Folhetim, p. 1.

EDEN Cinema. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 28 jan. 1910a.

EDEN Cinema. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 21 set. 1910b. Interesse local, p. 1.

EDEN Parque. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 25 nov. 1910.

EDEN Parque. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 24 fev. 1900.

EDEN Parque. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 19 jan. 1904. Interesse local, p. 1.

ELIO, P. Receios e esperanças. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 26 nov. 1893.

EMPRESA de bondes: banhos no Suá. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 4, 15 set. 1910.

EMPRESA Ferro-Carril. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 16 maio 1902. Interesse local, p. 1.

ENCANTADORA festa: no Parque Moscoso. **O Diário**, Vitória, p. 1, 25 out. 1912.

ENTHUSIASMO! **O Espirito-Santense**, Vitória, 15 fev. 1885. Noticiario, p. 2.

F. Ao publico. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 9 jan. 1887. Avisos e editaes, p. 4.

FERREIRA, Augusto Olavo Rodrigues. Governo Provincial, Secretaria da Presidencia – expediente do mez de dezembro de 1888. **O Espirito-Santense**, Vitória, 22 dez. 1888. Actos officiaes, p. 1.

FESTA do trabalho. **O Diário**, Vitória, p. 2, 15 maio 1912.

FESTA de Santa Catharina. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 26 nov. 1903. Secção de anúncios, p. 3.

FESTIVIDADE. **O Espírito-Santense**, Vitória, 25 jun. 1879. Noticiario, p. 2.

FREITAS, Ly. Um sonho. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 9 nov. 1890. Notas avulsas, p. 1.

GAMA, Francisco Antonio de Paula Nogueira da. O brigue Urura'u. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 17 out. 1893. Subsídios extranhos, p. 2.

GOVERNO DA PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO. Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo... **O Espírito-Santense**, Vitória, p. 2, 4 out. 1873.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. Lei 582, Capítulo IV. **Diário da Manhã**, Vitória, 24 dez. 1908. Actos officiaes, p. 1.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. Cópia-termo de contracto que faz o governo do Estado do Espírito Santo com o cidadão Paulo Rodrigues da Motta Teixeira... **Diário da Manhã**, Vitória, 8 mar. 1911a. Actos officiaes, p. 1.

GOVERNO MUNICIPAL. Directoria de Finanças. Termo de contracto que assigna o cidadão Paulo Rodrigues da Motta Teixeira para a construcção... **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 19 jul. 1911b. Actos officiaes, p. 1.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. Lei 776. **Diário da Manhã**, Vitória, 4 jan. 1912a. Actos Officiaes, p. 1.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 3, 23 jan. 1912b.

GOVERNO MUNICIPAL. Requerimentos despachados pela presidência... **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 24 fev. 1894.

GOVERNO MUNICIPAL. 3ª convocação annual... **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 27 jun. 1896a.

GOVERNO MUNICIPAL. 4ª convocação anual... **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 28 ago. 1896b.

GOVERNO MUNICIPAL. Cópia-Termo de contrato que assigna João Baptista da Fontoura Xavier... **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 17 out. 1896c.

GOVERNO MUNICIPAL. 5ª convocação annual... **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 3 nov. 1896d.

GOVERNO MUNICIPAL. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 29 mar. 1908.

HOMENAGEM da familia victoriense ao Corpo Militar de Policia. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 14 jul. 1916.

ILLUMINAÇÃO. **Correio da Victoria**, Vitória, 14 dez. 1859. Noticias diversas, p. 2.

IMMIGRATO. Obras municipaes. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 5 mar. 1896.

INAUGURAÇÃO do jardim. **O Espírito-Santense**, Vitória, 5 fev. 1882. Noticiario, p. 2.

INTENDENCIA municipal. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 13 fev. 1890. Chronica local, p. 3.

INTENDENCIA MUNICIPAL DA CIDADE DA VICTORIA. Codigo de posturas da Intendencia Municipal da cidade da Victoria. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 12 jun. 1890.

J. Os outros. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 12 mar. 1894.

JARDIM Municipal. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 22 mar. 1882a. Secção official, p. 2.

JARDIM Municipal. **O Horisonte**, Vitória, 4 abr. 1882b. Gazetilha, p. 3.

JARDIM Municipal. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 10 jan. 1883. Secção official, p. 3.

JARDIM Municipal. **A Folha da Victoria**, Vitória, p. 2, 5 jan. 1888a.

JARDIM Municipal. **A Folha da Victoria**, Vitória, p. 3, 7 out. 1888b.

JARDIM Municipal. **A Folha da Victoria**, Vitória, p. 3, 23 fev. 1890.

JARDIM Municipal. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 19 fev. 1894. Factos e boatos, p. 3.

LAVRADOR, Benedicto. O Estado do Espirito Santo moderniza-se: impressões de uma viagem a Victoria. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 1^o out. 1911.

LIMPEZA da cidade. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 3 jan. 1890. Chronica local, p. 3.

LIRIO, Joaquim. Notícias locaes. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 22 mar. 1882. Factos e boatos, p. 2.

L.L. O Estado do Espirito Santo e o seu actual governo. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 10 nov. 1910.

LYRIO, Alvim. O Dr. Jeronymo Monteiro e o governo de S. Exa. **Diário da Manhã**, Vitória, 27 fev. 1909. Collaboração, p. 3.

- M. Chronica semanal. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 6 ago. 1899. Secção litteraria, p. 1.
- MACHADO, Joaquim Jose Dias. Agua ao povo. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 6 jan. 1889. Avisos e editaes, p. 1.
- MACHADO, J. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 26 maio 2910. De palanque, p. 3.
- MACHADO, J. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 25 mar. 1911a. De palanque, p. 3.
- MACHADO, J. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 31 mar. 1911b. De palanque, p. 3.
- MANUMISSÃO. **A Folha da Victoria**, Vitória, p. 3, 29 nov. 1883.
- MARCO, Julia Cesar de. Impressões da Victoria. **O Diário**, Vitória, p. 1, 26 jul. 1912a.
- MARCO, Julia Cesar de. Impressões de Victoria. **O Diário**, Vitória, p. 1, 18 ago. 1912b.
- MARECHAL Hermes. **O Diário**, Vitória, p. 1, 20 maio 1912.
- MELHORAMENTO necessário. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 23 set. 1909.
- MELHORAMENTOS da capital: as inaugurações. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 29 set. 1909.
- M.F. Um mysterio. **Diário da Manhã**, Vitória, 27 ago. 1916a. Collaboração, p. 2.
- M.F. Um mysterio. **Diário da Manhã**, Vitória, 28 ago. 1916b. Collaboração, p. 2.
- MONSENHOR D. Julio Tonti. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 12 ago. 1904. Estado do Espírito Santo, p. 1.
- MOURÃO, Abner. A obra de um estadista. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 12 ago. 1916.
- NEMO. Villa do Espirito Santo em 15 de dezembro de 1887. **O Espirito-Santense**, Vitória, 17 dez. 1887. Correspondências, p. 3.
- NO EDEN Parque. **O Diário**, Vitória, 4 out. 1912. Palcos e salões, p. 2.
- NOTICIAS circunstanciadas dos principaes aspectos: de Nictheroy á Victoria. **Diário da Manhã**, Vitória, 4 mar. 1911. Através do Estado do Espírito Santo: as bellas da capital, p. 2.
- NOTICIAS locaes. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 14 abr. 1882a. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 4 jun. 1882b. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 5 jan. 1883a. Factos e boatos, p. 3.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 11 fev. 1883b. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 27 mar. 1883c. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 11 mar. 1886. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 22 jan. 1887. Factos e boatos, p. 3.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 13 abr. 1888. Factos e boatos, p. 3.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 4 jan. 1889a. Factos e boatos, p. 3.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 1º mar. 1889b. Factos e boatos, p. 3.

NOTÍCIAS locais: o carnaval de 1889. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 7 mar. 1889c. Factos e boatos, p. 3.

NOVO Eden Parque. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 24 fev. 1903.

O DIA 2 de dezembro. **Correio da Victoria**, Vitória, 3 dez. 1859. Noticias diversas, p. 1.

ODINETTE. Bilhetes femeninos. **O Olho**, Vitória, p. 2, 13 out. 1912a.

ODINETTE. Bilhetes postaes. **O Olho**, Vitória, 1º set. 1912b, p. 3.

ODINETTE. Bilhetes femeninos. **O Olho**, Vitória, p. 1-2, 8 dez. 1912c.

O CAPIXABA. Sabbatina. **O Espirito-Santense**, Vitória, 2 set. 1876. Folhetim, p. 1.

O CORSO. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 16 jul. 1908.

OFFICIOS recebidos: dia 13 de junho. **Diário de Manhã**, Vitória, 17 jun. 1908. Actos officiaes, p. 1.

OLHO que vê. **O Olho**, Vitória, p. 2, 13 out. 1912.

O PORTO da Victoria. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 3 set. 1904. Interesse local, p. 2.

- O PROGRESSO do Espírito Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 4, 30 jan. 1912.
- O QUE foi a praça Dr. João Climaco e o que é actualmente. **O Diário**, Vitória, 14 abr. 1912. Os Progressos do Espírito Santo, p. 2.
- PALESTRANDO. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 19 abr. 1911. Collaboração, p. 2.
- PARQUE Moscoso. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 29 jun. 1916.
- PELO remo. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 13 jun. 1911.
- PEREIRA, Amancio. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 3, 26 abr. 1917.
- PEREIRA, Cleto Nunes. Averbação de marinhas. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 15 jul. 1896. Governo Municipal, p. 1.
- PEREIRA, Cleto Nunes. [Sem título]. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1. 1.º maio 1898. Governo Municipal, p. 1.
- PETIT. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 12 ago. 1912. Variedades, p. 1.
- PIC NIC. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 23 mar. 1909. Interesse local, p. 1.
- PIZARRO, João Joaquim. Hygiene. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 12 fev. 1890.
- PRAÇA Paula Castro. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 30 out. 1895. Factos e boatos, p. 2.
- PRAÇA Santos Dumont. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 3 out. 1909a.
- PRAÇA Santos Dumont. **Diário da Manhã**, Vitória, 5 out. 1909b. Os melhoramentos, p. 2.
- PREFEITURA MUNICIPAL. Actos officiaes: despachos do Sr. Prefeito. **Diário da Manhã**, Vitória, s/p, 14 ago. 1909.
- PROGRAMMA para os festejos de Santa Catharina. **O Espirito-Santense**, Vitória, 20 nov. 1877. Annuncios, p. 4.
- QUARESMA JUNIOR. Sucessão presidencial – Estado do Espirito Santo: o mais fértil dos governos. **O Diário**, Vitória, p. 1, 23 abr. 1912.
- QUARTO centenário da Índia. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 17 maio 1898. Avisos e editaes, p. 2.
- QUINTAES, Jose da Silva; QUINTAES, Luiz da Silva. Jardim Municipal. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 24 maio 1895. Annuncios, p. 2.
- RIBEIRO, Jose Joaquim de Almeida. Regulamento para o porto da cidade de Victoria. **Correio da Victoria**, Vitória, p. 3, 11 out. 1857.
- ROWER. Sport. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 7 abr. 1909.

SABBATINA. **O Espirito-Santense**, Vitória, 22 jul. 1876. Folhetim, p. 1.

SALUBRIDADE pública. **O Espirito-Santense**, Vitória, 11 maio 1871. Secção noticiosa, p. 1.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' O Estado do Espírito Santo – Parte I. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 9 jan. 1890a. O Estado do Espírito Santo, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' O Estado do Espirito-Santo - Parte II. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 10 jan. 1890b. O Estado do Espírito Santo, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' O Estado do Espirito-Santo - Parte III. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 12 jan. 1890c. O Estado do Espírito Santo, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' O Estado do Espírito Santo – Parte IV. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 15 jan. 1890d. O Estado do Espírito Santo, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' O Espirito-Santo – Parte VII. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 25 jan. 1890e. O Estado do Espírito Santo, p. 2.

SANEAMENTO da capital: cartas á redacção d' O Espirito-Santo – Parte IX. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 2 fev. 1890f. O Estado do Espírito Santo, p. 2.

SECRETARIA DO GOVERNO. Expediente do dia 23 de outubro. **Correio da Victoria**, Vitória, p. 1, 27 out. 1849.

SECRETARIA DO GOVERNO. Despachos. **Diário da Manhã**, Vitória, 19 jan. 1912. Actos officiaes, p. 1.

[SEM título]. **A Folha da Victoria**, Vitória, p. 4, 24 out. 1886.

[SEM título]. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, 14 jan. 1890a. NOVAS, p. 2.

[SEM título]. **A Folha da Victoria**, Vitória, p. 2, 15 maio 1890b.

[SEM título]. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 22 fev. 1900. Interesse local, p. 1.

[SEM título]. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 20 set. 1903. Interesse local, p. 2.

[SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 23 jun. 1908a.

[SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 24 dez. 1908b. Informes e noticias p. 2.

[SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 17 jan. 1909a. Informes e noticias, p. 3.

[SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 14 mar. 1909b. Informes e noticias, p. 3.

[SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 18 jul. 1909c. Informes e noticias, p. 2.

- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 15 ago. 1909d. Informes e noticias, p. 2.
- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 30 ago. 1909e. Informes e noticias, p. 2.
- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 2 out. 1909f. Os melhoramentos, p. 2.
- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 1, 1º jul. 1910.
- [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 28 fev. 1911a. Informes e noticias, p. 2.
- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 22 mar. 1911b. Informes e noticias, p. 2.
- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 7 set. 1911c. Noticiário, p. 3.
- [SEM título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 7 fev. 1912a. Informes e noticias, p. 2.
- [SEM título]. **O Diário**, Vitória, 22 abr. 1912b. Noticiário, p. 2.
- SENRA, Alberio. O Espírito-Santo antigo e moderno. **O Diário**, Vitória, p. 1, 21 ago. 1912.
- SOARES, Gerson de Macedo. A sahida é o contrario da entrada! **Diário da Manhã**, Vitória, 23 jun. 1916. Impressões da Victoria, p. 1.
- SOUZA, Alvaro de. Impressões da Penha. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 13 dez. 1909.
- THOMPSON, Arthur. [Sem título]. **Diário da Manhã**, Vitória, 20 fev. 1909. Editaes, p. 3.
- TOLEDO, Raul de. Queixumes de amor. **Diário da Manhã**, Vitória, 27 ago. 1916. Collaboração, p. 2.
- TRIBUNA livre – a proposito do abastecimetto d’agua. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, p. 3, 4 fev. 1883.
- TULLIO. Rabiscos. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 4 maio 1911a.
- TULLIO. Rabiscos. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 3, 9 maio 1911b.
- VAPÔR e triumpho >> o emprezario: Urbano Batalha. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 27 jan. 1883. Declarações, p. 4.
- VENDE-SE. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 22 jul. 1897. Annuncios, p. 2.
- VICTORIA, Manoel Gonsalves. [Sem título]. **Correio da Victoria**, Vitória, 21 set. 1859. Editaes, s/p.
- X.Y. A semana. **O Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 1, 28 jun. 1898.